

**UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO (UNINOVE)**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGE)**  
**LINHA DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS (LIPED)**

**JHONATHA RAMALHO DA SILVA**

**ASSOCIAÇÃO SUL RIO-GRANDENSE DE PROFESSORES: A LUTA PELA  
VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL NA DÉCADA DE 1930**

**São Paulo - SP**

**2025**

**JHONATHA RAMALHO DA SILVA**

**ASSOCIAÇÃO SUL RIO-GRANDENSE DE PROFESSORES: A LUTA PELA  
VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL NA DÉCADA DE 1930**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade Nove de Julho (UNINOVE), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação do professor Dr. Carlos Bauer.

**São Paulo - SP**

**2025**

**JHONATHA RAMALHO DA SILVA**

**ASSOCIAÇÃO SUL RIO-GRANDENSE DE PROFESSORES: A LUTA PELA  
VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL NA DÉCADA DE 1930**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade Nove de Julho (UNINOVE), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, pela Banca Examinadora, formada por:

**São Paulo, 18 de dezembro de 2025**

---

Presidente: Prof. Dr. Carlos Bauer (orientador) – Universidade Nove de Julho –  
UNINOVE

---

Membro titular: Prof. Dr. Michelangelo Torres – Instituto Federal de Educação, Ciência e  
Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ

---

Membro titular: Prof. Dr. Celso Carvalho – Universidade Nove de Julho – UNINOVE

---

Membro suplente: Prof. Dr. Antonio Joaquim Severino – Universidade Nove de Julho –  
UNINOVE

---

Membro suplente: Prof. Dr. Evaldo Piolli – Universidade de Campinas – UNICAMP

**São Paulo - SP**

**2025**

RAMALHO, Jhonatha.

Associação Sul Rio-Grandense de professores: a luta pela valorização Profissional na década de 1930. / Jhonatha Ramalho da Silva. 2025.

212 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo, 2025.

Orientador (a): Prof. Dr. Carlos Bauer.

1. Mutualismo. 2. Profissão docente. 3. História da educação. 4. Associativismo.

I. Bauer, Carlos. II. Título

CDU 37

## **AGRADECIMENTOS**

A elaboração de uma dissertação não é um trabalho solitário que envolve apenas a pesquisa e o empenho individual. São muitas as pessoas e as instituições das quais necessitamos para apoio e compreensão nessa projeção de estudos que envolvem anos de pesquisa. Estes agradecimentos, não são mera formalidade acadêmica, mas sim, a expressão do meu reconhecimento aqueles que estiveram presente, apoiando constantemente as diversas etapas da construção dessa pesquisa.

À Universidade Nove de Julho (UNINOVE), pela oportunidade de realização destes estudos em seu Programa de Pós-Graduação em Educação. Tornando possível a realização de uma meta pessoal e profissional para os trabalhadores em educação.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por proporcionar que partes destes estudos fossem realizadas com a outorga de bolsa-financiamento do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares (PROSUP). Esse recurso foi fundamental para elaboração da pesquisa.

Aos professores da Pós-Graduação da Universidade Nove de Julho (Uninove) que incentivaram a pesquisa ao compartilharem seus conhecimentos nas aulas, simpósios e seminários. Em especial ao professor e orientador Dr. Carlos Bauer, por acreditar na relevância deste estudo, estando sempre presente e promovendo constantes diálogos e sugestões.

Aos professores Dr. Celso Carvalho e Dr. Michelangelo Torres, ambos colaboraram de maneira notável como examinadores na qualificação e na defesa dessa dissertação. Seus apontamentos foram enriquecedores e nortearam os passos a serem seguidos para a construção da dissertação.

Aos Camaradas do Grupo de Pesquisa em História e Teoria da Profissão Docente e do Educador Social (Gruphis), que foram acolhedores, gentis e compreensivos. Nossa diversidade fomentou um forte laço de afetividade e de apoio coletivo.

Aos colegas discentes, pela ajuda, acolhimento, companheirismo, cumplicidade, diálogos e indicações de literatura.

Minha trajetória até aqui é resultado do apoio de cada uma dessas pessoas que deixaram sua colaboração ao longo desses dois anos. Seria difícil descrever com precisão cada companheiro e companheira em poucas linhas, não por serem indecifráveis, mas por serem únicos em presença e afetividade. Considero que cada um brilhou com intensidade distinta, como se fossem pequenas fogueiras, e coletivamente formamos um mar de fogueirinhas.

## **A desmemória**

**Por Eduardo Galeano**

Chicago está cheia de fábricas. Existem fábricas até no centro da cidade, ao redor do edifício mais alto do mundo. Chicago está cheia de fábricas, Chicago está cheia de operários.

Ao chegar ao bairro de Haymarket, peço aos meus amigos que me mostrem o lugar onde foram enforcados, em 1886, aqueles operários que o mundo inteiro saúda a cada primeiro de maio.

– Deve ser por aqui – me dizem. Mas ninguém sabe. Não foi erguida nenhuma estátua em memória dos mártires de Chicago na cidade de Chicago. Nem estátua, nem monólito, nem placa de bronze, nem nada.

O primeiro de maio é o único dia verdadeiramente universal da humanidade inteira, o único dia no qual coincidem todas as histórias e todas as geografias, todas as línguas e as religiões e as culturas do mundo; mas nos Estados Unidos, o Primeiro de maio é um dia como qualquer outro. Nesse dia, as pessoas trabalham normalmente, e ninguém, ou quase ninguém, recorda que os direitos da classe operária não brotaram do vento, ou da mão de Deus ou do amor.

Após a inútil exploração de Haymarket, meus amigos me levam para conhecer a melhor livraria da cidade. E lá, por pura curiosidade, por pura casualidade, descubro um velho cartaz que está como que esperando por mim, metido entre muitos outros cartazes de música, rock e cinema.

O cartaz reproduz um provérbio da África: Até que os leões tenham seus próprios historiadores, as histórias de caçadas continuarão glorificando o caçador.

## **Resumo**

Propomos como objetivo central de estudo uma análise historiográfica da criação, desenvolvimento e organização política da Associação Sul Rio-Grandense de Professores (ASRP), essa agremiação teve ampla atuação no Rio Grande do Sul (RS) entre os anos 1929-1979. Para tanto, adotamos como recorte histórico a década de 1930, nesse período é marcado por amplas mudanças na legislação brasileira, afetando a organização dos sindicatos e associações. A pesquisa foi conduzida com uma interpelação qualitativa e sustentada no materialismo histórico-dialético como referencial teórico. A obtenção de fontes primárias ocorreu em quatro etapas: arquivos, cartório, anuários estatísticos e pesquisa anteriores. Os dados secundários foram coletados mediante revisão literatura produzida sobre a temática. O estudo concentrou-se em analisar como a ASRP está inserida no contexto educacional pelotense em um período de tensões políticas e sociais. Complementarmente, foi examinado como a associação contribuiu para a profissionalização e valorização docente na municipalidade de Pelotas, os documentos primários evidenciam a organização ao longo dos anos de palestras e formações com foco nos educadores, enriquecendo seus repertórios teóricos, pedagógicos e políticos. Por fim, podemos salientar que a ASRP colaborou significativamente para na atividade laboral e organizativa dos trabalhadores em educação de Pelotas, consolidou-se de maneira voluntária e orgânica. A agremiação foi essencial na luta por direitos, na construção das identidades e na defesa da educação pública.

**Palavras-chave:** ASRP; mutualismo; profissão docente; história da educação; associativismo.

## **Abstract**

Our central objective is to conduct a historiographical analysis of the creation, development, and political organization of the Associação Sul Rio-Grandense de Professores (ASRP), an association that was very active in Rio Grande do Sul (RS) between 1929 and 1979. To this end, we have chosen the 1930s as our historical focus, a period marked by significant changes in Brazilian legislation that affected the organization of unions and associations. The research was conducted using a qualitative approach and grounded in historical-dialectical materialism as a theoretical framework. Primary sources were obtained in four stages: archives, registry offices, statistical yearbooks, and previous research. Secondary data were collected through a review of the literature on the subject. The study focused on analyzing how the ASRP was integrated into the Pelotas educational context during a period of political and social tensions. Additionally, the study examined how the association contributed to the professionalization and appreciation of teachers in the municipality of Pelotas. Primary documents demonstrate the organization, over the years, of lectures and training focused on educators, enriching their theoretical, pedagogical, and political repertoires. Finally, we can highlight that ASRP significantly contributed to the labor and organizational activity of education workers in Pelotas, consolidating itself in a voluntary and organic manner. The association was essential in the fight for rights, in the construction of identities, and in the defense of public education.

**Keywords:** ASRP; mutualism; teaching profession; history of education; associativism.

## Resumen

Nuestro objetivo principal es realizar un análisis historiográfico de la creación, el desarrollo y la organización política de la Associação Sul Rio-Grandense de Professores (ASRP), asociación muy activa en Rio Grande do Sul (RS) entre 1929 y 1979. Para ello, nos centramos en la década de 1930, período marcado por cambios significativos en la legislación brasileña que afectaron la organización de sindicatos y asociaciones. La investigación se realizó con un enfoque cualitativo y se basó en el materialismo histórico-dialéctico como marco teórico. Las fuentes primarias se obtuvieron en cuatro etapas: archivos, registros civiles, anuarios estadísticos e investigaciones previas. Los datos secundarios se recopilaron mediante una revisión bibliográfica sobre el tema. El estudio se centró en analizar cómo la ASRP se integró en el contexto educativo de Pelotas durante un período de tensiones políticas y sociales. Además, se examinó cómo la asociación contribuyó a la profesionalización y la valoración del profesorado en el municipio de Pelotas. Los documentos primarios demuestran la organización, a lo largo de los años, de conferencias y capacitaciones dirigidas a educadores, enriqueciendo su repertorio teórico, pedagógico y político. Finalmente, cabe destacar que la ASRP contribuyó significativamente a la actividad laboral y organizativa de los trabajadores de la educación en Pelotas, consolidándose de forma voluntaria y orgánica. La asociación fue esencial en la lucha por los derechos, la construcción de identidades y la defensa de la educación pública.

**Palabras clave:** ASRP; mutualismo; profesión docente; historia de la educación; asociativismo.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Modalidades e metodologias de pesquisa .....	22
Quadro 2 - Pesquisas sobre Associativismo e Sindicalismo Docente .....	23
Quadro 3 - Teses e Dissertações: Associativismo e Sindicalismo Docente (BDTD) .....	24
Quadro 4 - Tipos de pesquisadores .....	41
Quadro 5 - Reforma Francisco Campos: ensino secundário e ensino superior .....	67
Quadro 6 - A estrutura do Manifesto de 1932 .....	68
Quadro 7 - Estrutura do plano educacional do Manifesto de 1932.....	69
Quadro 8 - Leis Orgânicas: ensino primário e ensino secundário .....	70
Quadro 9 - Ensino profissional: Normal, Industrial e Comercial .....	71
Quadro 10 - Principais acontecimentos educacionais do período republicano .....	73
Quadro 11 - Notícia: Abrindo o Debate Sobre o Plano Nacional de Educação .....	114
Quadro 12 - Notícia: Abrindo o Debate Sobre o Plano Nacional de Educação .....	118
Quadro 13 - Mapa demográfico do Rio Grande do Sul (1920).....	123
Quadro 14 - Mapa demográfico do Rio Grande do Sul (1940).....	123
Quadro 15 - Estatuto Social da ASRP (1930) .....	140
Quadro 16 - Principais Objetivos da ASRP .....	143
Quadro 17 – Atividades de qualificação da ASRP .....	144
Quadro 18 – Livro de Atas do Conselho Diretor (1929-1933) .....	146
Quadro 19 – Sede própria da ASRP (1958).....	147
Quadro 20 — Sede própria da ASRP (2025).....	148
Quadro 21 - Estrutura funcional da ASRP.....	150
Quadro 22 - Número de associados da ASRP (1929-1972) .....	153
Quadro 23 – Mapa das áreas de influência da ASRP .....	153
Quadro 24 – perfil de gênero das lideranças da ASRP.....	154
Quadro 25 - Caixa Beneficente da ASRP (1931-1932).....	155
Quadro 26 – Caixa beneficente da ASRP (1935-1963).....	155
Quadro 27 – Conquista da ASRP.....	156
Quadro 28 - Profissões das lideranças da ASRP .....	159
Quadro 29 – Lideranças nas mídias locais.....	160
Quadro 30 - Demografia dos Municípios (1940).....	164

Quadro 31 – Baixos dos professores .....	166
Quadro 32 - Ata do Conselho Diretor - 1ª seção (1924).....	171
Quadro 33 - 1º Congresso Brasileiro de Educação (1927).....	172
Quadro 34 - Primeiras Conferências de Educação - ABE (1927-1932) .....	174
Quadro 35 – Início da Associação Pelotense de Educação.....	174
Quadro 36 – Atividades da SPABE (1927).....	175
Quadro 37 – Discurso de Santura Lemos (1929).....	177
Quadro 38 – Staffetta Rio-Grandese: ensino Religioso (1920-1930).....	180
Quadro 39 - Notícia: Escola e Educação.....	181

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Levantamento documental .....	33
Tabela 2 – Fontes primárias da ASRP .....	35
Tabela 3 - Produções bibliográficas sobre ASRP .....	39
Tabela 4 - Periodização preliminar das ideias pedagógicas no Brasil.....	55
Tabela 5 - Uma nova periodização preliminar das ideias pedagógicas no Brasil.....	56
Tabela 6 - Estados que criaram grupos escolares .....	60
Tabela 7 - Reformas educacionais da década de 1920 .....	61
Tabela 8 - Demografia, renda e analfabetismo no início do século XX. ....	63
Tabela 9 - Reformas de Francisco Campos. ....	64
Tabela 10 - Mutuais existentes por Unidade da Federação (Brasil, 1882 - 1942).....	99
Tabela 11 - Primeiras Associações (1874-1930).....	106
Tabela 12 - Dados gerais do número de docentes no Brasil (1933) .....	108
Tabela 13 - Salário dos professores das escolas superiores (1924).....	111
Tabela 14 - Estrutura do inquérito sobre o Plano Nacional de Educação .....	115
Tabela 15 - População no Rio Grande do Sul (1890-1940).....	122
Tabela 16 - Comparativo dos salários anuais do setor público no Rio Grande do Sul. ....	125
Tabela 17 - Associações de professores no Rio Grande do Sul (1930-1940).....	130
Tabela 18 - Panorama histórico da ASRP.....	130
Tabela 19 - Panorama histórico do CPPE (1950-1980) .....	135
Tabela 20 - Classificação das tipologias das fontes documentais.....	139
Tabela 21 – Atividades formativas promovidas pela ASRP.....	145
Tabela 22 – Palestrantes: profissões e atividades .....	145
Tabela 23 – Presidentes e seus períodos de gestão ASRP (1929-1940) .....	151
Tabela 24 – Presidentes da ASRP: profissão e atividades .....	151
Tabela 25 – Convocação para eleição do Conselho Diretor e Comissão de Contas ...	152
Tabela 26 - Modelo de análise das associações docente .....	157
Tabela 27 - Número de matrículas no Ensino Geral entre os anos 1932-1941 (RS) ...	162
Tabela 28 - Corpo docente por gênero entre os anos 1932-1937 (RS) .....	165
Tabela 29 – Dirigentes da SPABE e ASRP.....	178
Tabela 30 – Associações de Professores Católicos.....	183

Tabela 31 – Atuação conjunto entre ASRP e APC-Pel (1933-1937).....	183
--------------------------------------------------------------------	-----

## LISTA DE SIGLAS

ABE - Associação Brasileira de Educação

ACPCS - Associação Católica de Professores e Cultura Social

APEMM - Associação de Professores do Ensino Médio Municipal de São Luís

APEOESP Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo  
(atual)

APESNOESP Associação dos Professores do Ensino Secundário e Normal Oficial do  
Estado de São Paulo (original)

ASRP - Associação Sul Rio-Grandense de Professores.

ASTE Rede de Pesquisadores e Pesquisadoras Sobre o Associativismo e o  
Sindicalismo dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação

BOC - Bloco Operário e Camponês

BDTD Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

BND - Biblioteca Nacional Digital

CCBE Confederação Católica Brasileira de Educação.

CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas

CPERS - Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul

COB Confederação Operária Brasileira

CPP Centro do Professorado Paulista

CPPE - Centro dos Professores Primários Estaduais

D.P.P. Diretório Político das Professoras Primárias

GRUPHIS - Grupo de Pesquisa em História e Teoria da Profissão Docente e do  
Educador Social

HISTEDEBR - Grupo de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no  
Brasil"

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IHGRGS - Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pedagogia

MES Ministério da Educação e Saúde

MinC - Ministério da Cultura

PCB - Partido Comunista do Brasil

PPGE - Programa de Pós-Graduação em Educação

PR - Paraná

PRR - Partido Republicano Rio-Grandense

RJ - Rio de Janeiro

RTDPJ - Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoas Jurídicas

RS - Rio Grande do Sul

SENAC Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SPABE - Associação Pelotense de Educação

UF - Unidade da Federação

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UNINOVE - Universidade Nove de Julho

USP - Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1. APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>16</b>
1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	21
1.2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS.....	25
1.3 FONTES DA PESQUISA.....	30
1.4 REVISÃO DA LITERATURA.....	38
<b>2. UMA PERSPECTIVA HISTORIOGRÁFICA: EDUCAÇÃO E SINDICALISMO.....</b>	<b>48</b>
2.1 CONCEITOS E DEFINIÇÕES PARA O ESTUDO DA HISTÓRIA.....	49
2.2 POR QUE E PARA QUE A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO?.....	53
2.3 EDUCAÇÃO NO BRASIL ENTRE OS ANOS DE 1889-1930.....	57
2.4 SINDICALISMO BRASILEIRO NOS ANOS 1930.....	74
<b>3. TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO: ORGANIZAÇÕES E RESISTÊNCIA.....</b>	<b>87</b>
3.1 IDEIAS MUTUALISTAS NO BRASIL.....	91
3.2 RELAÇÃO HISTÓRICA ENTRE ASSOCIATIVISMO DOCENTE E SINDICALISMO DOCENTE.....	105
3.3 ASSOCIAÇÕES DE PROFESSORES NO RIO GRANDE DO SUL.....	122
<b>4. ASSOCIAÇÃO SUL RIO-GRANDENSE DE PROFESSORES (ASRP): ORIGEM E ORGANIZAÇÃO.....</b>	<b>136</b>
4.1 PRIMEIRO ESTATUTO SOCIAL DA ASRP.....	137
4.2 OS DOCENTES E AS ELITES LOCAIS NA ASRP.....	158
4.3 RELAÇÃO HISTÓRICA ENTRE ABE, SPABE, ASRP e ACPAS.....	169
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>186</b>
<b>6. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>189</b>
<b>7. APÊNDICE.....</b>	<b>205</b>
<b>8. ANEXOS.....</b>	<b>206</b>

## 1. APRESENTAÇÃO

A presente pesquisa integra os esforços destinados a contribuir para a historiografia do associativismo e do sindicalismo em educação. As análises concentram-se na trajetória da Associação Sul Rio-Grandense de Professores (ASRP). A aproximação com o tema ocorreu por meio do Grupo de Pesquisa em História e Teoria da Profissão Docente e do Educador Social (GRUPHIS), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Nove de Julho (UNINOVE), no qual são envidados esforços com o intuito de localizar e compreender os processos históricos vinculados à organização coletiva dos trabalhadores da educação, preenchendo lacunas relevantes no campo historiográfico.

Ao refletirmos sobre a importância de resgatar a memória dos sujeitos históricos e de suas formas de organização, propomos uma análise abrangente da trajetória dos trabalhadores em educação no Brasil do início do século XX. Para esse fim, recorreremos a um conjunto diversificado de fontes constituído de teses, dissertações, artigos, periódicos e documentos primários que, examinados criticamente, permitem situar a experiência da ASRP no panorama nacional. Consideramos que a ASRP foi uma importante agremiação na cidade de Pelotas, promovendo ações em prol de seus associados e na defesa da educação pública.

A ASRP, foi fundada em 1929 e manteve-se em atuação até 1979, na cidade de Pelotas. Ao longo do seu período de existência teve três estatutos sociais, nesses documentos foram registradas as regras e o ordenamento institucional. Além disso, a agremiação manteve três características fundamentais, são elas: ser uma associação do começo ao fim e não se convertendo em um sindicato, foi um espaço policlassista que aglutinava sócios das mais diversas profissões e conservou seu caráter mutualista na prestação de apoio financeiro e jurídico, aos seus associados.

A história da ASRP resulta das processualidades de fins do século XIX e início do século XX, período em que o associativismo docente que floresceu como um

espaço para a defesa profissional e para a construção da identidade coletiva dos professores. Todavia, viu-se paulatinamente enquadrado na estrutura corporativista do Estado controlador de Vargas.

Julgamos que para compreender o papel da ASRP é necessário considerar elementos teóricos que abarcam os estudos da história da educação pelo viés marxista. O estudo da história da educação não deve ser entendido como simples reunião de fatos remotos e desvinculados do presente. Exige-se um exercício crítico, sustentado em pesquisa consistente, capaz de revelar as conexões entre diferentes temporalidades e destacar como experiências pretéritas se articulam às contradições contemporâneas.

No caso específico dos professores, suas associações e sindicatos carregam marcas do tempo histórico em que atuaram, constituindo-se como expressão política e social das lutas por melhores condições de trabalho e por reconhecimento profissional. Ainda que muitos estudos considerem o associativismo apenas como etapa preliminar da sindicalização, é fundamental reconhecer sua relevância para a formação de uma identidade docente e para a inserção da categoria no interior da classe trabalhadora.

Ao longo deste trabalho, serão descritas as dimensões políticas, sociais, econômicas e educacionais do período selecionado, no caso a década de 1930. Cabe salientar que a modernização do capitalismo no Brasil produziu impactos profundos sobre a organização social e sobre os rumos da educação. O desenvolvimento econômico entre o final do século XIX e o início do século XX consolidou as condições materiais e ideológicas para a intensificação da exploração do trabalho. Em resposta, surgiram organizações de cooperação mútua, expressão de resistência frente ao avanço da lógica capitalista.

As entidades representativas da categoria docente apresentam grande heterogeneidade, mas compartilham objetivos que se vinculam à defesa da autonomia e da liberdade, princípios fundamentais para a formação da consciência de classe do proletariado em qualquer esfera produtiva (DAL ROSSO, 2011). Nesse contexto, a

educação e o desenvolvimento econômico aparecem como dimensões inseparáveis da jovem república brasileira, marcada de um lado pelas iniciativas políticas das elites e, de outro, pelas conquistas sociais obtidas pelas lutas populares.

A análise dos processos históricos requer considerar a luta de classes como elemento estruturante da dinâmica social. Marx (2013) destacou que a propriedade privada e o avanço do capitalismo engendraram duas classes em permanente conflito: burguesia e proletariado. A modernidade não eliminou os mecanismos de dominação e opressão, mas os reconfigurou. No interior desse processo, o professor aparece, segundo Dal Rosso (2011), como trabalhador submetido à exploração capitalista, perceptível nos salários insuficientes e na carga horária extenuante.

A formação da classe trabalhadora e o fortalecimento de sua consciência coletiva constituem processos dinâmicos e multifacetados. Embora condicionada por fatores internos e externos, a consciência não pode ser reduzida a determinismos econômicos. Carvalho (2002) observa que a constituição da classe trabalhadora urbana brasileira apresentou peculiaridades, uma vez que a industrialização e a urbanização ocorreram de forma lenta e concentrada em poucas regiões.

No século XX, a classe trabalhadora no Brasil enfrentou obstáculos expressivos em relação à representação política, como a limitação dos direitos civis, a dificuldade de organização coletiva, a fragilidade dos direitos trabalhistas e a forte intervenção estatal voltada ao controle das massas. As conquistas foram fruto da mobilização coletiva, cuja atuação desempenhou papel essencial tanto na esfera política quanto na econômica.

As práticas organizadas contribuíram para ampliar a consciência de classe e enfraquecer o poder ideológico da burguesia. A educação política, conforme Lenin (2020) possibilita aos trabalhadores compreenderem as múltiplas formas de opressão que permeiam o cotidiano, abrangendo trabalho, vida pessoal, participação cívica e relações familiares. Educar-se politicamente é, portanto, condição para a emancipação

e para a autonomia, uma vez que, ao formarem-se como classe, os trabalhadores também formam a sociedade em que estão inseridos.

Nesse processo, a educação adquire papel central para o desenvolvimento da liberdade de pensamento e da ação coletiva. Saviani (2015) destaca que ela constitui elemento fundamental da construção histórica de ideias, conceitos e valores socialmente transmitidos. Para o autor, o ato educativo visa produzir, em cada indivíduo, a humanidade historicamente construída pelo conjunto dos homens. Essa concepção permite estabelecer um paralelo entre a função das associações mutualistas do início do século XX e a educação coletiva como instrumento de fortalecimento da classe trabalhadora diante dos interesses antagônicos da burguesia.

As entidades associativas e sindicais, assim, constituem expressão política e social da classe, atuando na defesa de direitos e na ampliação de estratégias de proteção. Para Lenin (2020), a união contra as forças repressivas do capitalismo desperta nos trabalhadores a consciência de sua condição e fomenta reivindicações por melhores condições laborais e por transformações estruturais.

Embora distintas em sua composição, essas organizações são convergentes na valorização da educação política, entendida como meio de desvelar a totalidade dos mecanismos de opressão. O mutualismo, nesse quadro, representou uma modalidade de resistência e sobrevivência. Costa (2018) ressalta que, embora não sejam sinônimos, mutualismo e sindicalismo compartilham práticas de auxílio e de enfrentamento.

Por meio da ação coletiva, os trabalhadores desafiam as estruturas sociais, canalizando indignações em iniciativas concretas. As greves, historicamente, desempenharam papel decisivo na formação da consciência de classe, estimulando a unidade e consolidando os movimentos trabalhistas. Tais experiências demonstram que associações e sindicatos foram, e continuam sendo, “*escolas de guerra*” para o proletariado, nas quais se forja identidade, solidariedade e luta por direitos.

Essas associações de caráter mutualista assumiram função decisiva na consolidação da sociedade civil brasileira nas primeiras décadas republicanas. O Brasil do início do século XX caracterizou-se pelo elitismo e pela exclusão, mas também pela resistência e pela busca de representação política por parte dos trabalhadores. É nesse cenário que se insere a ASRP, expressão de uma luta marcada pelas contradições sociais e pelo desequilíbrio das forças políticas.

A dissertação está organizada em quatro seções, precedidas por esta Apresentação e seguidos pelas Considerações Finais. Na “Apresentação”, são expostos os fundamentos metodológicos, o referencial teórico, as fontes documentais e a revisão de literatura, que sustentam a investigação, elementos indispensáveis para a compreensão e o desenvolvimento do estudo histórico-educacional proposto.

A segunda, intitulada “Uma perspectiva historiográfica: educação e mutualismo”, examina conceitos fundamentais para o estudo da história da educação e aborda a especificidade do mutualismo docente como forma de organização profissional.

Na terceira seção, “Trabalhadores em educação: organização e resistência”, procede-se a uma análise crítica dos processos de organização coletiva e das lutas empreendidas pela categoria docente, situando-as no contexto mais amplo da formação da classe trabalhadora.

A quarta seção, “Associação Sul Rio-Grandense de Professores (ASRP): origem e institucionalização”, dedica-se a detalhar o contexto histórico de fundação da entidade, bem como a sua trajetória de inserção política e social no cenário educacional pelotense e sul rio-grandense.

Nas “Considerações Finais”, retomam-se as principais conclusões do estudo e destaca-se a relevância histórica da ASRP como expressão significativa da luta docente no Brasil, reafirmando sua contribuição para a construção da identidade coletiva dos trabalhadores em educação.

## 1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta subseção apresenta o conjunto de elementos que orientaram a coleta e a organização do material necessário para a análise teórica sobre a Associação Sul Rio-Grandense de Professores (ASRP), na década de 1930. O objetivo central consiste em compreender como a entidade contribuiu para a valorização profissional dos trabalhadores em educação e para o desenvolvimento do movimento sindical docente.

Para atingir tal propósito, foram mobilizadas fontes bibliográficas e documentais que oferecem respaldo informacional e interpretativo. Como destaca Peter Burke (2003), a produção do conhecimento não se realiza em mente vazia, mas depende de filtros analíticos que orientam a apreensão da realidade:

Aqui, tais termos são utilizados como simples designações sucintas para uma série de processos que incluem a exploração, a observação, o levantamento e a experimentação, para não citar a aquisição, a pilhagem e, também importante, a consulta a informantes locais, seja perguntando ou ouvindo. (BURKE, 2003, p. 15).

A perspectiva metodológica adotada apoia-se também nas contribuições de Severino (2013), para quem o método científico constitui o caminho a ser trilhado na busca do conhecimento. Tal percurso envolve atividades de caráter operacional e técnico, entre as quais se destacam:

[...] variados procedimentos de observação, de experimentação, de coleta de dados, de registros de fatos, de levantamento, identificação e catalogação de documentos históricos, de cálculos estatísticos, de tabulação, de entrevistas, depoimentos, questionários etc. (SEVERINO, 2013, p. 87).

Esses procedimentos não devem ser aplicados de forma aleatória, mas sim integrados a um plano estruturado. A utilização do método científico fundamenta a análise da relação entre sujeito e objeto, distinguindo a produção de conhecimento do senso comum. Para Severino (2013), esse método apresenta duas fases: a indutiva, que parte da observação de fatos particulares para generalizações mais amplas, e a dedutiva, que transita do macro para o micro, testando hipóteses a partir de categorias mais gerais.

Entretanto, a adoção de técnicas e procedimentos não é suficiente para alcançar uma compreensão abrangente dos fenômenos. É necessário atentar para os fundamentos epistemológicos que sustentam a prática metodológica. conforme ressalta Severino (2013), o conhecimento não pode ser concebido de maneira isolada das práticas sociais e políticas.

A produção científica é constituída de três pilares, são eles: aplicação de técnicas, o método utilizado e os fundamentos epistemológicos levando-se em conta que existem procedimentos gerais que são comuns à atividade de pesquisa. Todavia, cabe ao pesquisador destacar eventuais enfoques aos objetos pesquisados.

Com base nesses princípios, Severino (2013) classifica as modalidades de pesquisa em nove categorias:

Quadro 1 - Modalidades e metodologias de pesquisa

I.	Pesquisa quantitativa e pesquisa qualitativa;
II.	Pesquisa etnográfica;
III.	Pesquisa participante;
IV.	Pesquisa-ação;
V.	Estudo de caso;
VI.	Análise de conteúdo;
VII.	Pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, pesquisa experimental, pesquisa de campo;
VIII.	Pesquisa exploratória, pesquisa explicativa;
IX.	Técnicas de pesquisa;

Fonte: SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Editora Cortez, 2013. p.102-110.

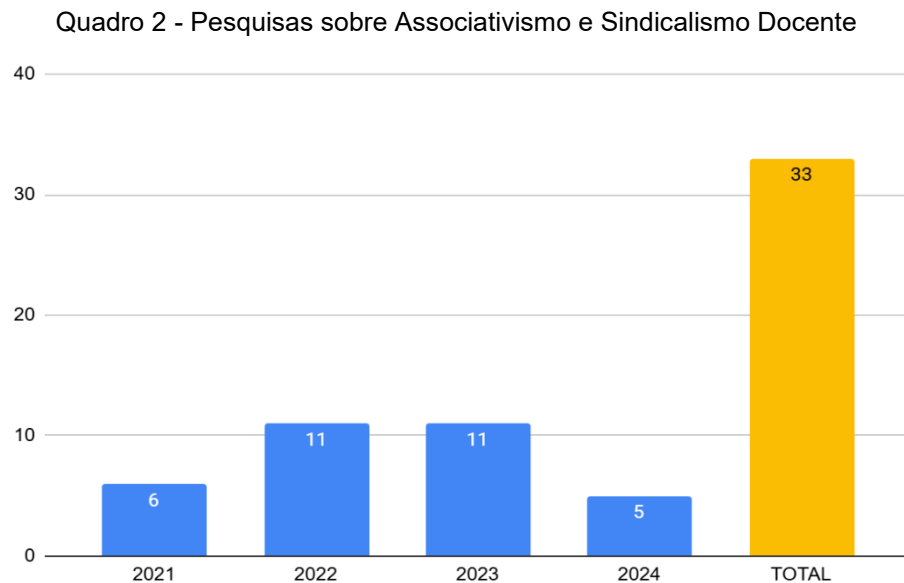
As modalidades metodológicas são fundamentais para a tipificação de investigações científicas em diversas áreas do conhecimento. No presente estudo, que tem como objetivo reconstituir a trajetória histórica da Associação Sul Rio-Grandense de Professores (ASRP), a sétima categoria oferece subsídios teóricos e metodológicos considerados centrais. A natureza do trabalho evidencia uma relação de interdependência entre as fontes e a abordagem do objeto, as quais são detalhadas nesta subseção.

A revisão da literatura investigação bibliográfica foi conduzida com base em registros prévios, incluindo obras publicadas, teses, artigos, documentação impressa e

materiais afins. Utilizaram-se conceitos e informações já trabalhados e interpretados por outros autores. Esse procedimento possibilita novas contribuições de caráter teórico e analítico, que dialogam com o campo da história da educação, em especial com os estudos sobre associativismo e sindicalismo docente.

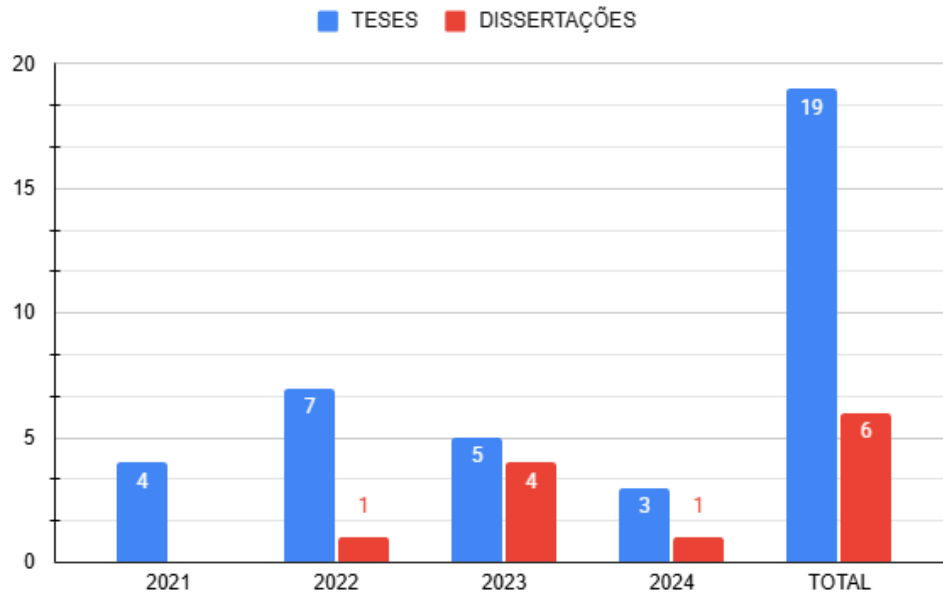
O levantamento bibliográfico que realizamos direcionou esforços para a identificação e classificação de referências nos acervos da Rede Aste (Associação Sul Rio-grandense de Pesquisadores em Educação), do HISTEDBR (Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação no Brasil) e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Tais bases constituíram a espinha dorsal da estrutura dissertativa, uma vez que permitiram dimensionar, quantitativa e qualitativamente, a produção acadêmica sobre a temática do associativismo e sindicalismo docente nos últimos quatro anos.

Nessa fase da pesquisa foram coletadas 33 pesquisas sobre que tratam diretamente sobre a temática. Desse total, 19 são teses, 6 são dissertações e 8 são artigos científicos. Essa fortuna documental foi importante para a dimensionar os próximos passos do estudo.



Fonte: Adaptado da Rede Aste, Revista HISTEDBR e BDTD.

Quadro 3 - Teses e Dissertações: Associativismo e Sindicalismo Docente (BDTD)



Fonte: Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)<sup>1</sup>

As referências bibliográficas consistem em fontes documentais de natureza temática, estudadas por áreas do conhecimento reconhecidas academicamente. Constituem-se como obras de reflexão teórica, tais como livros, artigos, teses, dissertações e ensaios. Sua utilização demanda domínio de técnicas específicas para classificação e descrição de documentos análogos. Conforme postulado por Severino (2013), é imperativo adotar critérios relativos a gêneros literários, autoria, conteúdos temáticos, temporalidade, entre outros. A aplicação desses filtros possibilita a elaboração de catálogos bibliográficos, os quais se tornam instrumentos essenciais para a composição de repertórios temáticos. A consideração desses aspectos metodológicos contribui significativamente para o enriquecimento do quadro teórico desta investigação.

Paralelamente às fontes bibliográficas, os documentos primários revelaram-se cruciais para a reconstituição histórica da ASRP, entidade que exerceu papel fundamental na organização professoral de Pelotas (RS). Foram consultados, entre

<sup>1</sup> BDTD, Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações, 2021-2024. Disponível em: <<https://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?sort=year&filter%5B%5D=publishDate%3A%22%5B2021+TO+2024%5D%22&lookfor=SINDICALISMO+docente&type=AllFields>>. Acesso em 21 de novembro de 2024.

outros materiais: jornais gaúchos da década de 1930, Anuários Estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e estatutos custodiais em cartório.

Cumprе salientar que a pesquisa documental abarca um espectro amplo de suportes materiais, não se restringindo a documentos impressos. Incluem-se, nessa categoria, fotografias, gravações, filmes, legislação, decretos e demais registros produzidos no período investigado. O tratamento desses vestígios como fontes primárias confere singularidade e valor substantivo à produção do conhecimento.

Para o sucesso da coleta de dados, é imperativa preservar as condições originais dos documentos, permitindo sua catalogação e interpretação sem interferências do pesquisador. Como assinala Severino (2013), os contextos social, cultural, profissional e acadêmico oferecem substratos importantes para a construção da investigação, uma vez que “o pesquisador precisa vivenciar uma experiência problematizadora” (SEVERINO, 2013, p. 112). Para o autor, a maturação do processo investigativo perpassa três etapas: invenção, intuição e descoberta.

Dessa forma, a pesquisa aqui desenvolvida apoia-se em um planejamento metódico e em registros sistematizados, organizados em cronograma que abrange desde a formulação de objetivos até a análise final. Esse percurso metodológico possibilita a confirmação ou a reformulação de hipóteses iniciais, à medida que novos dados são incorporados ao longo do trabalho.

## **1.2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS**

A presente subseção organiza os referenciais conceituais que sustentam a análise do associativismo docente, com ênfase na contribuição histórica dessas agremiações para a formação de repertórios políticos e identitários dos trabalhadores em educação. Adota-se o materialismo-histórico como eixo interpretativo, priorizando a luta de classes como categoria analítica para compreender as contradições sociais que atravessaram a trajetória da Associação Sul Rio-Grandense de Professores (ASRP) em Pelotas (RS).

Arguimos, que a temática do associativismo e sindicalismo dos trabalhadores em educação é essencial para compreender a história da educação e as lutas sociais no Brasil. Nesse sentido, utilizamos como modelo interpretativo os estudos acerca da sociedade capitalista que foram delineados por Karl Marx, esses escritos buscam esclarecer as transformações históricas, sociais e econômicas, que perpassaram extensos períodos e moldaram a organização histórica da sociedade.

Um conceito que julgamos central é o materialismo histórico-dialético, nesse sentido a materialidade do mundo não pode ser pensada apenas por um único fator condicionante que organiza socialmente os homens. A história das sociais deve ser observada pelas múltiplas facetas que abrangem sua origem e formação. Existe uma relação de interdependência entre as forças produtivas e as relações sociais de produção.

O materialismo histórico de Marx e Engels [...] trouxe uma visão profundamente nova do desenvolvimento da sociedade humana e um novo projeto de lutas sociais com vistas a transformação radical da sociedade existente. O que conta não é tão-somente identificar a procedência dos ladrilhos, mas ressaltar o autor do plano do edifício. (GORENDER, 2001, p.17).

Compreender as processualidades históricas sob a lógica do materialismo histórico não é uma tarefa fácil, carece de empenho crítico e atenção sobre as múltiplas processualidades que constituem a realidade social. Cabe salientar que a história da humanidade não deve ser descrita apenas como um amontoado de fatos e acontecimentos perdidos, mas suscitar reflexões e procurar estabelecer a conexão com o tempo presente. O materialismo histórico-dialético aponta a essência dos elementos que constituem a realidade, buscando reconstituir os diversos fragmentos que estruturam a sociedade, como, a luta de classes, o trabalho e a consciência de classe.

Marx e Engels (2005), defendem que a história das sociedades é a história da luta de classes. Nesse sentido, o princípio gerador das mudanças no decorrer dos processos históricos é o conflito ininterrupto entre as classes antagônicas. Todavia, a centralidade da vida social ao longo da história é o trabalho.

A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor feudal e servo, mestre de corporação e companheiro, em resumo, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em conflito. (MARX; ENGELS, 2005, p. 40).

Em uma sociedade de classes a centralidade da vida social é o trabalho, esse fato histórico promove significado e sentido a existência coletiva. Além disso, a atividade laboral pode ser caracterizada pela sua dualidade, como afere Dejours (2004), quando não subjuga é possível a construção de laços afetivos, boas práticas, ser prazeroso, saudável e criativo. Porém, quando subjuga predomina a ausência das condições anteriores, engendrados novos elementos como o sofrimento e a desestruturação física/psíquica do trabalhador.

“No entanto, em se tratando do contexto de trabalho capitalista, ao qual estamos inseridos, vivenciamos constantemente o sofrimento patogênico. Segundo Tragtenberg (2012), o trabalhador tem se tornado uma mercadoria e como forma de subsistência, ele vende sua força de trabalho por estar submetido aqueles que personificam o capital por terem o monopólio dos meios de produção.”. (MENDONÇA; MENEZES, 2025, p.313).

Na teoria marxista o conceito de consciência de classe é uma ferramenta analítica fundamental para compreender a sociedade capitalista. A consciência de classe para si corresponde a compreensão meticulosa do indivíduo sobre sua situação e a relação com outras classes. “*Ela implica uma compreensão clara da natureza da exploração e da dominação de classe que ocorre na sociedade e a disposição para lutar contra isso*”. (MENDONÇA; MENEZES, 2025, p.316).

Segundo Mendonça et al., (2025), na psicodinâmica do mundo do trabalho, a consciência é denotada como uma dimensão da subjetividade dos trabalhadores. A consciência para si corresponde a capacidade dos trabalhadores de identificar as relações de poder na esfera laboral e engendrar meios para lutar coletivamente. Essa consciência resulta de processos dinâmicos que fomentam a paulatina construção da subjetividade resistente e crítica.

Outra categoria conceitual da teoria marxista é a consciência de classe em si, nesse aspecto o foco é sobre a consciência da posição que o indivíduo ocupa em sociedade, mesmo que não tenha clareza dessa posição.

“Em outras palavras, é a consciência implícita que cada indivíduo tem sobre sua situação de classe, mesmo que não tenha consciência dela. Sendo determinada pelas relações de produção em que se encontra inserida e pelas contradições que surgem dessas relações”. (MENDONÇA; MENEZES, 2025, p.316).

De acordo com Mendonça et al., (2025), o marxismo define a consciência como uma unidade dialética na qual integra objetividade e subjetividade. A consciência é caracterizada como um fenômeno histórico-social, que possui relativa autonomia frente às determinações da realidade material. O sistema capitalista não tem capacidade de eliminar por completo a individualidade, a capacidade transformadora e organizativa dos sujeitos históricos. Mesmo com a existência cruel de condições opressivas e com desigualdades sociais evidentes.

“Essa autonomia relativa da consciência gera uma tensão permanente entre subjetividade e objetividade, que pode ser analisada a partir das categorias do “em si” e “para si”. A transformação do objeto “em si” depende da apropriação consciente das propriedades objetivas do objeto, o que exige uma consciência de classe “para si”. Essa consciência não se trata de um insight subjetivo, mas sim de uma tarefa histórica da classe explorada para desvelar sua posição objetiva e seu papel histórico na sociedade de classes”. (MENDONÇA; MENEZES, 2025, p.317).

O sujeito não deve ser simplificado como é um refém da classe economicamente dominante. Ele é um ser que interage maneira relacional, ativa e coletiva com os outros. A participação societária dos indivíduos depende dessa constante interação entre os fatores de interação social, fomentando a coletividade e gerando o sentimento de pertencimento.

A superação da “consciência de classe em si” para a “consciência de classe para si”, demanda dinâmicos processos que envolvem a mobilização e organização das classes subalternas/oprimidas. *“Isso envolve a construção de formas de consciência coletiva e a articulação de interesses comuns para a luta por direitos e melhores condições de vida”*. (MENDONÇA; MENEZES, 2025, p.317).

A organização para a luta dos trabalhadores em prol de melhores condições de vida e de direitos, são fatores histórico-sociais que estão presentes no marxismo. Nesse sentido, as associações e sindicatos cumprem papel significativo de resistência e luta coletiva. Como aponta Marx e Engels (2005), a história das lutas dos trabalhadores não se medem somente por vitórias imediatas, mas pelo alargamento da unidade e da solidariedade entre eles. *“O verdadeiro resultado de suas lutas não é o êxito imediato, mas a união cada vez mais ampla dos trabalhadores”*. (MARX; ENGELS, 2005, p.48).

Sendo assim, a teoria marxista possibilita analisar como os movimentos dos trabalhadores fomentou a criação de associações e sindicatos. Essa dissertação tem como um dos focos analisar a importância dessas agremiações como espaços de união voluntária da classe trabalhadora estabelecendo um resgate histórico da memória coletiva. Em específico trataremos como grupo focal os professores.

Nos últimos anos alguns pesquisadores engendraram estudos de revisionismo historiográfico sobre associativismo e sindicalismo docente, em específico ressaltamos a importância das produções acadêmicas do Grupo de Pesquisa em História e Teoria da Profissão Docente e do Educador Social (GRUPHIS) e da Rede Aste (Rede de Pesquisa Sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação).

Esses grupos de pesquisas são fundamentais para a produção do conhecimento e para a desmistificação sobre os movimentos coletivos que se desenvolveram no seio da sociedade capitalista. Muitos desses movimentos foram guiados pelo alinhamento com as diretrizes marxistas que produziram conquistas significativas em longo prazo.

Estudar o associativismo e o sindicalismo docentes, exige captar tanto as determinantes estruturais, econômicas e institucionais, quanto os elementos culturais e organizativos que permitem a formação de sujeitos históricos. Dessa interseção resultam as múltiplas formas de resistência, representação e institucionalização.

Por fim, este referencial teórico orienta a opção metodológica do trabalho, privilegiando leituras que articulem análise estrutural e interpretações contextuais, reconhecendo a historicidade dos indivíduos, a institucionalização das agremiações e o caráter processual da consciência coletiva dos trabalhadores em educação.

### **1.3 FONTES DA PESQUISA**

A análise das fontes primárias constitui uma etapa central para a elaboração desta pesquisa, cujo foco recai sobre a Associação Sul Rio-Grandense de Professores (ASRP). Conforme orienta Le Goff (1996), o documento deve ser compreendido não apenas como vestígio, mas como construção social, portador de intencionalidades e representações. Desse modo, as fontes aqui mobilizadas não se limitam a fornecer informações sobre fatos passados, mas também revelam disputas de sentido, práticas de poder e formas de memória coletiva.

Os materiais foram selecionados de acordo com sua relevância para a reconstituição da trajetória da ASRP durante a década de 1930, período marcado por intensas transformações no campo educacional e político do Brasil. A pesquisa apoia-se em dois eixos principais: fontes primárias e fontes secundárias.

As fontes primárias são documentos produzidos na época dos acontecimentos, capazes de oferecer testemunhos diretos sobre a realidade vivida pelos professores de Pelotas (RS). Incluem-se nessa categoria:

- jornais locais e regionais da década de 1930;
- estatutos da ASRP registrados em cartório;
- anuários estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);
- legislações educacionais da década 1930
- registros institucionais que mencionam a atuação da associação.

Esses documentos permitem reconstruir tanto a dimensão organizativa quanto o papel social e político desempenhado pela entidade. A utilização dos periódicos, por exemplo, viabiliza identificar debates, conflitos e estratégias de

visibilidade pública da associação, enquanto os estatutos e registros legais oferecem elementos sobre sua estrutura administrativa e seus objetivos institucionais.

Cabe enfatizar que o tratamento das fontes primárias exige cuidados metodológicos quanto à preservação de sua integridade material e à contextualização histórica. Como observa Bloch (2001), o historiador deve interrogar a fonte, situando-a em seu tempo, questionando seus silêncios, suas lacunas e suas intencionalidades. Tal postura garante que os documentos não sejam tomados como evidências neutras, mas como construções discursivas carregadas de sentidos sociais.

No caso desta dissertação, a combinação entre fontes primárias e secundárias foi decisiva para ampliar a compreensão do fenômeno estudado. Enquanto os documentos da época oferecem o contato direto com o passado da ASRP, os estudos recentes possibilitam inserir a associação no panorama mais amplo da história do associativismo e sindicalismo no Brasil.

O documento não é inocente. É antes de tudo resultado de uma montagem consciente ou inconsciente da história, da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. (LE GOFF, 1996, p. 548).

Assim, compreender a documentação em sua pluralidade contribui para construir uma narrativa mais consistente e crítica sobre a ASRP, articulando as experiências locais à dinâmica nacional do movimento docente e às disputas que marcaram a sociedade brasileira do período.

A análise dessas fontes primárias juntamente com a bibliografia selecionada foi fundamental para a construção da realidade histórica da década de 1930. Conforme elucidado por Severino (2013), a pesquisa científica deve conter elementos suficientes para a construção gradual do raciocínio demonstrativo, que envolve o levantamento de dados, ideias do tempo presente e intuições racionais do pesquisador.

Constituir reflexões sobre os documentos não é uma tarefa simples, pois demanda empenho analítico para compreender a construção textual presente nos arquivos que carrega consigo referências, fatos e personagens históricos do período de origem documental, constituindo um testemunho escrito com elementos de valor simbólico.

O levantamento documental para essa pesquisa, que tem como foco a ASRP, utilizou ferramentas digitais para analisar e organizar as fontes que tenham conexão direta com a associação em questão e a educação no Brasil no período dos anos 1930.

Do ponto de vista das atividades acadêmicas, a internet e as ferramentas digitais proporciona facilidades que ultrapassam barreiras tradicionais das pesquisas. Os recursos atualmente disponíveis servem como subsídio para as pesquisas e constituem originalidade com base na utilização dos mesmos. “*A Internet representa, neste sentido, uma mudança de paradigma comparável à invenção da imprensa por Gutemberg.*” (MARCONDES; SAYÃO, 2001, p. 25). A internet deve ser significada como um importante instrumento para a comunicação e o acesso à informação, impactando diretamente nas divulgações, integrações e resultados das pesquisas acadêmicas.

Destacamos como instrumento de exímia importância a Biblioteca Nacional Digital (BND)<sup>2</sup>, esse domínio digital é um importante espaço para essa pesquisa. Nele foram colhidos periódicos dos anos 1930 que traduzem elementos caros aos períodos no que concerne à educação. Aos interessados em pesquisa de documentos primários, nesse ambiente virtual podem encontrar uma enorme variedade de arquivos sobre o Brasil e suas regiões.

É possível explorar artigos, dossiês, exposições, acervo digital e hemeroteca digital. Oficialmente a BND começa a funcionar em 2006, a digitalização de documentos

---

<sup>2</sup> BND, Biblioteca Nacional Digital, Brasil. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/>>. Acesso em 02 de dezembro de 2024.

é incentivada por parcerias nacionais e internacionais. A partir do ano de 2008, recebe apoio financeiro do Ministério da Cultura (MinC). Essa parceria com o governo federal, viabiliza ampliar e democratizar o acesso aos documentos de valor histórico.

Outro ambiente virtual com informações elementares para a reconstrução do passado são os Anuários Estatísticos do IBGE<sup>3</sup>, o acervo documental retrata a realidade brasileira no século XX. As informações foram extraídas de 64 volumes que foram produzidos entre os anos de 1916 a 2000, classificados em duas categorias gerais, são elas; demográficas (associativismo, cultura, educação, habitação, justiça, população, previdência social, representação, saúde e trabalho) e econômicas (moeda e crédito, atividades econômicas, rendimentos e preços, setor externo, contas nacionais, finanças públicas e tabelas setoriais). Esse acervo contém 326 séries históricas de dados. Cabe salientar que o acervo está digitalizado e de fácil acesso ao público. A presente dissertação concentrou empenho nos dados relativos à educação.

Ao compilar os dados foi constituído um acervo com 29 documento, classificados como:

Tabela 1 - Levantamento documental

FONTES PRIMÁRIAS	
Tipos de fontes	TOTAL
Periódicos	12
Anuários Estatísticos	14
Ata de reunião (ABE)	1
Livro de teses (ABE)	1
Estatuto Social (cartório)	1

Fonte: Elaborada pelo autor

Nestas fontes primárias contém informações contundentes que apontam como a educação estava sendo tratada nas primeiras décadas do século XX. O caminho para a ASRP demanda empenho crítico sobre o material coletado, o entrelaçar de fatos ocorre ao considerar a importância de certas instituições como a Associação Brasileira de Educação (ABE).

<sup>3</sup> IBGE. Estatísticas do séc. XX. Brasil. Disponível em: <<https://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-temas/educacao.html>>. Acesso em 02 de dezembro de 2024.

Dirigentes e outros integrantes da ABE foram responsáveis pela criação da Seção Pelotense da Associação Brasileira de Educação (SPABE), composta por importantes figuras de influência política em nível regional e nacional. Algumas dessas figuras criaram posteriormente a Associação Sul Rio-Grandense de Professores no ano de 1929 na cidade de Pelotas (RS).

Partindo do fato que essas agremiações existiram e constituíram força política em diversos níveis de influência, estudar a ASRP visa contribuir para campo de conhecimento acadêmico e dar voz ao professorado pelotense com o resgate de sua história rica em fatos e desdobramentos. Nesse período de existência a agremiação teve três estatutos, o primeiro do ano de 1930, o segundo de 1953 e o terceiro de 1975. Todos com significativa importância no contexto de desenvolvimento da organização.

Historicamente a oficialização de associações no Brasil se deve à obrigatoriedade de registro em cartório do estatuto social, essa normativa tem origem no século XIX e perdura até o século XX. Buscamos por meio de registro no cartório Rocha Brito<sup>4</sup> (Pelotas), o acesso a esses documentos primários, os estatutos sociais, são denotados como eixos iniciais da pesquisa por revelar os meios de organização, objetivos e tipificações de membros e associados.

Ainda sobre as fontes primárias, é necessário enfatizar que houve certa dificuldade em conseguir mais documentos que pudessem somar aos estatutos e os periódicos que tratassem diretamente sobre a ASRP, alguns motivos podem ser listados; o recuo temporal de quase um século, as escassas fontes da associação, a tragédia do RS com as enchentes dificultou o trabalho de campo, a cidade não dispõe de arquivo público, exceto aquele é desempenhado pela Biblioteca Pelotense, no início do ano de 2025 a Biblioteca estava fechado por conta do recesso e a sessão de arquivos da década de 1930 estava interditada, nesta sessão os períodos do jornal local Diário Popular e o jornal A Opinião Pública eram os que tinham maior número de publicações da associação em questão.

---

<sup>4</sup> RTDPJ. Operador Nacional de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas. Brasil. Disponível em: <<https://www.rtdbrasil.org.br/>>. Acesso em 02 de dezembro de 2024.

O principal fator que limitou a descoberta de novas fontes primárias está no fato que a ASRP encontrar-se fechada desde 2020, a impossibilidade de contato com a instituição e/ou equipe diretiva limitou nosso campo de ação, a associação não possui e-mail, telefone ou website.

Na enfática inquirição por recursos materiais que tratassem de maneira explícita a ASRP no plano político-social que cumprisse o recorte temporal, seguimos a sugestão da banca de qualificação e consideramos elaborar uma análise as fontes primárias presentes na tese de Cardoso<sup>5</sup> e a dissertação de Soares<sup>6</sup>. Nesses trabalhos é encontrado um farto acervo documental sobre a ASRP, as fontes são identificadas como Periódicos e Atas do Conselho Diretor.

A coleta das fontes feitas pelos autores Cardoso e Soares resulta da minuciosa análise das tipologias documentais que trazem preferencialmente a ASRP para o enfoque no que tange a construção histórica de sua atuação no Rio Grande do Sul. O dossiê elaborado conta com 32 documentos que tratam diretamente sobre a ASRP.

Tabela 2 – Fontes primárias da ASRP

DOCUMENTOS	PERÍODOS	DESCRIÇÃO
Jornal: Diário Popular	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 23/10/1930</li> <li>• 27/10/1929</li> <li>• 12/12/1930</li> <li>• 09/04/1930</li> <li>• 01/08/1930</li> <li>• 07/10/1928</li> <li>• 17/10/1939</li> <li>• 15/10/1958</li> <li>• 13/10/1968</li> <li>• 14/10/1975</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Convite para reunião geral</li> <li>• Conselho diretor</li> <li>• Concurso de obras literárias</li> <li>• Semana da educação</li> <li>• Palestras para os associados</li> <li>• Dia do professor</li> <li>• Comemoração dos 10 anos da ASRP</li> <li>• Dia do professor</li> <li>• Quanto ganha um professor?</li> <li>• Dia do Professor em Pelotas</li> </ul>

<sup>5</sup> CARDOSO, Sérgio Ricardo Pereira. *Associação Sul Rio-Grandense de Professores: um nicho de desenvolvimento da consciência de classe docente em Pelotas (1929-1979)*. Tese (Doutorado em Educação) – UFPEL, Pelotas. 2011. Disponível em: <<https://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/5414>>. Acesso em 22 de janeiro de 2024.

<sup>6</sup> SOARES, Tamires Ferreira. *Os professores e as elites locais na defesa da educação : as lideranças e as atividades da Associação Brasileira de Educação e da Associação Sul-Rio-Grandense de Professores em Pelotas (1926-1945)*. Dissertação (Mestrado), UFPEL, Pelotas, 2023. Disponível em: <<https://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/5414>>. Acesso em 22 de janeiro de 2024.

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 02/08/1934</li> <li>• 16/10/1958</li> <li>• 01/01/1927</li> <li>• 16/10/1929</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conferências didáticas</li> <li>• Sede própria da ASRP</li> <li>• Regulamento da SPABE</li> <li>• ASRP e o Dia do Professor</li> </ul>
Jornal: A Opinião Pública	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 25/10/1926</li> <li>• 05/01/1927</li> <li>• 13/12/1929</li> <li>• 16/10/1933</li> <li>• 15/10/1934</li> <li>• 07/11/1933</li> <li>• 24/07/1933</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação da SPABE</li> <li>• Objetivos da SPABE</li> <li>• Conselho diretor</li> <li>• Dia do professor</li> <li>• Dia do professor</li> <li>• Arrecadação solidária</li> <li>• Palestras pedagógicas</li> </ul>
Atas de Conselho Diretor	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 1933</li> <li>• 1931/1932</li> <li>• 1941/1942</li> <li>• 1929</li> <li>• 1931</li> <li>• 1932</li> <li>• 1938/1940</li> <li>• 1950</li> <li>• 1930</li> <li>• 1933-1937</li> <li>• 1941/1942</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assembleia extraordinária</li> <li>• ASRP: associação beneficente</li> <li>• Caixa beneficente</li> <li>• Aval da Biblioteca Pública Pelotense</li> <li>• Sede própria e biblioteca pedagógica</li> <li>• Curso de datilografia pela ASRP</li> <li>• Investimento para compra de obras didáticas</li> <li>• Nomeação de bibliotecárias</li> <li>• Eleição dos emblemas da ASRP</li> <li>• Emblemas da ASRP</li> <li>• Fim dos descontos por faltas</li> </ul>

Fonte: CARDOSO (2011)<sup>7</sup>; SOARES (2023)<sup>8</sup>.

Esse volumoso acervo documental contém informações sobre as atuações da ASRP ao longo da década de 1930. Dentre as ações coletivas promovidas pela associação pode-se identificar que os primeiros anos de existência foram marcados pelo empenho em prol da institucionalização com a oficialização do estatuto social. Posteriormente, a agremiação buscou promover eventos com amplas finalidades, como palestras para a qualificação docente, reuniões da assembleia geral, eleições, arrecadação de fundos, nomeação de sócios e entre outras.

Cabe salientar que os periódicos selecionados (Diário Popular, A Opinião Pública, Diário de Notícias, Staffetta Rio-Grandense e A Federação) eram ferramentas oficiais de comunicação do Estado. Suas produções literárias e gráficas buscavam representar os ideais positivistas da incipiente República brasileira.

<sup>7</sup> CARDOSO, Sérgio Ricardo Pereira. Associação Sul Rio-Grandense de Professores: um nicho de desenvolvimento da consciência de classe docente em Pelotas (1929-1979). Tese (Doutorado em Educação) – EFPE, Pelotas. 2011

<sup>8</sup> SOARES, Tamires Ferreira. Os professores e as elites locais na defesa da educação : as lideranças e as atividades da Associação Brasileira de Educação e da Associação Sul-Rio-Grandense de Professores em Pelotas (1926-1945). Dissertação (Mestrado), UFPEL, Pelotas, 2023.

Segundo Hohlfeldt (2006), para analisar periódicos é necessário considerar as variantes que integram a existência material e simbólica da imprensa. Com o avanço da urbanização ocorreu a estabilidade de publicações e a circulação de periódicos em larga escala. A imprensa tradicional estimulou o proselitismo político-partidário junto ao PRR, nas páginas dos jornais misturavam-se publicidades de lazer, comércio, literatura, cultura e partidárias.

Pela primeira vez, efetivamente, as lideranças políticas e intelectuais, impulsionadoras da opinião pública, tinham veículos eficazes colocados a seu dispor, o conjunto de publicações da imprensa sul-rio-grandense. (HOHLFELDT, 2006, p. 11-12).

No início do século XX, o PRR tinha grande influência nas publicações que circulavam nos grandes centros urbanos, em especial Pelotas e Porto Alegre. Para Hohlfeldt (2006), o controle a imprensa pelo PRR corresponde a um fator estratégico para o fomento do discurso republicano junto aos segmentos populacionais, como operário e descendentes de imigrantes.

Ademais, as fontes selecionadas para essa dissertação apresentam características com certa proximidade com os apontamentos analíticos de Hohlfeldt (2006). Apesar de terem um viés político-partidário, são representações da realidade sob um ponto de vista do período. Faremos uma análise crítica do material primário com foco em identificar escritos que estão dentro do nosso escopo de interesse, no caso a educação e a ASRP.

Nesse sentido, alguns questionamentos foram levantados a partir da leitura das fontes, são eles:

- Como se desenvolveu a ASRP?
- Qual o nível de relação da ASRP com a formação docente?
- Até que ponto esse modelo de associação interferiu no processo de valorização do trabalho docente?

- O que podemos aprender com a associação mutual em relação ao enfrentamento da pauperização e precarização do trabalho docente?

Em consonância com as indagações acima, estudar sobre a ASRP promove espaços para diálogos ao considerar como elementar o resgate da história dos trabalhadores em educação.

Mediante o exposto, enfatizamos que a reconstrução do passado pela coleta de fontes para a dissertação foi uma tarefa complexa, demandou tempo e empenho, suscitando em letárgicas observações, identificações, classificações, organizações e interpretação dos documentos, alguns documentos foram acessíveis pela internet e outros documento acessados pessoalmente.

Elucidar esses fatos corrobora para a intrínseca relação e conceituação exposta por Burke (2003), segundo o autor a elaboração de um estudo conciso situado na produção do conhecimento exige capacidade organizativa equilibrada entre o *“campo e o gabinete”*<sup>9</sup>.

#### **1.4 REVISÃO DA LITERATURA**

Na construção da presente pesquisa, de natureza qualitativa, realizamos a revisão da literatura com o propósito de reduzir as lacunas entre o já consolidado e o ainda suposto. Nesse processo, duas coletas foram feitas articulando-se de forma complementar: a literatura sobre educação e a literatura sobre a ASRP.

A revisão da literatura concentrou-se em obras que dialogam com a história da educação com ênfase no associativismo e sindicalismo de professores. Observou-se, contudo, que a maior parte dos estudos sobre associativismo e sindicalismo docente

---

<sup>9</sup> “O mundo fora dos museus e das universidades não era tido apenas como um depósito onde era possível se apropriar de objetos; era visto também como um campo de estudo e observação. O trabalho de campo veio a se firmar cada vez mais como prática estabelecida na segunda metade do século XVIII, gerando conflitos entre o “campo” (terrain) e o gabinete (cabinet), e rivalidades entre estudiosos nômades e sedentários, entre profissionais na periferia e profissionais no centro”. (BURKE, 2003, p. 38).

não trata especificamente da ASRP. Durante a revisão, foram consultadas as principais plataformas acadêmicas, utilizando-se como palavras-chave: ASRP, Mutualismo, Profissão Docente e Associativismo. Encontraram-se cinco produções que abordam de maneira mais direta a instituição, analisando sua história, seja em paralelo com outras organizações, seja a partir de dimensões político-culturais.

Tabela 3 - Produções bibliográficas sobre ASRP

2008	Autor (a): Adriana Duarte Leon
	Dissertação: A PROFISSÃO DOCENTE NA CIDADE DE PELOTAS: Associação Sul Rio-Grandense de Professores e Associação Católica de Professores (décadas de 1930 e 1940)
2011	Autor (a): Adriana Duarte Leon
	Artigo: IDENTIDADE DOCENTE COLETIVA, ASSOCIATIVISMO E PRÁTICAS DE FORMAÇÃO NAS DÉCADAS DE 30 E 40 DO SÉCULO XX
2011	Autor (a): Sergio Ricardo Pereira Cardoso
	Tese: ASSOCIAÇÃO SUL-RIOGRANDENSE DE PROFESSORES: um nicho de desenvolvimento da consciência de classe docente em Pelotas (1929-1979)
2012	Autor (a): Sergio Ricardo Pereira Cardoso
	Artigo (a): A DIMENSÃO CULTURAL DA ASSOCIAÇÃO SUL-RIOGRANDENSE DE PROFESSORES (DOS ANOS 30 AOS ANOS 70)
2023	Autor (a): Tamires Ferreira Soares
	Dissertação: Os Professores e as elites locais na defesa da Educação: As lideranças e as atividades da Associação Brasileira de Educação e da Associação Sul-Rio-Grandense de Professores em Pelotas (1926-1945)

Fonte: Elaborada pelo autor

A análise dos escritos acima sobre a ASRP é uma etapa essencial para compreender os conceitos apresentados e as discussões fomentadas de acordo com o contexto abordado. *“Pode-se dizer que é o processo de análise que converte a informação relativamente crua em conhecimento efetivo”*. (BURKE, 2003, p.59). O desenvolvimento da escrita da dissertação deve ter coesão ao apresentar elementos conceituais novos, não sendo um mero revisionismo.

Nesse sentido, avaliamos ser importante conceituar o papel da revisão bibliográfica como um dos pilares de sustentação da pesquisa. Constitui uma fase importante do trabalho e não deve ser uma seção isolada, tem como função primordial elucidar o caminho que o pesquisador deve trilhar, desde a delimitação de problemas

que carecem de solução, até interpretações ao cruzar dados almejando novos resultados.

Para Mazzoti (2012, p. 42), a revisão bibliográfica contribui para delimitar o problema de pesquisa que deve ser caracterizado e contextualizado. *“Para isto, ela deve servir a dois aspectos básicos: (a) a contextualização do problema dentro da área de estudo; e (b) a análise do referencial teórico”*.

A familiarização com a abrangente literatura já produzida é um passo essencial na definição das possíveis abordagens que concernem os procedimentos teóricos e metodológicos de estruturação da pesquisa. Esse processo letárgico constitui a produção de conhecimento, evitando repetições teóricas na escrita.

Torna-se primordial a dissertação trazer dados atuais, mantendo o quadro bibliográfico atualizado. Os estudos mais recentes têm como possibilidades oferecer pistas sobre novos caminhos que levam ao encontro com o objeto a ser estudado.

Cabe destacar que encontrar as conexões entre as pesquisas está longe de ser o que academicamente se entende como estado da arte. Conforme afirma Mazzotti a “garimpagem” não traduz o estado da arte como prática tradicionalmente denotada, pois, isso gera um efeito categórico insatisfatório em teses e dissertações que não estão diretamente alinhadas com o estado da arte como objeto de estudos.

Tal contribuição, embora não possa ser desprezada, é insatisfatória. em primeiro lugar, porque estados da arte devem ser elaborados por especialistas, pessoas que aliem profundo conhecimento da área e capacidade de sistematização, o que como já foi dito, nem sempre é o caso dos alunos de mestrado e doutorado. Além disso, teses dissertações são, em geral, pouco divulgadas, só estando disponíveis nas bibliotecas as instituições em que foram defendidas. (MAZZOTTI, 2012, p. 44).

Quando se busca analisar e comparar as pesquisas acadêmicas, e com mais especificidade as pesquisas desenvolvidas em educação no Brasil, encontra-se certa dificuldade pela fragmentação existente entre as variedades de metodologias e teorias adotadas. Para Mazzotti, (2012), o pesquisador ao longo do desenvolvimento da tese

ou dissertação deve desenvolver uma visão abrangente sobre a área, isso auxilia na identificação de questões relevantes e significativas para dimensionar o problema a ser investigado.

Reconhecer e identificar autores que defendem apontamento de consenso fornecem evidências para sustentar as proposições apresentadas na pesquisa. Como resultado desse contexto é necessário que a pesquisa apresente uma contribuição original acerca do tema abordado, ainda mais sabendo que “*a construção teórica não é tarefa simples, exigindo profundo conhecimento do campo conceitual pertinente, além de grande capacidade de raciocínio formal*”. (MAZZOTTI, 2012, p.48).

Identificar os estudos sobre a temática proporciona a expansão dos conhecimentos adquiridos de forma processual e esclarecem dúvidas e lacunas, que naturalmente surgiram no decorrer da pesquisa. Todavia, Mazzotti (2012) alerta sobre a necessidade do equilíbrio entre as abordagens interdisciplinares, tendo como principal perigo o reducionismo e interpretação parciais.

Quando se recorre a não apenas uma dessas ciências, mas a várias, em uma abordagem inter ou transdisciplinar, o resultado tende a ser altamente enriquecedor. O perigo, portanto, é reduzir o âmbito e a complexidade da questão investigada, através de interpretações parciais e/ou enviesadas. (MAZZOTTI, 2012, p. 48).

Esses cuidados a serem tomados são descritos por Mazzotti (2013), ao caracterizar os tipos de revisão que devem ser evitados.

Quadro 4 - Tipos de pesquisadores



Fonte: Adaptada MAZZOTTI, 2012. p.50-54.

Considerando o exposto acima, a revisão da literatura precisa ser caracterizada como uma fase fundamental para a construção do objeto de pesquisa, implicado em dois aspectos intrínsecos. Primeiro fomenta os agrupamentos teóricos que se encontram fragmentados em diversas pesquisas e por fim corrobora para o desenvolvimento do conhecimento produzido na área. Haja visto que as pesquisas resultam em contribuições para uma área do conhecimento acadêmico.

Promovendo o estreitamento entre as linhas gerais de pesquisa torna-se essencial para promoção dos estudos preocupados em compreender a história do associativismo e sindicalismo dos trabalhadores em educação.

Um grupo de pesquisa que fundamenta suas ações com foco nessas temáticas é a Rede de Pesquisadores e Pesquisadoras Sobre o Associativismo e o Sindicalismo dos Trabalhadores e das Trabalhadoras em Educação (Rede ASTE), essa agremiação têm desenvolvido juntos as universidades e pesquisados o constante diálogo crítico acerca do mundo do trabalho e relação dos movimentos coletivos com os trabalhadores da educação de modo geral.

Esses estudos estão se mostram presentes em trabalhos acadêmicos, artigos, livros e, principalmente, no âmbito das atividades anuais de eventos que são realizadas em esfera local, nacional e internacional.

A Rede ASTE foi criada em 2009, com objetivo de socialização e ampliação dos debates acadêmicos, o foco de interesse são as associações e sindicatos dos trabalhadores em educação, sobretudo no contexto da América Latina. Esse grupo de pesquisa constitui um espaço aberto e direcionado a pesquisadores, núcleos de pesquisa, sindicalistas, professores e estudantes que tenham familiaridade com a área, contribuindo para divulgar e debater suas produções teóricas.

A Rede ASTE promove seminários em caráter regional e internacional, as datas dos eventos são previamente estabelecidas pelo grupo da coordenação geral. As atividades de expressão institucional viabilizam promover novas pesquisas na área ao articular esforços para a produção científica com amplo escopo referencial. Como resultado há volume substancial de trabalhos produzidos e publicados em livros (coletâneas), estruturados em artigos que foram apresentados em eventos. Parte desse material consta nos diretórios eletrônicos.

O fomento da produção científica da Rede ASTE constituindo um eixo unificador para a ordenação política dos trabalhadores da educação, possibilitando um amplo leque de pesquisas referenciais. Gabriel (2022) sustenta a importância da “Biblioteca ASTE”, para oferecer uma perspectiva panorâmica da produção acadêmica, possibilitando o livre acesso, bem como, o acompanhamento dos temas pesquisados e publicados.

Mediante o desenvolvimento deste trabalho, foram reunidos estudos históricos e educacionais de autores que compõem a Rede ASTE e estão imersos na temática de associativismo e sindicalismo docente, tais como: Amarílio Ferreira Jr., Sadi Dal Rosso, Ricardo Antunes, Cássio Hideo Diniz Hiro, André Luís Gabriel e Carlos Bauer. Seus estudos englobam vasta contribuição para o campo de pesquisa acadêmica.

O artigo *A influência do marxismo na pesquisa em educação brasileira*, de autoria de Amarílio Ferreira Jr., viabiliza traçar uma análise epistemológica das obras de contexto marxianas voltadas para as pesquisas no campo educacional brasileiro entre os anos de 1970 a 1980, considerando os processos de Institucionalização e produção de conhecimento no que tange às pesquisas realizadas nos Programas de Pós-Graduação.

O mesmo autor também publicou o livro *História da educação brasileira da colônia ao século XX*, nessa obra é proposto desenhar um estudo com um recorte de longa periodização (1549 - 2000), as demarcações periódicas e a interpretação da formação da sociedade brasileira pelo viés da educação leva o autor a considerar o ecletismo e a exclusão como elementos históricos e permanentes na história do Brasil e da educação brasileira.

Em *Contribuições para estudo do sindicalismo em educação no Brasil*, do autor Sadi Dal Rosso, o estudo tem como foco o binômio entre o papel do sindicalismo na sociedade e o sindicalismo em educação como um elemento da vida social. O primeiro é estruturado pela tradição teórica presente nas ciências sociais e políticas, que abrange mais de um século. Os elementos teóricos que estruturam o primeiro conceito servem como eixos de análise para fundamentar segundo, mais voltado ao campo da educação, que encarna o sistema de relações vigentes e predomina o trabalho imaterial. Dal Rosso (2011), enfatiza que os docentes representam uma grande categoria profissional de expressão numérica, são extremamente ativos na contemporaneidade e são trabalhadores assalariados com vínculos formais e materiais com os outros segmentos da classe trabalhadora.

Em *O que é sindicalismo?*, de Ricardo Antunes, é feita uma investigação teórica sobre a ação sindical e como ela foi notável para a história do Brasil. O autor promove um diálogo com um fio condutor voltado para os processos historiográficos, enfatizando a importância de compreender os acontecimentos que precedem a organização dos trabalhadores, a origem do movimento sindical e suas vertentes que são apontadas como elementos sociais que constituem a sociedade capitalista. Com

relação à história nacional é feito um balanço sobre a origem das primeiras agremiações de auxílio mútuo até a concretização das centrais sindicais.

A pesquisa de Cássio Hideo Diniz Hiro, intitulada de *História e consciência de classe na educação brasileira: lutas e desafios políticos dos trabalhadores em educação de Minas Gerais (1979 – 1983)*, busca investigar as processualidades históricas do movimento sindical em Minas Gerais dentro do recorte temporal entre os anos de 1979 a 1983. O trabalho consiste em compreender como o movimento se constitui e se desenvolve, considerando as particularidades teóricas do materialismo dialético e a formação da consciência de classe dos trabalhadores em educação. A união em entidades sindicais de professores foram fundamentais para a participação social e política que levaram à queda da ditadura civil-militar no Brasil.

Em *história da gênese do sindicato dos professores do rio de janeiro (sinpro-rio) em tempos de modernização conservadora do capitalismo no brasil (1871–1931)*, de autoria de André Luís Gabriel, é fomentado uma investigação na esfera da história da educação brasileira, considerando a atuação política e organizativa de professores em agremiações associativas e sindicais na cidade do Rio de Janeiro. A pesquisa estabelece um amplo exame das processualidades históricas da modernização capitalismo e como esses eventos promovem condições diversas que ampliam o poder das elites que excluem significativa parcela da população.

O livro *história e resistência da educação libertária no Brasil*, de Marcelo Luiz da Costa e Carlos Bauer, examinam a fundamentação existente na relação intrínseca entre educação e liberdade, enfatizando os processos históricos que abarcam a concepção anarquista sobre a modelo educacional brasileiro no início do século XX. Os autores argumentam que a os anseios por transformações sociais ganhavam força e se alinhavam a movimentos massivos de trabalhadores, no caso o movimento operário. A análise feita propõe compreender as formas de organização para a educação libertária no Brasil proporciona dimensionar o papel da educação no capitalismo, como também relacionar as possibilidades de enfrentamento do capital pelas lutas coletivas, que são organizadas no âmbito das associações e sindicatos. Os docentes no início do século

XX estavam inseridos nesse contexto histórico-social, tinham de encarregar-se de situações precárias em escolas públicas fragmentadas e mal implantadas, em determinados casos até inexistentes materialmente, com forte influência da igreja ou reféns da filantropia.

A tese de Sérgio Ricardo Cardoso, intitulada *Associação Sul-Rio-Grandense de Professores: um nicho de desenvolvimento da consciência de classe docente em Pelotas (1929–1979)* analisa a origem e a institucionalização da ASRP ao longo de cinquenta anos. Os dados apresentados ressaltam a relevância histórica, social e política da entidade. Ao longo de sua trajetória, a associação passou por diferentes processos, consolidando-se como uma agremiação que reuniu o professorado pelotense em torno da luta coletiva. Suas ações pautaram-se no apoio aos docentes nos âmbitos simbólico, jurídico, financeiro e profissional, sempre com a preocupação de resguardar seu prestígio moral e suas condições materiais.

O estudo oferece ainda uma fortuna documental de grande valor, incluindo registros que não foram devidamente contextualizados ou analisados pelo autor. Com as devidas referências, esses materiais serão incorporados à presente investigação.

Na dissertação *O Professores e as elites locais na defesa da educação*, da autora Tamires Ferreira Soares, é examinada a relação entre a classe docente de Pelotas no que tange sua profissionalização e valorização, com criação da ASRP a defesa do professorado local é colocada no foco da política educacional como um meio necessário e essencial para o progresso educação pelotense, nesse sentido membros das elites locais que tinham ampla influência nas diretrizes educacionais projetam-se no plano político e dirigindo instituições importantes no contexto regional e nacional. Muitos membros da ABE instituíram por meios democráticos a SPABE que influenciou a mobilização de Pelotas na criação da ASRP. Esse emaranhado de informações e desdobramentos é esboçado por Soares (2023), no presente estudo é feito um resgate histórico das identidades, agremiações e dos sujeitos.

As bibliografias detalhadas acima representam o pico do *iceberg* dessa dissertação, são estudos concisos que fornecem informações abrangentes sobre a história da educação e sobre as organizações coletivas de luta do professorado. Nas próximas seções serão desenvolvidos diálogos e análises, que exege o papel político e social das associações e sindicatos de professores no Brasil. Por sua vez, essas contribuições elucidam os caminhos a serem trilhados para situar a ASRP como importante corpo coletivo na história da educação brasileira.

No caso da ASRP, as contribuições de Sérgio Ricardo Pereira Cardoso e Tamires Ferreira Soares revelam-se fundamentais, pois resgatam dimensões históricas, políticas e culturais que elucidam o papel da associação na formação da consciência docente em Pelotas.

A revisão de literatura realizada nesta pesquisa oferece uma base teórica sólida, articulando referências clássicas, produções recentes e fontes documentais. Esse conjunto viabiliza compreender a ASRP não apenas como fenômeno local, mas como expressão das disputas mais amplas que marcaram a história da educação e da organização coletiva dos trabalhadores no Brasil.

## 2. UMA PERSPECTIVA HISTORIOGRÁFICA: EDUCAÇÃO E SINDICALISMO

Compreender a trajetória político-social das organizações coletivas voltadas ao alcance da cidadania não constitui tarefa simplória. Tal empreendimento requer empenho analítico sobre as processualidades históricas que moldaram o Estado, as instituições e as formas de organização social. A interação e o compartilhamento de experiências coletivas promoveram condições para a formação da classe trabalhadora, possibilitando o desenvolvimento de uma identidade de classe e o sentimento de pertencimento a um grupo socialmente reconhecido.

A teoria da história configura-se como um campo interdisciplinar que analisa os fundamentos, os métodos e os conceitos que orientam a produção do conhecimento histórico. Já a historiografia corresponde à escrita da história, isto é, à prática de registrar o passado e ao estudo das formas pelas quais esse registro foi realizado ao longo do tempo. Enquanto a teoria da história fornece o arcabouço conceitual que sustenta a reflexão sobre o conhecimento histórico, a historiografia representa sua aplicação concreta na produção de narrativas e na análise crítica das narrativas existentes.

Trata-se, portanto, de um campo que busca compreender a natureza da investigação histórica, seus procedimentos metodológicos e categorias fundamentais, como tempo, narrativa, verdade e objetividade, bem como suas relações com o contexto social e político em que é produzida. Assim, a teoria da história tem por objetivo organizar e expor os elementos que fundamentam a disciplina histórica, oferecendo subsídios teóricos para o pensamento e para a pesquisa.

A historiografia, por sua vez, consiste na tentativa de atribuir sentido aos eventos passados por meio de narrativas. Em sentido amplo, refere-se às metodologias e práticas empregadas pelos historiadores na produção do conhecimento histórico; em sentido mais restrito, abrange o estudo das diversas formas de escrita da história em diferentes épocas, com ênfase nas condições intelectuais, políticas e culturais que moldaram essas interpretações.

A relação entre teoria da história e historiografia é dialética e indissociável. A teoria da história fornece as acepções teóricas e conceituais que permitem compreender e analisar o trabalho do historiador, enquanto a historiografia constitui o objeto empírico sobre o qual tais reflexões incidem. Desse modo, a teoria da história pode, por exemplo, discutir a centralidade da narrativa histórica, ao passo que a historiografia examina as distintas maneiras pelas quais determinados eventos foram narrados e interpretados em contextos diversos.

Nesse sentido, a historiografia assume também um caráter metarreflexivo, na medida em que pensa criticamente o próprio processo de produção do conhecimento histórico, sendo inevitavelmente influenciada pelas condições históricas e intelectuais de seu tempo.

## **2.1 CONCEITOS E DEFINIÇÕES PARA O ESTUDO DA HISTÓRIA**

Antes de perquirir sobre o mutualismo e as associações docentes, é necessário destacar a relevância dos estudos de história e historiografia, enfatizando que tais estudos não devem ser menosprezados ou tratados como meramente ilustrativos. A história, enquanto campo de conhecimento e prática social fornece instrumentos analíticos para compreender as transformações da sociedade e a construção das instituições, entre elas a escola e as organizações representativas dos trabalhadores da educação.

Para elucidar os elementos teóricos abordados nesta subseção, enumeram-se alguns conceitos fundamentais para o estudo histórico: trabalho historiográfico, conceito de história, fatos históricos, tempo histórico, passado, observações históricas, coleta de informações e fontes primárias. Essa organização conceitual tem o propósito de orientar o leitor não familiarizado com o campo historiográfico, oferecendo uma visão panorâmica dos princípios que sustentam o ofício do historiador e suas aplicações no estudo da educação e do sindicalismo docente.

O trabalho historiográfico deve ser compreendido não apenas como o resultado final de uma pesquisa, mas como um processo contínuo de investigação,

interpretação e escrita. Tal processo é permeado de intencionalidade e significado, uma vez que o historiador, ao analisar o passado, busca compreender as questões que emergem da sociedade contemporânea. Os estudos historiográficos sobre a educação e o sindicalismo docente, nesse sentido, são cruciais para revelar como os fatos históricos moldaram o pensamento pedagógico, as políticas públicas e o comportamento coletivo dos trabalhadores da educação.

Quanto ao conceito de “*história*”, Abbagnano (2007, p. 502) explica que sua origem está no grego antigo *historía*, que significa “*pesquisa, informação ou narração*”, sendo utilizada para designar a narração dos feitos humanos. A partir dessa etimologia, compreende-se que a história é, ao mesmo tempo, conhecimento e narrativa, pois implica investigação crítica sobre o passado e elaboração interpretativa de significados.

Partindo dessa concepção, os estudos históricos tornam-se indispensáveis para a compreensão da sociedade e, em particular, para a análise da formação das instituições educacionais e dos movimentos coletivos de professores. As pesquisas historiográficas, especialmente a partir do século XX, ganharam volume e complexidade, acompanhando o deslocamento da história política para a história social e cultural, o que permitiu ampliar o olhar sobre os sujeitos e suas práticas cotidianas.

Para Carr (1982, p. 61), os fatos históricos são categorias analíticas que se constituem no processo interpretativo do historiador. A função do historiador é selecionar, relacionar e interpretar os fatos, de modo que “*a exatidão é uma obrigação, e não uma virtude*”. Os fatos ganham sentido apenas quando inseridos em um contexto, revelando que a história não é um repositório de eventos isolados, mas uma construção de significados. Nesse sentido, o trabalho do historiador assemelha-se à montagem de um quebra-cabeça, em que as lacunas do conhecimento representam as peças ainda não encontradas.

O tempo histórico, por sua vez, difere do tempo cronológico ou geológico, pois se refere à duração e às transformações da experiência humana. Segundo Bloch (2001, p. 69), “em contraste com o conhecimento do presente, o do passado seria necessariamente indireto”. Isso significa que o tempo histórico é mediado por vestígios,

documentos e memórias, e sua inteligibilidade depende da capacidade de o historiador situar os acontecimentos em suas conjunturas específicas. Na história da educação, o tempo histórico revela-se essencial para compreender a gênese das práticas escolares, das legislações e das formas de resistência docente ao longo do tempo.

O conceito de “*passado*” é também central à historiografia. Trata-se de uma categoria que não se confunde com o tempo cronológico, pois é sempre reinterpretada à luz das preocupações do presente. Como afirma Carr (1982, p. 61), “*a função do historiador não é amar o passado ou emancipar-se do passado, mas dominá-lo e entendê-lo como a chave para a compreensão do presente*”. Assim, toda reconstrução do passado educacional e sindical é, simultaneamente, um exercício de crítica e de autoconsciência histórica, em que o pesquisador reconhece sua inserção temporal e social.

As observações históricas, nesse contexto, são fundamentais para revelar hipóteses e problematizações. Bloch (2001, p. 70) lembra que “*o investigador do presente não é, quanto a isso, melhor aquinhado do que o historiador do passado*”. As marcas deixadas pelos acontecimentos: documentos, práticas, discursos, etc. são fragmentos que exigem interpretação e contextualização. No campo da história da educação, essas observações permitem compreender como as políticas educacionais e as experiências docentes foram moldadas por condições históricas específicas, como as transformações do Estado e as lutas trabalhistas.

A coleta e a análise de informações, transformadas em conhecimento, requerem rigor metodológico e teórico. Como observa Burke (2003, p. 16), “*não se faz coleta ou observação com a mente vazia*”. A pesquisa histórica implica a construção de hipóteses, a seleção criteriosa de fontes e a constante reflexão sobre o próprio ato de conhecer. A partir do século XVIII, o conceito de análise passou a ganhar relevo nas ciências humanas, significando, como lembra Burke (2003, p. 60), “*ir abaixo da superfície das coisas*”, buscando explicações profundas e conexões ocultas entre os fenômenos.

Reconstruir o passado é tarefa complexa e inacabada. Os fragmentos disponíveis requerem métodos, hipóteses e experiência teórica para se transformarem em narrativa histórica. Burke (2003, p. 68) sintetiza essa ideia ao afirmar que “*essa reconstrução ou reconstituição exige conhecimento, mas também gera conhecimento*”. Ao estudar o passado da educação e do sindicalismo, o historiador trabalha com fenômenos sociais permeados de intencionalidades, valores e disputas, o que exige diálogo constante entre as fontes, a teoria e o presente.

Nesse processo, as fontes primárias assumem papel central. Tradicionalmente restritas a documentos escritos, as fontes históricas hoje se diversificam e incluem registros de imprensa, programas radiofônicos, filmes, material digital e, de modo especial, depoimentos orais. Samara e Tupy (2010, p. 67) observam que “*uma infinidade de registros apresenta-se disponível atualmente para o historiador*”, entre jornais, revistas, documentários, internet e relatos orais. Essa ampliação das fontes é decisiva para a história da educação e do trabalho docente, pois permite recuperar experiências e vozes silenciadas.

Os documentos, contudo, não falam por si mesmos. É necessário analisá-los quanto à sua forma material, conteúdo, contexto e finalidade. Samara e Tupy (2010, p. 73) lembram que, didaticamente, as fontes podem ser classificadas em primárias e secundárias, e que o trabalho histórico envolve “*a verdade de quem produziu e a verdade de quem interpreta*” (SAMARA; TUPY, 2010, p. 82). Tal perspectiva é crucial para a pesquisa educacional, em que a análise documental deve articular o conteúdo das fontes às condições históricas de sua produção.

Como resume Carr (1982, p. 61), “*a história constitui-se de um processo contínuo de interação entre o historiador e seus fatos, um diálogo interminável entre o presente e o passado*”. Bloch (2001) complementa que a história é, em última instância, a história da humanidade, pois revela os vestígios da ação humana sobre o mundo. Cada documento, cada testemunho, cada narrativa representa um fragmento desse diálogo permanente.

Em síntese, compreender esses conceitos, trabalho historiográfico, fatos, tempo, passado, observações e fontes é condição para o exercício da pesquisa histórica e para a análise crítica das práticas sociais e educacionais. A história da educação e do sindicalismo docente se constitui, assim, como campo privilegiado de estudo da ação coletiva e da memória social, onde o passado é constantemente revisitado, interpretado e reescrito à luz das questões do presente.

## **2.2 POR QUE E PARA QUE A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO?**

Refletir sobre a história da educação implica compreender a confluência de dois agentes fundamentais. De um lado, o historiador, que interroga o passado a partir de problemáticas do tempo presente, mobilizando métodos e instrumentos teóricos próprios de seu ofício; de outro, o educador, que, a partir de sua prática, contribui para as continuidades e transformações da experiência educativa, colaborando criticamente para a renovação da pedagogia e da escola. O historiador da educação resulta dessa articulação entre investigação histórica e prática pedagógica.

Não há história da educação sem mobilização rigorosa dos instrumentos teóricos e metodológicos da investigação histórica. Mas também não há história da educação sem um pensamento e um olhar específico sobre a realidade educativa e pedagógica. Uma moeda tem sempre dois lados. (NÓVOA, 2005, p.9).

No início do século XX, a história da educação assumiu, em grande medida, um caráter teórico-filosófico, situando-se no interior das ciências humanas. Essa tradição conferia centralidade à formação moral e intelectual dos sujeitos, mas muitas vezes desconsiderava as dimensões sociais, políticas e econômicas que configuram os processos educativos. Tal tendência gerou críticas quanto ao alcance e à cientificidade do conhecimento histórico produzido no campo da educação.

A partir das décadas seguintes, a história da educação consolidou-se como campo acadêmico autônomo e interdisciplinar, dialogando com a história social, cultural e das mentalidades, em sintonia com autores como Marc Bloch (2001), Edward P. Thompson (1981), Peter Burke (1992) e Michel de Certeau (1982). Essa virada historiográfica permitiu compreender a educação como prática social e histórica,

produzida em contextos de disputa e de poder, na qual a escola se constitui também como espaço de resistência, de reprodução e de invenção de saberes.

Desse modo, os estudos sobre a história da educação possibilitam articular o passado e o presente, favorecendo a construção de uma memória crítica das práticas escolares e das ideias pedagógicas. O objetivo da reflexão histórica, nesse campo, não é apenas descrever o que foi, mas compreender como e por que determinadas concepções educacionais foram instituídas, tensionadas e transformadas ao longo do tempo. Trata-se de acessar o patrimônio de ideias, experiências e projetos que constituem o imaginário educacional brasileiro.

O exame crítico do presente, iluminado pela perspectiva histórica, revela a permanência de condições estruturais que marcam o campo educacional. Tais continuidades se expressam, muitas vezes, em discursos conservadores que, sob a aparência de “inovação” ou “tradição”, reproduzem velhas desigualdades e hierarquias. O êxito dessas narrativas depende do apagamento da memória coletiva e da desqualificação do conhecimento histórico. Nesse contexto, o neoliberalismo impõe à sociedade e à educação uma lógica de mercado que despolitiza as relações pedagógicas e esvazia o sentido público do ensino.

O enfrentamento a essas ideologias conservadoras e neoliberais demanda o trabalho conjunto entre a historiografia e a pedagogia. Ambas compartilham o compromisso com a crítica social, com a memória e com a emancipação humana. Assim, o historiador e o educador tornam-se agentes do mesmo movimento: a reconstrução das experiências históricas que fundam a socialização, a solidariedade e a consciência histórica da classe trabalhadora. Como afirma Nóvoa (2005, p. 12): “*A história não é apenas mais ampla que a memória, o seu tempo tem também uma outra espessura.*”

O conhecimento histórico, ao ampliar a compreensão sobre o passado, oferece recursos para pensar criticamente as condições presentes da educação. Segundo Edward P. Thompson (1981), a história é o espaço privilegiado da experiência humana, no qual os sujeitos, e não as estruturas abstratas, dão sentido ao tempo

vivido. Essa perspectiva dialoga com a necessidade de compreender a escola como instituição social em permanente construção, permeada por conflitos de classe, disputas de valores e projetos de formação.

Nesse mesmo sentido, Dermeval Saviani (2011) enfatiza a importância da periodização como instrumento teórico para o estudo da história da educação. Tal recorte não se limita a uma sequência cronológica, mas resulta de uma interpretação que busca apreender as discontinuidades e permanências das ideias pedagógicas ao longo da história.

Para Saviani (2011, p. 12), o desafio consiste em compreender “*como dar conta das discontinuidades na continuidade dos acontecimentos? Como definir as discontinuidades através da periodização?*”. A resposta, segundo o autor, depende da perspectiva teórica e do sistema de categorias mobilizado pelo pesquisador, o que reforça o caráter interpretativo e construtivo da história da educação.

Saviani propõe uma crítica às periodizações tradicionais baseadas em determinismos econômicos, defendendo uma abordagem centrada nas ideias pedagógicas e em suas relações com os contextos políticos e sociais. Em sua obra *História das Ideias Pedagógicas no Brasil* (2011), o autor apresenta duas propostas de periodização, uma preliminar e outra reformulada, que permitem compreender a historicidade das concepções pedagógicas hegemônicas no país.

Tabela 4 - Periodização preliminar das ideias pedagógicas no Brasil

1º Período (1549-17 59): Monopólio da vertente religiosa da pedagogia tradicional;
2º Período (1759-1932): Coexistência entre as vertentes religiosa e leiga da pedagogia tradicional;
3º Período (1932-1947): Equilíbrio entre a pedagogia tradicional e a pedagogia nova;
4º Período (1947-1961): Predomínio da influência da pedagogia nova;
5º Período (1961-1969): Crise da pedagogia nova e articulação da pedagogia tecnicista;
6º Período (1969-1980): Predomínio da pedagogia tecnicista, manifestações da concepção analítica de filosofia da educação e concomitante desenvolvimento da concepção crítico-reprodutivista;

7º Período (1980-1991): Emergência da pedagogia histórico-crítica e propostas alternativas;
8º Período (1991-1996): Neoconstrutivismo, neotecnicismo, neoescolanovismo. Que rumo tomarão as ideias pedagógicas no Brasil?

Fonte: SAVIANI, 2011, p.14-15.

A segunda periodização tem o seguinte título: *Uma nova periodização preliminar das ideias pedagógicas no Brasil* (4 períodos), essa vigente reformulação é fruto de dois anos de pesquisa. O estabelecimento de marcos temporais segue a proposta teórica de Saviani (2011) que busca mapear fenômenos históricos voltados a questões filosóficas da educação que predominaram como tendências pedagógicas. *“Ou seja, a cada período corresponde a predominância de determinadas ideias pedagógicas, sendo isso o que diferencia os períodos entre si”*. (SAVIANI, 2011, p.20).

Tabela 5 - Uma nova periodização preliminar das ideias pedagógicas no Brasil

1º Período (1549-1759): Monopólio da vertente religiosa da pedagogia tradicional, subdividido nas seguintes fases: 1. Uma pedagogia brasileira ou o período heroico (1549-1599); 2. A institucionalização da pedagogia jesuítica ou o Ratio Studiorum (1599-1759).
2º Período (1759-1932): Coexistência entre as vertentes religiosa e leiga da pedagogia tradicional, subdividido nas seguintes fases: 1. A pedagogia pombalina ou as ideias pedagógicas do despotismo esclarecido (1759-1827); 2. Desenvolvimento da pedagogia leiga: eclecismo, liberalismo e positivismo (1827-1932);
3º Período (1932-1969): Predominância da pedagogia nova, subdividido nas seguintes fases: 1. Equilíbrio entre a pedagogia tradicional e a pedagogia nova (1932-1947); 2. Predomínio da influência da pedagogia nova (1947-1961); 3. Crise da pedagogia nova e articulação da pedagogia tecnicista (1961-1969).
4º Período (1969-2001): Configuração da concepção pedagógica produtivista, subdividido nas seguintes fases: 1. Predomínio da pedagogia tecnicista, manifestações da concepção analítica de filosofia da educação e concomitante desenvolvimento da visão crítico-reprodutivista (1969-1980); 2. Ensaio contra-hegemônico: pedagogias da "educação popular", pedagogias da prática, pedagogia crítico-social dos conteúdos e pedagogia histórico-crítica (1980-1991); 3. O neoprodutivismo e suas variantes: neoescolanovismo, neoconstrutivismo e neotecnicismo (1991-2001).

Fonte: SAVIANI, Dermeval. História das Ideias Pedagógicas no Brasil. 6. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011. p.19-20.

Os períodos indicados representam um delineamento das ideias pedagógicas hegemônicas. Todavia, não são protagonizadas as ideias não predominantes, em um certo grau as periodizações viabilizam incorporá-las e discuti-las brevemente.

A periodização proposta é justificada pelo tipo de exame realizado. Evidentemente são possíveis outros tipos de periodizações relativas às ideias pedagógicas. A proposta de Saviani (2011) corrobora para a área da educação de maneira exponencial, sua pesquisa possibilita uma perspectiva a ser traçada considerando novas fontes e hipóteses.

Diante disso, compreender os fenômenos sociais e políticos intrínsecos à educação proporciona o acesso ao conhecimento das práticas pedagógicas que tiveram êxito ou malogro em sua implementação ao longo da história do Brasil. Em consequência disso é possível articular novas práticas e criar condições para inovações educacionais para o bem comum que promova a equidade.

Essas periodizações, mais do que classificações temporais, constituem um arcabouço interpretativo que nos permitem compreender os sentidos históricos das transformações pedagógicas. A contribuição de Saviani (2011) reside em destacar o papel das ideias e dos sujeitos históricos que as produzem, reafirmando a historicidade da educação como prática social.

Com base nesse referencial, é possível compreender que a história da educação, ao mesmo tempo em que explica as permanências, também ilumina as possibilidades de transformação. Como assinala Bloch (2001), o passado não é um “depósito de fatos”, mas um “problema a ser interrogado pelo presente”. Essa atitude crítica deve orientar tanto a produção historiográfica quanto a prática pedagógica, de modo que ambas se convertam em instrumentos de consciência e de emancipação.

Assim, estudar a história da educação significa, antes de tudo, compreender o movimento histórico das ideias pedagógicas e suas relações com os projetos de sociedade, tarefa que articula memória, crítica e compromisso político com a formação humana.

### **2.3 EDUCAÇÃO NO BRASIL ENTRE OS ANOS DE 1889-1930**

O estudo de um período de longa duração é tarefa complexa, que requer empenho analítico para coletar, interpretar e relacionar dados, averiguando com rigor as determinações históricas, políticas e sociais que o configuram. O elo perscrutador

dessa análise define os limites e as possibilidades da investigação histórica da educação, especialmente quando se busca compreender o entrelaçamento entre as formas de organização escolar, os projetos de Estado e os processos de formação social. A escolha de determinado recorte temporal não é aleatória, mas representa uma decisão teórica e política do pesquisador sobre fenômenos considerados nevrálgicos da história nacional.

Nosso esforço teórico, nesta seção, é esclarecer como a educação brasileira foi estruturada nas primeiras décadas da República, caracterizando seus avanços, contradições e retrocessos no contexto escolar e nas formas iniciais de organização dos professores. Como observa Ferreira Jr. (2010), historicamente a escola no Brasil foi um privilégio de poucos. Os principais fatores que singularizavam a experiência educacional na Primeira República eram a exclusão e o elitismo, elementos estruturais de uma sociedade marcada pela herança escravocrata e pela dependência econômica, ou seja, *“além de ter sido tardia a formação do Estado nacional brasileiro, mais tardio ainda foi o começo da instauração de uma escola para todos, tarefa inconclusa até este começo de século XXI.”* (FERREIRA JR., 2010, p. 9–10).

As análises de Ferreira Jr. (2010) enfatizam a crítica às elites políticas e econômicas, que buscavam perpetuar privilégios individuais e o controle do Estado, enquanto relegavam a educação popular a um plano secundário. A Primeira República, embora tenha promovido esforços iniciais de ampliação da rede de ensino primário, não conseguiu romper com o modelo excludente que estruturava o sistema educacional desde o Império.

Esse período, herdeiro do ecletismo e da desigualdade, produziu uma contradição histórica: de um lado, o discurso republicano da modernização e do civismo escolar; de outro, a continuidade das práticas oligárquicas e elitistas. Os dirigentes republicanos desejavam um sistema educacional que servisse a seus interesses políticos e econômicos, especialmente a formação de cidadãos *“ordeiros”* e produtivos, aptos a legitimar a nova ordem republicana. Nesse contexto, destaca-se o princípio da laicidade do ensino, previsto na Constituição de 1891, que promoveu embates

ideológicos entre a Igreja Católica e os intelectuais vinculados ao movimento da Escola Nova, defensores da ciência e da racionalidade como fundamentos da educação.

Ferreira Jr. (2010) ressalta que a política educacional dos primeiros decênios republicanos estava diretamente relacionada às transformações socioeconômicas em curso. A abolição da escravidão e o avanço da imigração europeia criaram novas dinâmicas sociais: o trabalhador urbano, o imigrante e o ex-escravizado passaram a disputar espaços em um país que ainda não havia formulado políticas públicas de inclusão e reparação.

De modo paulatino, o Estado brasileiro passou a direcionar maior atenção às políticas educacionais, ampliando os Grupos Escolares, mormente, como instituições destinadas à alfabetização, e as Escolas Normais, voltadas à formação de professores. Historicamente, a primeira Escola Normal foi criada em 1835, em Niterói (RJ). Durante o Império, dezenas de instituições semelhantes foram fundadas em várias províncias, mas apenas com a proclamação da República essas escolas passaram por rápida expansão. Estima-se que, em 1949, cerca de 540 instituições estivessem em funcionamento (SAVIANI, 2011, p. 172).

Os Grupos Escolares, por sua vez, tinham como tarefa primordial alfabetizar e difundir noções básicas de matemática, ciências, história e geografia. Estruturados em séries anuais, essas instituições representaram o primeiro modelo sistemático e graduado de ensino público brasileiro, superando o sistema das escolas isoladas, nas quais um único professor ministrava aulas a alunos de diferentes níveis, desta sorte, “uma escola era regida por um professor, que ministrava o ensino elementar a um grupo de alunos em níveis ou estágios diferentes de aprendizagem. E essas escolas isoladas, uma vez reunidas, deram origem, ou melhor, foram substituídas pelos grupos escolares.” (SAVIANI, 2011, p. 172).

Segundo Saviani (2011), a pedagogia tradicional, predominante nos grupos escolares, baseava-se em seis princípios: (I) simplicidade, análise e progressividade; (II) formalismo; (III) memorização; (IV) autoridade; (V) emulação; e (VI) intuição. Essa

pedagogia refletia o ideário positivista e liberal da Primeira República, voltado para a ordem e a hierarquia.

Os grupos escolares foram inicialmente disseminados no Estado de São Paulo, com 101 instituições (24 na capital e 77 no interior) e, a partir desse modelo, estenderam-se a outras unidades federativas.

Tabela 6 - Estados que criaram grupos escolares

Minas Gerais	Criação dos grupos escolares por meio da Lei no 439, de 28 de setembro de 1906.
Paraíba	Mensagem enviada à Assembleia Legislativa pelo governo do estado em 1908; implantação dos grupos escolares a partir de 1916.
Rio Grande do Norte	Instalação do primeiro grupo escolar em 1908.
Espírito Santo	Criação dos grupos escolares por meio do Decreto no 166, de 5 de setembro de 1908.
Santa Catarina	Instalação do primeiro grupo escolar em 1911.
Paraná	Instalação dos primeiros grupos escolares a partir de 1903.
Maranhão	Instalação dos primeiros grupos escolares em São Luís a partir de 1903, nos outros municípios em 1905.
Sergipe	Criação do grupo escolar modelo em 1910.
Bahia	Criação do grupo escolar em 1908, cuja disseminação ocorreu depois de 1925 com a reforma implementada por Anísio Teixeira.
Mato Grosso	Criação dos grupos escolares por meio do Decreto no 258, de 20 de agosto de 1910.

Fonte: FERREIRA JR, 2010, p. 56 apud SAVIANI, 2007, p. 171-177.

Embora representassem um avanço institucional, esses grupos escolares mantiveram forte seletividade social. Localizados principalmente em regiões urbanas, continuavam a atender as camadas médias e abastadas, excluindo as populações rurais, os filhos de ex-escravizados e as crianças pobres. Lembrando ainda que, a Constituição de 1891 não previa a gratuidade do ensino, o que reforçava o caráter elitista da educação republicana.

A educação da Primeira República expressava, portanto, descontinuidades sem rupturas. As reformas e inovações educacionais não romperam com a matriz tradicional e excludente, mas criaram as bases para o debate que emergiria nas décadas seguintes, com o movimento da Escola Nova e com a formação de uma consciência crítica entre os educadores, processos que estariam na origem da organização sindical docente do século XX.

Na década de 1920, as transformações urbanas e industriais intensificaram a pressão por reformas educacionais. O “*entusiasmo pela educação*” (NAGLE, 1974) tornou-se palavra de ordem entre intelectuais, pedagogos e políticos, que viam na escola pública o motor do progresso nacional. As reformas estaduais, conduzidas por figuras como Sampaio Dória, Lourenço Filho, Anísio Teixeira e Francisco Campos, expressavam essa crença no poder civilizatório da instrução.

Tabela 7 - Reformas educacionais da década de 1920

ANOS	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	REFORMADORES
1920	São Paulo	Sampaio Dória
1922/23	Ceará	Lourenço Filho
1925/28	Rio Grande do Norte	José Augusto
1922/26	Distrito Federal	Carneiro Leão
1928	Pernambuco	Carneiro Leão
1927/28	Paraná	Lysímaco da Costa
1927/28	Minas Gerais	Francisco Campos
1928	Distrito Federal	Fernando de Azevedo
1928	Bahia	Anísio Teixeira

Fonte: FERREIRA Jr., Amálio. História da educação brasileira: da Colônia ao século XX. São Carlos: EduUFSCar, 2010. (Coleção UAB-UFSCar). p. 58

As reformas educacionais da década de 1920 retratavam as mudanças sociais e econômicas que o Brasil vivenciava. A concepção político-liberal, delimitava a educação como um grande problema que carece ser resolvido, os reformadores estimulavam a crença da educação como o motor do progresso em nível nacional, era

crucial a ampla construção de escolas e a gradual incorporação das camadas populares, só assim, o projeto republicano alcançaria êxito.

Essa atmosfera ideológica é descrita por Nagle, em sua obra *A Educação na Primeira República*.

O Entusiasmo pela educação e o otimismo pedagógico, que tão bem caracteriza a década dos anos vinte, começaram por ser, no decênio anterior, uma atitude que se desenvolveu nas correntes de ideias e movimentos político-sociais e que consistia em atribuir importância cada vez maior ao tema da instrução, nos seus diversos níveis e tipos. (NAGLE, 1974, p. 101).

É nesse contexto de efervescência intelectual e institucional que surge, em outubro de 1924, a Associação Brasileira de Educação (ABE), fundada por Heitor Lira da Silva, no Rio de Janeiro. A ABE reunia professores, cientistas, jornalistas, políticos e escritores, e teve papel central na consolidação de um espaço público de debate educacional. Por meio de conferências, cursos e publicações, a entidade promoveu uma visão moderna e nacional da educação, influenciando as reformas da década seguinte e preparando o terreno para a Carta de 1932 dos Pioneiros da Educação Nova.

Assim, compreender o período de 1889 a 1930 é essencial para identificar as raízes da educação republicana, seus limites estruturais e suas contradições. Trata-se de um momento em que a formação do Estado moderno, o ideário republicano e as demandas por profissionalização docente se entrelaçam, inaugurando as condições históricas para o surgimento da consciência de categoria entre os trabalhadores da educação, um processo que, décadas depois, se expressaria no associativismo e no sindicalismo docente.

A Associação Brasileira de Educação (ABE) cumpriu papel significativo no projeto republicano brasileiro. Nesse contexto, foram estimuladas políticas de (re)organização da escola pública, concebida como instrumento essencial para a formação do cidadão republicano, sujeito com boa formação e consciente de seus direitos, pelo menos em teoria.

As conferências promovidas pela ABE destacaram-se pela amplitude dos debates e pela diversidade de ideias e propostas. Dois grupos de intelectuais polarizavam as discussões: de um lado, os liberais republicanos, defensores da escola pública e laica; de outro, os católicos, partidários do ensino religioso. Essa disputa atravessou o interior da ABE e, em algumas regiões do país, levou à criação de universidades voltadas à formação de quadros técnicos especializados, como ocorreu em Pelotas, no Rio Grande do Sul.

A década de 1920 foi decisiva para a formação de novas alianças políticas. No meio rural, consolidaram-se vínculos entre as elites agrárias e a Igreja Católica; nas áreas urbanas, emergiram os movimentos sindicais, anarquistas e comunistas, que ganharam expressiva adesão popular. Essas articulações repercutiram diretamente nas políticas educacionais. Em síntese, a aliança entre as duas principais forças conservadoras, principalmente, representados pelos latifundiários e setores majoritários da Igreja Católica, acabou por selar o fim da laicidade escolar consagrada na Constituição de 1891, ou seja, das escolas públicas sem ensino religioso (FERREIRA JR., 2010, p. 60).

Os acontecimentos políticos e econômicos do final da década de 1920 pavimentaram o caminho para a chamada Revolução de 1930, que pôs fim à hegemonia das oligarquias rurais e inaugurou um novo ciclo de dominação burguesa. O Governo Provisório de Getúlio Vargas herdou, contudo, uma educação pública precarizada e marcada por elevadas taxas de analfabetismo.

Tabela 8 - Demografia, renda e analfabetismo no início do século XX.

INDICADORES	1900	1920
População	18,2 milhões	30,6 milhões
Renda per capita	55 dólares	90 dólares
Percentual de analfabetos a partir dos 15 anos	65,3%	64,9%

Fonte: FERREIRA JR, 2010, p. 62 apud LOURENÇO FILHO, 1965, p. 252.

Os dados revelam o crescimento demográfico e o aumento da renda per capita, mas também a persistência de índices de analfabetismo praticamente inalterados no período.

A década de 1930 representou, sob muitos aspectos, uma continuidade das contradições anteriores. O governo Vargas foi levado a adotar novas medidas de reorganização da educação em nível nacional, entre as quais se destacam:

- Criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, seu primeiro titular foi Francisco Campos;
- Decretou o fim da laicidade nos estabelecimentos de ensino público, escolas primárias, secundárias e escolas normais;
- As primeiras reformas educacionais de amplo alcance em parâmetros nacionais;

O novo ministério representou o fortalecimento da intervenção estatal na política educacional, consolidando o papel centralizador do Estado em matéria política, administrativa e econômica. As chamadas Reformas de Francisco Campos instituíram uma estrutura normativa abrangente para todos os níveis de ensino.

Tabela 9 - Reformas de Francisco Campos.

Decreto no 19.850 – 11/04/1931	Criava o Conselho Nacional de Educação.
Decreto no 19.851 – 11/04/1931	Dispunha sobre a organização do ensino superior no Brasil e adotava o regime universitário.
Decreto no 19.852 – 11/04/1931	Dispunha sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro.
Decreto no 19.890 – 18/04/1931	Dispunha sobre a organização do ensino secundário.
Decreto no 20.158 – 30/06/1931	Organizava o ensino comercial, regulamentava a profissão de contador.
Decreto no 21.241 – 14/04/1932	Consolidava as disposições sobre a organização do ensino secundário.

Fonte: FERREIRA JR., 2010. p. 64.

Esses decretos estabeleceram a estrutura e as diretrizes para o ensino profissional, secundário e superior. O sistema educacional foi reorganizado em dois

ciclos, a saber: o fundamental e o complementar, com duração total de sete anos, cuja conclusão era requisito obrigatório para o ingresso no ensino superior. A certificação dos exames ficava sob a responsabilidade dos oficiais do Colégio Dom Pedro II.

As reformas de 1931 e 1932 (re)estruturaram o sistema educacional brasileiro, mas também acentuaram seu caráter elitista. Segundo Ferreira Jr. (2010), o ensino secundário manteve-se como espaço privilegiado das classes dominantes, constituindo-se em via de acesso às profissões liberais e às carreiras universitárias.

A Reforma Francisco Campos do ensino secundário elitizou ainda mais a educação brasileira de então. Ela continha três características que se complementavam: 1) possuía caráter enciclopédico; 2) era apenas propedêutico para o ensino superior; e 3) inacessível, pela sua natureza, aos jovens oriundos das classes subalternas (FERREIRA JR., 2010, p. 68).

A atuação dos intelectuais vinculados à ABE também se fez sentir nesse contexto. Em 1932, sob a liderança de Fernando de Azevedo, foi redigido o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, documento que se tornaria referência na história da educação brasileira. Assinado por 26 educadores, o texto defendia a educação pública, laica, gratuita e obrigatória como função essencial do Estado (FERREIRA JR., 2010, p. 70; SAVIANI, 2011, p. 241).

O Manifesto apresentava um plano de reconstrução educacional baseado na unidade da função educacional, na autonomia pedagógica e na descentralização administrativa. Tratava-se de um documento de caráter progressista, que buscava conciliar os princípios da democracia e da racionalidade científica com a necessidade de modernização do país.

[...] e se o que propusemos e pregamos foi considerado por muitos como por demais avançado ou até mesmo utópico para a época, respondemos que sem essa visão ampla de futuro a educação não tem sentido, pois ela é, antes de tudo, o instrumento que, partindo de uma consideração clara da situação presente, se projeta no porvir (...) (LEMME, 2004, p. 155, apud FERREIRA JR., 2010, p. 71).

A repercussão do Manifesto foi ampla, provocando reações de setores conservadores, especialmente da Igreja Católica. Como resposta, fundou-se a Confederação Católica Brasileira de Educação, que reunia associações de professores

católicos e instituições confessionais. Segundo Saviani (2010, p. 256), essa entidade chegou a coordenar 40 associações, com mais de 60 mil alunos e 6.200 professores.

Para os educadores católicos, o ensino laico representava ameaça aos valores morais e espirituais. Defendiam, por conseguinte, uma pedagogia cristã capaz de orientar a formação integral do indivíduo, em oposição ao escolanovismo, considerado individualista e desagregador.

A partir de 1934, o ministro Gustavo Capanema assumiu a condução do Ministério da Educação e Saúde Pública, cargo que ocupou até 1945. Entre suas iniciativas, destacam-se o Plano Nacional de Educação e as Leis Orgânicas do Ensino, que reorganizaram o sistema educacional durante o Estado Novo.

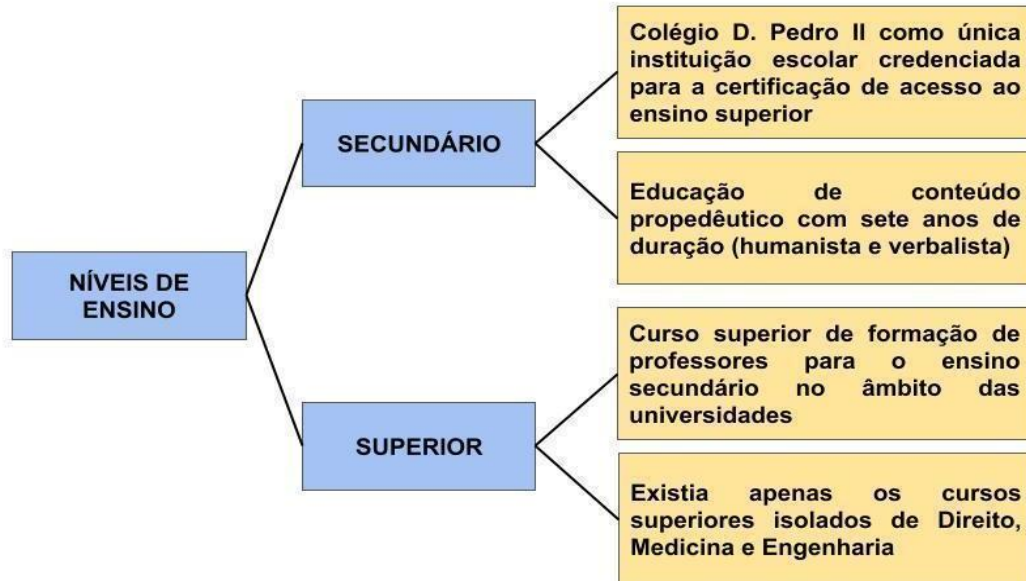
Os decretos promulgados no início da década de 1930 tinham como objetivo estabelecer os elementos normativos da nova política educacional, abrangendo a totalidade dos níveis de ensino. Entre as mudanças instituídas, destacam-se: a criação do ensino profissional; a obrigatoriedade de seriação do ensino secundário em dois ciclos: fundamental e complementar; a duração de dois anos para o ensino complementar; e a definição do ensino fundamental em cinco anos. Para o ingresso no ensino superior, exigia-se a conclusão dos dois ciclos do ensino secundário. Por fim, os oficiais do Colégio Dom Pedro II tornaram-se responsáveis pelos exames e certificações em nível de bacharelado.

As reformas educacionais de 1931 e 1932 reestruturaram o sistema de ensino em âmbito nacional, sobretudo no nível secundário e superior. Pela primeira vez na história do Brasil, a certificação em um grau específico conferia ao aluno a possibilidade de acesso aos cursos de Engenharia, Medicina e Direito. Contudo, a institucionalização da obrigatoriedade do ensino secundário não resultou em ampla democratização do acesso ao ensino superior.

Conforme analisa Ferreira Jr. (2010), as reformas educacionais conduzidas por Francisco Campos tornaram o ensino secundário mais elitista. Sua estruturação em dois ciclos reforçava as antigas tradições das classes dominantes, que atribuíam à

titulação bacharelesca um símbolo de distinção e prestígio social. O ensino secundário, portanto, permaneceu majoritariamente composto por jovens oriundos das camadas economicamente privilegiadas.

Quadro 5 - Reforma Francisco Campos: ensino secundário e ensino superior



Fonte: Adaptado FERREIRA Jr. 2010. p. 69.

A escola secundária que emergiu após os anos 1930 perpetuou as desigualdades históricas no acesso à educação, reproduzindo as clivagens de classe da sociedade brasileira. A Reforma Francisco Campos elitizou ainda mais o sistema educacional, apresentando três características complementares: (1) caráter enciclopédico; (2) função meramente propedêutica ao ensino superior; e (3) inacessibilidade aos jovens das classes subalternas (FERREIRA JR., 2010, p. 68).

Os movimentos em prol da educação não se restringiram aos decretos oficiais. As mobilizações da Associação Brasileira de Educação (ABE) expressaram-se no empenho de intelectuais por meio de debates críticos, pesquisas e estratégias de ação voltadas à compreensão da realidade social brasileira. As conferências nacionais, realizadas anualmente, tornaram-se espaços de formulação política e intelectual. Na IV Conferência Nacional de Educação, realizada em 1931, no Rio de Janeiro, os dirigentes da ABE incumbiram Fernando de Azevedo da redação de um documento que expressasse os princípios e diretrizes da entidade.

Em 1932, sob a coordenação de Fernando de Azevedo, foi elaborado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, documento assinado por 26 intelectuais e considerado “um dos mais importantes textos produzidos pela história da educação brasileira no transcorrer do século XX” (FERREIRA JR., 2010, p. 70).

Quadro 6 - A estrutura do Manifesto de 1932

A RECONSTRUÇÃO EDUCACIONAL NO BRASIL - AO POVO E AO GOVERNO "Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova"	
Introdução:	Movimento de renovação educacional Diretrizes que se esclarecem Reformas e a Reforma
1. Os fundamentos filosóficos e sociais da educação:	Finalidades da educação Valores mutáveis e valores permanentes
2. A organização e administração do sistema educacional:	O Estado em face da educação a) A educação, uma função essencialmente pública b) A questão da escola única c) A laicidade, gratuidade, obrigatoriedade e coeducação A função educacional a) A unidade da função educacional b) A autonomia da função educacional c) A descentralização
3. As bases psicobiológicas da educação:	O processo educativo O conceito e os fundamentos da Educação Nova
4. Planejamento do sistema, conforme os princípios e diretrizes enunciados:	Plano de reconstrução educacional a) As linhas gerais do plano b) O ponto nevrálgico da questão c) O conceito moderno de Universidade e o problema universitário no Brasil d) O problema dos melhores A unidade de formação de professores e a unidade de espírito O papel da escola na vida e a sua função social
Conclusão:	A democracia - um programa de longos deveres

Fonte: SAVIANI, 2011. p. 241-242

O Manifesto definiu a educação como um direito público e dever do Estado, responsável pela escolarização gratuita, laica e obrigatória de crianças entre sete e quinze anos. O documento representou um marco na história educacional brasileira, ao propor um novo paradigma inspirado em ideais progressistas e democráticos defendidos pelas elites intelectuais da época.

Como afirmam Lemme (2004, p. 155):

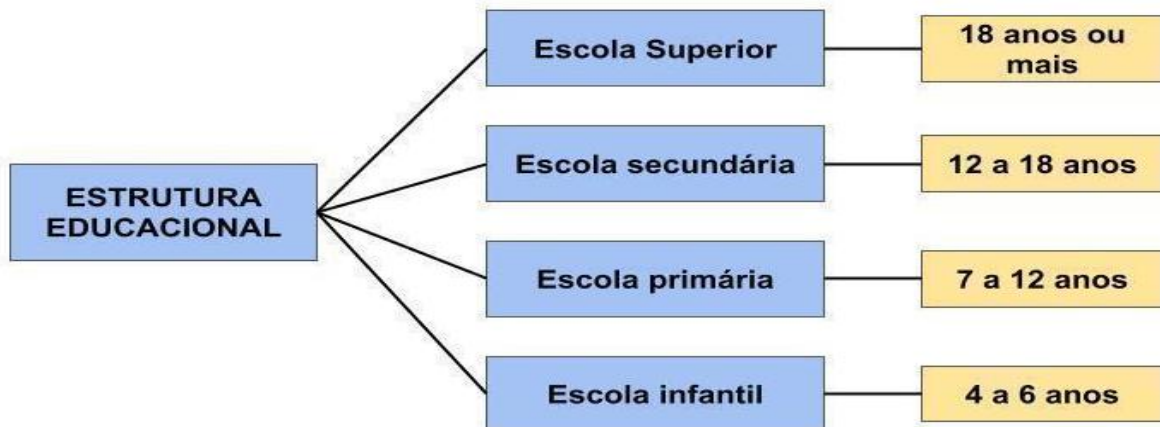
[...] se o que propusemos e pregamos foi considerado por muitos como por demais avançado ou até mesmo utópico para a época, respondemos que sem essa visão ampla de futuro a educação não tem sentido, pois ela é, antes de tudo, o instrumento que, partindo de uma consideração clara da situação presente, se projeta no porvir, como uma antecipação de tempos vindouros, pois se destina à formação dos homens que viverão em outras épocas e em novos tempos.

O Manifesto de 1932 defendeu que o Estado deveria atuar em prol da educação pública, rompendo com os privilégios do ensino destinado a poucos. Para tanto, propunha um planejamento nacional voltado à reconstrução do sistema educacional, buscando superar a estrutura tradicional que reproduzia desigualdades sociais entre o ensino primário, profissional, secundário e superior.

Saviani (2011, p. 248) sintetiza essa proposta afirmando que:

A nova política educacional deverá romper com a formação excessivamente literária, imprimindo à nossa cultura um caráter eminentemente científico e técnico e vinculando a escola ao meio social produtivo, sem negar os valores especificamente culturais representados pela arte e pela literatura.

Quadro 7 - Estrutura do plano educacional do Manifesto de 1932



Fonte: SAVIANI, 2011. p. 248

O lançamento do Manifesto provocou intensos debates no campo educacional, sobretudo entre os intelectuais ligados à Igreja Católica e à ABE. As divergências ideológicas levaram à criação da Confederação Católica Brasileira de Educação (CCBE), fundada em 1934, a qual passou a coordenar 40 associações de

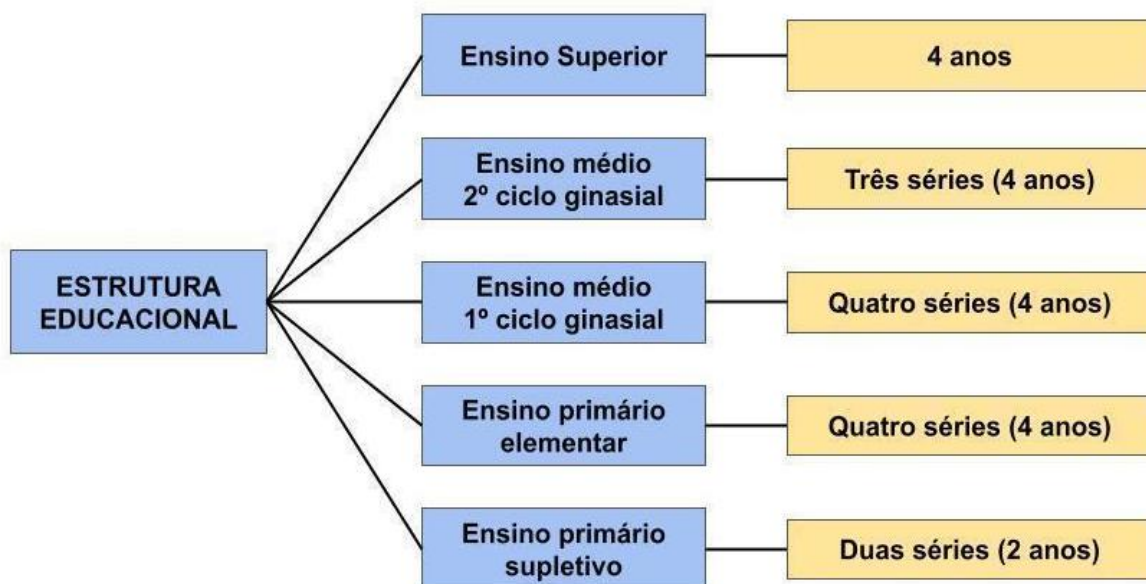
professores católicos e mais de 300 colégios em todo o país (BARREIRA, 2002, p. 336; SAVIANI, 2010, p. 256).

Para os católicos, a laicização do ensino era uma ameaça à formação moral e espiritual dos jovens, pois, a escola leiga, associada ao escolanovismo, seria promotora do individualismo e da perda de valores. A Igreja, portanto, reivindicava o monopólio da educação moral e religiosa como condição para a reforma social.

Com o objetivo de equilibrar essas disputas, o governo Vargas nomeou Gustavo Capanema para o Ministério da Educação e Saúde Pública em 1934. Permaneceu no cargo até 1945, sendo responsável por um vasto conjunto de reformas. Entre suas principais iniciativas esteve a elaboração do Plano Nacional de Educação, que, embora anunciasse a preocupação do Estado com a questão educacional, manteve um caráter centralizador e autoritário.

Durante o Estado Novo (1937–1945), o Ministério da Educação e Saúde (MES) consolidou uma série de medidas conhecidas como Leis Orgânicas do Ensino, que reconfiguraram a estrutura educacional, sem, contudo, romper com o elitismo que marcava o sistema.

Quadro 8 - Leis Orgânicas: ensino primário e ensino secundário



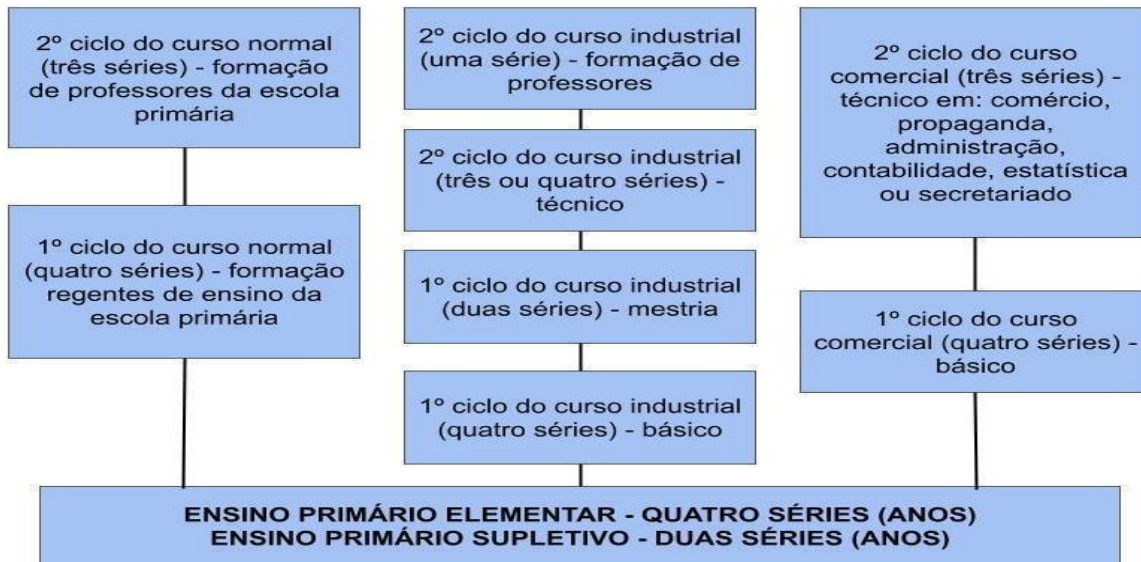
Fonte: Adaptado FERREIRA Jr. 2010. p. 74.

Essas reformas institucionalizaram a divisão do ensino segundo a origem social dos alunos. Às classes populares destinava-se a educação profissional e primária, voltada ao trabalho manual e técnico; às elites, reservava-se o ensino secundário e superior. A mobilidade entre esses níveis era restrita, perpetuando a desigualdade estrutural.

A partir da década de 1940, a necessidade de formação de mão de obra especializada para o setor urbano-industrial impulsionou a criação de cursos técnicos e profissionalizantes. No entanto, apenas o Curso Normal, voltado à formação de professores, apresentou continuidade significativa. Para atender às demandas produtivas, o governo Vargas criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), pelo Decreto-Lei n.º 4.048/1942, e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), pelo Decreto-Lei n.º 8.621/1946.

Segundo Ferreira Jr. (2011, p. 78), “o chamado ‘Sistema S’ logo se transformaria na maior rede de escolas profissionais do Brasil, pois a lógica do processo de modernização acelerada e autoritária do capitalismo brasileiro assim determinava”.

O governo Vargas, portanto, remodelou a escola como um aparelho de reprodução ideológica, reforçando o nacionalismo e a dominação de classe. O processo de universalização do ensino público não resultou da iniciativa liberal clássica, mas de uma burguesia periférica que consolidou seu poder após a Revolução de 1930. A proposta de um sistema educacional nacional, público e gratuito, defendido pelos Pioneiros da Educação Nova, somente se materializou muitas décadas depois, em fins do século XX.



Fonte: FERREIRA Jr. 2010. p. 76.

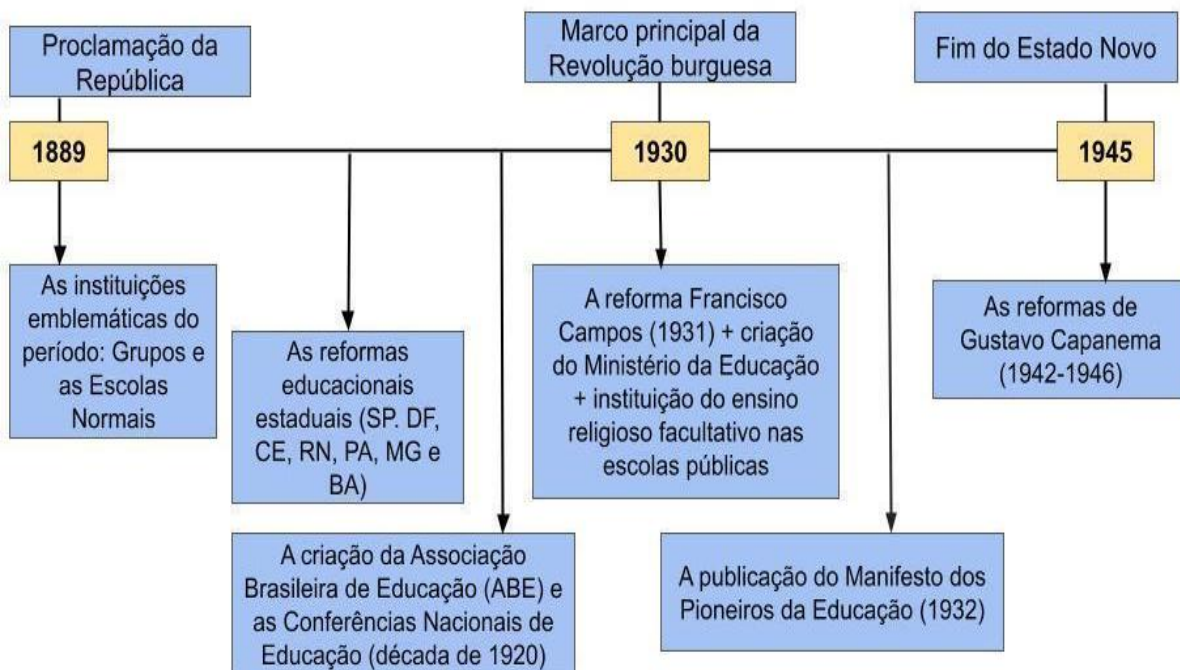
Com exceção do Curso Normal, os outros foram um fracasso por sua longa duração e pela pressão dos setores produtivos urbanos. Para atender as demandas do setor urbano-industrial e modernizar de maneira acelerada a economia, o governo Vargas engendrou a criação de um sistema técnico paralelo, que era conservado pelos sindicatos patronais. Esse sistema de ensino formava trabalhadores especializados de acordo com as demandas imediatas dos diversos setores econômicos atrelados à indústria e ao comércio.

O governo Vargas remodelou a escola para ser um aparelho de ampla reprodução ideológica, estimulando as alianças políticas, o nacionalismo e a dominação de classe, valorizando o conceito binômio histórico da educação brasileira que foi baseado no elitismo e na exclusão.

O processo de universalização do ensino público no território brasileiro não foi fruto da atuação política da burguesia liberal clássica que consolidou seu poder com o fim do Antigo Regime com o advento da Revolução Francesa. O caso brasileiro está diretamente associado a burguesia que reside periferia do sistema capitalista mundial, esse grupo usurpa o poder na Revolução de 1930 e só em 1932 com o “*Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*” que a educação pleiteada para ser organizada em um sistema nacional que promova a educação a todos de forma igualitária, sendo um dever do Estado construir mecanismo de acesso e gratuidade.

É crucial destacar que as aspirações dos Pioneiros da Educação Nova, expressas em seu manifesto de 1932, somente encontraram um horizonte de concretização com a promulgação da Constituição Federal de 1988, mais de cinco décadas depois. Esse longo interregno de 56 anos foi marcado por períodos autoritários, como o Estado Novo e a Ditadura Civil-Militar, que sufocaram os ideais democráticos e laicos defendidos pelos pioneiros. A Carta de 1988, ao consolidar a educação como um direito social e dever do Estado, princípios centrais do movimento, representou a culminância jurídica de uma luta histórica pela democratização do ensino público no Brasil.

Quadro 10 - Principais acontecimentos educacionais do período republicano



Fonte: FERREIRA Jr., 2010. p. 80.

As ideias pedagógicas das décadas de 1930 e 1940 foram marcadas pela tensão entre a pedagogia nova, defensora do ensino laico, e a pedagogia tradicional, representada pela educação religiosa. Essa disputa ideológica, associada ao desenvolvimento do capitalismo tardio no Brasil, fomentou pressões políticas que

resultaram na reorganização da estrutura de ensino nacional, promovendo inovações metodológicas e renovadas discussões sobre os rumos da educação brasileira.

#### **2.4 SINDICALISMO BRASILEIRO NOS ANOS 1930**

Os anos 1930 resultaram em mudanças profundas na organização da sociedade brasileira. O Governo Provisório de Getúlio Vargas, na busca incessante pela centralização do poder político, promoveu diversas alterações legislativas sob a premissa falaciosa de regulação. Essas mudanças constituíram um amplo arcabouço de imposições verticalizadas na política constitucional.

As elites conservadoras mantiveram sua influência política e econômica na configuração do Estado burguês. A nova política dos anos 1930 foi, necessariamente, um reflexo da velha política. O sucesso da tomada do poder por Vargas guarda íntima relação com o pacto estabelecido entre as elites regionais do eixo Sul: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Rio de Janeiro, e do Centro: Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, que buscavam rebelar-se contra o monopólio do poder político exercido pelo estado mais rico da federação, São Paulo.

A máquina de controle político do governo Vargas deve ser examinada a partir de sua dupla caracterização, com aspectos de interventor e reformador. O Estado sob o comando varguista manifestou empenho na promoção de capacidades de ordenamento voltadas ao desenvolvimento capitalista industrial, com elementos evidentes na política e na economia.

Apesar dos movimentos políticos, o governo Vargas representou uma continuidade do Estado burguês, historicamente organizado para a representação dos interesses da classe economicamente dominante. Para Marx (2005), a burguesia é resultado de um extenso processo de desenvolvimento que tem seu limiar na modernidade. Os tempos modernos constituíram a base para as transformações dos modos de produção, circulação e exploração do trabalho.

O progresso político da burguesia alcançou hegemonia no modelo representativo do Estado moderno, articulando mecanismos de posse e manutenção do poder que perduram até os dias atuais. “*O executivo no Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa*” (MARX, 2005, p. 42).

Como os demais tipos de Estado (escravista, feudal), o Estado burguês também é um conjunto de recursos materiais/humanos utilizados na conservação do processo de extorsão do sobretrabalho e, portanto, na conservação da dominação de uma classe (explorada) por outra (exploradora). (SAES, 1992, p. 29)

A luta de classes é fenômeno presente na história e no cerne do Estado burguês. As classes antagônicas têm interesses evidentemente heterogêneos: um grupo busca representação política, e o outro, a manutenção de seus privilégios. Como alerta Marx (2005), “[...] *toda luta de classes é uma luta política*” (MARX, 2005, p. 48). Essa disputa é representada historicamente pelos agentes sociais moldados por suas condições de existência no sistema capitalista. Sendo assim, a opressão de uma classe sobre a outra condiz com estruturas políticas, econômicas e culturais moldadas pelo capital.

A condição essencial para a existência e supremacia da classe burguesa é a acumulação da riqueza nas mãos de particulares, a formação e o crescimento do capital: a condição de existência do capital é o trabalho assalariado. (MARX, 2005, p. 51)

O Estado burguês do início do século XX é a materialização do comitê da burguesia. O caso brasileiro testemunhou o avanço significativo das atividades industriais e comerciais sob a governabilidade de Vargas a partir da década de 1930. Visando controlar as organizações coletivas de trabalhadores industriais, Vargas impôs novas normas regulatórias que pairaram sobre distintas facetas da organização política no mundo do trabalho. O Decreto n. 19.770, de 1931, designou a criação do Ministério do Trabalho e, juntamente com essa instituição estatal, configurou a regulação da

sindicalização. Esses processos constituíram-se como formas de dominação das relações trabalhistas, sociais e econômicas.

Nesse contexto, o movimento dos trabalhadores em educação, que desde o final do século XIX vinha se organizando em associações de caráter mutualista – como a Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (1902) e a Associação Sul Rio-Grandense de Professores (ASRP), fundada em 1929 –, também foi atingido por essa regulação estatal. O associativismo docente, que havia florescido nas primeiras décadas do século XX como espaço de defesa profissional e de construção de identidade coletiva, viu-se progressivamente enquadrado na estrutura corporativista do Estado Vargasista (GABRIEL, 2025; RAMALHO, 2025).

O decreto de 1931 fomentou iniciativas de controle dos recursos financeiros dos sindicatos, impedindo seu acesso em momentos de pressão popular que culminavam em greves. Os sindicatos ficaram financeiramente rendidos e, de maneira condicionada, foram paulatinamente incorporados como instituições de cooperação e colaboração perante o Estado. Nessa estrutura, o Ministério do Trabalho detinha o controle para a concessão e criação de sindicatos.

A intencionalidade dessas ações de controle era remover o sindicato do âmbito privado e direcioná-lo para a esfera governamental. De acordo com os estudos de Carlos Bauer (1995), o sindicalismo no Brasil rompe os anos da década de 1930 enfraquecido por diversos fatores: as crises econômicas, as atividades realizadas internamente, a carência política de estruturação de um partido e a coibição da corporação policial, presente na política de Estado do presidente Washington Luís, que governou o Brasil entre 1926 e 1930 e considerava qualquer questão de cunho social uma questão de polícia, a ser tratada com repressão. Esse histórico de gradual esfacelamento da identidade coletiva dos trabalhadores favoreceu os planos de controle sindical de Vargas.

Vargas manteve sua aproximação com as forças militares e valorizou a aliança com os grupos operários ao adotar mudanças na legislação trabalhista. De acordo com as novas determinações, sindicatos de patrões e operários, dividiam-se por

categorias profissionais, ficando sujeitos às federações e confederações e que, por sua vez, se subordinavam ao Ministério do Trabalho (BAUER; PAULISTA; DINIZ, 2013, p. 20).

Com a outorga da Constituição Federal de 1937, modificou-se de maneira ditatorial o texto regulatório democrático de 1934, condicionando de forma inflexível a liberdade de sindicalização. O Ministério do Trabalho tornou-se responsável pelo controle e classificação da atuação sindical.

Entre 1937 e 1939, novas regras foram implantadas, pautando objetivamente os sindicatos e associações: proibição de greves, impedimento da autonomia sindical, cobrança compulsória do imposto sindical, com o Ministério do Trabalho como responsável legal pelo controle da arrecadação e a obrigatoriedade de um sindicato único por categoria. Essas imposições tinham como objetivo a domesticação dos sindicatos.

No campo educacional, esse controle estatal impactou diretamente entidades como o Centro do Professorado Paulista (CPP), que, fundado na década de 1930, caracterizava-se por sua *"isenção política e proximidade com o Estado"*, conforme apontado por Vicentini (2000) e citado no resumo *"Cartografia histórica do associativismo e sindicalismo dos trabalhadores em educação em São Paulo"* (GOMES; BAUER, 2025). A Associação dos Professores do Ensino Secundário e Normal Oficial do Estado de São Paulo (APESNOESP), atual APEOESP, fundada em 1945, também se formou inicialmente com um *"viés mais conciliador"* dentro desse mesmo contexto de controle (GOMES; BAUER, 2025).

Implantou-se o *"peleguismo"*, configurando um sindicalismo sem raízes autênticas e que permaneceu distante da classe operária durante os quinze anos da ditadura do Estado Novo (ANTUNES, 1980, p. 25).

O fim dos anos 1930 constituiu um momento histórico de verticalização dos sindicatos imposta pelo Estado, proliferando o controle estatal em detrimento das liberdades de associação e da luta coletiva dos trabalhadores.

Compreender as dinâmicas que abrangem as agremiações de trabalhadores no início do século XX não é tarefa simplória; exige um repertório informacional extenso e o domínio sobre conceitos e teorias que expliquem de maneira explícita os fatos históricos. Segundo Rodrigues (1968), para estudar as entidades e movimentos coletivos de representação da classe trabalhadora, é essencial considerar as estruturas políticas e sociais que compõem a sociedade do período. Os agentes históricos são afetados por fatores externos e ostentam interesses heterogêneos.

Ao lado do recorte histórico apresentado inicialmente sobre o movimento sindical, é possível estabelecer uma longa periodização com base na historiografia. De acordo com os estudos de Rodrigues (1968, p. 6), o movimento sindical apresenta cinco fases:

1. Período mutualista (antes de 1888);
2. Período de resistência (1888–1919);
3. Período de ajustamento (1919–1934);
4. Período de controle (1934–1945);
5. Período competitivo (1945–1964).

Ao segmentar o movimento sindical em fases, o autor busca esmiuçar os limites e os fenômenos socio-históricos que abrangem a formação processual da classe trabalhadora em entidades representativas.

A primeira fase, anterior a 1888, apresenta características embrionárias do sindicalismo: o “período mutualista”. Esse período na história do Brasil foi marcado pela coexistência do trabalho escravo e, posteriormente, do trabalho livre, fruto de processos históricos que moldaram a organização econômica, política e social. O trabalho livre restringiu-se inicialmente ao âmbito urbano, onde trabalhadores, “[...] *desprovidos de qualquer amparo, numa sociedade patriarcal de bases rurais, se organizam para fins de defesa mútua*” (RODRIGUES, 1968, p. 6). Essa forma de organização era mais comum entre profissões tipicamente operárias, como as ligadas à imprensa e aos jornais.

No campo educacional, as associações mutualistas de professores surgiram como resposta à ausência de seguridade do Estado e às péssimas condições de trabalho docente. Como analisa Jhonatha Ramalho (2025) em "*Associativismo docente no limiar da década de 1930*", entre 1889 e 1930 essas associações, ganha adesão e desenvolvem-se de maneira orgânica junto a classe trabalhadora, fomentando participação política e reconhecimento de interesses comuns compartilhados, despontavam como uma limiar solução para as lacunas previdenciárias deixados pelo Estado. A Associação Sul Rio-Grandense de Professores (ASRP), fundada em 1929, é um exemplo dessa forma de organização.

As associações que surgem não deixam de representar também uma sobrevivência do trabalho corporativo do tipo artesanal, não obstante a Constituição Imperial de 1824, no artigo 25º das Disposições Gerais, tivesse determinado especialmente a abolição das "*corporações de ofício dos juizes, escrivães e mestres*". (RODRIGUES, 1968, p. 6)

As sociedades de auxílio mútuo surgiram como alternativa à legislação imperial que determinava o fim das corporações de ofício. Uma das estratégias para a manutenção dessas entidades era o estabelecimento de um fundo social, abastecido por meio de mensalidades, doações e "*joias*" pagas por sócios efetivos. Esse fundo era utilizado para atendimento em casos de enfermidade ou velhice, constituindo uma forma embrionária de seguridade social. De acordo com Silva Júnior (2004), em 1882 existiam associações mutualistas distribuídas por várias unidades federativas, com destaque para: Alagoas (7), Bahia (40), Espírito Santo (4), Paraná (3), Rio de Janeiro (46), Distrito Federal (171), Rio Grande do Sul (33) e Santa Catarina. A identificação quantitativa dessas associações permite estimar a concentração dos agrupamentos de trabalhadores em determinadas regiões, refletindo a desigual formação de uma classe operária nacional.

A segunda fase, intitulada "*período de resistência*", compreende o intervalo entre 1888 e 1919. Nesse recorte temporal, o Brasil presencia a proliferação de associações e sindicatos. Os centros urbanos tornam-se polos de atração industrial e populacional, abrigando atividades econômicas manufatureiras em expansão. A

abolição da escravidão (1888) e a intensificação da imigração modificaram profundamente as realidades econômicas e sociais das cidades, acelerando a formação de um proletariado urbano em meio a uma estrutura social ainda marcadamente fragmentada.

Para os trabalhadores em educação, este período é marcado por manifestos e primeiras formas de organização reivindicatória. O "*Manifesto dos Professores Públicos de Instrução Primária da Corte*", de 1871, já evidenciava um ambiente educacional "*repleto de regulações, controles e de inspeções, articulado pelas autoridades governamentais*", conforme análise de André Luís Gabriel (2025). Este documento, constituído por quatro cartas endereçadas ao Imperador, à Câmara Legislativa, ao Ministro dos Negócios do Império e aos concidadãos, representava uma tentativa de modificar a situação precária na qual os professores viviam e atuavam.

As ideias novas que advinham da Europa florescem no Brasil com ampla fertilidade entre os imigrantes da era industrial, florescendo nos trópicos os ideais anarquistas e socialistas. A luta de classes torna-se um aspecto inerente à realidade social da nova nação e torna-se mais evidente para o trabalhador que as condições de vida das classes populares são cada vez mais precárias.

As mobilizações políticas da classe trabalhadora encontram ressonância em grandes centros urbanos. "*A greve de 1917 foi um equivalente brasileiro da Comuna de Paris de 1871 uma efetiva intervenção da classe trabalhadora na política teria que esperar mais de cinquenta anos*". (SOUZA, 2017, p.109). O operário fabril se organizou na inquirição pela participação política, a greve geral abalou o núcleo estrutural da burguesia industrial do Brasil e como resultado algumas conquistas foram alcançadas.

O movimento anarquista teve marcante relevância no período de resistência ao conduzir politicamente o movimento operário em prol de melhores condições de trabalho, promovendo greves e pressões políticas, para os patrões e para o governo. As mobilizações anarquistas tinham propósitos de mudanças que abrangiam problemas imediatos que careciam de atenção e tratativa incisiva, bem como, mobilizaram articulações estratégicas para problemas de longo prazo.

As exposições dos ideais políticos dos anarquistas foram disseminadas pelas publicações de diversos periódicos, como exemplo podemos citar A Plebe, um jornal anarcossindical destinado aos trabalhadores. Dentre os métodos de atuação do movimento cabe destacar a ação direta que visa o despertar da massa popular integrando a educação e exercício de ação para uma vida de luta contra o capital, a rebelião proletária torna-se uma projeção possível em um horizonte adjacente, como elucidado por José Oiticica, intelectual ligado ao pensamento anarquista.

O nosso método é a ação direta, que, desde já, na conquista de pequenos melhoramentos atuais, tende a despertar a iniciativa, o espírito e a espontaneidade, a decisão, a coragem, ensinando a massa popular agir por conta própria, a unir-se e viver em luta. Hoje, mais do que nunca, ação direta, é o processo exato de rebelião proletária. Fora da ação direta, só um método existe: o colaboracionismo, o reformismo, as eleições com vista ao poder - numa palavra, ação indireta. (LEUENROTH, 1963, p.47, apud RODRIGUES, 1968).

A atividade parlamentar coincide com a denotação de ação indireta, nessa perspectiva o poder parlamentar recusa às ideias anarquistas pela sua radicalização e impossibilidade de conciliação. A experiência anarquista no Brasil apresentou predomínio de atuação na passagem do século XIX para o século XX, sendo alavancada pelos ideais socialistas de coletivização dos meios de produção, integração do proletariado e a luta de classes.

Na América Latina, os ideais de movimento de massa não ficaram restritos apenas à nação brasileira, federações socialistas e organizações operárias tiveram importante atuação política no Uruguai, Argentina, Chile, Peru e México. A intensa atividade sindical junto às mobilizações populares foi uma marca do período, fomentando abrangência em diversos níveis; o local, o regional e o nacional.

A terceira fase é o “*período de ajustamento*” entre os anos de 1919 até 1934, nessa periodização o movimento sindical brasileiro passa por mudanças graduais, o limite inicial do período coincide com o Tratado de Versalhes de 1919, determinando um Tratado de Paz entre os países em conflito e corroborando para uma nova fase do capitalismo. Por sua vez, no caso brasileiro a Primeira Guerra impulsionou os processos de industrialização do país. “*Já a política de substituição de importações causada pelo impacto da Primeira Guerra Mundial no comércio mundial cria as*

*condições de uma industrialização incipiente especialmente na cidade de São Paulo*". (SOUZA, 2017, p. 109).

O fim do período (1934) focaliza a promulgação da Constituição de 1934 que expressa em suas diretrizes o controle e domesticação dos sindicatos. Historicamente, a Europa encontrou-se dividida mesmo com o fim da guerra e o Tratado assinado selando a paz entre as nações, de um lado as nações com intenções capitalistas na reconstrução de suas infraestruturas e de outro lado as correntes socialistas incentivadas pela revolução bolchevique. O segundo caso causou euforia entre os intelectuais, políticos, trabalhadores urbanos e rurais, os ideais de organização coletiva ganham proporções que perpassam as fronteiras da Soviéticas.

No campo educacional, este período é marcado pela crescente organização política dos professores. Em 1933, é fundado no Rio de Janeiro o Diretório Político das Professoras Primárias (D.P.P.), que em seu panfleto conclamava as "*quase cinco mil professoras, no Distrito Federal*" a se organizarem politicamente. Este movimento, analisado por André Luís Gabriel (2025), representava um esforço de organização autônoma das educadoras, que reivindicavam não apenas melhorias laborais, mas também reconheciam seu "*dever de formar o cidadão, na escola, e de escolher, pelo voto, os cidadãos que dirigirão os destinos da Pátria*". A atuação do D.P.P. ilustra como as professoras primárias buscavam influenciar as políticas educacionais e participar ativamente da vida política do país, desafiando estereótipos de passividade.

Como resultado desse entusiasmo coletivo no Brasil os agrupamentos socialistas de base operária fundam organizações de representação política nos grandes centros urbanos, como São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Nesse contexto, é criado o Partido Comunista do Brasil (PCB) no ano de 1922.

Em 1921, Nicanor do Nascimento e Joaquim Pimenta fundam no Rio de Janeiro um novo Partido Socialista. E na mesma cidade, de 25 a 27 de março de 1922, realiza-se o Congresso Constituinte do Partido Comunista do Brasil, congregando operários intelectuais como militância anterior em outros grupos inclusive anarquistas. (RODRIGUES, 1968, p.12).

Parte dos membros fundadores do PCB vieram de uma base formada no anarquismo, como Astrojildo Pereira que reconhecia a importância do movimento anarquista frente ao operário brasileiro atuando juntos com grande efervescência entre os anos 1906 e 1920. Todavia, os anarquistas não aprovavam a orientação parlamentarista do PCB e no ano de 1928 criação o Bloco Operário e Camponês (BOC). Entre os anos de 1922 e 1934 anarquistas e comunistas disputavam a liderança da representação sindical da classe trabalhadora.

Em devidas proporções as correntes ideológicas que estavam a frente do movimento sindical tiveram que se ajustar os moldes políticos do período para conseguir atuar no regime parlamentar e lutar por reivindicações populares na máquina pública do Estado. Sintetizando um caráter mais reformista e menos revolucionário. Contudo, as processualidades históricas de fins dos anos 1920 e início dos anos 1930 engendraram condições econômicas e políticas que corroboraram para a manutenção do poder nas mãos da burguesia industrial. Evidenciando que a luta de classes é um elemento intrínseco as dinâmicas históricas que abrangem o período.

Assumir a ocorrência da luta de classes em torno de trinta, como já foi visto, não significa busca-la na revolução de trinta, pois é justamente nessa memória histórica onde se verifica seu ocultamento. Por outro lado, como memória histórica, a revolução é a produção simbólica de um processo histórico produzido por classes sociais em conflito e, nesse sentido, representa um momento significativo do engendramento de um efetivo sistema de dominação. (DE DECA, 2004, p.75).

A quarta fase, o “*período de controle*”, correspondendo aos anos de 1934 até 1945. O controle do movimento sindical pelo Estado não ocorreu de maneira simplória e pacífica, O início desse processo é a criação de instituições governamentais como o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Com a aprovação da lei sindical atrelada em 1931, os sindicatos são transfigurados em órgãos colaborativos do Estado proliferando novas paradigmas, isso significa um gradual perda de autonomia e a descaracterização dos sindicatos como entidades orgânicas. Essa estratégia política tinha como efeito a limitação das ações sindicais em todas as esferas pauperizados pelas estratégias políticas do governo.

Entre 1922 e 1934, anarquistas e comunistas disputaram a liderança do movimento sindical, em um processo de ajustamento a um cenário político cada vez mais institucionalizado, ainda que, a burguesia industrial mantivesse seu domínio.

Os trabalhadores em educação também foram atingidos por este controle estatal. Como analisa Sadi Dal Rosso (2011), a baixa densidade de professores no início do século, no censo escolar de 1907, atuavam 1.373 professores no Distrito Federal, sendo 1.166 professoras e 207 professores, não favorecia ações organizacionais. Contudo, com a expansão do aparato educacional, o contingente docente cresceu significativamente, chegando a quase cinco mil professoras apenas no Distrito Federal em 1933, conforme registrado no panfleto do Diretório Político das Professoras Primárias. Este crescimento, no entanto, coincidiu com o processo de controle estatal sobre a organização sindical.

Criou-se uma burocracia sindical dócil, vinculada e escolhida a dedo pelo Estado, cujo objetivo não era outro senão o de controlar as reivindicações operárias. Implantou-se o '*peleguismo*', configurando um sindicalismo sem raízes autênticas e que permaneceu distante da classe operária durante os quinze anos da ditadura do Estado Novo. (ANTUNES, 1980, p. 25)

Esse controle não se deu apenas por meios formais. A nova burguesia industrial consolidou mecanismos de exploração e alienação, aproveitando-se da massa de trabalhadores rurais em transição para as cidades – um proletariado com formação cultural patriarcal e predisposto a relações paternalistas.

A quinta fase, o "*período competitivo*" (1945–1964), surge com o fim da Segunda Guerra e a redemocratização. O movimento sindical renovou-se com a retomada da liberdade de associação e a substituição de lideranças pelegas por representantes autênticos.

Os comunistas, sendo a maior força sindical, conseguiram, então, concretizar sua aspiração maior para o movimento sindical: foi criada a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (1946). (ANTUNES, 1980, p. 27)

Apesar dos avanços organizativos, a repressão do governo Dutra (1946–1951) interveio em sindicatos, ilegalizou o PCB e cassou mandatos, golpeando o movimento. Ainda assim, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943, consolidou a estrutura sindical corporativa, dividindo entidades por categoria econômica ou profissional.

No campo educacional, o período pós-1945 foi marcado pela reorganização do movimento docente. Como analisado por Vanessa Pereira Amorim de Sousa e Carlos Bauer (2025) no resumo sobre as lutas dos professores do Maranhão nos anos de transição democrática (1985), o direito dos trabalhadores públicos de se sindicalizarem só foi oficializado com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Até então, os educadores enfrentavam adversidades para obter reconhecimento e garantir seus direitos, organizando-se a partir de associações como a Associação de Professores do Ensino Médio Municipal de São Luís (APEMM), fundada em 1972.

Os anos 1950 viram a reemergência de greves e mobilizações, como a grande greve de 1953 em São Paulo, com participação de 300 mil trabalhadores. Sob o governo Juscelino Kubitschek (1956–1961), o desenvolvimentismo industrial ampliou o proletariado urbano, especialmente em São Paulo, mas aprofundou dependências externas e desigualdades.

Ao longo do período, o sindicalismo expandiu-se para os diferentes domínios das atividades econômicas, industriais, comerciais, financeiras, agrárias, serviços, inclusive, atingindo setores como a educação pública e privada. Como observa Dal Rosso (2011), a organização docente herdou as tradições de luta do movimento operário, mantendo a defesa da autonomia e da liberdade sindical como princípios centrais.

A trajetória do associativismo e sindicalismo docente, desde as associações mutualistas do início do século XX até a consolidação de entidades representativas no período democrático, revela a complexa relação entre os trabalhadores da educação e o Estado. Como conclui Jhonatha Ramalho (2025), "*o panorama histórico dos movimentos associativistas e sindicais em educação é fluido e passível de contínuas*

*reconfigurações de acordo com as circunstâncias econômicas, políticas e sociais".* A dinâmica das associações e dos sindicatos educacionais não se mostra estática na história, pelo contrário, está sujeita a contínuas reconfigurações e as circunstâncias sociais, econômicas e políticas que se processam no âmago da sociedade capitalista.

A relação entre sindicatos e Estado nas primeiras décadas do século XX foi marcada por conflitos, controle estatal e resistência operária. A trajetória do movimento sindical revela tanto a persistência da dominação burguesa quanto a capacidade de organização e luta da classe trabalhadora, mesmo em contextos adversos.

### 3. TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO: ORGANIZAÇÕES E RESISTÊNCIA

A história das organizações de trabalhadores em educação no Brasil configura-se como um eixo analítico fundamental para decifrar a formação da classe trabalhadora e a edificação da sociedade civil moderna. Ao longo do século XX, o magistério nacional gradualmente se percebeu como uma categoria imersa nas contradições do mundo laboral, submetida a condições estruturais de exploração capitalista e, paralelamente, capaz de engendrar práticas coletivas de resistência e solidariedade.

As lutas e formas de organização docente, desde as pioneiras associações mutualistas aos sindicatos contemporâneos, manifestam não somente a defesa de interesses profissionais específicos, mas igualmente o empenho na construção de um projeto político e social mais abrangente, comprometido com a democratização do Estado e do ensino público (BAUER et al., 2015; THOMPSON, 1984; MARX, 2013).

As raízes dessas organizações remetem ao ocaso do século XIX e às primeiras décadas do século XX, período de expansão do capitalismo urbano-industrial e de reconfiguração das relações laborais no país. Nesse cenário de modernização econômica e redefinição do papel estatal, proliferaram associações de caráter mutualista, inspiradas nas sociedades de socorro mútuo europeias, que visavam amparar seus associados ante a carência de proteção social.

Tais entidades, mormente, integradas por professores, funcionários públicos e trabalhadores urbanos exerceram função crucial na criação de redes de solidariedade e na difusão de valores coletivos que posteriormente seriam assimilados por sindicatos e organizações classistas. Conforme assinala Viscardi (2007), o mutualismo representou uma fase decisiva na transição entre as formas tradicionais de auxílio comunitário e o associativismo moderno, alicerçado na noção de cidadania e direitos.

No campo educacional, as práticas mutualistas no início do século XX testemunham um momento de aprendizado político e de conformação da identidade de classe entre os docentes. A criação de associações como a Associação Sul Rio-

Grandense de Professores (ASRP) revela o empenho de um segmento profissional em se organizar diante das disparidades salariais, da precariedade das condições de trabalho e da insuficiência de políticas públicas destinadas à valorização do magistério.

Esses espaços associativos, ainda impregnados por discursos morais e filantrópicos, já carregavam em seu seio conflitos e contradições inerentes ao campo político, renunciando as futuras disputas entre projetos de natureza cooperativa e sindical (CORSI, 2008; CARDOSO, 2012).

Com o avanço de políticas educacionais centralizadoras e a expansão das redes de ensino público, o professorado experimenta o processo de assalariamento e de inserção nas estruturas burocráticas estatais, o que redefine suas relações com o poder e com o saber.

Conforme argumenta Dal Rosso (2011), o labor docente é, simultaneamente, intelectual e produtivo, impregnado de intencionalidades sociais e políticas, o que confere aos educadores uma posição ambígua no interior da estrutura de classes. Essa ambiguidade, entre o pertencimento à classe média e a condição de trabalhador assalariado, explica, em parte, a fragmentação das entidades representativas e os obstáculos para a consolidação de uma consciência de classe docente (DINIZ; BAUER, 2015).

Desse modo, compreender as trajetórias das associações e sindicatos de professores implica reconhecer o papel dessas entidades como expressões históricas da luta de classes, materializadas por meio de greves, assembleias, periódicos e outras modalidades de mobilização coletiva. Paralelamente, exige uma interpretação que considere as particularidades regionais dessas experiências, sobretudo no Rio Grande do Sul, onde o associativismo docente assumiu contornos singulares.

Agremiações como a ASRP, a Associação Católica de Professores e Cultura Social (ACPCS) e o Centro dos Professores Primários Estaduais (CPPE) cumpriram funções primordiais na defesa da profissão e na articulação de pautas que conjugavam

reivindicações salariais e projetos de reforma educacional (CORSI, 2008; LEON, 2008; PISANESCHI et al., 2024).

A seção em questão propõe, portanto, um exame das formas históricas de organização e resistência dos trabalhadores em educação, fundamentado em documentação diversificada, incluindo estatísticas do IBGE, legislação trabalhista, reportagens jornalísticas e atas associativas, e em diálogo com a produção teórica de autores como Thompson (1984), Marx (2013) e Bauer et al. (2015; 2024).

O propósito reside em apreender como o associativismo e o sindicalismo docentes, desde suas origens mutualistas, contribuíram para a formação da consciência de classe e para a constituição de um campo político próprio dos educadores, inserido nas lutas sociais e democráticas do Brasil contemporâneo.

Os trabalhadores em educação representam uma fração essencial da classe trabalhadora, vinculada às atividades formativas, pedagógicas e administrativas desenvolvidas no interior das instituições escolares. Entre eles, os professores ocupam posição central, tanto pela natureza do trabalho educativo que realizam quanto pelo protagonismo histórico de suas organizações coletivas, associações e sindicatos na defesa de direitos, na luta por melhores condições laborais e na consolidação de uma sociedade civil mais democrática e participativa. A trajetória dessas organizações no Brasil é marcada por um percurso fragmentado e heterogêneo, atravessado por distintas conjunturas de mobilização e resistência.

Conforme destacam Bauer et al. (2015), o sindicalismo e o associativismo docente constituem expressões históricas de uma prática política voltada à emancipação dos trabalhadores, representando não apenas a luta corporativa por valorização profissional, mas também uma dimensão de formação da consciência social e política. Em suas palavras, “os trabalhadores da educação se lançam cada vez mais em ações jacobinas e de duro enfrentamento contra os seus algozes”, revelando que a organização coletiva, nascida de experiências concretas de opressão e exploração, é igualmente um espaço de resistência e construção da cidadania ativa (BAUER et al., 2015, p. 10).

Nesse sentido, a tese de Cássio Diniz Hiro, *História e consciência de classe na educação brasileira: lutas e desafios políticos dos trabalhadores em educação de Minas Gerais (1979–1983)* oferece significativa contribuição para a compreensão desse processo histórico. Ancorado nas formulações de Edward Palmer Thompson, Diniz (2015) analisa a formação da consciência de classe docente como fenômeno histórico, político e cultural, produzido nas práticas concretas de luta e nas mediações entre estrutura e experiência.

A partir da concepção thompsoniana, o autor observa que “a classe se delinea segundo o modo como homens e mulheres vivem suas relações de produção e segundo a experiência de suas situações determinadas” (THOMPSON, 1984, p. 38, apud DINIZ; BAUER, 2015, p. 74). Tal perspectiva permite compreender a docência como uma categoria em constante processo de constituição, cujas formas de organização e resistência espelham as contradições do mundo do trabalho educacional.

A consciência de classe entre os educadores, conforme demonstra Diniz (2015), não emerge espontaneamente, mas resulta de um processo dialético entre as condições objetivas de trabalho e as experiências subjetivas de organização coletiva. Essa dialética manifesta-se na criação de espaços de formação política, de solidariedade e de confronto à lógica mercantil e burocratizante que, desde a década de 1990, tem marcado as reformas educacionais sob o signo do neoliberalismo (ANTUNES, 2000).

As políticas de flexibilização e responsabilização, orientadas pela racionalidade gerencial, intensificaram a precarização do trabalho docente e desafiaram a autonomia e o papel político dos sindicatos no interior da luta de classes (BAUER et al., 2024).

As contradições internas ao movimento sindical, em especial o conflito entre autonomia classista e aproximação com governos de orientação “*democrático-popular*”, impuseram novos dilemas à ação política dos trabalhadores da educação. Conforme apontam os estudos reunidos na coleção *Sindicalismo e Associativismo dos Trabalhadores em Educação no Brasil*, a relação entre sindicatos docentes e governos

petistas revelou tanto avanços em termos de institucionalização do diálogo quanto limites decorrentes da incorporação parcial das demandas de base (BAUER et al., 2015; PISANESCHI et al., 2024).

Tais contradições evidenciam a necessidade de repensar o papel histórico das entidades representativas, não apenas como instrumentos de reivindicação salarial, mas como espaços de formação crítica e articulação de um projeto emancipatório de sociedade.

A análise desses processos à luz das formulações de Thompson e Diniz contribui para compreender que as lutas dos trabalhadores em educação não se restringem à esfera corporativa: constituem parte integrante das lutas sociais mais amplas pela democratização do Estado e pela superação das desigualdades estruturais da sociedade capitalista. Desse modo, a resistência docente, em suas múltiplas expressões: greves, assembleias, produção intelectual, imprensa sindical e articulações intersindicais reafirma-se como prática de classe, portadora de historicidade, consciência e projeto político transformador.

### **3.1 IDEIAS MUTUALISTAS NO BRASIL**

Para compreender a gênese do movimento sindical no Brasil, é fundamental pontuar as diferenças estruturais e de finalidade entre as associações mutualistas e outras formas de organização coletiva que lhes eram contemporâneas ou precedentes. Conforme apoiado por estudos como os de Viscardi (2007), o cenário associativo era composto por um mosaico que incluía o mutualismo, as irmandades leigas, as corporações de ofício, as seguradoras privadas e as entidades filantrópicas, cada uma com sua lógica interna e projeto social distinto.

As irmandades leigas, associações profundamente ligadas à Igreja Católica que tiveram seu auge antes da ascensão das mutuais, possuíam um caráter essencialmente religioso e de assistência espiritual. Seu principal objetivo era fortalecer o poder institucional da Igreja através da disseminação e manutenção das crenças religiosas.

No entanto, como analisa a tradição historiográfica recuperada por Bauer, essas irmandades, ao fomentar laços de solidariedade vertical e criar redes de sociabilidade, funcionaram como um laboratório inicial de práticas associativas, contribuindo indiretamente para o terreno cultural no qual as associações de socorros mútuos, de caráter mais laico e horizontal, viriam a florescer.

As corporações de ofício, por sua vez, embora reunissem trabalhadores artesãos de um mesmo *métier*, tinham como eixo central a transmissão e proteção dos saberes especializados e o controle do acesso aos ofícios, regulando a aprendizagem e a qualificação. Esta estrutura, de inspiração medieval, era fundamentalmente distinta do projeto mutualista.

Enquanto as corporações visavam a defesa de um status profissional e de privilégios corporativos, as associações mutualistas começavam a forjar uma identidade baseada na condição de *assalariado* ou trabalhador urbano em formação, buscando uma unidade de classe para enfrentar as incertezas da economia capitalista nascente. Portanto, não formavam uma unidade de ação com as mutuais na luta por direitos coletivos no sentido moderno, pois seu horizonte era a preservação de uma estrutura produtiva pré-capitalista.

As seguradoras privadas representavam uma iniciativa puramente mercantil do setor privado, com fins lucrativos, ao oferecerem serviços de proteção semelhantes, em tese, aos das mutuais. Esta modalidade de "corporativismo privado" teve certa disseminação nas décadas de 1910 e 1920. No entanto, sua trajetória foi efêmera.

A vida das seguradoras foi diminuta, e progressivamente foram à falência, vitimadas pela baixa adesão de uma classe trabalhadora com poucos recursos e pelos profundos impactos econômicos negativos decorrentes da Primeira Guerra Mundial. Sua queda evidenciou os limites da lógica do mercado em fornecer proteção social de forma estável, contrastando com a lógica da cooperação e da ajuda mútua que sustentava as associações.

O mutualismo e a filantropia, embora ambas sejam modalidades de associativismo que exprimem uma intencionalidade de ação e projeção no contexto social, possuem naturezas de classe antagônicas. O mutualismo, conforme demonstra a análise de Bauer (1994) sobre as primeiras organizações operárias, foi constituído pelos próprios trabalhadores, com a finalidade de prestar um auxílio cooperativo financiado pela contribuição direta de seus membros. Era, portanto, uma prática de auto-organização e autonomia de classe.

A filantropia, em contrapartida, promovia o socorro aos "menos afortunados" por meio de ações motivadas pela caridade, partindo de setores sociais que gozavam de prestígio econômico e poder, como setores da elite e ordens religiosas. Era uma relação vertical, de benemerência e controle social, que reforçava a hierarquia vigente.

Ambas as estratégias, mutualismo e filantropia, desempenharam, de fato, ações de importância vital para amplos setores desamparados, atuando onde o Estado era marcadamente ausente em políticas sociais. Contudo, é crucial distinguir seus significados históricos: a filantropia amenizava os efeitos da exclusão, enquanto o mutualismo representava um embrião de poder coletivo e de consciência de classe, constituindo-se como uma escola prática de solidariedade operária que pavimentaria o caminho para o sindicalismo combativo do século XX, tal como descrito na trajetória das ligas de resistência e da Confederação Operária Brasileira (COB) apresentada na obra de Bauer (1994).

A construção de estudos sobre o mutualismo é fundamental para a compreensão micro e macro da formação identitária da classe trabalhadora, as pesquisas nesse campo promove contextualização sobre desdobramento e rupturas ao longo do processo histórico. Como via de exemplos podemos citar as sociedades de socorros mútuos que são as examinadas nos estudos de Silva Jr (2004), nesta ampla pesquisa o autor enfatiza abordagens analíticas sobre aspectos sociais, políticos e econômicas das associações mutuais.

O autor pondera sobre a problemática entorno da classificação do mutualismo.

De certa forma, ainda vigora entre alguns historiadores do trabalho a ideia de que as sociedades de socorros mútuos pertenceriam à “pré-história” do movimento operário e, quando muito, mereceriam apenas uma investigação mais motivada pela erudição que pelo desejo de compreensão do próprio movimento social. (SILVA JR., 2004, p.22).

Nesse sentido avaliamos que a ASRP é uma agremiação intrínseca a dois campos de pesquisa, das associações mutuais e do sindicalismo, ambos fundamentais para a formação política e social dos trabalhadores em educação. A ASRP originou-se como uma associação de auxílio mútuo e sofreu alterações expressivas ao longo do tempo de existência, porém não se transformou em sindicato. Cabe salientar que a complexidade de análise desse tipo de agremiação é um grande desafio, em especial pela sua heterogeneidade.

[...] estudar as associações profissionais de caráter mutualista é um grande desafio principalmente devido à diversidade de ideologias, doutrinas e complexidades das condições em que estas se propõem a desenvolver estratégias públicas enquanto sociedades civis. Mais complicado ainda é analisar estas estratégias nas associações mutuais da classe docente. (CARDOSO, 2011, p.24-25).

A década de 1930 foi fundamental a estruturação da ASRP como associação mutualista de docentes. Sua atuação no fomento valores simbólicos e materiais foi de grande importância para a construção da identidade profissional dos professores de Pelotas. Dentre os principais objetivos da associação de caráter mutualista temos os esforços coordenados em defesa dos interesses comuns dos associados, a divulgação do trabalho na mídia local, suporte financeiro e jurídico e a disseminação dos valores da solidariedade para a classe professoral.

O estudo do associativismo mutualista no Brasil revela dimensões fundamentais da formação histórica da classe trabalhadora e, em particular, da organização docente enquanto fração específica desse coletivo social. No início do século XX, período de intensas transformações econômicas, políticas e urbanas, consolidavam-se formas embrionárias de solidariedade social por meio das sociedades de socorro mútuo, criadas para assegurar auxílio material e moral aos trabalhadores diante da ausência de políticas públicas e da fragilidade das relações de trabalho.

É nesse cenário que emerge a Associação de Socorros dos Professores (ASRP), expressão do associativismo docente em sua fase inicial, marcada pela combinação entre objetivos filantrópicos e reivindicações corporativas. A formação dessas entidades reflete a absorção de valores ideológicos próprios do mutualismo – como a cooperação, a ajuda recíproca e a ética da solidariedade –, os quais se tornaram elementos constitutivos da identidade política e organizativa do magistério brasileiro (BAUER et al., 2015; VICENTINI; LUGLI, 2011).

Ao analisar os movimentos coletivos e associativos, é necessário situá-los dentro de uma historiografia do trabalho e da ação coletiva que reconheça a centralidade das experiências de classe na produção de novas formas de sociabilidade e consciência política. Tais movimentos, ao expressarem demandas oriundas dos trabalhadores, introduzem novos paradigmas de participação social e democratização, articulando as dimensões econômica e cultural do trabalho docente.

As práticas associativas e sindicais, ao promoverem a defesa de direitos e a valorização da profissão, também contribuíram para a constituição de um espaço público de debate, capaz de engendrar a participação ativa dos educadores na vida política e na construção de uma cultura democrática (DINIZ; BAUER, 2015; PISANESCHI et al., 2024).

As representações simbólicas inscritas nesses movimentos revelam a coexistência de múltiplas ideologias e projetos sociais no interior da história da educação e do trabalho. Os fenômenos histórico-sociais, portanto, não resultam de ações isoladas, mas da racionalidade que articula o individual e o coletivo, o particular e o universal, nas práticas de organização e resistência.

Sob a perspectiva marxiana, a consciência de classe constitui-se nesse processo dialético: “o proletariado utilizará sua supremacia política para arrancar pouco a pouco todo o capital da burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado” (MARX; ENGELS, 2005, p. 58). Essa formulação traduz o movimento histórico pelo qual o trabalhador reconhece-se como sujeito coletivo e passa a agir politicamente contra a dominação de classe, processo que, no campo

educacional, manifesta-se na passagem das formas mutualistas às formas sindicais de organização docente.

O estudo da história dos movimentos sociais, e particularmente do mutualismo docente, permite compreender como tais experiências influenciaram diretamente o processo de formação da sociedade civil brasileira e a consolidação de uma cultura de direitos.

O mutualismo, em sua essência, representou uma pedagogia da solidariedade e da autogestão coletiva: suas práticas buscavam mitigar as condições adversas impostas pelo capitalismo nascente, enquanto promoviam o aprendizado político da cooperação e da responsabilidade social entre os trabalhadores da educação.

Com o avanço do capitalismo monopolista e a hegemonia da burguesia industrial, as práticas mutualistas passaram gradualmente a se transformar em formas de associativismo reivindicativo, voltadas não apenas ao auxílio material, mas à defesa de interesses coletivos e à luta por reconhecimento profissional e político. Assim, a trajetória das associações docentes expressa a transição de uma solidariedade de base filantrópica para uma organização classista, vinculada à luta por direitos e à crítica à mercantilização do ensino (ANTUNES, 2000; THOMPSON, 1984; DAL ROSSO, 2011).

Em síntese, compreender o mutualismo e o associativismo docente em sua historicidade é reconhecer que o trabalho do professor, ao mesmo tempo em que é submetido às relações de exploração capitalista, também é espaço de criação de novas formas de consciência e resistência coletiva. As entidades docentes, desde as primeiras sociedades de socorro mútuo até os sindicatos contemporâneos, constituíram não apenas instâncias de representação profissional, mas escolas políticas de formação social e de defesa da dignidade do trabalho educacional, contribuindo decisivamente para a democratização da vida pública e para a construção histórica da classe trabalhadora brasileira.

Historicamente o desenvolvimento do capitalismo foi repleto de inovações que forjaram avanços tecnológicos e novas formas de proletarização advindas das Revoluções Industriais. Com a instauração do sistema fabril a exploração do trabalho foi ampliada, os turnos duravam mais de 12 horas diárias e os pagamentos somavam valores miseráveis.

Depois de o capital ter levado séculos para prolongar a jornada de trabalho até seu limite normal e, então, ultrapassá-lo até o limite do dia natural de 12 horas, ocorreu, desde o nascimento da grande indústria no último terço do século XVIII, um violento e desmedido desmoronamento, qual uma avalanche. Derrubaram-se todas as barreiras erguidas pelos costumes e pela natureza, pela idade e pelo sexo, pelo dia e pela noite. (MARX, 2013, p. 439-440).

A classe trabalhadora na inquirição por melhores condições de trabalho e melhores remunerações engendram novas formas de organização, nesse mundo do capital com novos paradigmas e novas formas de materialização da exploração do trabalho, fez com que a classe trabalhadora idealizasse novas formas de mobilizações associativas, priorizando o fortalecimento de estratégias de organização e proteção.

A partir de 1830, ao se organizarem em sociedade mutualistas, os trabalhadores reelaboraram suas 'velhas' formas de autoproteção, como as práticas de socorro mútuos em caso de doença ou de morte. (MAC CORD; BATALHA, 2014, p. 12).

A defesa pelos próprios interesses organizados em associações apresenta caráter formativo de consciência de classe, todavia, é necessário considerar que esse sentimento de unidade foi letárgico e ocorreu primeiro em escalas locais.

O mutualismo converteu-se em uma prática comum para a classe trabalhadora entre fins do século XIX e início do século XX, essa ideologia foi amplamente disseminada no mundo ocidental e influenciou variadas formas de organização social, podendo ser encontrado casos como sociedades de auxílio mútuo, sociedades literárias, grêmios recreativos, sindicatos, cooperativas e até partidos políticos.

No caso das sociedades de auxílio mútuo, sua origem tem relação com o caráter protetivo de seus membros, a difusão dessas agremiações sofreu vertiginosa influência das práticas políticas oriundas da Revolução Francesa. O desenvolvimento

dessas entidades está diretamente relacionado à estrutura econômica do sistema capitalista.

O mutualismo tornou-se assim um dos elementos fundamentais da “cultura associativa” dos trabalhadores entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX. Cultura associativa entendida como o conjunto das práticas concernentes ao “hábito de associar-se” e de “conferir certa institucionalidade a formas de sociabilidade diversas” difundidas entre as classes trabalhadoras. (JESUS, 2016, p. 1146).

A classe trabalhadora organizada fomenta paulatinamente um incessante confronto contra as forças capitalistas e seus mecanismos de exploração, seria ingenuidade esperar uma repentina queda do sistema capitalista sem o advento do proletariado organizada abalando as estruturas políticas e econômicas da sociedade burguesa. O mutualismo como ideologia organizacional aposta na disciplina metódica das forças colaborativas da classe trabalhadora para implementar potenciais mudanças da sociedade pelo mundo do trabalho.

Conforme explicitado por Jesus (2016), o mutualismo é identificado como um movimento que adentra na zona de convergência com o movimento operário no Brasil. Ambos são expressões políticas essenciais da classe trabalhadora, as ideologias se complementam e contribuem para o desenvolvimento da consciência de classe do proletariado. *“Em linhas gerais o mutualismo do século XIX aparece caracterizado como um dos movimentos precursores daquilo que viria a ser a expressão política da luta de classes no século XX”*. (JESUS, 2016, p.1149).

O associativismo mutualista é um componente limiar para a organização do movimento operário no Brasil, evidentemente vai adquirir com as processualidades históricas novas feições, ora ajuda mútua e ora combativa. Para Jesus (2016), o mutualismo foi fortemente influenciado por fatores exógenos ao próprio movimento.

Embora possuisse inicialmente uma “função positiva” na “aurora do movimento operário”, o mutualismo seguiria seu caminho no século XX marcado pela ambiguidade e pelo reformismo político (JESUS, 2016, p.1149 apud FONSECA, 1978, p. 27).

Cabe salientar que as associações de caráter mutualista apresentaram em sua formação diversidade em vários aspectos, sejam eles, clientela, motivação, composição, temporalidade ou objetivos. De maneira geral, os ideais do associativos

mutualistas visavam oferecer a seus membros seguridade em períodos de ausência de mecanismos formais relativos à previdência. O nível de cobertura dependia prontamente dos recursos disponíveis, esses recursos estão relacionados a quantidade de membros e ao poder aquisitivos desses integrantes.

Para Viscardi e Jesus (2007), as associações mutuais tinham atuação em escala local prioritariamente, seu alcance regional e nacional eram limitados. A organização entorno da categoria profissional reuniu trabalhadores de variados setores, esses indivíduos almejavam aglutinar-se em agremiações com ideais representativos e combativos. Os associados majoritariamente eram homens com renda fixa, de acordo com a contribuição havia a classificação dos sócios, isso era carregado de valores simbólicos no que tange a representação de prestígio social dentro da comunidade institucional.

Em busca de representação e prestígio, as associações mutuais fomentavam a vida cultural de seus sócios, constituindo um ambiente de lazer em espaços locais. Essas atrações culturais eram resultado de diversificadas arrecadações monetárias, tanto dos sócios como da sociedade civil. Nesse sentido engendraram simbolicamente mecanismo de poder político, econômico e social junto a classe trabalhadora.

As associações mutuais cumpriam um importante papel na promoção de atividades culturais. Constituíam espaços para lazer e conagração dos associados e dos demais moradores das cidades. Promoviam festas, quermesses e missas. Recebiam companhias circenses e teatrais. Organizavam cerimônias com as mais variadas motivações. (VISCARDI; JESUS, 2007, p.29).

As associações mutuais estavam dispersas por todo território nacional, mensurar numericamente sua quantidade com precisão é um desafio. Não era uma prioridade do Estado brasileiro o registro estatístico dessas entidades. Com base na compilação de dados feita por Silva Júnior (2004) é possível dimensionar numericamente e periodicamente o mutualismo em três momentos: 1882, 1917 e 1942.

Tabela 10 - Mutuais existentes por Unidade da Federação (Brasil, 1882 - 1942)

UF*	Mutuais 1882	% 1882	Mutuais 1917	% 1917	Mutuais 1942	% 1942
DF	171	56,07	816	23,28		

AL	7	2,3	57	1,63	49	4,68
AM			35	1	16	1,53
BA	40	13,11	165	4,71	87	8,3
CE			87	2,48	78	7,44
ES	4	1,31	19	0,54	17	1,62
GO			28	0,8	6	0,57
MA			73	2,08	18	1,72
MT			26	0,74	3	0,29
MG			790	22,54	105	10,02
PA			50	1,43	40	3,82
PB			39	1,11	20	1,91
PR	3	0,98	81	2,31	43	4,1
PE			103	2,94	106	10,11
PI			13	0,37	15	1,43
RJ	46	15,08	144	4,11	68	6,49
RN			37	1,06	11	1,05
RS	33	10,82	104	2,97	149	14,22
SC	1	0,33	52	1,48		
SP			744	21,23	197	18,8
SE			36	1,03	17	1,62
AC			6	0,17	3	0,29
Total	305	100	3505	100	1048	100

Fonte: SILVA JUNIOR, 2004. p.53.<sup>10</sup>

Como bem apresentado por SILVA JR (2004), as associações mutualistas integraram a história nacional da classe trabalhadora em diversos períodos. O universo de pesquisa identificado pelo autor propõe que as associações não tinham um padrão unívoco de membros, sua formação policlassista foi muito comum tanto no século XIX como no século XX.

<sup>10</sup> SILVA JUNIOR, Adhemar Lourenço da. As sociedades de socorros mútuos: Estratégias privadas e públicas (estudo cerrado sobre o caso do Rio Grande do Sul - Brasil, 1854-1940). Porto Alegre, PUC-RS, 2004.

A base de dados apresenta um panorama amplo do mutualismo no Brasil, as processualidades históricas da primeira metade do século XX e os fatores exógenos as associações foram fundamentais para o acréscimo e decréscimo do número de mutuais. *“De 20 estados que enviaram informações em 1942, pelo menos 9 tiveram 50% ou mais de suas mutuais criadas antes de 1923, inclusive o Rio Grande do Sul”*. (SILVA JR., 2004, 57).

Conforme exposto por SILVA JR. (2004), é de extrema importância considerar a população rural no cálculo de mutualizados, nesse sentido promovendo uma perspectiva macro sobre o movimento. Ignorar esses dados é promover uma análise descontextualizada da realidade brasileira. Devemos lembrar que até 1940 cerca de 69%<sup>11</sup> da população do Brasil residia na área rural. Nesse sentido evidenciase que a luta por representação política não se limitava apenas ao meio urbano.

Ao considerar as propostas teóricas de SILVA JR. (2004), o mutualismo é delimitado como um fenômeno histórico intrínseco a formação da classe trabalhadora, evidentemente com diversas possibilidades de interpretações que abrangem sua origem, sua atuação, sua institucionalização e seu simbolismo.

Outra importante obra que aborda o mutualismo é a coletânea de textos organizadas por Marcelo Mac Cord e Claudio Henrique de Moraes Batalha<sup>12</sup>, os organizadores reúnem no livro nove textos com enfoque na historiográficas sobre o fenômeno mutualista. Nessa coletânea são expostos exames sobre as experiências das associações que tiveram atuação em diversas regiões do Brasil. Abaixo apresentaremos um breve resumo das propostas analíticas estudadas.

Na cidade do Rio de Janeiro às irmandades católicas do século XIX buscaram construir uma corrente de solidariedade entre os membros, os espaços religiosos tiveram importância para como centro de organização das rotinas

---

<sup>11</sup> Fonte: MONLEVADE, João Cabral: o papel do piso salarial profissional nacional como instrumento de valorização dos professores de Educação Básica Pública, Campinas, SP. 2000. p. 38.

<sup>12</sup> MAC CORD, Marcelo; BATALHA, Claudio Henrique de Moraes (Org.). Organizar e proteger: Trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp. 2014.

profissionais que vislumbravam sob um apoio simbólico a construir uma identidade e lutar por direitos que eram suprimidos pelo controle da municipalidade.

Em Salvador, grupos de auxílio mútuo são formados junto a classe operária, no perpassar do século XIX essas entidades promoveram a inclusão a vida pública de negros e operários por intermédio do voto em tempos de evidente exclusão social.

Na municipalidade de Maceió na década de 1880 os embates políticos sobre a categoria profissional caixeiral do comércio, as sociedades de auxílio mútuo foram agremiações responsáveis pela construção de identidades, de valores culturais e posicionamento político, integrando diretamente com seus membros ao plano político.

No Recife a luta pela participação política dos artesãos, livres e libertos, é considerada eixo fundamental da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais que estão vinculados ao Liceu de Artes e Ofícios, o centro de gravidade periódica é a reforma eleitoral de 1881. A profissionalização e os direitos políticos foram relacionados como limites necessários na construção da cidadania.

O caso mineiro é analisado sob a perspectiva da formação da classe trabalhadora na capital Belo Horizonte, as organizações de auxílio mútuo são fundamentais para a educação formal dos associados, bem como, por exteriorizar significados simbólicos sobre a fraternidade e festividade.

No contexto catarinense, Florianópolis em fins do século XIX e início do século XX, a região foi solo fértil para a criação de 32 sociedade de auxílio mútuo, as ações desses grupos foram essenciais para visibilidade na atividade política, econômica, cultural e social de seus membros, haja vista que ressonância de ações excediam as fronteiras das sedes e dos estatutos sociais.

No cenário paulista de Campinas os trabalhadores das diversas profissões e nacionalidades organizados em grupos de auxílio mútuo foram responsáveis pelas greves de 1906 e 1917, fundamentando o movimento reivindicatório operário na luta pela conquista de direitos e o progresso do proletariado como classe consciente e educada politicamente.

No caso do Rio Grande do Sul, as sociedades de socorros mútuos são abordadas como organizações que cumpriram papel significativo no que tange à seguridade previdenciária, evidenciando as carências das estruturas do Estado burguês. O crescimento das entidades demandou de diversos fatores, como; número de associados, critérios de associação, tipos de vínculos e a natureza do atendimento.

[...] o mutualismo é comumente visto como uma das formas culturais pelas quais os trabalhadores interpretaram sua experiência coletiva. Uma das formas de consciência coletiva relativas à experiência de grupos de trabalhadores urbanos, em um momento histórico que antecede a emergência de “uma” classe trabalhadora (no sentido thompsoniano do termo). (JESUS, 2016, p. 1157).

As associações mutualistas apresentam certo grau de proximidade se considerarmos a fator laboral de seus sócios, a construção das identidades e pertencimento ao grupo, consolidando espaços de sociabilidade e solidariedade. Evidentemente cada agremiação é fruto das experiências coletivas de sua gênese e período histórico.

Conforme exposto por Viscardi e Jesus (2007), o tempo de existência de uma associação mutual era incerta, muitas deixam de existir em um curto período de duas décadas. Evidentemente haviam casos excepcionais, como a ASRP que permaneceu em atuação entre os anos de 1929 e 1979. A longevidade de uma associação dependia de variados fatores, desde a organização interna até a capitação de recursos financeiros.

As mutuais formadas por imigrantes e/ou seus descendentes tendiam a ser mais duradouras, tendo em vista o objetivo prioritário de consolidar e difundir as identidades étnicas, [...]. Por sua vez as mutuais formadas por trabalhadores de variados ofícios tendiam a durar menos. (VISCARDI; JESUS, 2007, p.30).

De maneira geral, um dos principais fatores responsáveis pela extinção precoce das associações mutuais, consistia na incapacidade técnica do corpo gestor no gerenciamento dos riscos que envolviam o complexo processo de manutenção da instituição, o resultado dessa fragilidade eram as múltiplas inadimplências dos sócios, sem a capitação desses recursos o desfecho consistia na falência generalizada, razão pela qual devemos considerar que a gradual proteção previdenciária que começa a ser instituída pelo Estado, promoveu o esvaziamento das associações.

Categoricamente o mutualismo deve ser observado como um fenômeno histórico-social que engloba diferentes grupos com identidades e culturas diversas. As investigações sobre a temática buscam explorar as contribuições desse tipo de organização na formação da classe trabalhadora, a partir da participação política, da valorização cultural dos seus membros, da seguridade previdenciária e social, e entre outros objetos interpretativos.

As associações mutualistas podiam ser criadas por diferentes grupos sociais, administradas por diversos agentes históricos e podiam ter um quadro de associados variado, oferecendo múltiplos benefícios e serviços. (NOMELINI, 2014, p.248).

Cabe salientar que as associações mutuais atuaram em conjunto com os sindicatos para prover aos trabalhadores ajuda necessária em pautas reivindicatórias. Apesar da atividade colaborativa as agremiações conservaram seus arranjos estruturais.

A aproximação entre mutualismo e sindicalismo ocorreu de modo mais externo, sem que as mutuais se transformassem gradualmente em sindicatos. Na verdade, enquanto se consolidavam e proliferavam, na passagem do século, associações de ajuda mútua, sindicatos e partidos atuavam como frentes distintas e complementares de defesa dos interesses das classes trabalhadoras. (VISCARDI e JESUS, 2007, p. 47).

A educação política dos associados foi um elemento determinante nas associações mutuais, possibilitando a qualificação e a consciência de classe. A educação tornou-se um projeto intrínseco tanto as questões laborais como construção política da sociedade civil. “[...] *as mutuais assumiram uma postura de maior autonomia, o que lhes garantia um papel relevante na construção de um projeto de cidadania ativa e de acúmulo de cultura cívica a médio e longo prazo*”. (VISCARDI, 2014, p.198).

Os alicerces do associativismo mutualista devem ser analisados e referenciados como parte das múltiplas experiências identitárias para a formação da classe trabalhadora. As premissas estruturais das mutuais são alinhadas em quatro esferas interligadas, são elas: liberdade, solidariedade, independência e democracia. As práticas difundidas apresentam caráter fraternalista, que é um produto sócio-histórico dessa relação, expresso no âmbito simbólico de solidariedade e do amparo.

O mutualismo representou uma forma de organização da classe trabalhadora, apesar de sua heterogeneidade as agremiações tiveram forte atuação na proteção mútua de seus membros em períodos de carências de políticas públicas destinadas ao amparo social. Em contrapartida, com o fomento de políticas previdenciárias o número de associações tendeu a diminuir gradativamente em especial nas décadas de 1930 e 1940. Como bem apresentado por Viscardi e Jesus (2007), as associações mutuais contribuíram substancialmente para a organização da sociedade civil com promoção de espaços de interesses comuns, reunindo os trabalhadores em prol de um projeto coletivo e compartilhado.

### **3.2 RELAÇÃO HISTÓRICA ENTRE ASSOCIATIVISMO DOCENTE E SINDICALISMO DOCENTE**

O final do século XIX no Brasil foi marcado por profundas transformações econômicas, políticas e sociais, decorrentes da crise do regime escravista, da expansão do trabalho assalariado e da formação de uma incipiente classe trabalhadora urbana. Nesse contexto, surgiram as primeiras organizações de caráter associativo e mutualista entre os trabalhadores, incluindo os docentes, que buscavam mecanismos de solidariedade e de defesa frente às precárias condições de trabalho e aos baixos salários. As associações de professores e as entidades mutualistas, ao lado dos sindicatos em formação, constituíram importantes espaços de aglutinação, sociabilidade e resistência no processo de estruturação da sociedade civil republicana.

O setor educacional desempenhou papel relevante na construção da nova ordem republicana, especialmente a partir das reformas de instrução pública e da progressiva institucionalização do ensino formal no início do século XX. A reorganização dos sistemas escolares, o aumento do número de matrículas, a criação de escolas normais e a expansão dos espaços de formação docente impulsionaram mudanças estruturais e simbólicas na profissão. Tais transformações contribuíram para a redefinição da identidade profissional e política do magistério, que passou a reivindicar reconhecimento e valorização por meio de entidades próprias (BAUER et al., 2015; PISANESCHI et al., 2024).

Tais iniciativas, de modo geral, resultam na criação de entidades – associações ou sindicatos –, constituídas em função de seus diversos segmentos ou das redes onde atuam e que passam a disputar a posição de porta-voz da categoria. (VICENTINI; LUGLI, 2011, p. 173).

De modo geral, as associações mutuals aproximaram-se paulatinamente das discursividade e das demandas dos sindicatos no início do século XX. Mesmo em composições heterogêneas, essas instituições foram fundamentais para o fomento da sociedade civil e suas atuações ultrapassaram os limites institucionais.

De fato, essas iniciativas resultaram na formação de diferentes tipos de associações e sindicatos, organizados segundo segmentos, redes de ensino ou níveis de atuação, que disputavam legitimidade na representação da categoria. Conforme observam Vicentini e Lugli (2011, p. 173), “*as entidades docentes foram se constituindo em torno de demandas específicas e das redes onde atuavam, passando a disputar a posição de porta-voz da categoria*”. Ainda que heterogêneas em suas composições, as associações mutualistas e os primeiros sindicatos docentes exerceram papel decisivo na constituição de uma esfera pública de debate educacional e político, contribuindo para o fortalecimento da sociedade civil em formação.

O associativismo e sindicalismo não ficou restrito apenas ao operário fabril, outras áreas laborais incorporaram essas formas de organização. No campo educacional, as primeiras agremiações de professores foram criadas nas localidades do Rio de Janeiro, Pernambuco e posteriormente em São Paulo.

Tabela 11 - Primeiras Associações (1874-1930)

Estado/cidade	Período	Entidade
RJ	1874 - 1875	Sociedade Beneficente Instituto dos Professores da Corte
RJ	1875	Caixa Beneficente da Corporação Docente do Rio de Janeiro
RJ	1877	Associação dos Professores Públicos da Corte
PE	1879	Grémio dos Professores Primários de Pernambuco
RJ	1881	Grémio dos Professores Primários da Corte
SP	1901-1919	Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo
PR	1906	Grémio dos Professores Públicos do Estado do Paraná

RJ/DF	1909	Associação dos Professores do Brasil
RJ/DF	1928	Confederação do Professorado Brasileiro
SP	1930	CPP - Centro do Professorado Paulista

Fonte: GOMES, 2023, p.69<sup>13</sup>.

As informações reunidas acima na tabela possibilitam dimensionar cronologicamente a localização e a denominação das embrionárias organizações de professores. Conforme apontado por Gomes (2023), essas agremiações constituíam um ambiente de diálogo e promoviam atuações em prol da organização da categoria profissional e da valorização social desses trabalhadores.

Em linhas gerais, esse modelo caracteriza-se pelo objetivo de melhoria das condições de vida e trabalho dos professores mediante sua arregimentação em torno de associações profissionais que, além de encaminharem propostas ao Estado para solucionar os problemas que afetavam a categoria, também tomavam para si essa incumbência, mediante a constituição de uma rede de serviços aos associados para amenizar as suas dificuldades cotidianas. (VICENTINI; LUGLI, p. 180, 2011).

Factualmente os professores organizaram-se em diversas associações com ideais e ordenamentos próprios no decorrer processual do século XX, essa multiplicidade de entidades denota o caráter heterogêneo do magistério. As divergências de interesses no seio do professorado como categoria profissional limitou a possibilidade de um movimento docente nacional e unificado.

Ao longo do século XX, o magistério brasileiro apresentou uma multiplicidade de formas organizativas, revelando a diversidade social e política da categoria. Essa heterogeneidade, somada às desigualdades regionais, aos distintos regimes de contratação (efetivo ou temporário) e à segmentação entre redes públicas e privadas, dificultou a unificação nacional do movimento docente. Como ressaltam Vicentini e Lugli (2011, p. 179), as *“disputas e antagonismos entre os professores dificultaram as tentativas de articulação da categoria no âmbito do movimento docente”*.

Os docentes representaram uma importante expressão da classe trabalhadora organizada, influenciando a vida política do Estado e da sociedade. Para

---

<sup>13</sup> GOMES, Jônatas. Cartografia histórica do associativismo e do sindicalismo dos trabalhadores em educação (1930-2017) das entidades nacionais e das regiões Centro-Oeste e Norte. Dissertação (Mestrado) – Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo, 2023.

poder dimensionar quantitativamente essa grande massa de profissionais recorreremos aos Anuários Estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>14</sup>. No acervo podem ser consultados mais de 16.000 arquivos que foram organizados por pesquisadores. Um dos anuários encontrados contém o seguinte registro sobre a classe professoral:

Tabela 12 - Dados gerais do número de docentes no Brasil (1933)

Ensino em geral	
UNIDADES POLÍTICAS	CORPO DOCENTE
Distrito Federal	9295
Alagoas	955
Amazonas	1426
Baía	3630
Ceará	1865
Espirito Santo	1304
Goiaz	826
Maranhão	1215
Mato Grosso	814
Minas Gerais	13085
Pará	2031
Paraíba	1282
Paraná	2468
Pernambuco	3657
Piauí	584
Rio de Janeiro	4086
Rio Grande do Norte	853
Rio Grande do Sul	8111
Santa Catarina	2634
São Paulo	18759

<sup>14</sup> IBGE. Estatísticas do século XX: população, sociais, políticos e culturais. Disponível em: <[https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos\\_download/educacao/1936/educacao1936aeb\\_09.pdf](https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/educacao/1936/educacao1936aeb_09.pdf)>. Acesso em: 27 de junho de 2024.

Sergipe	735
Território do Acre	130
BRASIL	79.745

Fonte: IBGE, Anuário Estatístico do Brasil 1936.<sup>15</sup>

Os dados apresentados são de documentos primários da década de 1930<sup>16</sup>, é uma representação da realidade em um espaço e um tempo.

Ao considerar a importância dos dados quantitativos e como estes revelam de maneira embrionária o corpo dos profissionais do setor da educação. Numericamente os professores representam no total 79.745 indivíduos no ano de 1933 e estão divididos em 22 unidades federativas. Em consonância com esses dados da totalidade é possível identificar que a distribuição dos docentes pelo território nacional não segue uma homogeneidade.

Esses dados possibilitam mensurar o contingente de trabalhadores em educação e como suas formas de organização ganham força e adensamento de acordo com a localidade. Sendo assim, evidenciado que as regiões com maior número docentes também apresentam elevado número de associações e sindicatos.

A adesão e/ou criação de associações ou sindicatos estão intimamente relacionadas a luta por representação da categoria profissional. Ambas associações convergiam sobre a carência emergencial, as baixas remunerações salariais.

Para mensurar as condições pauperizadas do trabalho e da remuneração docente, o jornal de Diário de Notícias de Porto Alegre, no dia 06 de outubro de 1936, nº185, publicou uma notícia com a titulação “*O que ganha o professor brasileiro*”, seguida do subtítulo “*O nosso país é o que pior paga as lentes das escolas superiores*”,

<sup>15</sup> IBGE. Estatísticas do século XX: população, sociais, políticos e culturais. 1936. Disponível em: <[https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos\\_download/educacao/1936/educacao1936aeb\\_07.pdf](https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/educacao/1936/educacao1936aeb_07.pdf)>. Acesso em: 25 de junho de 2024.

<sup>16</sup> O primeiro Anuário Estatístico do Brasil, dividido em três volumes, teve sua publicação iniciada em 1916, com dados referentes ao período 1908-12. Foi elaborado pela Diretoria Geral de Estatística, órgão vinculado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. A série foi suspensa de 1913 a 1935, retornando o anuário com informações para 1936, já sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Estatística que, em janeiro de 1938, passou a denominar-se Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (FILHO; SILVA; SIDNEY, 2003, p.49).

o texto apresenta uma crítica ao Estado sobre a negligência com o magistério e os baixos salários quando comparados a outros países, afirmando que o professorado brasileiro esta última colocação do ranking de 18 países na comparação salarial.

Quadro 11 - Notícia: O que ganha o professor brasileiro

O nosso país é o que pior paga as lentes das escolas superiores  
 UMA ESTATÍSTICA

RIO, 6, (Meridional) - Os professores das Escolas Superiores dirigiram aos membros da Camara federal dos Deputados um apelo em que podem voltem os parlamentares sua atenção sobre a situação material do magisterio.

Depois de acentuar a importancia da educação para a vida e o progresso das nações e se referir às funções sociais do professor, os signatarios declaram:

“O professor que dá tudo quanto sabe, e generosamente necessita, portanto, de viver dentro de uma atmosfera e bem estar, de facilidades materiais, para que possa ampliar sua visão dos problemas da época, sentir os novos augurios da sua patria, integrar-se cada dia no ritmo das novas conquistas do conhecimento. Precisa, alem desse alerta da inteligência, do raciocínio, buscar no seu sentimento o segredo de uma energia rejuvenescida que lhe permite melhor compreender e, assim, melhor transmitir aos seus alunos as lições colhidas pela experiencia e pela observação.

Infelizmente no Brasil, não se tem compreendido de tal sorte a função do professor. Até hoje a classe vive a desdem, com remuneração de tal mesquinhez, que das 18 nações mais destacadas no mundo, o professorado brasileiro ocupa o ultimo lugar”.

O Memorial reproduz, em seguida, um quadro feito em 1924 em que - acentua os professores - não figura Portugal, “porque naquela data, a situação dos professores portugueses era semelhante à nossa. Hoje, porém graças a sábia orientação, do ministro Oliveira Salazar, os mestres das Universidades passam em terceiro lugar”, com os vencimentos mensais equivalentes 5:000\$000 de réis de nossa moeda.

Fonte: DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1936, p.7.<sup>17</sup>

O documento evidencia uma carência estrutural do Estado em relação e magistério, um quadro de abandono necessariamente. A figura do professor é denotada com ênfase na função de seu exercício laboral, engendrando uma perspectiva de importância da docência para com a pátria. É interessante notar o alerta feito sobre o trabalho intelectual docente, esse carece de condições específicas para o exercício com maestria e excelência, considerando que existem novos conhecimento sendo proliferado no campo científico-educacional e cabe ao professor tomar posse desses conhecimentos e exteriorizá-los.

A evidência das baixas remunerações pode ser identificada com base na notícia de 1936, já citada, as cifras comparativas foram convertidas em mil réis sob a

<sup>17</sup> RIO GRANDE DO SUL, Porto Alegre. Diário de notícias, nº185, p.7. Disponível em: <[https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093726\\_01&pagfis=4052](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093726_01&pagfis=4052)>. Acesso em 13 de maio de 2024.

categoria de vencimentos mensais dos docentes, essa comparação em cifras nacionais proporciona compreender a realidade vigente no período.

Tabela 13 - Salário dos professores das escolas superiores (1924)

Posição	Países	Valores em mil-réis
1 <sup>a</sup>	Inglaterra	7:000\$000
2 <sup>a</sup>	Estados Unidos	6:000\$000
3 <sup>a</sup>	França	4:700\$000
4 <sup>a</sup>	Suíça	4:700\$000
5 <sup>a</sup>	Itália	4:000\$000
6 <sup>a</sup>	Alemanha	4:000\$000
7 <sup>a</sup>	Noruega	3:500\$000
8 <sup>a</sup>	Argentina	3:500\$000
9 <sup>a</sup>	Chile	3:340\$000
10 <sup>a</sup>	Suécia	3:050\$000
11 <sup>a</sup>	Romênia	3:000\$000
12 <sup>a</sup>	Bolívia	3:000\$000
13 <sup>a</sup>	Dinamarca	2:500\$000
14 <sup>a</sup>	Uruguai	2:400\$000
15 <sup>a</sup>	Colômbia	2:000\$000
16 <sup>a</sup>	Japão	1:800\$000
17 <sup>a</sup>	Peru	1:800\$000
18 <sup>a</sup>	Brasil	1:600\$000

Fonte: DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 06/10/1936, p.7.<sup>18</sup>

O Brasil está na última posição desta pesquisa que tem como referência os dados estatísticos do ano de 1924. É interessante notar que a incipiente república brasileira propagava valores modernos na construção de um novo cenário político para

<sup>18</sup> RIO GRANDE DO SUL, Porto Alegre. Diário de notícias, nº185, 06/10/1936, p.7. Disponível em: <[https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093726\\_01&pagfis=4052](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093726_01&pagfis=4052)>. Acesso em 13 de maio de 2024.

a nação, em contrapartida tratou com indiferença os professores e seus vencimentos mensais.

A notícia destacada, designa que o governo brasileiro estava distante dos alinhamentos internacionais relativos à remuneração dos docentes, isso caracteriza a falta de planejamento orçamentário, precarizando da progressão salarial e a limitação para o desenvolvimento digno da carreira no setor educacional.

Em 1906 e 1918, a denúncia de que os vencimentos são insuficientes continua: os salários recebidos não mais bastavam para as despesas básicas e necessidades mais urgentes da vida por estarem situados ainda em patamares iguais aos do ano de 1891 (mesmo em 1891, o salário já era insuficiente e, em 1905, eles tinham sido rebaixados). (RABELO, 2010, p.69).

As escassas remunerações não se limitavam ao ensino superior, as reivindicações por melhores salários foram constantes ao longo de sua história da do Brasil, isso evidencia problemas estruturais no setor da educação, em específico do magistério. Segundo Rabelo (2010), ser docente em nossa comarca na América Latina carrega marcas de um passado desafiador, acarretando o abandono da carreira do magistério influenciado pelas dificuldades em prover financeiramente o sustento da família, *“Almeida (1998) encontra estudos que mostram que os professores, no início do século XX, muitas vezes recebiam salários menores do que pedreiros, carpinteiros e carroceiros”*. (RABELO, 2010, p.69).

De modo geral, a situação profissional do professorado era de desprestígio econômico e social, acarretando em limitações primárias para o aperfeiçoamento afimco de sua atividade laboral. A realidade materializada da exploração da força de trabalho tem como finalidade exaurir o proletariado em suas funções produtivas e domestica-lo, produzindo condições que impossibilitem a organização e a luta de classes.

Do ponto de vista histórico-materialista, as condições precárias de trabalho e remuneração dos professores não são fenômenos recentes, mas expressão das contradições estruturais do modo de produção capitalista. Marx e Engels (2005, p. 43) afirmam que “o preço do trabalho, como de toda mercadoria, é igual ao seu custo de produção”, de modo que o trabalhador, reduzido a apêndice da máquina produtiva, vê-se condenado a uma existência alienada e à desvalorização de sua força de trabalho.

Essa lógica mercantil atinge também os educadores, cuja atividade, embora de natureza intelectual, é submetida às leis do valor e da exploração.

Mesmo diante de tais adversidades, os trabalhadores da educação ampliaram sua presença social e numérica. Em 1933, o Brasil contava com 79.745<sup>19</sup> docentes, número que saltou para 126.683<sup>20</sup> em 1942, refletindo o crescimento do sistema educacional e a consolidação de uma massa assalariada (DINIZ; BAUER, 2015). Inspirando-se na análise marxiana, esse processo de expansão do proletariado tende a gerar, ainda que de forma lenta e contraditória, a formação da consciência de classe e a construção de coalizões políticas orientadas pela solidariedade e pelo enfrentamento à dominação burguesa. Como sintetizam Marx e Engels (2005, p. 49), *“de todas as classes que hoje se opõem à burguesia, só o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária”*.

Nesse sentido, cabe reafirmar a importância do associativismo e do sindicalismo como expressões orgânicas e políticas das múltiplas formas de organização do proletariado, essas agremiações cumpriram papel significativo na prestação de assistência aos trabalhadores. Uma das articulações sociais que se produziam em torno da obtenção do auxílio mútuo eram os caixas solidários e/ou fundos de empréstimos, que tinham como foco os membros associados e eram administrados de maneira autônoma pelas agremiações. Essa forma coletiva de ajuda financeira corroborando para o pleno desenvolvimento de cada indivíduo resultando na condição necessária do autárquico desenvolvimento de todos.

A maioria das associações docentes e sindicatos contavam com uma caixa de empréstimo, oferecia a seus associados descontos em farmácia e lojas de moda, bem como atendimento médico e odontológico. (VICENTINI; LUGLI, 2011, p. 179).

---

<sup>19</sup> IBGE. Estatísticas do século XX: população, sociais, políticos e culturais. 1936. Disponível em: <[https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos\\_download/educacao/1936/educacao1936aeb\\_07.pdf](https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/educacao/1936/educacao1936aeb_07.pdf)>. Acesso em: 25 de junho de 2024.

<sup>20</sup> IBGE, Estatísticas do século XX: população, sociais, políticos e culturais. 1942. Disponível em: <[https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos\\_download/educacao/1946/educacao1946mb\\_aeb\\_10\\_1a11.pdf](https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/educacao/1946/educacao1946mb_aeb_10_1a11.pdf)>. Acesso em: 25 de junho de 2024.

A figura do professor e sua atividade laboral são assuntos relevantes que foram amplamente debatidos por intelectuais no início do século XX. Todavia, a educação passou por inúmeras modificações nesse período, tanto que em 1936 uma questão nacional é colocada no holofote midiático, o Plano Nacional de Educação. Publicada pelo jornal Diário de Notícias de Porto Alegre no dia 24 de janeiro, o texto viabiliza compreender e questionar as prerrogativas legais previstas na Constituição de 1934<sup>21</sup>, nessa normativa a educação é classificada no “*Capítulo II: Da educação e da cultura*”. O periódico destacado busca categorizar as diretrizes que determinam a função do Estado perante a educação.

Quadro 11 - Notícia: Abrindo o Debate Sobre o Plano Nacional de Educação

Abrindo o Debate Sobre o Plano Nacional de Educação

O ministro da educação promove uma larga consulta a opinião do país através de um questionário que procura fixar os nossos problemas educacionais e dar-lhes solução

UM APELO A QUANTOS ESTEJAM CONVENCIDOS DE QUE A EDUCAÇÃO É O PROBLEMA PRIMEIRO, ESSENCIAL E BÁSICO DA NAÇÃO

RIO, 23, (Pelo correio-aéreo) - O sr. Gustavo Capanema, abre, oficialmente, o debate sobre o futuro Plano Nacional de Educação com o inquérito que acaba de lançar e que a seguir divulgamos, dado o grande interesse nacional de que se reveste. trata-se de um minucioso questionário estabelecido com a cooperação de técnicos de relevo e que procura recolher a opinião de tantos quantos se interessam pela educação e pela cultura dos brasileiros, sobre os problemas dorsais ligados ao desenvolvimento Espiritual do nosso povo e a formação Técnica das novas gerações. É o seguinte trabalho do Ministro da Educação elaborado com propósito de suscitar manto e livre pronunciamento da opinião nacional.

DUAS PALAVRAS

“Este ano é da Educação”. esta frase, há pouco proferida pelo presidente Getúlio Vargas, este claro significado de que todos os esforços serão empenhados para que em 1936, tome novo e vivo impulso a obra da educação, em nosso país: com a precisa definição de suas diretrizes e com a ativação e a multiplicação dos seus instrumentos.

O inquérito, que se inicia com o presente questionário, tem como objetivo primordial recolher informações e estudos que sirvam a elaboração do Plano Nacional de Educação, código daquelas diretrizes. É portanto, um empreendimento que naturalmente se enquadra no programa presidencial.

Organizei o questionário, ora apresentado, com a colaboração de algumas figuras de relevo em nossos meios educativos: Lourenço Filho, Paulo de Assis Ribeiro, Eduardo da Fonseca, Júlio de Mesquita Filho, Almeida Júnior, Paul Arbousse-Bastide, Helena Antipoff, Benedita Valadares, Alda Lodi e Noemi Silveira.

O trabalho se ressent, sem dúvida, de várias lacunas. Talvez nem todas as questões estejam formuladas pela maneira mais conveniente. A disposição da matéria pode não ser a melhor. Numa obra de tamanhas dificuldades como esta, tais efeitos têm natural explicação. Seja como for aí está na integral preposição do problema um grande esforço para resolvê-lo.

Dirige-se o questionário aos brasileiros - professores, estudantes, jornalistas, escritores, cientistas, sacerdotes, militares, políticos, profissionais das variadas categorias - A todos quanto estejam convencidos de que a educação é o problema primeiro, essencial e básico da Nação, e por isso, a queiram orientada mais seguro sentido e dotada da melhor organização.

As respostas que forem dadas, com as ideias, as sugestões, os pontos de vistas dos vários

<sup>21</sup> BRASIL, Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934. Rio de Janeiro, RJ: Diário da União, 1934.

setores de opinião constituirão elemento de mais alta avalia, de que o Conselho Nacional de Educação certamente se utilizará quando dentro pouco, no desenvolvimento de suas precípuas atribuições constitucionais, entrar a elaborar o plano nacional de educação.

Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1936.

GUSTAVO CAPANEMA

Fonte: DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 24/01/1936, p.1<sup>22</sup>

O documento é uma nota publicada com o nome do Ministro da Educação Gustavo Capanema, o texto elucida que a educação tornou-se um fator elementar para o governo federal que pretendia instituir um Plano Nacional de Educação na década de 1930, em pleno período de poder do governo de Getúlio Vargas. São propostas com viés democrático de participação da população e empenho dos intelectuais na elaboração de estratégias que direcionam as ações governamentais para a melhoria da educação.

O inquérito sobre o Plano Nacional de Educação está organizado e estruturado em três páginas (1, 4 e 11) do referido jornal Diário de Notícias da cidade de Porto Alegre (RS). A disposição do texto está dividida em dois títulos gerais, respectivamente são eles “*TÍTULO I - Introdução e TÍTULO II - Das instituições educativas*”. São levantadas questões que abrangem o cenário educacional do período e como a Constituição de 1934<sup>23</sup> Institui diretrizes sobre a educação, essas diretrizes são elementos de debate entre políticos e intelectuais para definir clareza sobre as funções do estado e os ordenamentos jurídicos institucionais.

Tabela 14 - Estrutura do inquérito sobre o Plano Nacional de Educação

TÍTULO I: Introdução	Capítulo I: Definição, compreensão e duração do plano nacional de educação
	Capítulo II: Princípios que devem orientar a educação no Brasil
	Capítulo I: Discriminação

<sup>22</sup> RIO GRANDE DO SUL, Porto Alegre. Diário de notícias, nº305, p.1, 24/01/1936. Disponível em: <[https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093726\\_01&Pesq=edital&pagfis=305](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093726_01&Pesq=edital&pagfis=305)>. Acesso em 25 de abril de 2024.

<sup>23</sup> BRASIL, Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934. Rio de Janeiro, RJ: Diário da União, 1934.

TÍTULO II: Das instituições educativas:	Capítulo II: Do ensino geral
	Capítulo III: Do ensino emendativo
	Capítulo IV: Do ensino supletivo
	Capítulo V: Da educação extra-escolar

Fonte: DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 24/01/1936, p.1,4 e 11<sup>24</sup>

Os questionamentos levantados no documento são: Como classificar as instituições educativas? Como classificar o ensino geral? Como definir o ensino comum? Em quantos graus se distribuirá o ensino comum? Poder-se-á falar de um grau superior de ensino comum? Quais as finalidades das instituições de ensino?

O inquérito promove reflexão sobre o papel governamental em relação à educação em nível nacional. O ensino primário e profissionalizante eram de incumbências dos sistemas estaduais, enquanto o ensino secundário e superior, sob a administração do sistema federal. Um olhar pouco criterioso e sem percepção da desenvoltura histórica poderia indagar que existia uma harmonia entre governo e povo, em um florescer fervoroso da democracia no Brasil. Todavia, a década de 1930 representou uma continuidade das lutas sociais por representação, às greves promovidas pelo movimento operário tomaram proporções em larga escala e em diversas regiões industrializadas como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

A década de 1930 foi decisiva para o reordenamento das relações entre Estado e classe trabalhadora. A criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (1930) e a promulgação da Lei de Sindicalização<sup>25</sup> (1931) instituíram um modelo de sindicalismo tutelado, limitando a autonomia das entidades e submetendo-as à aprovação estatal. Ainda assim, a resistência foi expressiva: apenas 25% dos sindicatos

<sup>24</sup> RIO GRANDE DO SUL, Porto Alegre. Diário de notícias, nº305, p.1,4 e 11, 24/01/1936. Disponível em: <[https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093726\\_01&Pesq=edital&pagfis=305](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093726_01&Pesq=edital&pagfis=305)>.

<sup>25</sup> BRASIL, Decreto-Lei nº 19.770, de 19 de março de 1931. Regula a sindicalização das classes patronais e operárias e dá outras providências. Rio de Janeiro, RJ: Diário da União, 1931.

de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul aceitaram as normas da nova legislação (ANTUNES, 1980, p. 47). A repressão intensificou-se com a Lei de Segurança Nacional (1935), que restringiu o direito de greve e perseguiu lideranças operárias, demonstrando o caráter conservador e coercitivo da Revolução de 1930 (CARONE, 1976).

As greves foram intensas nos anos 1930, representando categoricamente um produto das mobilizações sociais do proletariado na busca por conquistas trabalhistas “[..] como a lei de férias, descanso semanal remunerado, jornada de 8 horas, regulamentação do trabalho da mulher e do menor etc. Frise-se que algumas destas leis já existiam mesmo antes de 1930”. (ANTUNES, 1980, p. 47).

Apesar dos avanços, os retrocessos são evidentes nas ações repressivas do governo Vargas, no ano de 1935 foi decretada a Lei de Segurança Nacional<sup>26</sup> que determinava a proibição do direito à greve, perseguindo e marginalizando o movimento sindical e operário. “A revolução de 1930 é conservadora nos seus objetivos e desde o começo ela se comporta coercitivamente contra o movimento operário”. (CARONE, 1976, p.133).

Em 1939, o Decreto-Lei n.º 1.402 consolidou o enquadramento sindical, determinando que o reconhecimento das entidades dependesse da aprovação da Comissão de Enquadramento Sindical, órgão vinculado ao Ministério do Trabalho (ANTUNES, 1980, p. 49). Tais dispositivos configuraram um sistema corporativista, destinado a neutralizar a combatividade dos trabalhadores e a subordinar os sindicatos ao Estado. Nesse cenário, as greves e mobilizações sociais emergiram como instrumentos de resistência e de aprendizado político, conforme analisou Lenin (2020, p. 22), para quem “a experiência revolucionária e a capacidade de organização são coisas que se adquirem”.

Dentro dessa estrutura de rigidez a classe trabalhadora teve que articular novas formas de organização para no contexto representativo e político. As

---

<sup>26</sup> BRASIL, Lei nº38, de 4 de abril de 1935. Define crimes contra a ordem política e social. Rio de Janeiro, RJ: Diário da União, 1935.

mobilizações sociais e as greves organizadas por associações e sindicatos foram essenciais para o despertar da consciência de classe são instrumentos políticos e importantes nesse processo.

À medida que o movimento operário se intensifica, à medida que a massa operária se desenvolve em geral, à medida que as greves se tornam mais frequentes, que a luta de massas dos operários se trava mais abertamente, o que faz recrudescer as perseguições governamentais. (LENIN, 2020, p.59).

A história do proletariado em todos os países é feita pelas suas próprias mãos ao longo do processo de desenvolvimento da consciência de classe, com o amadurecimento desse processo a aglutinação em sindicatos e associações promovem a convicção da importância de exigir do governo ou patrões, pelos meios necessários melhores condições de trabalho. “*A experiência revolucionária e a capacidade de organização são coisas que se adquirem*”. (LENIN, 2020, p.22).

A dialética com a realidade exige esforço crítico para analisar as situações e as adversidades, por intermédio da organização em agremiações que fomentam o acesso à educação, a classe trabalhadora estrutura suas reivindicações e age em prol de ações que representam ideais comuns.

O associativismo na educação foi um fator primordial para a organização da classe e o governo dos anos 1930 compreendia a importância desse tipo de organização. No inquérito, já citado, no “*Título II: Das instituições educativas*” as preocupações governamentais com as formas de organização associativas são reveladas.

Quadro 12 - Notícia: Abrindo o Debate Sobre o Plano Nacional de Educação

<p>TÍTULO IX: Das Associações auxiliares CAPÍTULO I Das associações destinadas a colaborar na educação</p>
<p>174 - Deve o plano nacional de educação consignar normas relativas à organização das associações destinadas a colaborar na educação em serviços de propaganda, em estudos ou em outra qualquer atividade? Quais as variedades de tais instituições? Como devem ser constituídas para merecer o reconhecimento e os valores oficiais? Como a União, os Estados e os Municípios poderão favorecer e animar o desenvolvimento das instituições?</p>
<p>CAPÍTULO II Das associações dos alunos</p>
<p>175 - Deve o plano nacional de educação traçar normas relativas à organização das associações de</p>

alunos mantidas dentro das escolas para fins educativos? Que atividades devem exercer essas instituições? Devem limitar-se às atividades de caráter curricular ou estender-se às demais atividades educativas extracurriculares? Quais os tipos de tais instituições em cada um dos graus de ensino? como devem ser constituídas? Quais as relações que devem manter com a administração das escolas? devem incluir-se neste gênero de associações as cooperativas de consumo e de caixas escolares? Que regalias serão concedidas através associações nos diferentes graus de ensino?

### CAPÍTULO III

#### Das associações dos professores

176 - Deve o Plano Nacional de Educação traçar normas relativas à organização das associações de professores? Para que devem tais associações ser instituídas? Quais as suas modalidades?

Fonte: DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 24/01/1936, p.11<sup>27</sup>.

No caso dos docentes o inquérito promove algumas indagações que corroboram a compreensão do controle estatal sobre os trabalhadores em educação, os questionamentos seguem proporcionalidade genérica e viabilizando o modo de organização, torna-se evidente a intencionalidade de classificar os ordenamentos associativos com a finalidade de vigilância para conter possíveis insurreições da classe trabalhadora.

Desde os primórdios do sindicalismo na educação, bem como do sindicalismo em outras categorias de trabalhadores, a relação com os governos e, mais profundamente, a relação do sindicato com o Estado, com seus aparatos ideológicos e repressivos, constitui um problema magno tanto ao nível político, quanto teórico. Se, ao início, o Estado reprimiu a ação sindical, depois, tentou controlar sua existência atrelando-o ao aparato estatal. A autonomia e a liberdade continuam sendo princípios cruciais para o sindicalismo dos trabalhadores da educação. (DAL ROSSO, 2011, p. 20).

Considerando as fontes acima relatadas, fica evidente a preocupação do governo federal com relação a educação. Nesse contexto, os professores estão inseridos como agentes do poder público para o exercício da escolarização formal. Todavia, as carências econômicas e sociais que revestiam o trabalho docente persistiam.

A história das lutas docentes, inscrita na tradição da classe trabalhadora, revela-se como um processo contínuo de amadurecimento político e de formação da consciência coletiva, marcado pela contraditória posição de classe do professorado, entre o profissionalismo e a proletarização. A atividade docente, conforme observa Dal Rosso (2011, p. 19), transcende a função técnica: “*a socialização das novas gerações e*

<sup>27</sup> RIO GRANDE DO SUL, Porto Alegre. Diário de notícias, nº305, p.1,4 e 11, 24/01/1936. Disponível em: <[https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093726\\_01&Pesq=edital&pagfis=305](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093726_01&Pesq=edital&pagfis=305)>.

*a atividade de transformação dos valores e dos princípios de ação da sociedade dependem do trabalho docente”.*

Essa mediação cultural, no entanto, ocorre em um contexto de assalariamento e crescente controle estatal sobre o trabalho pedagógico, como destaca Hypolito (2020), que analisa a tensão entre a autonomia relativa do professor e as formas de racionalização capitalista introduzidas na escola. Ainda que inseridos em um sistema de exploração assalariada, os professores desempenham papel estratégico na reprodução e na crítica das relações sociais, atuando como intelectuais e agentes de transformação, conforme aponta Giroux (1986), na linha de uma prática educativa emancipatória.

A dialética entre estrutura e ação, determinada pela materialidade das condições de trabalho e pelas experiências organizativas, fundamenta a compreensão do associativismo e do sindicalismo docente como expressões históricas de resistência.

Como recorda Marx (2013, p. 32), *“não é a consciência dos homens que determina a realidade; ao contrário, é a realidade social que determina sua consciência”*. Nessa perspectiva, as associações e os sindicatos de professores constituem espaços de politização, formação e ação coletiva, voltados à superação das contradições impostas pelo capital e à defesa de uma educação pública e democrática. Hypolito (2020) ressalta que a organização docente em moldes sindicais, a partir dos anos 1970, representou uma ruptura com o corporativismo anterior e uma aproximação com as lutas mais amplas da classe trabalhadora.

Nesse sentido, a união dos trabalhadores em educação encontrou coesão em entidades associativas e sindicais, que, com a gradual adesão de membros, permitiram a estruturação de diversas frentes de atuação. Dentre as mais importantes, destacam-se a luta pela profissionalização, não apenas no sentido técnico, mas como projeto de valorização social, autonomia e a participação política nos debates educacionais, questionando as políticas neoliberais que intensificam a precarização do trabalho docente.

Os fenômenos associativista e sindical contribuíram de maneira significativa para a organização política, cultural e consciente da classe trabalhadora em educação. Esses movimentos apresentaram, processualmente, rupturas e continuidades ao longo do século XX, sendo denotados como formas embrionárias de ordenação do proletariado docente.

O associativismo e o sindicalismo docente não ficaram restritos aos muros das unidades escolares; articularam-se com outros segmentos setoriais, dentre os mais notáveis a classe operária, com a qual compartilharam lutas contra as imposições do capital industrial e a lógica tecnicista que também atingia a educação. De modo geral, as agremiações de professores não agiram de forma isolada, mas em sintonia com os movimentos mais amplos da classe trabalhadora, engendrando condições para o fortalecimento da sociedade civil e da democracia.

O associativismo e o sindicalismo docente, ao longo do século XX, não se limitaram às fronteiras escolares, mas, se articularam com outras frações da classe trabalhadora, especialmente a operária, na construção de um projeto comum de emancipação.

Essas experiências contribuíram para a formação da sociedade civil e para a consolidação de práticas democráticas, expressando a historicidade e a potência política dos trabalhadores em educação, mesmo em meio a um contexto de feminização e desvalorização salarial progressiva, como analisado por Hypolito (2020) e outros autores referenciados.

Como veremos mais adiante, no âmbito dessas reflexões histórico-educacionais, o professorado rio-grandense, apesar de ser valorizado socialmente e objeto de homenagens em eventos públicos, revistas e periódicos, vivenciava uma realidade marcada pela contradição entre o reconhecimento simbólico e a precarização material.

Conforme afirma Leon (2008), a valorização social não se reflete necessariamente em valorização econômica, acarretando situações antagônicas em

que as condições de precarização da profissão se evidenciam e, como resultado, a vida dos docentes se pauperiza. Hypolito (2020) corrobora essa análise ao destacar que o prestígio social do magistério, construído, histórica e socialmente, em torno da ideologia do sacerdócio e da vocação, frequentemente serviram para mascarar a exploração e a desvalorização salarial, especialmente no caso das professoras, majoritárias na categoria.

### 3.3 ASSOCIAÇÕES DE PROFESSORES NO RIO GRANDE DO SUL

Na inquirição de simbolizar o professorado rio-grandense é necessário considerar os diversos fatores econômicos, políticos e sociais que integram as processualidades históricas da república brasileira. Para Corsetti (2008) o caso dos docentes gaúchos tem suas raízes no século XIX, com a ampliação da classe média urbana ligada as profissões do setor terciário e a estruturação dos serviços públicos, em espacial a educação: “*os professores gaúchos foram provenientes do processo que apontamos, de formação das camadas médias urbanas e da imigração*”. (Corsetti, 2008, p.82).

A expansão da urbanização atrelada a intensa imigração possibilitou o crescimento exponencial de oportunidades de emprego.

Tabela 15 - População no Rio Grande do Sul (1890-1940)

POPOLAÇÃO PRESENTE		INCREMENTO
1890	1940	Porcentagem
897.455	3.320.689	370,01

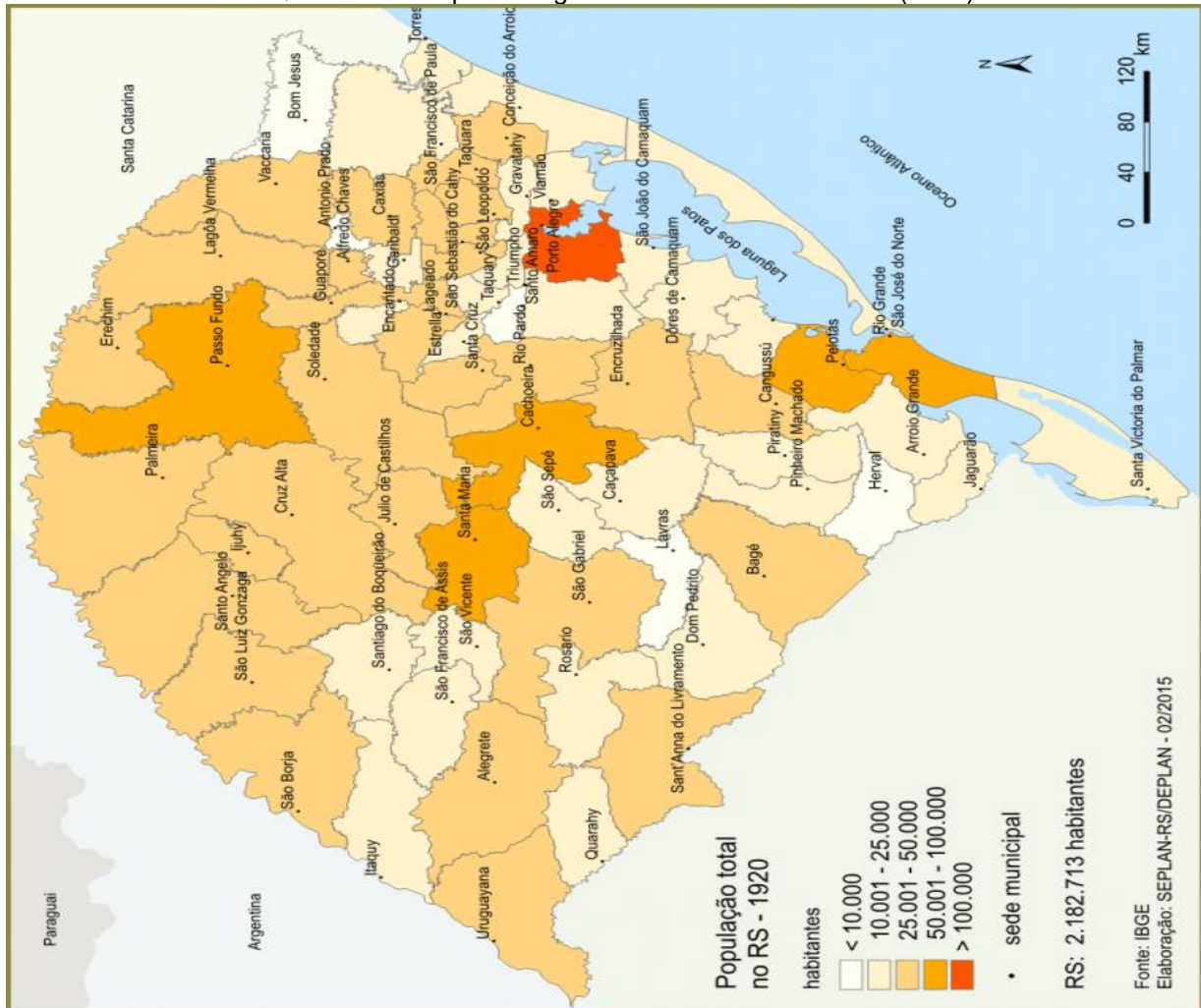
Fonte: População das Unidade da federação.

Ao longo do século XX a demografia no RS ganha volume, em 1920 totalizando 2.182.713 habitantes e em 1940 passou a ter 3.320.689 habitantes. A cartografia desenvolvida pela IBGE possibilita dimensionar a concentração populacional, alguns municípios apresentaram desde os anos 1920 altas taxas populacionais, como é o caso de Porto Alegre e Pelotas.

Essas regiões altamente urbanizadas demandavam um número maior de profissionais no setor de serviços, principalmente no caso da educação, que exigia a

contratação dos profissionais, carecia de infraestrutura e garantia de vagas para os discentes.

Quadro 13 - Mapa demográfico do Rio Grande do Sul (1920)



Fonte: Atlas socioeconômico: Rio Grande do Sul.<sup>28</sup>

Quadro 14 - Mapa demográfico do Rio Grande do Sul (1940)

<sup>28</sup> IBGE, Atlas socioeconômico do Rio Grande do Sul, 1920. Disponível em: <<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/upload/arquivos/201611/28155208-mapa-historico-pop-1920.pdf>>.



Diversas fontes históricas apontam para alertas feitos por responsáveis pelo setor educacional, colocando que os professores estavam sendo mesquinamente retribuídos, a ponto de sofrerem privações de toda a sorte, numa época em que tudo encarecia, desde os produtos importados até os nacionais de primeira e absoluta necessidade. (CORSETTI, 2008, p.85).

O setor público da educação no RS sofreu amplas mudanças advindas das diretrizes políticas, algumas mudanças afetaram diretamente os salários dos professores. O vencimento mensal estava diretamente ligado ao nível de ensino e localização das escolas. Segundo Corsetti (2008), ao analisar a questão salarial é possível identificar que as escolas localizadas nas regiões mais urbanizadas tinham maiores salários e as escolas das áreas rurais recebiam menores salários. Evidentemente o critério de priorização é questionável e indica que a professores rio-grandenses eram afetados por políticas educacionais verticalizadas, afetando não apenas os vencimentos, mas fragmentando a categoria profissional.

Em todo caso, essa situação pode ter servido para cooptar politicamente o professorado das cidades maiores, estabelecendo um padrão salarial que o favorecia, em detrimento dos professores rurais. Sabemos o quanto foi importante, para a consolidação do poder republicano no Rio Grande, a atração, para sua base de apoio, dos segmentos médios que apresentavam um processo de expansão, sobretudo nas cidades, em função de um maior desenvolvimento das atividades terciárias. (CORSETTI, 2008, p.87).

As mudanças para o equilíbrio salarial dos professores só obtiveram mudanças em fins dos anos 1920, por intermédio de decretos que regulariam a média salarial de acordo com a frequência e quantidade de alunos nos colégios, sendo delimitados como profissionais de primeira, segunda e terceira instância. Todavia, de acordo com os estudos de Corsetti (2008), a problemática salarial crônica não foi alterada e se manteve por todo o período da Primeira República.

Assim, o colégio cuja frequência fosse superior a 400 alunos seria de 3ª entrância, entre 300 e 400 seria de 2ª e entre 200 e 300 seria de 1ª, tendo, os primeiros, oito docentes no quadro, os segundos, seis e os últimos cinco. (CORSETTI, 2008, p.87).

Tabela 16 - Comparativo dos salários anuais do setor público no Rio Grande do Sul

CARGOS	1897	1907	1916	1926	1931
Presidente do Estado	35:000\$000	35:000\$000	48:000\$000	72:000\$000	72:000\$000
Secretário do Interior e Exterior	12:000\$000	12:000\$000	24:000\$000	36:000\$000	36:000\$000
Inspetor/Diretor Geral da I.	8:000\$000	9:600\$000	-	-	24:000\$000

Pública					
Inspetor Regional	7:200\$000	-	-	-	-
Inspetor Escolar 3a entrância	-	2:760\$000	-	-	-
Inspetor Escolar 2a entrância	-	2:400\$000	-	-	-
Inspetor Escolar 1a entrância	-	2:040\$000	-	-	-
Inspetor Escolar	-	-	2:838\$000	4:270\$200	
Inspetor Ens. Normal/Complementar	-	-	-	-	12:000\$000
Inspetor Ens. Elementar	-	-	-	-	10:560\$000
Inspetor Médico-Escolar	-	-	-	-	8:600\$000
Inspetor Educação Física	-	-	-	-	9:600\$000
Prof. Esc. Normal/N. Aperfeiçoam.	2:880\$000	-	-	-	7:429\$000
Prof. Esc. Complementar/Capital	-	3:480\$000	4:200\$000	6:754\$000	7:429\$000
Prof. Complementar/Interior	-	2:400\$000	-	-	6:600\$000
Prof. Primário 3a entrância	2:400\$000	2:400\$000	2:640\$000	4:743\$200	5:217\$500
Prof. Primário 2a entrância	2:040\$000	2:040\$000	2:244\$000	4:163\$500	4:579\$800
Prof. Primário 1a entrância	1:680\$000	1:680\$000	1:848\$000	3:583\$800	3:942\$000
Prof. Curso Elementar/Esc. Compl.	-	-	3:600\$000	6:177\$600	6:795\$000
Prof. Colégio Elementar 1o grupo	-	-	3:600\$000	-	-
Prof. Colégio Elementar 2o grupo	-	-	3:240\$000	-	-
Prof. Colégio Elementar 3o grupo	-	-	2:880\$000	-	-
Prof. Colégio Elementar 4o grupo	-	-	2:640\$000	-	-
Prof. Colégio Elementar 3a entrância	-	-	-	6:151\$200	6:766\$300
Prof. Colégio Elementar 2a entrância	-	-	-	5:623\$200	6:185\$500
Prof. Colégio Elementar 1a entrância	-	-	-	4:743\$200	5:227\$500
Porteiro/Gabinete da Presidência	2:000\$000	2:640\$000	3:240\$000	4:882\$000	6:000\$000
Porteiro/Secretaria do Interior	2:640\$000	2:640\$000	2:800\$000	3:720\$000	5:400\$000
Porteiro/Inspeção Geral I. Pública	2:000\$000	2:400\$000	-	-	-
Porteiro-Contínuo/Esc. Normal	1:600\$000	-	-	-	4:186\$600
Porteiro-Contínuo/Esc. Complem.	-	2:400\$000	2:400\$000	-	-
Zelad./Insp. Alunos/Esc. Complem.	-	-	-	3:806\$000	4:186\$600
Contínuo/Secretaria do Interior	1:800\$000	1:800\$000	1:920\$000	2:940\$000	3:840\$000

Fonte: CORSETTI Berenice. Uma história sobre trajetórias profissionais dos professores públicos do Rio Grande do Sul (1889/1930). Uberlândia: História & Perspectivas, 2008. P. 98.

Ao considerar a hierarquia salarial expostas acima é possível identificar um desnível salarial evidente, denotando que certas atividades laborais dentro do Estado burguês tendem a receber maiores remunerações pela sua função política. Cabe

salientar que todos os cargos são de extrema importância para a estrutura de serviço público da educação. Apesar disso, alguns cargos receberam evoluções salariais que chegam a triplicar os valores dos vencimentos anuais, evidentemente não eram os docentes.

Enquanto no plano do discurso, os dirigentes gaúchos alardeavam a valorização do magistério público e alertavam para seus baixos salários, no plano concreto da realidade objetiva, os professores eram submetidos a condições incompatíveis com sua própria dignidade e com o discurso valorativo tão divulgado pelos gestores do Estado. (CORSETTI, 2008, p.91).

Paulatinamente, para exercer poder e influência no controle dos professores do ensino público, os dirigentes republicanos aderiram ao mecanismo político de inspeção. A condição para atividade laboral docente estava atrelada aos regulamentos da Instrução Pública, na qual foram criados legalmente dispositivos de regimentos escolares, estabelecendo direitos e deveres que promoviam a normatização da condição funcional dos docentes. *“Por esse processo, os professores eram punidos por deslizes cometidos no exercício de sua função”*. (CORSETTI, 2008, p.93). Resultando em uma estrutura política autoritária e disciplinadora.

Para Corsetti (2008) diversos elementos devem ser considerados para traçar o panorama geral da educação sul rio-grandense, são eles: a formação que apresentava limitações, principalmente se considerar a perspectiva metodológica; a expansão da quantidade de escolas; a falta de estabelecimentos para a formação docente; nas áreas rurais o número de professores era escasso e por fim empobrecimento qualitativo da categoria.

O controle disciplinar e as regras a que estava submetida a atividade dos professores demonstrou o quanto o princípio da ordem foi levado às últimas consequências nas escolas públicas do Rio Grande e em todo o sistema escolar. A política e a organização educacionais constituíram uma escola pública que se transformou num instrumento importante do projeto conservador, modernizante, elitista e excludente dos líderes positivistas rio-grandenses. (CORSETTI, 2008, p.97).

Os docentes gaúchos foram assolados por um conjunto de medidas políticas paliativas que não viabilizavam resolver problemáticas urgentes da educação, os trabalhadores da educação continuaram sofrendo com a defasagem salarial, com a

inviabilidade da qualificação profissional, com a estrutura coercitiva de inspeção e pelas desvalorizada histórica da profissão docente.

A dinâmica social e política que os professores estão inseridos pode ser denotado por ser um sistema que foi estruturado para o controle do proletariado e manutenção de poder do grupo economicamente dominante.

Apesar do contexto coercitivo relatado as insurgências políticas dos trabalhadores em educação ganham força, principal com a aglutinação em associações e sindicatos. A união da classe professoral apesar de sua heterogeneidade aconteceu de maneira letárgica, uma das formas de explicar esse fenômeno é considerar o conceito de consciência de classe.

O conceito de consciência de classe abrange amplas indagações que viabilizam categorizar as situações historicamente vivenciadas pelos trabalhadores no sistema de exploração capitalista, compreender sua posição de classe e as relações de poder. A relação entre indivíduo e classe estão em constante interação. O indivíduo não deve ser observado isoladamente e nem deve também ser denotado como cativo de outra classe, sua atividade no plano societário é permeada de intencionalidade e agrega sentimento de pertencimento, valores simbólicos e ação política.

O marxismo entende a consciência como uma unidade dialética entre subjetividade e objetividade, na qual a materialidade é o ponto de partida para a compreensão da realidade concreta. A consciência é vista como um fenômeno histórico e social, mas também possui uma autonomia relativa frente às determinações materiais. O capitalismo não é capaz de eliminar totalmente a individualidade e a capacidade transformadora dos sujeitos históricos, mesmo em condições de opressão e desigualdade social. (MENDONÇA; MENEZES, 2024, p. 317).

Para Mendonça e Menezes (2024), conceito marxista apresenta dois estágios indissociáveis, “*consciência de classe para si*” e a “*consciência de classe para si*”. Esses processos são dinâmicos, multifacetados e envolvem a estruturação de uma subjetividade que seja crítica e resistente.

Em outras palavras, a consciência de classe “para si” é a consciência da luta de classes e da necessidade de organização e mobilização das classes oprimidas para a conquista de seus direitos. A consciência de classe “para si” é o resultado de um processo histórico em que as classes oprimidas se tornam

conscientes de sua situação e dos interesses comuns que compartilham. (MENDONÇA; MENEZES, 2024, p. 316).

Os professores estão inseridos nesse contexto complexo que abrange o plano da realidade histórico-social. Mediante a educação política, a adesão as associações e sindicatos ganham espaço como instituições de representação política na luta da categoria profissional. As ações coletivas empreendidas pelos docentes são consequência do empirismo tanto do RS como em outras regiões do Brasil.

Dados sobre as experiências da primeira metade do século XX mostram que, na ausência do Estado brasileiro como provedor de políticas destinadas à área da educação, coube ao professorado promover iniciativas para melhorar seus vencimentos e suas condições de trabalho. (ALMEIDA; ROCA e MARTINS, 2024. P.62).

De acordo com os estudos de Almeida et al. (2024), o associativismo e o sindicalismo demarcam a experiência coletiva do proletariado e não devem ser observados isoladamente. Esses movimentos representam fenômeno marcante que perpassa o século XIX e alcança o século XX.

Tanto o associativismo e o sindicalismo docente trilharam caminho paralelos na defesa da categoria profissional, bem como, mantiveram constante diálogo com outros movimentos de trabalhadores, principalmente o operário. Entre os anos 1900 e 1937 essa aproximação foi mais enérgica e fomentou ampla adesão e diálogos em prol de ações coletivas.

[...] os professores não estiveram alheios e à margem das questões debatidas em seu tempo, sendo sujeitos partícipes de uma rede de sociabilidade que transpõe os espaços da profissão docente, o que significa dizer que, no decorrer da construção de uma identidade coletiva, há outras relações que perpassam esse processo. (ALMEIDA; ROCA e MARTINS, 2024, p.67).

As organizações de professores tiveram significativa importância na construção da identidade profissional e promovendo visibilidade da luta coletiva.

Entre o período entre 1930 e 1940, diversas agremiações são criadas com foco na representação dos trabalhadores, no caso dos professores, três associações chamam atenção pela organização funcional, pelas ações em prol da categoria de trabalhadores em educação e pela temporalidade de fundação. São elas:

Tabela 17 - Associações de professores no Rio Grande do Sul (1930-1940)

ANO	ASSOCIAÇÕES	UF
1929	Associação Sul Rio-Grandense de Professores (ASRP)	RS
1932	Associação Católica de Professores e Cultura Social (ACPCS)	RS
1945	Centro dos Professores Primários Estaduais (CPPE)	RS

Fonte: Elaborado pelo autor

A Associação Sul Rio-Grandense de Professores (ASRP) fundada em 1929 na cidade de Pelotas (RS). Essa instituição representou a classe professoral em diversas instâncias do funcionalismo público, um dos elementos da base formadora dessa entidade foi uniformização de ações nas tratativas dos seus membros, sem distinção de classe, níveis de atuação ou ideologias. Sendo denotada categoricamente como uma agremiação policlassista.

A ASRP, como qualquer instituição, foi composta por pessoas que erraram, como qualquer pessoa erra, acertaram como qualquer pessoa acerta; mas, justiça seja feita, foram pessoas que colocaram suas vidas em prol da construção da classe docente. Da mesma forma, não se pode esquecer que foram pessoas que viveram no seu tempo, com o seu tempo, para o seu tempo. (CARDOSO, 2012, p. 4).

No decorrer das décadas seguintes a ASRP sofreu transformações condicionadas pelas mudanças políticas e econômicas vivenciadas pelo Brasil. A instituição estava sempre atenta para atender as necessidades de seus associados e defende-los dos abusos que advinham da administração pública, beneficiando a categoria de trabalhadores e a educação de modo geral.

Tabela 18 - Panorama histórico da ASRP

ANO	DESCRIÇÃO
1940	Atendimento das necessidades mutualistas das associadas e a aproximação com a política tradicional viabilizando arrecadações financeiras para os cofres da associação.
1950	Evidenciou-se a tentativa de converter-se em um movimento amplo, massivo e combativo.
1960	O movimento é freado pelas ocorrências políticas que emergem no país e que culminaram no golpe militar de 1964.
1970	Ocorre uma revisão da postura institucional e a associação adere apoio ao movimento grevista de professores no Rio Grande do Sul. Verificou-se uma nova conduta de combate a ditadura e no fomento da profissionalização docente com cursos de preparação para o magistério.

Fonte: CARDOSO, Sérgio Ricardo Pereira. A dimensão cultural da Associação Sul Rio-Grandense de Professores (dos anos 30 aos anos 70). Caxias: IX ANPED SUL - Seminário de pesquisa em educação da região Sul. 2012. P. 3-4.

Pode-se considerar que a ASRP adotou premissas institucionais voltadas aos trabalhadores da educação, nessas processualidades são aglutinados elementos de valorização da cultura associativista que são representados nos seguintes aspectos: arrecadação de fundos, ações combativas, aproximação com a política tradicional, direito a greve, profissionalização e qualificação docente. Cabe salientar que a convicção da cultura associativista preza pela transformação da realidade por dispositivos legalmente instituídos na sociedade.

A dimensão cultural, proposta no modelo analítico da ASRP, diz respeito aos aspectos culturais da associação, fluando entre os materiais e os não materiais, ou seja, seus símbolos, suas crenças e suas histórias; enfim, toda a extensão simbólica vivenciada por seus membros. (CARDOSO, 2012, p. 13).

Os anos 1930 são marcados pelas efervescências políticas na municipalidade de Pelotas, as ideologias laicas e católicas entram em conflitos fomentam a formação histórica de novos agentes sociais. A Igreja, desde os anos 1920 buscou aglutinar intelectuais em seu núcleo formativo viabilizando o projeto reformador da educação.

A Associação Católica de Professores e Cultura Social (ACPCS) emerge desse contexto de nacionalização do magistério e das disputas das ideias pedagógicas.

A Associação Católica de Professores foi fundada na cidade de Pelotas na década de 1930. Em 1932 aparece uma nota no jornal “A Palavra” que divulga a Associação de Professores Católicos do Rio de Janeiro e convoca os professores católicos a organizarem-se em associações a fim de defenderem os interesses da religião católica. (LEON, 2008, p.93).

A ACPCS é contemporânea a outras associações católicas que foram fundadas com o objetivo de pleitear a ideologia pedagógica em clara oposição aos princípios da ABE e do escolanovismo.

Na educação formal a ACPCS precisou conquistar espaço já que o ensino religioso volta em aspecto facultativo a partir dos anos 1930. Nesse sentido a associação promoveu ampla campanha para a captação e/ou formação de quadros atrelados ao magistério local. Para Leon (2008), com a oficialização do ensino religioso a igreja buscava legitimação em meio ao público, instituiu como porta-voz o Jornal A

Palavra que disseminava notícias sazonais sobre a educação religiosa e a valorização da cultura do clero.

É interessante notar que embora a Associação Católica realizasse diversas atividades e que as comemorações do dia do professor tenham surgido no Brasil pelo incentivo da Igreja Católica, na cidade de Pelotas são poucas as iniciativas da Associação Católica em torno desta data. Foi a Associação Sul Rio-Grandense que ocupou esse espaço e potencializou as comemorações ao dia do professor. (LEON, 2008, p.93).

A Igreja classificava os docentes católicos como militantes multiplicadores dos ideais doutrinários do catolicismo. A ACPCS era a instituição representativa desse grupo na articulação de ações em espaços públicos e educacionais do município, as atividades correspondiam a formação de professores, confraternização, discussão em seminários e eventos sociais. *“Muitas dos temas explorados nas atividades de formação são relacionados ao Catolicismo, e aqueles que se relacionam aos conhecimentos de forma geral não podem se opor aos princípios da Igreja”*. (LEON, 2008, p.100).

Tanto a ACPCS quanto a ASRP são entidade representativas que tem origem em Pelotas e com ampla atuação nos anos 1930, representando ideais multifacetados sobre a profissão docente em âmbito regional. Ambas instituições ocuparam papel relevante na construção histórica da profissionalização de professores em Pelotas.

Os reconhecidos representantes do magistério pelotense que se revezam nas diretorias destas instituições são os responsáveis pelos maiores estabelecimentos de ensino da cidade, o que indica que estas instituições tinham penetração nos maiores e mais importantes espaços educacionais da cidade. (LEON, 2008, p.103).

A participação dos docentes nas instituições indica a necessidade de organização coletiva voltada ao fomento de reivindicações para benefício mútuo de seus associados. *“As duas Associações refletem, de alguma maneira, a disputa ideológica que compunha o pano de fundo do contexto nacional e local. A década de 1930 foi um momento de acirrada disputa entre católicos e liberais”*. (LEON, 2008, p.107).

O Centro dos Professores Primários Estaduais (CPPE) foi fundado em 1945 na cidade de Porto Alegre (RS). A entidade foi organizada mediante uma hierarquia

política interna com diferentes níveis para envolvimento e participação de seus membros. A criação do grupo simbolizou uma forma de resistência para o magistério em âmbito estadual.

Logo em seus primeiros anos de atuação o CPPE conseguiu alcançar objetivos políticos significativos para o magistério.

Deste primeiro movimento, foi alcançado parte do que se almejava. A respeito da promoção quinquenal, foi acolhida parcialmente, não sendo regulamentada a promoção automática. Foi aprovado o decreto-lei que instituiu uma só categoria de professores primários de carreira, dentro do sistema de aumentos quinquenais. Em relação à equiparação entre contratados e subvencionados, a Secretaria de Educação estabeleceu que o ingresso desses professores não poderia substituir os cargos ocupados pelos diplomados. Já em relação à aposentadoria especial, esta foi incluída para ser estudada, em uma comissão que buscava elaborar o Estatuto do Magistério. (NARDY; ALMEIDA, 2024, p. 7).

A instituição promoveu fervorosas mobilizações na década de 1940 com o objetivo da elaboração do Estatuto do Magistério junto a comissão governamental do Rio Grande do Sul. O documento só foi aprovado em 1954, quase uma década após o início das reivindicações coletivas. Dentre as propostas relativas à atividade docente a melhoria salarial e a aposentadoria representaram elementos centrais nas ações institucionais do CPPE.

Segundo Nardy e Almeida (2024), no ano de 1946 o CPPE contava com um número expressivo de associados, cerca de 1.874 membros. Esse número cresceu exponencialmente ao longo dos anos, graças as iniciativas de propaganda e divulgação das ações coordenada pela entidade, são elas: constante presença nas unidades escolares; visitas do corpo diretor ao governo do estado e autoridade educacionais; divulgação de notícias na imprensa local e estadual; entrevistas a jornais e programas de rádio para esclarecer as finalidades/objetivos da associação, e o contato constante com representantes de outros municípios.

Em meio a essas diversas ações, entendemos que o CPPE cumpriu, logo no início de sua fundação, um importante papel para o magistério, que foi o de estabelecer canais de negociação tanto com o Poder Executivo, quanto com o Poder Legislativo, assumindo assim, de fato, papel de órgão representativo perante o estado, no que se referia às necessidades da categoria. (NARDY; ALMEIDA, 2024, p. 10).

Apesar de legitimar sua ação com a aprovação de documentos e ações coletivas o CPPE não ficou isento de disputas internas, como consequência abalando

sua institucionalidade, invariavelmente, emaranhados pelos acontecimentos externos promoviam disputas políticas e ideológicas, as reações conservadoras apresentavam uma constância na história da agremiação.

O anticomunismo ganha força na transição governamental com a queda de Vargas. O Instituto de Educação General Flores da Cunha, tornou-se a instituição de ensino responsável pela formação docente de Porto Alegre. Todavia, esse ambiente configurou-se em palco de ampla perseguição e afastamento de professores cuja posição política divergissem da diretoria da instituição.

E como se posicionou o CPPE diante desses conflitos? Em princípio, manteve-se apartado da contenda. Passados alguns meses, sua Presidente, Maria Messias Corrêa, enviou um manifesto à imprensa em apoio ao Grêmio do Instituto de Educação, em que afirmou a importância de se educar para a democracia. (NARDY; ALMEIDA, 2024, p. 13).

Para sobreviver politicamente o CPPE adotou uma posição conciliatória e permanecia recebendo ataques de grupos de oposição, principalmente os católicos, esses apontavam a agremiação de ter vinculação com o Partido Comunista (PCB), as acusações alimentaram o ódio anticomunista que levou a paulatina dissidência de associados. *“A instituição não assumiu uma posição ideológica mais clara, se preservou dos ataques que sofria, colocou-se como apartidária e, assim, firmou-se entre o magistério gaúcho”*. (NARDY; ALMEIDA, 2024, p. 15).

Os anos 1950 representaram um marco fundamental para a sobrevivência do CPPE, a precarização da profissão docente, os baixos salários e a carga excessiva horas de trabalho e entre outros fatores, condicionavam a vida do professorado a péssimas condições. As associações passam a adotar medidas reivindicatórias mais contundentes como ocupação das ruas, passeatas e greves.

Levando em consideração os processos de negociação que o CPPE desenvolveu junto ao governo do estado para obter melhores salários, entre meados da década de 1950 e 1960, é possível afirmar que o Centro passou por um processo de mudança na maneira na qual vinha mobilizando a categoria, fomentou-se espaço para outras formas de luta, como no caso da mobilização de rua. A entidade assumiu uma postura de enfrentamento nas negociações com o governo, ao mesmo tempo, que ampliou sua base no interior do Estado. (NARDY; ALMEIDA, 2024, p. 22).

A história do CPPE foi de constante luta pela categoria, a entidade utilizou desde ardis tradicionais de levantamento de pautas reivindicativas e negociação à

promoção de greves, passeatas, panfletagem, discursos públicos e paralisações. Com a pressão popular algumas reivindicações trabalhistas foram atendidas, mas sempre sob a forte repressão do Estado.

Tabela 19 - Panorama histórico do CPPE (1950-1980)

ANO 50	ANOS 60	ANOS 70	ANOS 80
Criação do primeiro Estatuto	CPPE se torna CPPERS (Centro dos Professores Primários do Estado do Rio Grande do Sul).	CPPERS se torna CPERS (Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul)	Muitas greves (21 dias, 60 dias, 96 dias)
Luta contra os cortes nas gratificações e abonos da categoria	Luta pela melhoria salarial.	Conquista do plano de carreira	Conquista do 13º salário
Início da luta pela aposentadoria a aos 25 anos de serviço	Conquista do decreto Estadual que prevê eleições para diretores de escola (revogada pelo AI-5)	Primeira greve da categoria (13 dias)	A sineta se torna um símbolo do sindicato
1956 – Primeira paralisação grevista		Conquista da sede própria do sindicato	O CPERS passa a ser oficialmente um sindicato (após a Constituição de 88)

Fonte: PASTRE, Tatiana Fraga. O sindicalismo docente na construção da identidade do(a) professor(a): uma análise a partir do 16º núcleo do CPERS São Borja. Universidade Federal do Pampa. 2021. p. 28-29.

As associações docentes desempenharam papel fundamental no processo de construção da identidade histórica e social do professorado, constituindo-se como espaços de sociabilidade profissional, valorização da experiência e resistência coletiva. A figura docente é historicamente reconhecida como agente de amplo potencial transformador na sociedade, cuja atividade laboral, ainda que marcada pela precarização, mantém caráter essencial para o processo de escolarização e para a dinâmica societária como um todo.

Investigar a história social desses personagens em suas ações coletivas, reivindicativas e sindicais, contribui não apenas para entender a história da

educação brasileira, mas, também, para a compreensão acerca da formação histórica de nossa sociedade no século XX. (Diniz, 2012, p.23).

Tal perspectiva permite desvelar as contradições inerentes à posição social do magistério, tensionada entre o reconhecimento simbólico e a desvalorização material. No caso específico do professorado rio-grandense, observa-se que, ainda que valorizado socialmente e objeto de homenagens em eventos públicos, revistas e periódicos, tal reconhecimento refletia apenas um fragmento limitado de sua realidade.

Conforme afirma Leon (2008), a valorização social não se converte, necessariamente, em valorização econômica, gerando situações antagônicas nas quais as condições de precarização da profissão tornam-se evidentes e resultam no progressivo empobrecimento material dos docentes.

Esse paradoxo entre o prestígio simbólico e a degradação das condições de trabalho conforma uma das dimensões centrais da experiência histórica do magistério, conforme analisado por Hypolito (2020) em sua discussão sobre a proletarização docente.

O professorado rio-grandense apesar de ser valorizado socialmente e em certas associações homenagens serem feitas em eventos públicos, revistas e periódicos. Isso refletia um pequeno fragmento da realidade dos docentes. Conforme afirma Leon (2008), a valorização social não reflete uma valorização econômica, acarretando situações antagônicas na qual as condições de precarização da profissão são evidenciadas e como resultado a vida pauperizada.

#### **4. ASSOCIAÇÃO SUL RIO-GRANDENSE DE PROFESSORES (ASRP): ORIGEM E ORGANIZAÇÃO**

A Associação Sul Rio-Grandense de Professores foi uma instituição com objetivos claros de representar o professorado pelotense frente ao Estado. Sua criação coincide com a data de 14 de outubro de 1929 na cidade de Pelotas no Rio Grande do Sul. A formalização institucional está atrelada ao seu estatuto social, ingresso de membros, convocação de reuniões, formação continuada dos docentes e ações voltadas à expansão da associação. Essa forma de organização coletiva ocupou papel

de relevância na valorização e formação docente, sem se descuidar e atuar nas reivindicações trabalhistas dos membros.

Uma importante pesquisa sobre a temática é a tese de por Sergio Ricardo Cardoso, em sua tese *Associação Sul Rio-Grandense de Professores: um nicho de desenvolvimento da consciência de classe docente em Pelotas (1929-1979)*, ao analisa o associativismo docente em Pelotas como um meio necessário para a defesa da classe professoral.

Ao longo das cinco décadas de existência a ASRP consolidou-se como uma instituição fundamental na história do município de Pelotas e na valorização do trabalho docente. Essa agremiação atuou, tanto na dimensão política, como na dimensão pedagógica junto aos docentes, simultaneamente, tratando das questões relativas à seguridade social dos sócios, havia uma preocupação na qualificação profissional dos professores e para isso foram fomentados cursos e palestras, com foco nos docentes pelotenses.

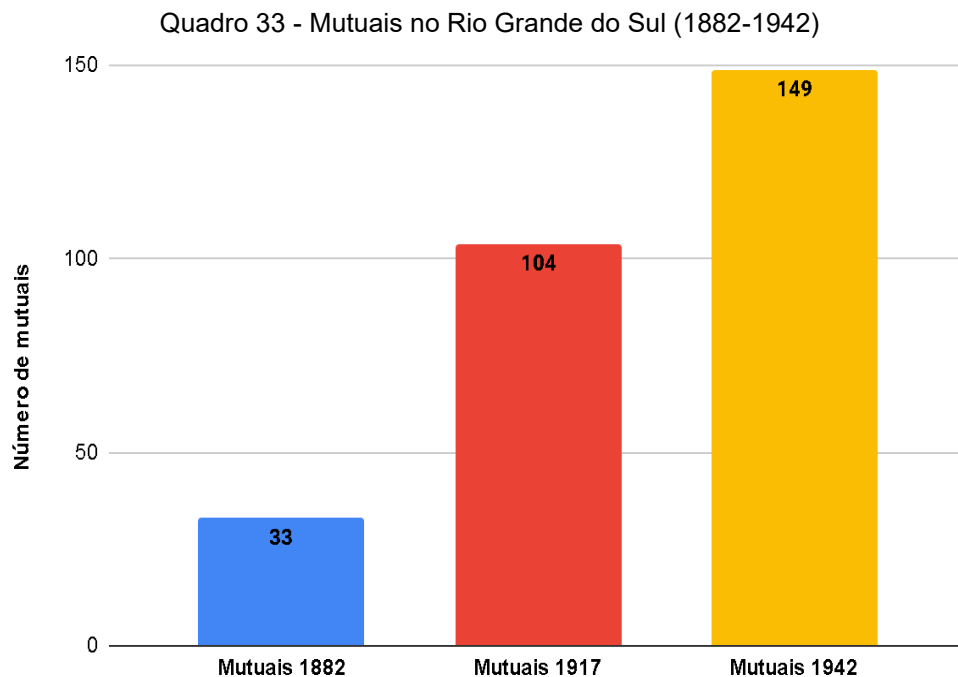
Ser associado da ASRP produziu prestígio social local que alcançou outras áreas laborais, entre as lideranças era comum se ter profissionais de outros campos. As elites e os professores ocuparam os mesmos espaços de atuação dentro da instituição, denotando um caráter policlassista da agremiação.

As transformações políticas e sociais no limiar do século XX promoveram novas possibilidades de organização coletiva, nesse contexto que a ASRP foi constituída e conseguiu se fortalecer junto aos trabalhadores em educação.

#### **4.1 PRIMEIRO ESTATUTO SOCIAL DA ASRP**

Nessa seção utilizaremos fontes primárias e escritos historiográficos que fazem referência direta a ASRP, nosso intuito é denotar cronologicamente os fatos que engendram a formalização e institucionalização da associação. Devemos salientar que o resgate histórico da história da ASRP é uma contribuição singela ao campo de pesquisa acadêmica de associativismo e sindicalismo docente.

O associativismo de caráter mutualista esteve presente na história da Associação Sul Rio Grandense de professores (ASRP), com início de atuação no ano de 1929 na cidade de Pelotas. O modelo do mutualista pautou-se em três aspectos gerais: amparo coletivo, representação política e a valorização profissional. O caso do Rio Grande do Sul, como apresentado por Silva Júnior (2004) chama atenção pelo avanço progressivo desse tipo de organização ao longo do século XX.



Fonte: Adaptado de SILVA JUNIOR, Adhemar Lourenço da. As sociedades de socorros mútuos: Estratégias privadas e públicas (estudo cerrado sobre o caso do Rio Grande do Sul - Brasil, 1854-1940). Porto Alegre., 2004, p.53.

Os dados evidenciam um paulatino crescimento das associações mutualistas, isso possibilita considerar que a fundação da ASRP está relacionada aos movimentos dos trabalhadores que buscavam amparo em tempos de insegurança.

A ASRP é criada com a finalidade de unificar a classe professoral pelotense, se colocando com o propósito de proteger e qualificar seus associados. Um dos fatores primordiais expressos pela associação é a formação continuada de professores, envolvendo atividade reflexivas sobre as políticas educacionais, sistemas de ensino e carreira. Os anos 1930 foram fundamentais para a institucionalização da associação.

Os dados quantitativos e qualitativos abordados por estudos anteriores foram de grande importância para o nosso referencial sobre a ASRP e contribuíram

significativamente para a elaboração dessa dissertação. Todavia, nossa inquirição é esmiuçar a atuação da ASRP mais detalhadamente na década de 1930. Para essa jornada direcionamos esforços na coleta e análise de documento primários. Cabe salientar que o resgate da memória de quase um século tem suas limitações, nesse sentido os documentos escritos serão nossas bases para apuração dos fatos sociais e políticos.

Conforme exposto por Samara e Tupy (2010), às tipologias documentais podem ser identificadas em 21 categorias, são elas:

Tabela 20 - Classificação das tipologias das fontes documentais

a) lista nominativas de habitantes	h) processos de divórcio e nulidade de casamentos	p) outros documentos eclesiásticos
b) recenseamentos gerais da população brasileira	i) processos-crime	q) outras listagens civis
c) autor de Querela	j) cartas de legitimação	r) documentos sobre imigração e núcleos coloniais
d) registros de batismo, casamento e óbito	l) livros de devassas e visitas	s) documentos de polícia
e) inventários	m) processos de Genere, Vitae et Moribus	t) processos de tutela
f) testamentos	n) livro do Tombo e documentos relativos às irmandades, recolhimento, seminários, confrarias e santas casas	u) processos de cobrança, execução e adjudicação de bens
g) documentos de Câmara	o) dispensas matrimoniais e processos de sponsais	v) documentos pessoais e entrevistas

Fonte: SAMARA, Eni de Mesquita e TUPY, Ismênia Spínola Silveira. História & Documento e metodologia de pesquisa. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. p. 82-116.

Considerando a classificação acima é possível identificar categoricamente como o primeiro estatuto da ASRP de 1930 é enquadrado na categoria “*n) livro do Tombo e documentos relativos às irmandades, recolhimento, seminários, confrarias e santas casas*”, por apresentar características de benemerência e assistência para seus membros.

Historicamente a criação e institucionalização de associações, companhias ou organizações, dependia da aprovação dos estatutos junto as entidades legislativas, isso esteve alinhado com a Lei nº 1.083 de 22 de agosto de 1860 e o Decreto nº2.711

de 19 de dezembro de 1860. Esses mecanismos impunham regras para a obrigatoriedade do registro de documentos formais explicitando a origem, função e atuação das agremiações dos variados tipos, inclusive de professores. Esses documentos eram registrados em cartórios, após sua aprovação as agremiações poderiam seguir suas atividades legalmente. Essa normativa perdurou mesmo após o fim do Segundo Reinado e se prolongou durante o século XX.

Seguindo essas normativas a ASRP registrou o seu Estatuto Social oficialmente no dia 20 de junho de 1930, descrevendo em suas primeiras linhas que a associação foi fundada em 14 de outubro de 1929. O documento está disponível no cartório Rocha Brito Serviços Notarial e Registral, localizado na cidade de Pelotas. O acesso ao documento foi possível graças a leitura da tese de Cardoso (2011)<sup>30</sup>, nessa pesquisa consta os dados de localização dos Estatutos Sociais que podem solicitados em cartório. A partir dessas informações foi feito o contato por e-mail com o cartório Rocha Brito, que encontrou o documento com certa rapidez. O envio dos documentos foi realizado de duas formas, uma via física por Correios e outra via digital pelo sistema de Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoas Jurídicas (RTDPJ).

Julgamos importante apresentar o documento na íntegra para que possamos elaborar uma análise das limiars formas de organização interna da ASRP.

#### Quadro 15 - Estatuto Social da ASRP (1930)

Registro dos Estatutos da Associação Sul-Riograndense de Professores (da dactylographe): - Associação Sul- Riograndense de Professores. dos fins. Os principais objectivos da Associação Sul-Riograndense de Professores, fundada em Pelotas, no dia 14 de outubro de 1929, são os seguintes:

- a) Pugnar pelo aperfeiçoamento da instituição e da educação no Rio Grande do Sul, introduzindo métodos e processos novos, adaptando entres já novos em alguns países, creando bibliothecas, gabinetes e laboratorios pedagogicos, realizando palestras, promovendo congressos, caravanas de professores, etc...
- b) Procurar manter e argumentar a coesão entre os vários elementos que, no Rio Grande do Sul, se dedicam ao magisterio official ou particular, seja primario, secundario, superior, profissional ou artistico;
- c) Manifestar-se sobre reformas ou modificações feitas nos varios departamentos da instituição e educação relativas ao problema educativo, no Rio Grande do Sul;
- d) Intervir, sendo solicitada, na defesa dos direitos ou da reputação dos seus associados quando estes injustamente forem prejudicados;
- e) Crear Secções em todos os municipios do nosso Estado;
- f) Torna-se o mais breve possivel em sociedade beneficente também;

<sup>30</sup> CARDOSO, Sérgio Ricardo Pereira. Associação Sul Rio-Grandense de Professores: um nicho de desenvolvimento da consciência de classe docente em Pelotas (1929-1979). Tese (Doutorado em Educação) – EFPE, Pelotas. 2011. Disponível em: <<https://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/5414>>. Acesso em 22 de janeiro de 2024.

- g) Aproximar os paes dos professores;
- h) Solenizar em todo o Estado o dia 15 de outubro, consagrado ao professor.

#### Da Directoria.

Art 2) A Associação será dirigida por um conselho director, composto de nove (9) membros, eleitos pela assembléa geral, sendo um presidente, um vice-presidente, dois thesoueiros, tres secretarios e dois directores.

Art. 3 – O conselho director elegerá anualmente o seu presidente e o seu vice-presidente. O presidente. O presidente escolherá o 1o thesoueiro e o 1o secretario, os quaes escolherão, respectivamente, o 2o thesoueiro e o 2o Secretarios, digo, e o 2° e 3o secretarios.

Art. 4) Haverá tambem uma commissão de contas, eleita conjuntamente com o conselho director, e tantas commissões technicas ou auxiliares quantas a tão organização da Sociedade exigir, a Juizo do conselho director.

Art. 5) A assembléa geral reunir-se-á ordinariamente na primeira quinzena de outubro de cada anno, e extraordinariamente, quando convocada pelo conselho director, quando requerida a convocação ao Conselho por um associado e aceita pelo mesmo conselho, ou quando requerida a reunião ao Conselho por um terço dos associados, no minimo.

§1) A assembléa geral ordinaria tomará conhecimento do relatório do conselho director e das contas da thesouraria e ficará a mensalidade e a Joia dos sócios para o anno social inmediato.

§2-) compete à assembléa aprovar qualquer resolução do conselho director e revogar as deliberações ou actos deste que lhe não pareçam, acertados.

§3) A assembléa geral será convocada pela imprensa com tres dias, pelo menos, de antecedenciá, e deliberará com a presença da maioria dos sócios em primeira convocação, funcionando com qualquer numero em segunda convocação, com intervallo de cinco (5) dias, no minimo.

§4) O anno social terá inicio a 15 de outubro.

Art.6) O conselho director será eleito por tres (3) annos, renovando-se o terço annualmente, e portanto, nenhum elemento do conselho poderá ser reeleito para o periodo seguinte. §unico) O primeiro conselho director terá tres elementos que só farão parte d'elle durante o primeiro anno e entres tres que só farão parte do mesmo dois annos.

Art.7) A commissão de contas será eleita annualmente, não sendo permithida a reeleição dos seus elementos.

Art.8) O conselho director será sempre constituido de elementos do magisterio official (federal, estadual ou municipal) e particular, e, tanto quanto possível de elementos dos vários gráus em que se divide a nossa instituição.

#### Da Admissão de Socios.

Art.9- Constituem a Associação as seguintes categorias de sócios:

a) Effectivos. Os que contribuirem com as Joias e mensalidades aprovadas pela assembleá geral. Sómente pódem ser sócios effectivos os professores, quer primários, secundarios, ou superiores, quer de contabilidade, canto, musica, pintura, desenho, gynnastica, etc. § único) Serão considerados sócios fundadores aquelles cujos nomes constarem da acta de fundação;

b) Grandes bem feitores. As pessoas que offerecerem à Associação um donativo não inferior a 5:000\$000, de uma só vez;

c) Bemfeitores – As pessoas que entrarem para a Associação com um donativo não inferior a 500\$000, de uma só vez.

d) Benemeritos. As pessoas que prestarem, relevantes serviços à Associação

e) Honorarios – As pessoas que a Associação quiser honrar.

Art.10° A admissão de sócios Grandes Bemfeitores, Bemfeitores, benemeritos e honorarios se fará por proposta do Conselho Director e votação da Assembléa Geral; a de sócios effectivos será realisada pelo Conselho Director, por proposta de qualquer sócio effectivo.

#### Das Disposições Diversas.

Art. 11- Serão séde e fóro da Associação a cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 12- A associação será representada activa e passivamente, em Juizo e em todas as relações com terceiros, pelo presidente, vice-presidente ou 1o secretario.

Art. 13- Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações que o Conselho Director contrahir em nome da Associação, expressa ou intencionalmente.

Art. 14- O tempo da duração da Associação é indeterminado.

Art. 15- O fundo social é constituído das contribuições dos sócios, dos donativos ou subvenções e applica-se ao preenchimento dos fins sociais conforme as deliberações do Conselho Director.

Art. 16- A reforma destes Estatutos só será deliberada e votada em Assembléa geral em que tornem parte mais de dois terços dos sócios effectivos.

Art. 17- A dissolução da Associação só será resolvida e votada em Assembléa Geral em que compareçam mais de tres quartos dos sócios effectivos . § único- Neste caso seu patrimonio será destinado à instituição ou às instituições indicadas por essa Assembléa Geral.

Art. 18. As omissões e duvidas destes Estatutos serão submetidas à Assembléa Geral em que tornem parte mais de dois terços dos sócios effectivos.

Pelotas, 14 de outubro de 1929.

(assignado): Joaquim Alves da Fonseca – Presidente. José Grünwald – Secretario. Helena Pielmann – Tesoureiro. 3.800 Reconheço as firmas retro de Joaquim Alves da Fonseca, José Grünwald e Helena Pielmann. Do que dou fé. ( Estão cocladas tres estampilhas estaduaes no total de mil e quinhentos reis, assim inutilizadas): Pelotas, 20 de Junho de 1930. Em testemunho – signal publico – de verdade. Admar Ernesto Ficher primeiro notario. Apresentado no dia 20 junho de 1930, para inscripção. Apontado sob no de ordem 263 à fls. 66 do Protocollo no 2. Pelotas 20 de Junho de 1930. Em thestemunho – signal publico de verdade. O Official pr. do Registro Especial Decio Barbosa Leal. (Carimbos: Admar Ernesto Ficher 1o Notario: Pelotas. Cartorio do Registro Especial Exp: das 10 às 16hrs Pelotas 20 – Junho - 1930. Decio Barbosa Leal. Official, Presente tenho dois exemplares de numero quarenta e cinco do Jornal “A Federação”, da Capital do Estado, de vinte e um de Fevereiro do corrente anno, onde foram publicados os referidos Estatutos, ficando um exemplar archivado neste Cartorio e o outro devolvido à parte interessada, depois de devidamente annotados e sellados. Nada mais se contuiha e diclarava no referido documento, que me foi hoje apresentado para registro pelo senhor Dr. João Brum de Asevêdo, e que aqui bem e fielmente registrei, e a cujo original com que conferi e achei conforme, me reporto e dou fé. Pelotas, aos vinte de Junho de mil novecentos e trinta.

Fonte: ROCHA BRITO SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL, por seu responsável infra-assinado, certifica o requerimento da parte interessada, que revendo o Arquivo deste Serviço do REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS, dele consta registrado sob no 013 das fls. 055/056 do Livro A-2 em data de 20.06.1930.

O Estatuto Social da ASRP é um documento primário de grande importância no que concerne compreender a estrutura organizacional e para comprovar a existência dessa associação. O documento está dividido em quatro categorias gerais: “*Os principaes objectivos, Da Directoria, Da Admissão de Socios e Das Disposições Diversas*”.

A primeira categoria geral de análise corresponde a “*Os principaes objectivos*”, nesse trecho do documento são articulados oito elementos intrínsecos à educação e o professorado no Rio Grande do Sul.

Quadro 16 - Principais Objetivos da ASRP



Fonte: Adaptado do Estatuto da ASRP (1930)

Os três primeiros eixos identificados como a), b) e c), fornecem informações sobre as ações que serão implementados em nível Estadual, buscando institucionalização e reconhecimento na luta pela educação de excelência.

Os eixos d), e) e f), apresentam as propostas de intervenção da associação na defesa do professorado, a expansão para outros municípios e a previsão de tornar-se uma sociedade beneficente.

O eixo g), viabiliza a importância de criar uma comunidade escolar. Por fim, o eixo h), prioriza a importância das festividades representativas do dia 15 de outubro ao consagrar o dia dos professores.

As concepções gerais relativas às funções da ASRP, possibilita compreender sua importância para o campo da educação e na luta pela representação política dos professores. *“A ASRP nasce com o explícito objetivo de unificar o magistério pelotense, qualificando este magistério, porém indo além: proteger seus associados de qualquer abuso contra os direitos do profissional docente”*. (CARDOSO, 2011, p.130).

É interessante notar que a ASRP deixa claro seus objetivos institucionais o compromisso como a qualificação e unificação dos professores pelotenses. Durante a década de 1930 a associação buscou engendrar frentes de trabalho direcionada aos docentes de Pelotas e regiões próximas, essas frentes tinham múltiplos objetivos, desde a representação política, fidelização de membros e até a incorporação de novos associados.

Através do saber-fazer pedagógico qualificado, a ASRP proporcionou a difusão da atividade docente sob a perspectiva da profissão liberal; apesar do espírito vocacional da docência, a profissionalização da atividade docente, para a ASRP, se dava por meio conhecimentos específicos e qualificados”. (CARDOSO, 2011, p.131).

Destacamos duas fontes primárias que atestam as iniciativas da ASRP na promoção da profissionalização dos professores.

Quadro 17 – Atividades de qualificação da ASRP

NOTÍCIA DIÁRIO POPULAR (1930)	LIVRO DE ATAS DO CONSELHO DIRETOR (1929-1933)
<p>Tem sido muito louvada a iniciativa da Associação Sul Rio Grandense de professores, que se esforça por proporcionar aos seus associados palestrar interessantes e instrutivas.</p> <p>Fonte: CARDOSO, 2011, p. 132 apud Diário Popular, 01 de agosto de 1930, p.4.</p>	<p>Consultou ela [Profa. Jenny Seabra] ao Conselho Diretor se era possível ceder, algumas horas semanais, a uma professora a sala de nossas sessões para nesta funcionar de conta ou de datilografia. Ficou então deliberado que era isto viável desde que a professora que desejasse abrir a aula fosse sócia da A.S.R. de Professores. [...] A professora Lígia Ribas ocupará a sala de nossas sessões para dar aulas, durante quatro horas semanais [...] Consultado o Conselho sobre a taxa a cobrar pelo aluguel mensal da sala para as aulas, ficou resolvido ser a mesma de cinco mil réis por duas horas semanais.</p> <p>Fonte: CARDOSO, 2011, p. 183 apud LIVRO DE ATAS DO CONSELHO DIRETOR 1929-1933, Ata nº35, 07/05/1932.</p>

Fonte: CARDOSO, 2011, p. 132-183.

Evidentemente as ações tem repercussões em esferas diferentes, o jornal Diário Popular enaltece as iniciativas da ASRP como uma corroboração nobre diante do contexto educacional do período, é possível considerar esse fragmento textual teve maior alcance e atenção do público. Já o livro de Atas, é um documento interno da associação, nesse fragmento documental é apresentada uma iniciativa voltada a qualificação em datilografia, uma tecnologia inovadora para registros que carece de habilidade para quem ensina e para quem aprende.

Segundo estudos de Cardoso (2011), a ASRP empenhou-se em promover maneira incipiente e autônoma a formação continuada para os profissionais da educação. Nessa empreitada promoveu diversas atividades, que tinham como referencial os processos de modernização da educação em nível nacional.

Abaixo apresentamos uma listagem das atividades formativas desenvolvidas pela ASRP durante a década de 1930.

Tabela 21 – Atividades formativas promovidas pela ASRP

ANO	ATIVIDADE	MINISTRANTE
1930	“A Escola Ativa” “Impressões da Viagem de Estudos às Repúblicas do Prata” “A Disciplina Escolar” “A Questão Ortográfica”	Prof. Jenny Seabra Prof. Emílio Martins Boeckel Prof. Helena Pillmann Prof. José Grunwald
1931	Palestra sobre “A Escola Ativa em face da Filosofia” Palestra intitulada “Questões Gramaticais” Palestra sobre “A Metodologia da História e da Geografia”	Prof. Luiz Ernesto Xavier Prof. Francisco de Paula Alves da Fonseca Prof. Brailinda Fernandes
1932		
1933	Série de Palestras Didáticas sobre Português, Literatura, Física, Química, Biologia e Psicologia	Vários
1934	Palestra sobre “Princípios Gerais da Psicologia” Palestra sobre “Assuntos Pedagógicos”	Prof. Antônio de Almeida Peres Prof. Everardo Beckheuser

Fonte: CARDOSO, 2011, p. 266 apud Relatórios Anuais e Jornais locais

Os palestrantes foram pessoas ligadas a educação pública de Pelotas, desempenhavam funções das mais diversas. Segundo Soares (2023), é possível alinhar proximidade entre esses indivíduos ao considerar as atividades laborais.

Tabela 22 – Palestrantes: profissões e atividades

NOME	PROFISSÃO	ATIVIDADES
Jenny Seabra	Professora	Diretora do Colégio Elementar Félix da Cunha;
Emílio Martins Boechel	Professor	Professor do Magistério Público e Colégio da Comunidade Evangélica (1905); Docente do Colégio Elementar de Santana do Livramento (1913); Diretor e professor no Colégio de Itaqui (1918); Direção do Colégio Elementar Visconde de São Leopoldo (1922);
Helena Pillmann	Professora normalista	Professora do Collegio Elementar de Uruguayana (1914); Professora do Collegio Elementar Cassiano do Nascimento (1916-1919, 1921-1922, 1924-1926 e 1930-1931);
José Grunwald	Sem informações	Sem informações
Luiz Ernesto Xavier	Bacharel em Direito;	Atuou nos jornais da cidade Paulista de Santos; Fiscal do Ministério da Educação (1929);
Francisco de Paula Alves da Fonseca	Professor	Ofertou a disciplina de Português e Latim no Ginásio Santa Margarida (1940);
Braulinda Fernandes	Professora	Diretora de escola pública; Membro da Sociedade Agrícola Pastoril do Rio Grandense (1909);
Antônio de Almeida Peres	Bacharel em Direito;	Repórter e cronista; Professor do Ginásio Pelotense;
Everardo Beckheuser	Palestrante	Bacharel em Letras; Engenheiro Geográfico; Engenheiro Civil; Ciências Físicas e Matemáticas; Doutor em Ciências Físicas e Naturais; Ministrou aulas Particulares (1894); Professor de geometria descritiva, geologia e botânica da Escola Politécnica do Rio de Janeiro (1896-1907); Filiado ao Partido Republicano Conservador (1909); Deputado

		<p>Estadual da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (1911 e 1918); Fundador da ABE (1924); Participou e ofertou conferencias pedagógicas sobre a Escola Nova e novos métodos de ensino (1924-1928); Atuou como docente da Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ (1925); Fundador da Associação Brasileira de Educação (1925); Professor de Geografia do Colégio Pedro II (1928); Lecionou no Instituto Geográfico Militar (1930); Atuou no Ministério da Educação como presidente da Comissão Nacional de Ensino Primário (1930); Professor de História Natural do Instituto de Ensino Secundário (1931); Membro da Associação Católica de Professores e Ação Social-ACPAS (1934); Professor de Geologia e Botânica do Curso de Geógrafos Militares do Instituto Geográfico Militar (1935); Presidente do Secretariado Nacional de Educação da Ação Católica (1939); Professor da Faculdade Católica de Filosofia e na Faculdade de Filosofia do Instituto Santa Úrsula (1941); Engenheiro-chefe da Prefeitura do Distrito Federal; Membro fundador e secretário da Academia Brasileira de Ciências; Presidente do Clube Brasileiro de Esperanto; Docente na Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Redator chefe da Revista Municipal de Engenharia e colaborador da Revista Brasileira de Geografia; Diretor do Museu da Educação do Distrito Federal; Sócio da Academia Brasileira de Ciências;</p>
--	--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: SOARES, 2023, p. 164-195.

Essas atividades ocorriam tanto em sua sede como na Biblioteca Pública de Pelotas, para isso a ASRP recebeu uma aprovação oficial do governo. O espaço físico da Biblioteca Pública de Pelotas é carregado de significado, tanto no contexto educacional como no cultural. Até meados dos anos 1940 a instituição absorvia funções diversas, como arquivo, centro de memória, ambiente de palestras, salas de reuniões e até espaço para instrução educacional primária.

Quadro 18 – Livro de Atas do Conselho Diretor (1929-1933)

O Sr. Presidente mandou ao 1o Secretário ler um officio do Exmo. Sr. Presidente da Bibliotheca Publica, Dr. José Francisco Dias da Costa, datado de 26 de outubro em solução de nosso officio de 23 do mesmo, em que foi gentilmente deferido nosso pedido [...] ficando o nosso Conselho Diretor autorizado a reunir-se e a efetuar suas reuniões nas dependências da Biblioteca, aos sábados, entre 16 e 18 horas.

Fonte: CARDOSO, 2011, p. 182 apud LIVRO DE ATAS DO CONSELHO DIRETOR 1929-1933, Ata nº4, 09/11/1929.

Apesar de ocuparem o espaço da Biblioteca Pública Pelotense em seus primeiros anos de atuação, a partir de 1931 a ASRP instaura uma sede própria localizada na Rua Felix da Cunha, nº810, na cidade de Pelotas. Inicialmente era um imóvel alugado e posteriormente foi adquirido como propriedade da instituição<sup>31</sup>. Existe uma importância simbólica na institucionalização de uma sede permanente, na qual as demandas dos membros agora tinham um espaço físico de atenção e acolhimento permanente.

Quadro 19 – Sede própria da ASRP (1958)



Fonte: CARDOSO, 2011, p.187 apud DIÁRIO POPULAR, 16/10/1958.

<sup>31</sup> Devidamente autorizada pelas Assembléias gerais efetuadas em 27 de abril e em 8 de agosto do ano em curso, solicitamos o financiamento pela Caixa Econômica da importância de Cr\$ 600.000,00 para adquirir o prédio à rua Félix da Cunha, 808, pagáveis em 10 anos ao juros de 12% ao ano. Com o dinheiro que dispomos, pretendemos reparar o prédio, alugando duas partes e ocupando uma. (CARDOSO, 2001, p. 186 apud RELATÓRIO DO CONSELHO DIRETOR, Gestão 1956/57)

Quadro 20 — Sede própria da ASRP (2025)



Fonte: Fotografia de Jhonatha Ramalho em 08 de janeiro de 2025.

Junto ao processo de organização da sede outros elementos simbólicos são apresentados, um dos que chamam nossa atenção é a proposta de arquitetar uma biblioteca pedagógica. Logo de início logrou êxito a proposta e as doações de livros começam a chegar, aumentando gradativamente o acervo pedagógico da ASRP.

A biblioteca, devido falta de pessoal disponível, já que o serviço de bibliotecária era voluntário, funcionava aos sábados, dia que facilitava aos associados retirarem, entregarem e/ou renovarem os livros, já que também eram os dias das assembleias gerais. (CARDOSO, 2011, p. 184).

Os novos ordenamentos institucionais da ASRP estavam sempre direcionados as ações em prol do professorado. Algumas dessas inovações resultam

das experiências coletivas, a própria proposta da biblioteca pedagógica, não surge inicialmente com a ASRP, sua origem remonta os fins dos anos 1920 com a Seção Pelotense de Educação (SPABE).

O que projeta fazer em 1927 [...] II- Criar a sua biblioteca pedagógica e museu escolar. [...] IV- Realizar cursos e palestras sobre temas educativos. [...] VIII- Instituir prêmio para os livros didáticos publicados por pessoas residentes no município. [...] XVII- Desenvolver e propagar as caixas escolares. [...]XXIII- Generalizar a educação física nos colégios. XXIV- Promover a instituição do “copo do leite” às crianças fracas nas escolas... (CARDOSO, 2011, p. 128 apud A OPINIÃO PÚBLICA, 05/01/1927).

A SPABE é resultado da I Conferência Nacional de Educação dos anos 1927, essa conferência foi organizada pela Associação Brasileira de Educação (ABE), importante instituição que aglutinava intelectuais importantes do período. Como afirma Cardoso (2011), a conexão entre esses grupos (ASRP, SPABE e ABE) não é fruto do acaso, existe uma proximidade dos membros pelo vícios político.

Deve-se atentar também para o fato de vários destes membros constituírem o Partido Republicano Rio-Grandense e/ou diretorias de instituições de ensino de Pelotas. A educação, de fato, era uma bandeira política que angariava muitos votos, o que fez com que vários políticos abraçassem esta causa. (CARDOSO, 2011, p. 128).

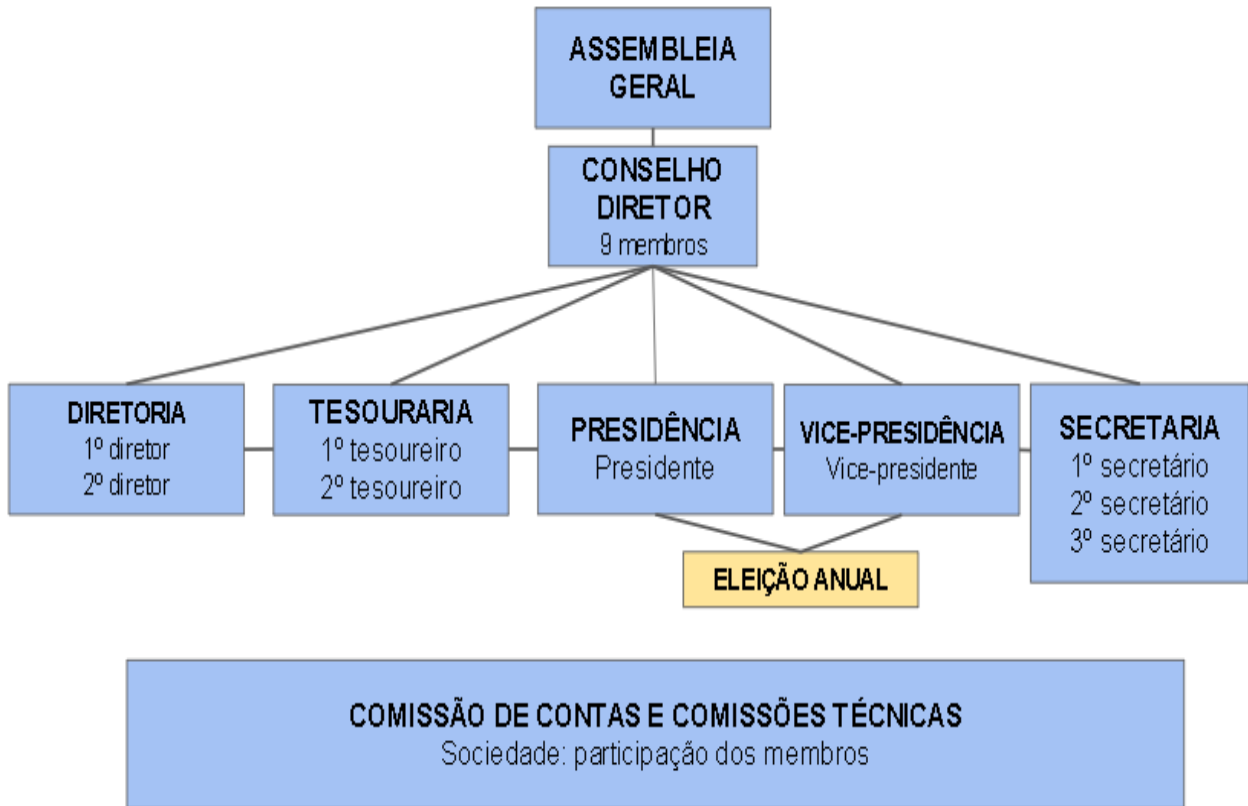
A ASRP absorveu algumas ideias e deu seu próprio toque de autenticidade, seja na implementação de projetos ou organização interna.

No primeiro Estatuto Social da ASRP é possível identificar o detalhamento da estrutura funcional correspondente ao quadro diretivo. Entre o artigo 2 ao artigo 8, são apresentadas as medidas gerenciais da agremiação que devem ser articuladas por um Conselho Diretor composto por nove membros. Esses cargos passaram pelo processo de eleição em uma assembleia geral com todos os associados ativos.

As eleições da assembleia geral ocorrem anualmente e o ano eleitoral tem seu início exatamente na data de 15 de outubro, estabelecendo uma nítida referência ao dia dos professores. No âmbito dessas normativas o conselho diretor será acompanhado por duas comissões, uma de contas e outra técnicas. Ambas são essenciais para a vida coletiva da associação, pois os membros participam integralmente como protagonistas das atividades desenvolvidas ao longo do ano.

Para que possa ficar mais claro a estrutura burocrática da ASRP, abaixo foi desenvolvido uma ilustração gráfica que dimensiona a hierarquia colaborativa dos associados.

Quadro 21 - Estrutura funcional da ASRP



Fonte: Adaptado do Estatuto da ASRP (1930)

O modelo cargos eletivos na ASRP apresenta características de centralidades no conselho diretor, a partir nesse pequeno grupo que eram coordenadas as atividades da associação. Cada célula de membros só será movimentada mediante as resoluções oficializadas em atas pelo conselho diretor.

A burocratização das organizações, ao inserir-se no discurso democrático, torna-se uma grande estratégia de organização social, sendo incorporada nas instituições em nome da descentralização. Lima (1997) é categórico ao afirmar que a organização democrática acaba por priorizar mais o coletivo do que o individual, tendendo realmente à cultura da restrição participativa. (CARDOSO, 2011, p.194-195).

O presidente era uma figura de relevância e status social, sua eleição era feita anualmente e após ocupação do cargo possibilitava a escolha de membros para

compor a vice-presidência, a tesouraria e os secretários. Apesar disso, existia uma horizontalização das relações de poder interna na associação.

Tabela 23 – Presidentes e seus períodos de gestão ASRP (1929-1940)

NOMES DOS PRESIDENTES	ANO DE GESTÃO
Joaquim Alves da Fonseca	1929-30.
Jenny de Oliveira Seabra	1930-31.
Hilda Weber	1931-32.
Francisco de Paula Alves da Fonseca	1932-33, 1933-34 e 1934-35.
Silvino Braz Derengowski	1935-36, 1936-37 e 1937-38.
Anthônio Margherita	1938-39 e 1939-40.

Fonte: CARDOSO, 2011 p.196

Para Cardoso (2011), as lideranças da ASRP eram trabalhadores da educação (professores e diretores), detinham notórios saberes em suas áreas de atuação e buscavam com muita determinação melhorar as condições de vida dos professores pelotenses. Ao longo da história da associação alguns indivíduos ocupam o cargo de presidência por vários mandatos consecutivos, demonstrando habilidade e austeridade política.

Tabela 24 – Presidentes da ASRP: profissão e atividades

NOME	PROFISSÃO	ATIVIDADES
Joaquim Alves da Fonseca	Professor	Professor de matemática e diretor do Ginásio Pelotense (1930-1937); ministrava o Curso Ginásial no Ginásio Sul Riograndense (1936); membro da Comissão Examinadora dos Exames de Admissão (1949);
Jenny Seabra	Professora	Diretora do Colégio Elementar Félix da Cunha;
Hilda Weber	Professora	Discursista em eventos nacionalistas nos municípios de Santa Maria e São Leopoldo (1919); Membro da banca examinadora do Concurso para Aulas Municipais em Cachoeira (1921); Tesoureira da Secretaria da Fazenda do Estado do RS (1922); diretora da Escola Normal do município de São Francisco de Paula (RS) (1926);
Francisco de Paula Alves da Fonseca	Professor	Ofertou a disciplina de Português e Latim no Ginásio Santa Margarida (1940);
Silvino Braz Derengowski	Professor	Professor do Ginásio pelotense;
Anthônio Margherita	Professor	Lecionava teoria musical no Conservatório de Música de Pelotas; Diretor no Conservatório de Música (1955-1959);

Fonte: SOARES, 2023, p. 164-195.

Cabe salientar que a participação para as eleições era feita de maneira formal na mídia local.

Tabela 25 – Convocação para eleição do Conselho Diretor e Comissão de Contas

<p>EDITAL</p> <p>ASSOCIAÇÃO SUL RIO GRANDENSE DE PROFESSORES</p> <p>São convidados os socios da Associação Sul Rio Grandense de Professores para a reunião de Assembléa Geral a ser realizar, sábado, 25 do corrente, ás 16 horas, na Biblioteca Pública Pelotense.</p> <p>Ordem do dia: Eleição do Conselho Director e da Commissão de Contas</p> <p style="text-align: center;">Pelotas, 22 de outubro de 1930.</p> <p style="text-align: right;">Jose Grunwald 1º secretário</p>
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: CARDOSO, 2011, p.95 apud DIÁRIO POPULAR, 23/10/1930.

Ao considerar as diretrizes do Estatuto Social de 1930, o sistema de eleições, os cargos do conselho diretor e a convocação pública na mídia oficial, é possível considerar que a ASRP fomentava amplamente a cultura democrática na sua forma de organização, proporcionando a participação colaborativa de todos os membros, seja como eleitores ou candidatos.

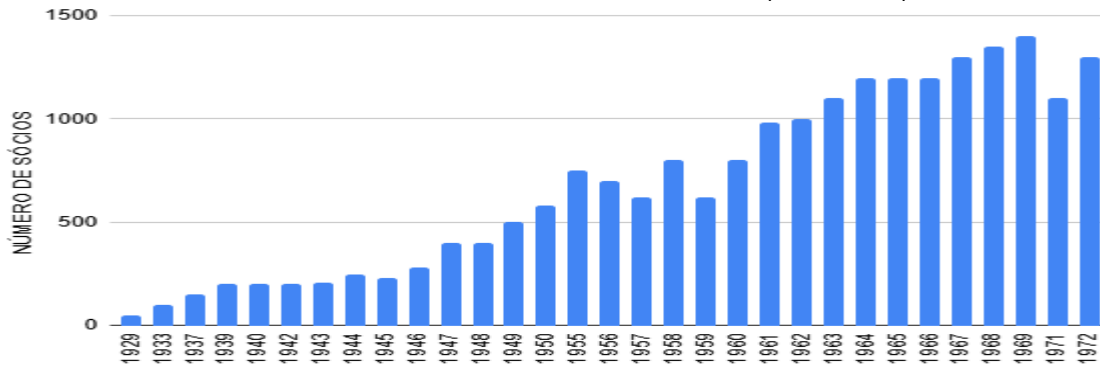
A participação dos membros como protagonistas do modelo associativo mutualista da ASRP é evidenciada tanto em suas atividades coordenada como em seu Estatuto Social. É interessante notar que no referido estatuto a especificação dos tipos de associados está registrada o artigo 9 e o artigo 10, com a seguinte titulação: “*Da Admissão de Socios*”.

Nesse trecho os sócios são classificados em cinco grupos, os Efectivos são os contribuintes mensais, os Grandes Benfeitores oferecem volumoso donativo a entidade, os Benfeitores oferecem donativos monetários acima de 500\$000 réis, os Beneméritos são prestadores de serviço e os Honorários representam as pessoas que são escolhidas para honrarias na associação. Todavia, a admissão de novos associados deve passar pela indicação do Conselho Diretor e em seguida por uma votação na Assembleia Geral.

Ao longo do século XX houveram períodos e altas e baixas em relação a matrículas de associados na ASRP. A massa de associados mensalistas era uma necessidade vital para a sobrevivência material da agremiação e a admissão de novos

sócios passava por Assembleia Geral, sempre priorizando uma genuína preocupação com a profissão docente.

Quadro 22 - Número de associados da ASRP (1929-1972)



Fonte: CARDOSO, 2011, p.146 (adaptado)

Após reunir forças locais em Pelotas a ASRP buscou expandir-se pelo estado do RS, duas estratégias lograram êxito. A primeira ocorreu a coalização de forças políticas locais para a criação de filiais entre os anos de 1930 e 1935, em princípios nos municípios de Osório, Camaquã e Rio Grande. A segunda estratégia tinha como foco os municípios não tinham indivíduos suficiente para a formação de uma filial, para assegurar os direitos dos associados foi criada a categoria de sócios-correspondentes, nessa categoria os membros que pagavam regularmente suas mensalidades recebiam via correios os informativos, as convocações, os jornais e todo acolhimento/serviço necessário para a manutenção de sua seguridade social.

Quadro 23 – Mapa das áreas de influência da ASRP

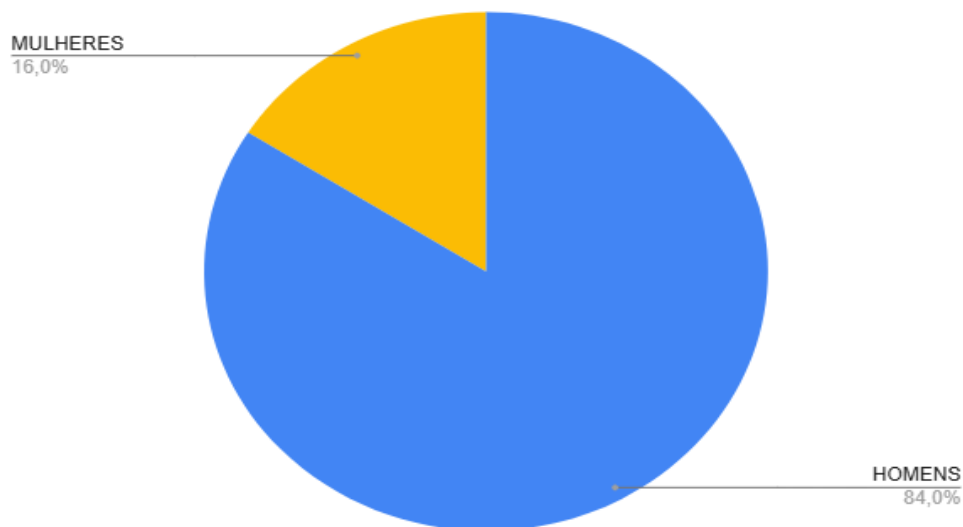


Fonte: CARDOSO, 2011, p.150 (adaptado)

Ao observar a cartografia elaborada por Cardoso (2011), evidencia-se que as estratégias de expansão lograram resultados positivos na primeira década de atividade.

Segundo estudos de Soares (2023), o perfil dos sócios da ASRP poderia ser identificado em duas categorias, o gênero e a profissão. Mesmo sendo uma associação de professores, existiam outros grupos profissionais (elites locais) de outras áreas que compartilhavam das preocupações sociais e políticas sobre as questões educacionais. Esses outros profissionais formavam maioria no quadro de lideranças da agremiação.

Quadro 24 – perfil de gênero das lideranças da ASRP



Fonte: SOARES, 2023, p.121

A condição de associado suscitava em direitos e deveres indissociáveis. Essas regras estão expostas no primeiro Estatuto Social, entre do artigo 11 ao artigo 18 com a seguinte titulação “*Das Disposições Diversas*”. Neste plano categórico são encontradas informações que remetem a localidade da sede, as obrigações dos associados, fundo beneficente constituído pela contribuição monetárias, as reformas do estatuto, o patrimônio da associação e a atuação da Assembleia Geral junto ao Conselho Diretor para as tomadas de decisões que valorizem o bem-comum dos membros.

Algo que chama nossa atenção é o Fundo Beneficente e sua aplicabilidade no plano material. Logo no início de sua história a ASRP buscou tornar-se categoricamente uma associação de cunho beneficente, afim de arrecadar fundos com o intuito de fornecer seguridade a seus sócios. Nos primeiros anos de atuação a

agremiação criou o sistema de Caixa Beneficente, visando auxiliar financeiramente os sócios.

Quadro 25 - Caixa Beneficente da ASRP (1931-1932)

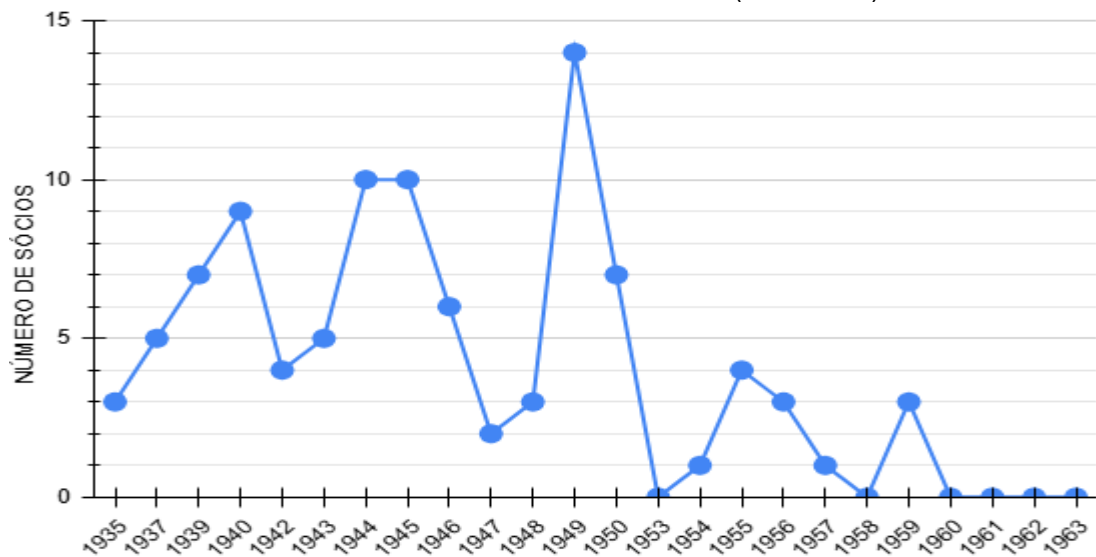
No propósito de tornar o quanto antes a Associação Beneficente, fundamos o Fundo Beneficente, com o concurso da Empresa Cinematográfica Xavier Santos, que, gentilmente p<sup>a</sup> esse fim, uma vespéral chic, cujo produto foi recolhido do Comércio, sob caderneta nº 724, livro 8, pag. 55, num total de 612\$800.

Fonte: CARDOSO, 2011, p.178 apud Relatório do Conselho Diretor da ASRP 1931/1932, p.01.

Apesar do Estatuto Social e dos relatórios do Conselho Diretor o Caixa Beneficente demorou cerca de cinco anos para realmente entrar em pleno funcionamento. Essa lacuna temporal foi resultado da escassez de recursos, principalmente no deficitário processo de arrecadamento de cotas dos membros da associação.

Entre os problemas que dificultavam o engrossamento do fundo beneficente estava o deficiente sistema de arrecadação das cotas dos associados. Estabeleceu-se, num primeiro momento, que tais cotas seriam cobradas anualmente; todavia, percebeu-se que a anuidade em atraso era mais difícil de ser posta em dia, havendo associados pendentes com a ASRP por mais de dois anos. Dessa forma, apenas em março de 1935 é que a caixa beneficente pode entrar em vigor. (CARDOSO, 2011, p.179).

Quadro 26 – Caixa beneficente da ASRP (1935-1963)



Fonte: CARDOSO, 2011, p.181 (adaptado)

O projeto de Caixa Beneficente representou uma estratégia para a promoção da segurança material dos professores, principalmente em períodos de enfermidade. A partir da década 1940 o governo do estado do Rio Grande do Sul passou a não descontar os dias de afastamento dos professores que tinham vinculação com a ASRP. Isso demonstra que o poder público tinha conhecimento da associação e considerava seu engajamento com as questões educacionais do magistério estadual.

Quadro 27 – Conquista da ASRP

Confrontando-se o movimento deste ano com o do ano anterior, nota-se sensível diminuição em número de petições, o que se explica pela existência atual da louvável medida do Governo do Estado, não mais descontando os vencimentos de nossos consócios quando licenciados por motivo de moléstia.

Fonte: CARDOSO, 2011, p.179 apud (RELATÓRIO DO CONSELHO DIRETOR DA ASRP 1941/1942, p.02.

O progressivo desuso do projeto de Fundo Beneficente tem relação com os fatores históricos do período; a criação do sistema de pensões de Pelotas<sup>32</sup> e o institucionalização do Instituto Previdência Social do Estado do Rio Grande do Sul (IPE)<sup>33</sup>. Esses sistemas foram instaurados entre os anos 1950 e 1960.

A história da ASRP é repleta de ativismo, engajamento e luta, promovendo ampla participação na vida funcional de seus associados. O comprometimento com a classe docente é evidenciado nas origens constitutivas da associação, ao construir um espaço de acolhimento e representatividade, na inquirição de fomentar um sistema de educação de valorização do magistério.

As práticas associativas ganharam espaço no século XX, principalmente após 1930, quando o Estado passa a estimular a organização dos trabalhadores através das entidades representativas ou entidades associativas. A Associação Sul Rio-grandense de professores é paralela a várias outras instituições

<sup>32</sup> A Caixa de Pensões dos Servidores Municipais de Pelotas é criada por meio da Lei Municipal no 695, de 14 de dezembro de 1956. Em 21 de dezembro de 1962, através da Lei Municipal 1.193, reorganiza-se esta, dando-lhe nova estrutura. Somente em 17 de dezembro de 1999, esta é revogada, instituindo-se o “Sistema de Previdência Social dos Servidores titulares de cargo efetivo do Município de Pelotas”. (CARDOSO, 2011, p.181).

<sup>33</sup> A criação do Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPE) é instituída pela DECRETO No 4.842, DE 8 DE AGOSTO DE 1931. Entretanto, é por meio do DECRETO No 14.681, DE 10 DE JANEIRO DE 1963 que se obriga todos os funcionários públicos estaduais a contribuírem com o IPE, já que o Decreto autorizou o desconto automático em folha a favor do IPE. (CARDOSO, 2011, p.182).

representativas fundadas no mesmo período em todo o país. (LEON, 2011, p.177).

Segundo Cardoso (2011), a ASRP no seu processo histórico de atuação apresentou quatro características fundamentais, são elas: Teleológica, Estrutural, Cultural e a Política Interacionista.

Tabela 26 - Modelo de análise das associações docente

Dimensões	Aspectos das dimensões
Teleológica	Objetivos: estabelecer parâmetros para os estudos da uma organização coletiva. Considerando os elementos responsáveis pelas decisões e ações que afetam o grupo como um todo.
	Finalidades / Funções: são elementos intrínsecos aos objetivos, as ações coordenadas que buscam prestar assistências aos associados por meio de normativas internas.
Estrutural	Arcabouço organizacional: corresponde ao quadro burocrático da agremiação, apresenta padrões normativos para a estabilidade institucional.
Cultural	Artefatos: são expressões materiais da organização que estão integradas a identificação visual e simbólica, podem ser bandeiras, brasões, uniformes, entre outros.
	Valores adotados: representam as crenças consensuais da organização, estabelecendo identidade no plano ideológico.
	Premissas básicas: estão no inconsciente dos indivíduos que se organizam coletivamente. São verdade imutáveis no plano ideológico que fomentam sentimentos, percepções e pensamentos.
Política Interacionista	Exercícios de poder: proporciona características conceituais que abrangem os conflitos de interesse interno e de interesse externo em constante interação.

Fonte: Adaptado de CARDOSO, Sergio Ricardo Pereira. Associação Sul Rio-Grandense de professores: um nicho de desenvolvimento da consciência de classe docente em Pelotas (1929-1979). Pelotas. 2011. p. 123.

A partir das dimensões apontadas acima é possível considerar que a ASRP é uma instituição multifacetada, em sua construção histórica foram alinhados elementos sociais de representação e valorização da força coletiva, como via de exemplo: símbolos, crenças, rituais, valores, ideologias, códigos, normas e entre outros.

Esses fatores fortalecem o imaginário social dos docentes da ASRP, promovendo a identificação como um corpo coletiva que é representado pela identidade institucional da associação. Esse imaginário que envolve diversos agentes sociais,

como trabalhadores em educação e a comunidade escolar, ao mesmo tempo fomenta princípios comuns, de respeito, sociabilidade, integridade e valorização profissional.

Por fim, ao considerar os fatos históricos citados ao longo dessa dissertação, podemos considerar categoricamente que o empenho da ASRP movimentou a luta econômica e a luta política dos docentes, as reivindicações coletivas ganharam amplitude a partir das articulações desenvolvidas junto a associação. Houve o fomento do debate sobre o modelo educacional em processos de renovação, a formação continuada e a promoção da consciência de classe dos professores.

Pelo que pudemos apurar, a associação contribuiu significativamente para a construção da identidade docente em Pelotas, consolidando-se durante o século XX como instituição representativa, voluntária e orgânica entre os trabalhadores da educação.

#### **4.2 OS DOCENTES E AS ELITES LOCAIS NA ASRP**

A ASRP consolidou-se como um espaço de representação política dos professores pelotenses, essa instituição carregou ao longo de sua história o fator policlassista entre seus associados. Para Soares (2023), essa característica pode ser revelada ao examinar o perfil político e educacional das lideranças pelo método de prosopografia.

A Prosopografia conhecida também como método das “biografias coletivas” vem conquistando espaço na historiografia brasileira no decorrer dos anos, procurando reconstruir por meio de uma série de dados biográficos, coletados em fontes diversas, a apreensão do mundo social. (SOARES, 2023, p.73).

Essa metodologia de pesquisa busca coletar dados sobre as trajetórias políticas, profissionais e sociais dos indivíduos ou grupos, com essas informações seria possível delimitar as dinâmicas organizacionais do período analisa, revelando a conjuntura política, educacional e socioeconômica vigente. Todavia, é essencial ter atenção na análise para evitar afirmações generalizadas e sem procedência.

O procedimento metodológico oportuniza uma redução da escala de análise, estabelecendo uma relação intrínseca em micro-história e macro-história, relevando as estratégias de organização coletiva e as redes de apoio colaborativo. “a pesquisa

*prosopográfica oportuniza um avanço do saber tanto no campo da História Social, quanto em outras instâncias como na História Política”*. (SOARES, 2023, p.78).

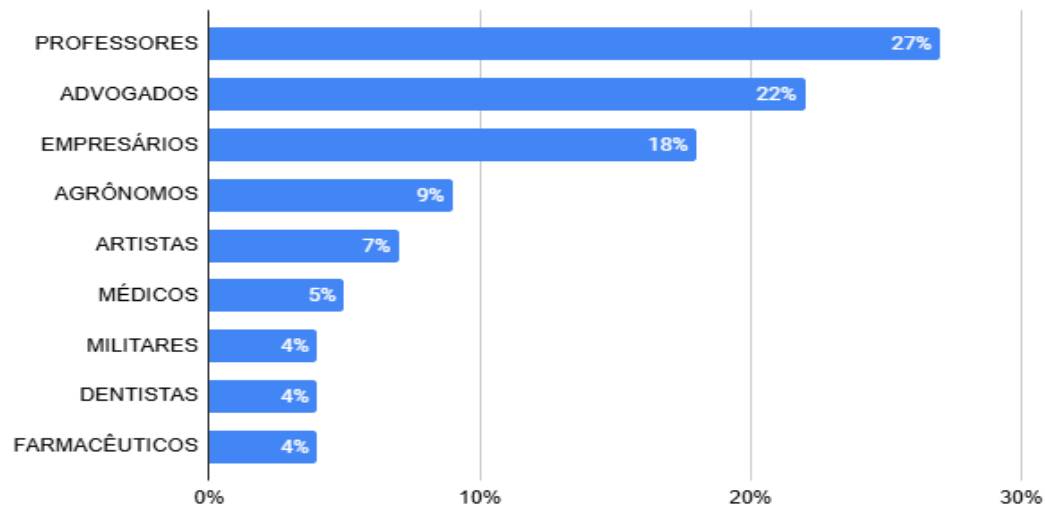
Os estudos sobre a prosopografia buscam examinar o papel de certos grupos em períodos históricos, catalogando suas trajetórias laborais, culturais, e políticas, traçando um panorama entre os indivíduos e as fontes documentais. Para essa tarefa complexa, a prosopografia segue duas etapas: origens da ação política e estrutura/mobilidade social<sup>34</sup>.

Segundo Soares (2023), a pesquisa prosopográfica adota o exame interdisciplinaridade das fontes historiográficas e primárias, com isso promovem o resgate de informações históricas dos perfis sociais, políticos e culturais dos grupos destacados. O resultado das trajetórias de vida tem impacto no plano societário e os documentos históricos tendem a revelar essas processualidades. Cabe salientar que a autora enfatiza o uso do método prosopográfico para se referir ao grupo das elites intelectuais locais que participaram ativamente do quadro de dirigentes da ASRP.

#### Quadro 28 - Profissões das lideranças da ASRP

---

<sup>34</sup> A prosopografia é usada como um recurso teórico e metodológico com a qual se atacam dois dos mais básicos problemas na história. O primeiro refere-se às origens da ação política: o desvelamento dos interesses mais profundos que se considera residirem sob a retórica da política; a análise das afiliações sociais e econômicas dos agrupamentos políticos; a revelação do funcionamento de uma máquina política e a identificação daqueles que manipulam os controles. O segundo refere-se à estrutura e à mobilidade sociais: um conjunto de problemas envolve a análise do papel na sociedade, especialmente as mudanças nesse papel ao longo do tempo, de grupos de status específicos (usualmente da elite), possuidores de títulos, membros de associações profissionais, ocupantes de cargos, grupos ocupacionais ou classes econômicas; um outro conjunto de problemas refere-se à determinação do grau de mobilidade social em determinados níveis por meio de um estudo das origens familiares (sociais e geográficas), dos novatos [recruits] de um certo status político ou posição ocupacional, o significado dessa posição em uma carreira e o efeito de deter essa posição sobre as fortunas da família; um terceiro conjunto de problemas lida com a correlação de movimentos intelectuais ou religiosos com fatores sociais, geográficos, ocupacionais ou outros. Assim, aos olhos de seus expoentes, o propósito da prosopografia é dar sentido à ação política, ajudar a explicar a mudança ideológica ou cultural, identificar a realidade social e descrever e analisar com precisão a estrutura da sociedade e o grau e a natureza dos movimentos em seu interior. Inventada como um instrumento da história política, ela é agora crescentemente empregada pelos historiadores sociais. (SOARES, 2023, p.78 apud STONE, 2011 p.115-116).



Fonte: SOARES, 2023, p.123

Os dados apresentados proporcionam estimar o perfil dos socio-ocupacional e o gênero predominante dos associados. A ASRP reunia em seu seio um grupo policlassista, com indivíduos de diversas condições socioeconômicas que tinham como fator em comum a formação superior. Para Soares (2023), a incorporação de certos membros abastados proporcionava certo prestígio social aos indivíduos, esse contexto era relevante e valorizado entre as elites intelectuais.

Nesse sentido, a sua aproximação com a classe docente poderia estar também relacionada com a busca de um prestígio social relacionado às elites intelectuais da cidade, na busca de uma imagem de promotor da Educação e da Cultura. (SOARES, 2023, p.122).

De modo geral, a associação tornou-se um espaço fundamental para a sociabilidade, o prestígio local, a concentração de recursos (alianças) e a relação com agentes sociais de outras esferas, possibilitando a construção de articulações colaborativas para resolução de novos paradigmas educacionais e laborais.

Torna-se interessante notar que a nomeação das lideranças nas mídias locais era algo valorizado, promovendo o prestígio social e corroborando para a manutenção dos espaços de poder na sociedade burguesa. Destacamos dois recortes periódicos que exemplificam nossa afirmação.

Quadro 29 – Lideranças nas mídias locais

<p>Associação Pelotense de Educação Realizou-se no dia 24 do corrente, a reunião do Conselho Director da Associação Brasileira de Educação para das posse a nova directoria que deverá reger os destinos da Associação.</p>	<p>Associação Sul-Rio Grandense de Professores Desta novel associação, fundada nesta cidade em 14 de outubro ultimo, recebemos comunicação de haver sido empossada no dia seguinte – Dia do professor – a primeira directoria, assim constituída.</p>
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<p>Aberta a sessão pelo presidente dr. Fernando Luis Osirio, depois de aprovada a acta da sessão anterior, leitura do expediente foi empossado o novo conselho diretor que assim ficou constituído: Prof. Emilio Boeckel, Prof. Joaquim Alves da Fonseca, Prof. Ataliba Paz, coronel Guilherme Echenique, coronel Juvencio Lenios, D<sup>a</sup>. Helena Pillmann e Francisco Behrendorf Osorio.</p> <p>Fonte: CARDOSO, 2011, p.130 apud. DIÁRIO POPULAR, 20/10/1929, p1.</p>	<p>Conselho Director – presidente, sr. Joaquim Alves da Fonseca; vice-presidente, d. Genny de Souza Seabra; 1<sup>o</sup> secretário, sr. José Grünvald; 2<sup>a</sup> secretaria, d. Helena Iruzum Passos; 3<sup>a</sup> secretaria, d. Brauiina Fernandes Vieira de Silva; 1<sup>a</sup> thesoureira, d. Helena Pillmann; 2<sup>a</sup> tesoureira, d. Alice d’Avila. Supplentes: sr. Virgílio Carneiro Leão Filho.</p> <p>Comissão de contas: d. Rhéa Silva Galan, D. Hilda Weber, sr. David de Carvalho Moura.</p> <p>Fonte: CARDOSO, 2011, p.130 apud. OPINIÃO PÚBLICA, 13/12/1929, p3.</p>
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: CARDOSO, 2011, p.130

Ao comparar os fragmentos dos periódicos é possível identificar uma certa similaridade na escrita, tanto o Diário Popular como a Opinião Pública eram mídias pelotenses. Nesse sentido atribuíam as denominações dos indivíduos uma importância social evidente, valorizando a estrutura social e as relações de poder político local.

A dissertação de Soares (2023), analisa os perfis das lideranças locais de Pelotas que tiveram atuação tanto na ABE como na ASRP. A riqueza de informações desse pesquisa contribui significativamente para a caracterização dos indivíduos como agentes sociais em constante transformação.

As pequenas notas biográficas sobre os membros que eram advogados, médicos, agrônomos, artistas, farmacêuticos e dentistas mostram indivíduos que exerciam as suas profissões, mas que detinham outras atividades. Muitos deles, por exemplo, foram professores em algum momento de suas vidas. Mas é importante destacar que não se tratavam de professores da rede básica. A grande maioria lecionou nos próprios cursos superiores da cidade, com destaque para as Escolas de Agronomia e a Faculdade de Direito, que foram espaço privilegiado dos docentes de maior prestígio. Além disso, muitos também eram grandes proprietários de terra ou membros de famílias proprietárias, o que justifica o seu interesse pelas associações rurais e o seu protagonismo nesses espaços. (SOARES, 2023, p.103).

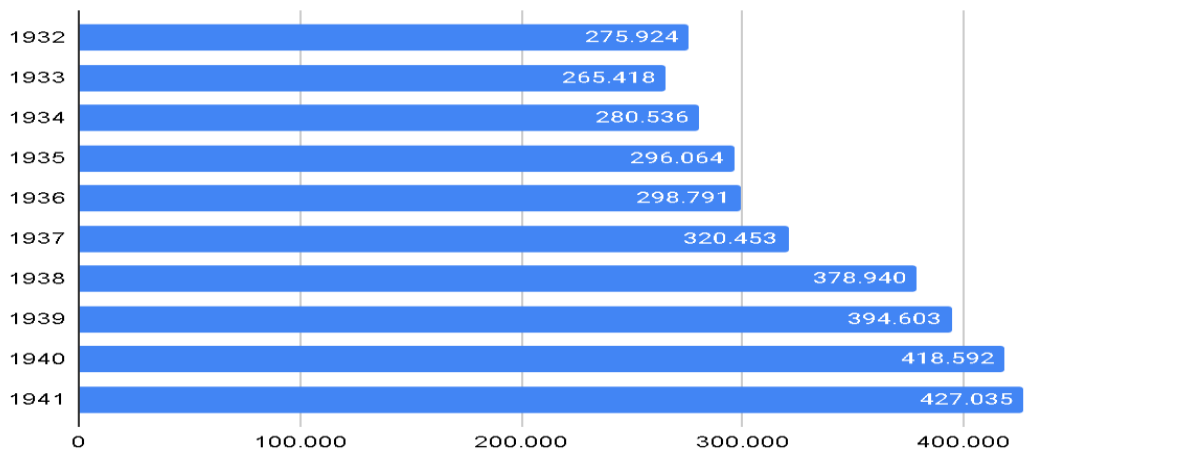
Tal qual ocorria no interior do Conselho Diretor, os outros membros da ASRP eram majoritariamente docentes e ocupavam cargos públicos na municipalidade de Pelotas. Desse grupo massivo cabe destaca que composto majoritariamente eram homens (cerca de 84%), evidenciado a predominância inclusive em cargos de liderança.

Para traçar um perfil do grupo de professores no início do século XX, buscamos em fontes oficiais (IBGE) dados que referenciassem esse grupo e traduzissem de maneira quantitativa e qualitativa sua totalidade. Obtivemos acesso a fontes primárias do estado do RS e consideramos que essas informações compiladas possam contribuir tanto para essa dissertação como para outras pesquisas.

Os docentes da década de 1930 estão inseridos um período de histórico de constantes mudanças. O crescimento demográfico<sup>35</sup> afetou diretamente as questões de atendimento nos serviços públicos, e a educação não ficou de fora, as demandas por infraestrutura, matrículas escolares e profissionais da educação, foram aspectos emergenciais.

O RS apresentou um número crescente de estabelecimentos de ensino primário e uma grande solicitação de matrículas escolares na década de 1930. Para exemplificar a complexidade do contexto de atendimento, vamos apresentar os números para que seja possível dimensionar a realidade social que os docentes estão inseridos.

Tabela 27 - Número de matrículas no Ensino Geral entre os anos 1932-1941 (RS)



Fonte: Adaptado do Anuário Estatístico do Brasil 1932-1941<sup>36</sup>.

<sup>35</sup> O crescimento exponencial da população do Rio Grande do Sul estimulou novas demandas direcionadas para as políticas pública, no ano de 1890 a população dessa Unidade da Federação (UF) correspondia a 897.455 mil habitantes, paulatinamente esse quadro demográfico foi intensamente alterado e no ano de 1940 a população sul rio-grandense alcançava o total de 3.320.689 milhões, totalizando um crescimento percentual de 370,01% ao longo de 50 anos.

<sup>36</sup> IBGE. Estatísticas do século XX: população, sociais, políticos e culturais. 1932-1941. Disponível em: <[https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos\\_download/educacao/1938/educacao1938aeb\\_08\\_3a084.pdf](https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/educacao/1938/educacao1938aeb_08_3a084.pdf)>.

No número de matrículas do ensino geral do RS apresentado acima, estão sendo consideradas quatro categorias, são elas: ensino federal, ensino estadual, ensino municipal e ensino particular. Nesses níveis de ensino que os professores atuavam arduamente.

Quando contrastamos os números de matrículas com o número de professores é assustador a diferença de um parâmetro para outro.

Tabela 22 - Corpo docente entre os anos 1932-1940 (RS)

Anos	Número de docentes
1932	8125
1933	8111
1934	8436
1935	8923
1936	8970
1937	10884
1938	11969
1939	12347
1940	13063

Fonte: IBGE, Anuário Estatístico do Brasil 1932-1940.<sup>37</sup>

Apesar de letárgico, o quadro docente ao longe de nove anos obteve um crescimento de 60,78%. Essa progressão está diretamente associada as demandas do serviço público no atendimento educacional, apesar de precária ocorreu paulatinamente no RS.

<[https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos\\_download/educacao/1939\\_40/educacao1939\\_40\\_aeb\\_100a101.pdf](https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/educacao/1939_40/educacao1939_40_aeb_100a101.pdf)>.

<[https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos\\_download/educacao/1941\\_45/educacaom1941\\_45aeb\\_053a056.pdf](https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/educacao/1941_45/educacaom1941_45aeb_053a056.pdf)>.

<sup>37</sup> IBGE. Estatísticas do século XX: população, sociais, políticos e culturais. 1932-1940. Disponível em:

<[https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos\\_download/educacao/1937/educacao1937c\\_aeb\\_041a042.pdf](https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/educacao/1937/educacao1937c_aeb_041a042.pdf)>.

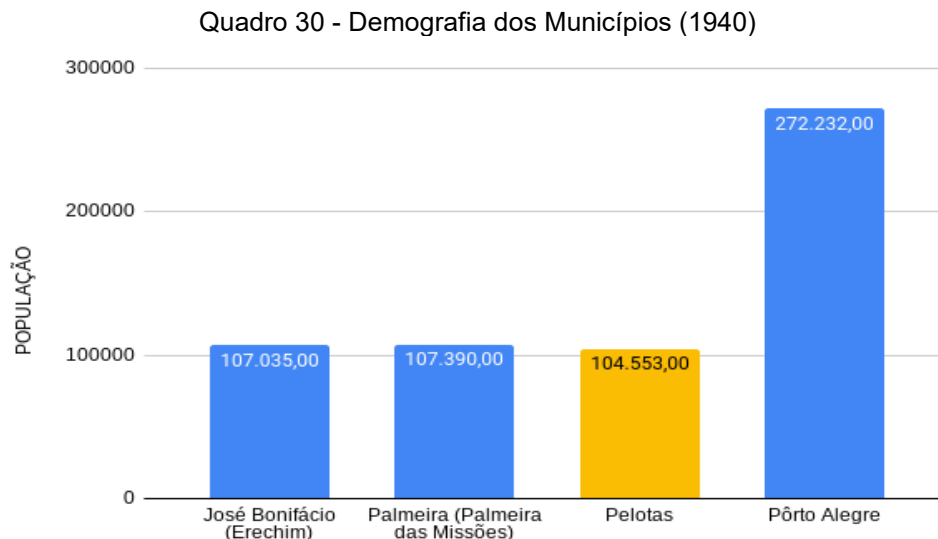
<[https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos\\_download/educacao/1939\\_40/educacao1939\\_40\\_aeb\\_090a091.pdf](https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/educacao/1939_40/educacao1939_40_aeb_090a091.pdf)>.

<[https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos\\_download/educacao/1941\\_45/educacaom1941\\_45aeb\\_049a052.pdf](https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/educacao/1941_45/educacaom1941_45aeb_049a052.pdf)>.

Acesso em: 25 de junho de 2024.

Apesar de numerosos, os docentes encontravam-se em condições de desamparo, lhes era negado condições básicas para exercício laboral, tinha acesso as precárias infraestruturas escolares e os baixos salários. Esses fatores se agravavam mais sobre os educadores do ensino público primário, por serem um grupo maior e sofrerem imposições das forças políticas para amplo rendimento.

Os associados da ASRP representaram uma pequena fração dessa totalidade de docentes no RS. Os professores da associação apresentavam algumas características em comum, *“no grupo classificado como “professores” estão a maior parte das mulheres e profissionais com sobrenomes de origem alemã, francesa e italiana, por exemplo”*. (SOARES, 2023, p.124). Ao longo de uma década chegaram acerca de 200 integrantes, esses indivíduos atuavam no município de Pelotas que nos anos 1940 era a quarta cidade mais populosa do RS.



Fonte: Adaptado do Anuário Estatístico do Brasil 1940.<sup>38</sup>

Soares (2023), sustenta que a ASRP teve ampla atuação política e social na cidade de Pelotas, um município de significativa importância comercial, industrial e educacional para o estado do Rio Grande do Sul. A associação existiu como uma organização democrática de ampla participação dos sócios, sendo possível identificar a partir de mídias locais que as convocações eram constantes para as decisões coletivas.

<sup>38</sup> IBGE. Estatísticas do século XX: Distribuição, segundo os municípios. 1940. Disponível em: <[https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos\\_download/populacao/1946/populacao\\_m\\_1946aeb\\_17\\_a\\_26.pdf](https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/populacao/1946/populacao_m_1946aeb_17_a_26.pdf)>.

De acordo com Soares (2023), os membros são identificados em dois grandes grupos, são eles, os dirigentes ou conselho diretor, e os professores ou sócios. Os primeiros eram representantes das elites locais, detinham capital e prestígio político. O segundo consistia na base dos associados, filhos de imigrantes com acesso a ensino superior que em sua maioria eram mulheres. Evidentemente essa divisão não é uma diretriz dos estatutos, é na verdade uma interpretação contemporânea da ASRP.

É interessante notar que a feminização do magistério não é uma exclusividade da ASRP, ocorreu gradativamente na história do Brasil. No caso do RS o número de mulheres já superava os homens na docência na década de 1930.

Tabela 28 - Corpo docente por gênero entre os anos 1932-1937 (RS)

Ano base	Masculino	Feminino	Total
1932	3576	4549	8125
1933	3361	4750	8111
1934	3758	4678	8436
1935	3819	5104	8923
1936	3581	5389	8970
1937	4105	6779	10884

Fonte: IBGE, Anuário Estatístico do Brasil 1932-1937.<sup>39</sup>

Conforme elucidado por Almeida (1998), a ocupação feminina do magistério foi possível graças ao aumento de vagas de emprego em estabelecimentos de ensino. Alguns historiados apontam que esse fenômeno de feminização do magistério teve forte influência pela saída dos homens dessa atividade laboral, eles exerciam outras profissões como ocupação principal e a educação era vista como um ganho secundário.

A retirada dos homens em busca de outros empregos mais bem remunerados teria permitido que seus lugares fossem ocupados pelas mulheres, e alguns autores, aliás, arriscam a hipótese de que era desonroso e até humilhante para os homens exercer essa profissão. (ALMEIDA, 1998, p.66).

<sup>39</sup> IBGE. Estatísticas do século XX: população, sociais, políticos e culturais. 1937-1945. Disponível em: <[https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos\\_download/educacao/1937/educacao1937c\\_aeb\\_041a042.pdf](https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/educacao/1937/educacao1937c_aeb_041a042.pdf)>. <[https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos\\_download/educacao/1939\\_40/educacao1939\\_40\\_aeb\\_090a091.pdf](https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/educacao/1939_40/educacao1939_40_aeb_090a091.pdf)>. <[https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos\\_download/educacao/1941\\_45/educacaom1941\\_45aeb\\_049a052.pdf](https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/educacao/1941_45/educacaom1941_45aeb_049a052.pdf)>.

Acesso em: 25 de junho de 2024.

O fato da feminização do magistério deve ser observado pela conjuntura econômica e política do período, a expansão do ensino público engendrou novos postos de trabalho, bem como novas políticas educacionais de profissionalização dos docentes. A autora aponta que o discurso educacional propagado na imprensa adotou uma postura positiva em alocava as mulheres como uma ampla força de trabalho no contexto educativo. Todavia, a mudança de paradigma em uma sociedade patriarcal não ocorreu sem conflitos e reivindicações.

As lutas femininas intentaram conseguir vitórias significativas, mas o novo estatuto social feminino no magistério fez também emergir mecanismos de controle e discriminação contra as mulheres e enraizar as ideologias de domesticidade e maternagem, ao transferi-las para uma profissão que deixava de ser masculina. (ALMEIDA, 1998, p. 70).

A busca pela docência tinha relação direta com dois fatores indissociáveis, o sustento e o prestígio social. Para Almeida (1998), ser professora era uma realização social, promovia autonomia financeira e tira as mulheres da posição de subalternização do mundo doméstico.

Não resta dúvida de que ser professora possuía maior prestígio do que ser governanta, parteira ou costureira, e, mesmo a profissão não sendo bem remunerada, pagava melhor em relação às demais que costumavam estar reservadas às mulheres. Além disso, permitia sair desacompanhada para ir lecionar e possibilitava adquirir conhecimentos, além das prendas domésticas como era o usual. Enfim, significava uma chance de igualar-se aos homens em termos culturais. (ALMEIDA, 1998, p.71-72).

Apesar prestígio e novos postos de trabalho, a desvalorização profissional do magistério tornou-se um fato histórico. Os baixos salários abrangiam a categoria de professores como um todo, podemos evidenciar esses relatos na imprensa brasileira se revisarmos as publicações do século XX.

Quadro 31 – Baixos dos professores

--	--



Fonte: Fonte: DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1936, p.7<sup>40</sup>

Fonte: CARDOSO, 2011, p.159 apud DIÁRIO POPULAR, 13/10/1968

As manchetes apontam a persistente desvalorização do magistério na sociedade brasileira, um problema que não foi erradicado mesmo com projetos de expansão do ensino público. A proletarização do magistério é um fenômeno histórico, esse conceito é usado por Enguita (1991), por considerar que o marxismo como um filtro de análise para a questão da desvalorização histórica do magistério.

Para Enguita (1991), a proletarização corresponde a um processo letárgico e prolongado, marcado por desigualdades e conflitos explícitos e implícitos. Os trabalhadores são afetados em larga escala, perdem gradativa e sucessivamente o controle sobre seus objetivos profissionais, sua força de trabalho e a sua organização coletiva. Evidentemente esses processos ocorrem de maneira multifacetadas e produzem efeitos de curto a longo prazo nas categorias de trabalhadores.

Obviamente, as condições de vida e trabalho dos professores não são as dos estivadores ou dos operários da indústria automobilística, mas isso não nos deve impedir de ver que, como categoria, os docentes encontram-se submetidos a processos cujas tendências é a mesma que para a maioria dos trabalhadores assalariados: a proletarização. (ENGUITA, 1991, p. 46-47).

Os docentes como categoria profissional, compartilhando de característica próprias como grupo e também apresentam semelhanças com a classe operária. O seu processo de proletarização contribuiu para seu crescimento numérico, bem como, para concentração como força de trabalho explorada e controlada Estado burguês. Apesar

<sup>40</sup> RIO GRANDE DO SUL, Porto Alegre. Diário de notícias, nº185, p.7. Disponível em: <[https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093726\\_01&pagfis=4052](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093726_01&pagfis=4052)>. Acesso em 13 de maio de 2024.

de desempenharem trabalhos que demanda alta qualificação, não conservam o controle dos processos produtivos.

Os docentes estão submetidos à autoridade de organizações burocráticas, sejam públicas ou privadas, recebem salários que podem caracterizar-se como baixos e perderam praticamente toda a capacidade de determinar os fins de seu trabalho. (ENGUIA, 1991, p. 46-47).

A acumulação privada do capital promoveu ao longo da história relações conflitivas e de exploração, tanto para os operários como para os docentes. Paralelamente, com a compreensão dos trabalhadores sob sua condição ocorreu de maneira letárgica a organização para autodefesa, criaram-se associações e sindicatos. Nessas instituições foram fomentadas condições para a participação como agente social, muitas vezes, imbuídos de altruísmo de princípios que gravitam em torno da valorização profissional.

O sindicato firmou-se como movimento e como instituição social. Na condição de instituição, o sindicato docente pode assumir as mais diversas configurações, assim como pode restringir sua ação aos limites específicos da instituição e da categoria. De seu caráter institucional, decorrem questões de pesquisa relativas à estrutura organizativa, à distribuição dos poderes, à natureza democrática ou concentrada dos poderes da organização. (DAL ROSSO, 2011, p.19).

Conforme exposto por Cardoso (2011), A ASRP buscou explicitar suas preocupações sobre a valorização da atividade docente demarcando três eixos centrais, são eles: a remuneração, a carreira e as condições de trabalho.

- A carreira em si, englobando a igualdade de salários entre os professores com mesmo nível de escolaridade, bem como um plano de carreira que sirva de incentivo e dê uma determinada estabilidade ao magistério;
- O salário, não só pela reposição salarial, mas pela pontualidade no pagamento dos salários;
- Melhores condições de trabalho, o que reflete numa infraestrutura de qualidade e equipamentos adequados à rotina do professor. (CARDOSO, 2011, p.176).

Em suma, a ASRP foi uma importante associação policlassista que ao longo de sua história buscou construir coletivamente formas de valorização da profissão docente. Os ideais de democracia e equidade foram as bases desse tipo de associação. Entre seus associados podemos destacar dois grupos: As lideranças,

compostas pelas elites locais (políticas, intelectuais, artistas e escritores) que buscam espaço na associação com a finalidade de obter prestígio social e político. Os professores, a massa de sócios com carreiras consolidadas no setor público que atuavam na associação manifestando seus almejos políticos e educacionais. Ambos os grupos viabilizavam promover melhorias para a educação na municipalidade de Pelotas.

#### **4.3 RELAÇÃO HISTÓRICA ENTRE ABE, SPABE, ASRP e ACPAS**

As primeiras décadas do século XX as mudanças no âmbito educacional foram intensas constituindo novos paradigmas sobre as políticas educacionais. As medidas governamentais, em especial nos anos 1920, buscaram converter a educação em uma política de Estado com importância primordial para o avanço dos ideais republicanos.

Para Nagle (1974), o segundo decênio do século passado foi marcado pelo dualismo entre entusiasmo pela educação e otimismo pedagógico, nesse momento histórico são levantados questionamento indispensáveis sobre o papel da educação e os desafios sociais para a democratização do ensino. Por sua vez, as condições concretas da realidade brasileira influenciaram a necessidade de adequações no planejamento político visando identificar e esfacelar as múltiplas carências socioeconômicas presentes na sociedade.

O tema da escolarização foi classificado como um elo que interliga a outras problemáticas nacionais. A educação foi colocada em um púlpito como referência para a salvaguarda da nação e seu encaminhamento dependia de ações coordenadas do poder público.

Ao atribuírem importância ao processo de escolarização, prepararam o terreno para que determinado intelectuais e “educadores” – principalmente os “educadores profissionais” que aparecem nos anos vinte – transformassem um programa mais ampla de ação social num restrito programa de formação, no qual a escolarização era concebida como a mais eficaz alavanca da História brasileira. (NAGLE, 1974, p.101).

De certa forma, O entusiasmo pela educação, tinha como objetivo reestabelecer padrões predominantes. Nesse sentido, a escolarização deveria ser disseminada com a função de “regeneração social”, como um meio para a reconstrução

da identidade nacional. O discurso político propagado pelas elites do período estimulava a ideia que a instrução pública consistia em um poderoso instrumento de condicionamento social. Nagle (1974), destaca um trecho desse discurso como via de exemplo:

Resolvido o problema da educação do povo, todos os mais se resolverão automática e espontaneamente, pela ação natural das inteligências, (...) Sempre consideramos a instrução pública o primeiro problema nacional. Sempre o consideramos a chave para a solução de todos os demais problemas sociais, econômicos, políticos e outros. (NAGLE, 1974, p.110).

Evidentemente o discurso reproduz uma perspectiva das classes dominantes sobre a realidade brasileira, muitos agentes sociais entram em ação nesse período, seja em prol da educação pública, da soberania nacional ou pela manutenção de seus privilégios junto ao Estado brasileiro. Nesse contexto, movimento educacionais organizados pelas elites econômicas começa a se organizar e promoverem encontros

Mediante essa conjuntura socio-histórica que é fundada a Associação Brasileira de Educação (ABE) no ano de 1924, essa associação teve ampla relevância nos processos de modernização e renovação da política educacional brasileira entre os anos 1920 e 1930. Nesse sentido, possibilitou o amplo debate com os docentes de diversas regiões do país sobre quais as diretrizes necessárias para as reformas educacionais.

Para identificar as formas de organização da ABE buscamos em arquivos fontes primárias que tivessem ligação direta com a agremiação. Obtivemos sucesso ao encontrar as atas do Conselho Diretor digitalizadas e organizadas pelo Museu Virtual da Educação<sup>41</sup>. Ao realizar a leitura das atas podemos identificar alguns objetivos da associação em seus primeiros anos de atuação.

- Organização interna do Conselho Diretor;
- Criação de seções para debater o ensino em seus diversos níveis;
- Cooperação internacional em conferências educacionais;
- Oficialização da biblioteca da Associação;
- Ensino Feminino (atuação de Bertha Lutz);

---

<sup>41</sup> MUSEU DA EDUCAÇÃO, acervo da Associação Brasileira de Educação (ABE). 2025. Disponível em: <<https://museudaeducacao.org.br/br/o-museu.html>>. Acesso em 28 agosto de 2025.

- Cooperação entre associações de professores nacionais;
- Contato constante com a imprensa;
- Ofício circulares a governadores;

Julgamos importante incorporar na pesquisa a primeira ata do Conselho Diretor que revelam particularidades da agremiação, o documento da 1ª sessão que inaugura os trabalhos da associação é de fundamental importância para o registro e oficialização da instituição.

Quadro 32 - Ata do Conselho Diretor - 1ª seção (1924)

<p>Acta da 1ª sessão, realizada em 22 de outubro de 1924, na sala dos professores da Escola Polytechnica</p>
<p>1924 22-Out.</p>
<p>Presidencia do Snr. Heitor Lyra da Silva.</p>
<p>Os snrs. Antonio Carneiro Leão e Vicente Licinio Cardoso communicaram ao Conselho acharem-se impossibilitados, á vista de suas numerosas occupações, de acceitaram suas designações para membros do aludido Conselho, solicitando fosse substituidos. Foram designados D. Branca de Almeida Fialgo e Snr. Carlos Delgado da Carvalho, para substituir os resignados.</p>
<p>Estabeleceu-se depois a seguinte ordem dos quatro membros effectivos do Conselho Diretor para que nella exercessem a presidência durante o mandato do mesmo Conselho: Lyra da Silva (1º trimestre, a terminar em 15 de Janeiro), Delgado de Carvalho (2º trimestre), D. Bertha Lutz (3º trimestre) e Levi Carneiro (4º trimestre).</p>
<p>Resolveu-se em seguida, designar os Snrs. Mauricio Campos de Medeiros, Tobias de Lacerda Martins Moscoso e Fernando Raja Gabaglia para constituirem a commissão encarregada de tratar, em nome da Associação, da contribuição do Brasil ao Congresso Panamericano de Educação a realizar-se em Santiago no Chile, em Setembro do anno proximo.</p>
<p>Foram designados tambem os Snrs. Manoel Bomfim, Edgar Sussekind de Mendonça, Francisco Venancio Filho, Jurandyr Paes Leme, Amerino Wanick e Eduardo Borgerth para constituirem a commissão encarregada de proceder ao censo da instrucção publica no Brasil.</p>
<p>Esta acta foi lida aos presentes que a approvaram.</p>
<p>Rio, 22 de Outubro de 1924 Mario Paulo Brito, secretario ass.: Heitor Lyra da Silva Bertha Lutz Levi Carneiro</p>

Fonte: Ata do Conselho Diretor (1924)<sup>42</sup>

O documento oficializa o início dos trabalhos da ABE, nomeando o conselho diretor e afirmando o compromisso com a questão educacional, a participação no Congresso Panamericano de Educação realizado em 1925 no Chile é um bom exemplo. Ao outras atuações em congressos e palestras são apontados em outras atas da associação.

<sup>42</sup> ABE, Associação Brasileira de Educação, Atas do Conselho Diretor. 1924. Disponível em: <<https://museudaeducacao.org.br/br/acervo-do-museu.html?start=0>>. Acesso em 10 de novembro de 2024.

A ABE constituiu um espaço aberto de debates e troca de informações sobre os projetos educacionais que poderiam trazer benefícios para a questão da educação brasileira. Nessa efervescência de ideias que foram amplamente divulgadas sobre a escolarização alguns projetos ganham relevância na agenda política da ABE, o que inaugura a série de eventos de grande influência foi a I Conferência Nacional de Educação (Curitiba - PR) no ano de 1927, esse evento ganhou regularidade anual.

Conforme afirma Saviani (2011), a ABE consolidou-se inicialmente como um agente apolítico, voltado a congregar sobre a pauta da educação e suas complexas questões filosóficas, políticas e religiosas. A associação construiu relevância no contexto nacional de estruturação das políticas educacionais.

#### Quadro 33 - 1º Congresso Brasileiro de Educação (1927)

<p style="text-align: center;"><b>1º CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO</b></p> <p style="text-align: center;">A sessão preparatoria no “Guayra”, hontem. A reunião hoje no Palacio do Congresso. A Sessão de hontem no Guayra</p> <p>Consonante noticiamos domingo realisou-se hontem, no theatro da rua Muricy, a sessão inaugural dos trabalhos do 1º Congresso Brasileiro de Educação, ora reunido em Curityba.</p> <p>Com a presença dos congressistas, de mais de 600 professores e cerca de 2.500 pessoas, ás 2,30 da tarde foi aberta a sessão, presidida pelo Exmo. Snr. Presidente do Estado, Dr. Caetano Munhoz da Rocha, cercado pelas mais altas autoridades do Estado. Esta sessão teve por vice o Dr. Barbosa de Oliveira, em nome da Associação Brasileira de Educação.</p> <p>Usaram da palavra o Sr. Dr. Lysimaco da Costa, que saudou os congressistas, no que foi seguido pelos Snrs. Professores Deodato Moraes, delegado pelo Districto Federal; Professor Lourenço Filho, por S. Paulo, que saudou o paraná; o Dr. Barbosa de Oliveira, em nome da A.BE.</p> <p>Encerrando a sessão usou da palavra S. Ex. o Presidente do Estado, Salientando as vantagens do Congresso ora iniciado.</p> <p>Ao abrir da sessão foi tocado o hymno “19 de Dezembro”, cantado pelas alumnas da Escola Normal; finalizou o hymno nacional, cantado por todos os presentes.</p> <p>A reunião de hontem não deixou dúvidas no espirito de ninguém a cerca dos imensos resultados que advirão do 1º Congresso de Educação.</p> <p style="text-align: center;"><b>A SESSÃO DE HOJE NO PALACIO DO CONGRESSOS</b></p> <p>A 1s 11 horas de hoje, no Palacio do Congresso do Estado, foi realisada a 1ª sessão do 1º Congresso Brasileiro de Educação.</p> <p>Dado o interesse que representa o Congresso, grande massa de povo se comprimia no recinto.</p> <p>Na mesa tomaram logar o Vice-presidente da A.B.E., Dr. Barbosa de Oliveira, que presidiu a sessão e o Dr. Lysimaco Costa, Diretor Geral do Ensino no Paraná.</p> <p>Diversos telegrammas de congratulações foram recebidos e lidos aos presentes, ao que mesa agradeceu.</p> <p>Logo a seguir iniciaram-se os trabalhos, tendo o Dr. Lysimaco organizado diversas commissões afim de auxiliarem os trabalhos.</p> <p>Seguiram-se diversos discursos proferidos por distintos professores enaltecendo a incontestante importancia do professor primario, votos de congratulações aos secundarios e superiores, assumptos amplamente debatido.</p> <p>Convêm salientar as orações dos professores Lourenço Filho, Deodato de Moraes, Orestes Guimarães, Renato Jardim e outros, cujo nome não nos ocorre de momento; Usou tambem da palavra o Sr. Manoel Corrêa de Freitas, sendo todos vivamente applaudidos.</p> <p>A's 12 horas foi encerrada a sessão, ficando designado o Palacio do Congresso para as</p>
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

sessões e marcadas para às 3 e 3 horas a reunião das comissões auxiliares de 2ª sessão do Congresso respectivamente.

Fonte: Diário da Tarde (PR) 1927.<sup>43</sup>

O documento contém informações relevantes sobre o evento, como, o número de integrantes juntamente com as demarcações de horários e pesquisas apresentadas, evidenciam a existência de paradigmas que preocupavam os intelectuais no âmbito educacional, o professorado participou ativamente da organização da Conferência cumprindo papel como congressistas e apoiadores. A organização do primeiro evento associativo tem quatro temas oficiais voltados a educação:

- I. A Unidade Nacional, pela cultura literária, pela cultura cívica e pela cultura moral.
- II. A uniformização do Ensino Primário nas suas ideias capitais, mantida a liberdade de programas.
- III. A criação de Escolas Normais Superiores em diferentes pontos do País para o preparo pedagógico.
- IV. A organização dos quadros nacionais, corporações de aperfeiçoamento técnico, científico e literário. (FERREIRA, 2006, p.79).

Esse evento foi fundamental para a construção do diálogo entre sociedade e poder público, foram elaboradas 111 teses que foram divulgadas ao público, viabilizando tornar o debate transparente e democrático. Ao lado dos educadores, diversos segmentos da sociedade brasileira participaram e tiveram significativa importância nas paulatinas mudanças da educação nacional.

A Associação Brasileira de Educação (ABE) tinha como objetivos o fomento de um movimento coeso na educação com a criação de departamentos de estudos e pesquisa em diversos estados do Brasil. Tinha-se a preocupação em fortalecer a unidade da defesa pela educação pública e de qualidade. Para efetivação dos objetivos deveriam ocorrer anualmente reuniões com os dirigentes e representantes, estaduais e municipais nas Conferências Nacionais de Educação. As reuniões constituíram espaços de máxima importância para a promoção do diálogo, para as estratégias administrativas e para o estímulo cívico-nacionalista.

---

<sup>43</sup> PARANÁ, Curitiba. Diário da Tarde (PR) - 1899 a 1983. Edição nº10028, p.7, 20/12/1927. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800074&Pesq=Associa%20Brasileira%20Educa%20a7%20a3o&pagfis=33135>. Acesso em 09 de outubro de 2024.

Quadro 34 - Primeiras Conferências de Educação - ABE (1927-1932)

- I Conferência Nacional de Educação - Curitiba (1927);
- II Conferência Nacional de Educação - Belo Horizonte (1928);
- III Conferência Nacional de Educação - São Paulo (1929);
- IV Conferência Nacional de Educação - Rio de Janeiro (1930);
- V Conferência Nacional de Educação - Niterói (1931);
- VI Conferência Nacional de Educação - Niterói (1932).

Fonte: CARDOSO; PERES, 2005, p. 60.<sup>44</sup>

A I Conferência Nacional de Educação (1927) foi essencial para a inauguração da Seção Pelotense de Educação (SPABE), que culminou na criação da Associação Pelotense de Educação que foi composta por importantes figuras, como políticos, professores e diretores, sendo identificados como representantes do ensino municipal. Cabe salientar que a criação seções de educação pela ABE foi uma iniciativa Levi Fernandes Carneiro (presidente em 1925), a ideia inicial era que cada estado fundasse seções de educação focadas em questões locais para que paulatinamente fossem exploradas soluções efetivas nas políticas educacionais. A seção que logrou êxito inicialmente foi a Seção Pelotense de Educação (SPABE) e culminou na fundação da Associação Pelotense de Educação.

Quadro 35 – Início da Associação Pelotense de Educação

O Dr. Joaquin Luis Osório leu uma exposição de motivos da reunião, ficando, por entre gerais aplausos, resolvida, unanimemente, a fundação da Associação Pelotense de Educação [...] ficou assentado também telegrafar-se ao Dr. Levi Carneiro [...] congratulando-se a assembleia com s. ex. pela fundação da Associação Pelotense de Educação, iniciativa que o iminente patricio animou.

Fonte: CARDOSO, 2011, p. 127 apud OPINIÃO PÚBLICA, 25/10/1926

A Associação Pelotense de Educação, tinha como objetivo a promoção e garantia do acesso à educação pública, em especial considerando a realidade a região Sul do Brasil. Os ideais escolanovistas desempenharam papel significativo nas concepções de educação na cidade de Pelotas, nesse contexto a atuação dos educadores foi fundamental para o fomento de debates sobre novas estratégias, práticas e políticas educacionais.

Após a implementação SPABE, o município de Pelotas adquiriu visibilidade pela eficiente e rápida adaptação as novidades didático-pedagógicas do período. Com o

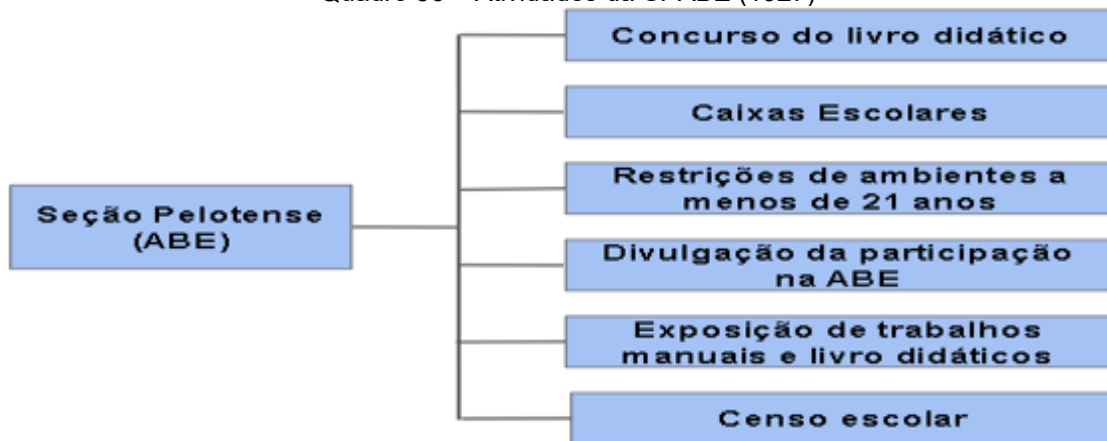
<sup>44</sup> CARDOSO, Aliana Anghinoni; Peres, Eliane. A criação da Seção Pelotense da Associação Brasileira de Educação (ABE) e suas primeiras ações no campo educacional. História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 17, p. 51-68, abr. 2005. p. 60.

objetivo de atender as novas demandas políticas pedagógicas propostas por intelectuais ligados a ABE, foram fundadas diversas comissões técnicas ligados aos tipos de ensino.

Comissão de Ensino Primário, de Ensino Secundário, de Ensino Profissional, de Ensino Técnico e Superior, de Ensino Artístico, de Educação Física e Higiene, de Educação Moral e Cívica, além da comissão responsável pela Educação da Infância Abandonada. (CARDOSO; PERES, 2005, p. 56).

As atividades desenvolvidas pela SPABE seguiam as normativas gerais da ABE, determinando a educação como um eixo decisivo das resoluções dos problemas nacionais. A SPABE levantou a bandeira da valorização da escolarização como elemento basilar da sociedade pelotense, junto a essa concepção outros elementos são alinhados, como, o projeto cívico-nacionalista, estratégias políticas para implementação de projetos, a participação da sociedade civil e a modernização dos centros urbanas para o atendimento da crescente população.

Quadro 36 – Atividades da SPABE (1927)



Fonte: CARDOSO; PERES, 2005, p.58.<sup>45</sup>(Adaptado)

Na I Conferência Nacional de Educação, diversos intelectuais foram convidados para participar e compartilhar suas teses sobre a questão educacional do Brasil. Nessa ocasião a ABE recebeu o representante das elites intelectuais pelotenses, Dr. Fernando Luíz Osório<sup>46</sup> que intelectual influente no Instituto Histórico e Geográfico

<sup>45</sup> CARDOSO, Aliana Anghinoni; PERES, Eliane. A criação da Seção Pelotense da Associação Brasileira de Educação (ABE) e suas primeiras ações no campo educacional. História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 17, p. 51-68, abr. 2005.

<sup>46</sup> Fernando Luíz Osório Filho, como o próprio sobrenome aponta, era membro de uma das famílias mais tradicionais da cidade, sendo membro do Partido Republicano Rio-grandense. Na área educacional ele

do Rio Grande do Sul (IHGRGS), para elaboração da tese que trata sobre a primeira temática do evento. A titulação da tese corresponde a “Sobre a unidade nacional: pela cultura literária, pela cultura cívica e pela cultura moral”, esse estudo formulou um conjunto de medidas administrativas para a união nacional em prol da superação do atraso educacional que o povo brasileiro se encontrava. O plano Sinérgico da Ação Nacionalista deveria seguir 18 eixos, são eles:

Quadro 21 - Órgãos do Sistema Sinérgico

- 1) O Conselho Consultivo de Defesa Nacional Interna
- 2) O Ministério da Educação Nacional
- 3) A Federação do Magistério Nacional
- 4) A Federação das Letras, Ciências e Artes Nacionais
- 5) A Federação da Mocidade Nacional
- 6) A Criação das Cadeiras de Sociologia Geral e Brasileira, de Política Científica e Direito Nacional nas Escolas de Direito
- 7) O Estudo da Pediatria, da Sociologia da Infância e da Filosofia da Educação Nacional
- 8) A Formação e Ação do Sacerdócio Nacional
- 9) A Federação das Associações da Imprensa Nacional
- 10) A Difusão de Escolas Normais para o Preparo do Professor
- 11) A Organização das Elites, dos Quadros Nacionais
- 12) A Aliança das Mães Brasileiras
- 13) A Defesa do Proletariado Nacional
- 14) As Arcas das Tradições Nacionais
- 15) A Federação do Reservista Brasileiro
- 16) A Federação dos Escoteiros do Brasil
- 17) O Partido Nacional de Política Científica
- 18) A Estátua da Pátria, na Capital da República.

Fonte: I Conferência Nacional de Educação.<sup>47</sup>

Para Osório (1927)<sup>48</sup>, era necessário considerar o sistema educacional que fortaleça a unidade moral no qual a consciência coletiva seria estimulada pelas

---

foi professor de Filosofia no Ginásio Pelotense, ministrou a disciplina de Teoria Geral do Direito na Faculdade de Direito de Pelotas, fundador e gestor da Escola Prática de Comércio e presidente da Biblioteca Pública Pelotense. Além disso, também atuou como associado na Sociedade Internacional de Ciências Sociais de Paris filiado ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1920), diretor da Escola de Artes e Ofícios de Pelotas, acionista do Diário Popular, integrante do Instituto de Advogados Brasileiros e membro da Comissão de Ensino Profissional da Seção Pelotense da Associação Brasileira de Educação-SPABE (1926). (SOARES, 2023, p.90).

<sup>47</sup> OSÓRIO, Fernando Luis, Sobre a unidade nacional: Pela cultura literária pela cultura cívica e pela cultura moral (tese nº43), In: COSTA, Maria José F. F. da; SCHENA, Denilson Roberto; SCHIMIDT, Maria Auxiliadora (Org). I Conferência Nacional de Educação, Curitiba - PR. 1927. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/123679>>. Acesso em 13 de novembro de 2024.

<sup>48</sup> OSÓRIO, Fernando Luis, Sobre a unidade nacional: Pela cultura literária pela cultura cívica e pela cultura moral (tese nº43), In: COSTA, Maria José Franco Ferreira da; MARIA, Denilson Roberto Shena; SCHMID, Auxiliadora. I Conferência Nacional de Educação, Curitiba - PR. 1927. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/123679>>.

aspirações nacionais, a cultura do povo deveria ser (re)modelada para um natural destino da humanidade. Na percepção do autor, a sociedade brasileira necessitava de orientação para alcançar o “progresso” que em questão significava a unificação nacional. Todavia para tal êxito era necessário uma organização cívica entre quem lidera e quem é liderado, denotando uma perspectiva elitista sobre as questões sociais e políticas do Brasil.

A tese ‘Plano Synergico de Acção Nacionalista’ apresenta uma discrepância entre os intelectuais (sujeitos sábios e virtuosos) e o povo (desorientado e submisso da elite) sendo assim, consideravam a elite intelectual como responsável por orientar a sociedade brasileira em direção ao progresso. (SOARES, 2023, p.54).

Na tese defendida por Osório (1927), a educação precisava urgentemente de reformas que tivessem como foco as ideias republicanas, apregoando que para o sucesso desse ofício era de fundamental importância a institucionalização de um órgão de Estado que ficasse responsável pela unificação e a instrução pública.

Uma das ambições da seção pelotense da Associação Brasileira de Educação era garantir que o ensino oferecido na cidade de Pelotas tivesse qualidade e a abrangência necessária para proporcionar à sua população uma sociedade livre dos tantos outros problemas que a assolavam. Assim, também a exemplo daqueles que ergueram a Associação Brasileira de Educação, a crença de que a educação era o rumo para uma sociedade melhor também estava presente entre os intelectuais pelotenses. (PERES; CARDOSO, 2003, p. 25).

Outros intelectuais dentro do ABE e da SPABE compartilhavam das ideias de Osório, o contato constante desses indivíduos juntamente com o fortalecimento das ideologias escolanovistas influenciaram a criação de uma associação que respondesse aos anseios do professorado pelotense, dentre as urgências estão inicialmente agrupadas a qualificação profissional, a valorização e a proteção – financeira e jurídica. Nesse contexto que em 14 de outubro do ano de 1929 foi fundada no município de Pelotas a Associação Sul Rio-Grandense de Professores (ASRP). Os propósitos da associação são manifestados publicamente pelo discurso da professora Santura Lemos.

Quadro 37 – Discurso de Santura Lemos (1929)

Meus senhores! Minhas Senhoras! Quis a bondade, a extrema benevolência de alguns colegas incumbir-me da honrosa missão de inaugurar a “Associação sul-riograndense de professores”. Não ides ouvir a voz eloquente e arrebatadora que estais habituados a ouvir em reuniões desta natureza, e sim

palavra tímida e inexperiente, porém, não menos sincera e amiga, de uma colega, cuja única ambição é servir a sua classe e trabalhar, na medida de suas forças, pelo progresso e engrandecimento de sua pátria. Faz hoje precisamente um ano que, nesta mesma sala (...) surgiu pela primeira vez, a ideia luminosa de fundar-se uma associação de professores, cujo principal fim seria estreitar os laços de amizade entre os elementos que se dedicam ao magistério no nosso Estado (...). Agora, tenho a satisfação de afirmar que, graças aos esforços e à dedicação de um grupo de abnegados professores, entre os quais seja-me permitido declinar os nomes de Genny de Souza Seabra e Joaquim Alves da Fonseca, dois nomes conhecidos no magistério, essa ideia foi avante até converter-se na formosa realidade do dia de hoje (...). A novel associação tem por objetivos o aperfeiçoamento da instrução e da educação no Rio Grande do Sul, introduzindo métodos e processos novos, adotando outros já usados em alguns países, criando bibliotecas, gabinetes e laboratórios pedagógicos; realizando palestras, promovendo congressos e caravanas de professores, tratando, enfim de todas as questões que, direta ou indiretamente se relacionam com o ensino. (Discurso proferido em 15/10/1929).

Fonte: ARRIADA, 2014, p.480-481<sup>49</sup>

É interessante notar no discurso, que a fundação da ASRP foi um movimento articulado entre vários agentes políticos de Pelotas, esses indivíduos representavam em primeira instância as elites intelectuais locais que vislumbravam na associação um espaço para unificação dos interesses comuns em torno da área da educação.

Para elucidar a relação entre esse grupo elaboramos uma tabela que aponta a atuação colaborativa entre os dirigentes da SPABE e da ASRP.

Tabela 29 – Dirigentes da SPABE e ASRP

NOME	SPABE	ASRP
Emílio Martins Boeckel	Membro do conselho Diretor da SPABE (1929);	Compôs a primeira diretoria da ASRP (1929);
Francisco Paula Alves da Fonseca	Comissão de Ensino Primário da SPABE (1926);	Presidente na ASRP (1932-1935, 1946- 1949 e 1960-1961);
João da Costa Goulart	Comissão do Ensino Técnico e Superior da SPABE (1926);	Membro da ASRP;
Joaquim Alves da Fonseca	Membro- fundador da SPABE (1926);	Presidente durante seis anos da ASRP (1929);
Maria da Glória Pancinha de Sá	Comissão de Ensino Primário da SPABE (1926);	Presidente da ASRP (1940-41 e 1941-42);
Silvino Braz Derengowski	Comissão de Ensino Artístico da SPABE (1926);	Presidente da ASRP (1935-1936, 1936-1937 e 1937-1938);

Fonte: SOARES, 2023, p. 167-196

A atuação em ambas instituições demonstra em certas instâncias uma atuação política importante entre os agentes sociais que congregam em prol de novas

<sup>49</sup> Discurso proferido em 15/10/1929 apud ARRIADA, Eduardo. Op. Cit.480-481.

diretrizes nas políticas educacionais. Por sua vez, outros dirigentes tinham atuação apenas na SPABE ou apenas na ASRP, isso não significa que tinham menos importância ou menos prestígio entre o grupo.

A ASRP tornou-se a instituição unificadora que aglutinava associados de diversas áreas profissionais, os objetivos fundamentais tinham como foco a promoção de qualificação e seguridade social para o professorado pelotense. Todavia, institucionalização de associações apresenta peculiaridades históricas.

A implementação das associações de professores ocorreu de maneira complexa reivindicando ao poder público a educação como direito social, qual elevaria o prestígio social na profissão docente. (SOARES, 2023, p.56 apud BATALHA, 1999, p.56-57).

Em seu processo limiar de existência a ASRP ganha relevância na mídia local em especial nos periódicos Diário Popular e A Opinião Pública. São noticiadas as atuações da agremiação em prol de seus associados, conferência, palestra e formações que tornaram-se estratégias utilizadas para o aperfeiçoamento profissional dos docentes. Paulatinamente a associação consolidou-se no setor educacional como uma instituição relevante para a identidade docente de Pelotas.

A ASRP empreendeu diversos projetos importantes em Pelotas, algumas dessas ideias constam no primeiro Estatuto Social do ano de 1930 e outras foram implementadas posteriormente pelas condições históricas do período.

Acerca das condições históricas é necessário ponderar sobre as disputas ideológicas que se arrastaram ao longo da década de 1920 e resultaram em uma política educacional na década 1930, impactou a ASRP e contribuiu para a criação da Associação de Professores Católicos – sucursal de Pelotas (APC – Pel), que pouco tempo depois passa ser chamada de Associação Católica de Professores e Ação Social (ACPAS).

Cada associação buscava defender os interesses de seus sócios como também promover ideais que são caros as suas respectivas origens sociais. Como aponta Leon (2008), essas instituições representaram diferentes faces da atividade laboral docente e ocuparam papéis substanciais na história da educação pelotense. Todavia, Leon (2008), aponta que a existência das duas associações com origens

distintas não é fruto do acaso, representam indicadores de disputas das ideias pedagógicas no início do século XX.

Embora, no que se refere à Secção pelotense da ABE, tenha-se encontrado professores que participavam concomitantemente de ambas as associações – ABE e ASRGP, isso não foi identificado entre a Associação Sul Rio-Grandense de Professores e a Associação Católica de Professores, o que pode ser um indicador das disputas nacionais e locais entre católicos e liberais. (LEON, 2008, p.103).

Um indicador dessa disputa pode ser evidenciado no período da Primeira República quando o ensino religioso foi vetado em estabelecimento de ensino público, apenas tinham autorização de mantê-lo as escolas confessionais.

A laicidade do ensino tornou-se uma questão política durante as primeiras décadas do século passado, a polarização alcançou os setores midiáticos e períodos como Staffetta Rio-Grandense, que serviu de porta-voz na defesa do ensino religioso. Destacamos algumas notícias para exemplificar tal fato.

Quadro 38 – Staffetta Rio-Grandense: ensino Religioso (1920-1930)

- Escola e Educação (1920)<sup>50</sup>;
- A educação e a religião (1922)<sup>51</sup>;
- O ensino leigo (ateo) no Brasil (1925)<sup>52</sup>;
- O ensino religioso facultativo (1925)<sup>53</sup>;
- Sobre o ensino religioso (1926)<sup>54</sup>;
- Sem Deus! (1927)<sup>55</sup>;
- Ensino religioso nas aulas (1930)<sup>56</sup>.

<sup>50</sup> RIO GRANDE DO SUL. Staffetta Rio-Grandense. Edição 15, 1920. Disponível em: <<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=882038&pesq=ensino%20religioso&pasta=ano%20192&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=629>>. Acesso em 05 de abril de 2024.

<sup>51</sup> RIO GRANDE DO SUL. Staffetta Rio-Grandense. Edição 35, 1922. Disponível em: <<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=882038&Pesq=ensino%20religioso&pagfis=1125>>. Acesso em 05 de abril de 2024.

<sup>52</sup> RIO GRANDE DO SUL. Staffetta Rio-Grandense. Edição 24, 1925. Disponível em: <<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=882038&Pesq=ensino%20religioso&pagfis=1703>>. Acesso em 05 de abril de 2024.

<sup>53</sup> RIO GRANDE DO SUL. Staffetta Rio-Grandense. Edição 24, 1925. Disponível em: <<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=882038&Pesq=ensino%20religioso&pagfis=1703>>. Acesso em 05 de abril de 2024.

<sup>54</sup> RIO GRANDE DO SUL. Staffetta Rio-Grandense. Edição 07, 1926. Disponível em: <<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=882038&Pesq=Ensino%20religioso&pagfis=1843>>. Acesso em 05 de abril de 2024.

<sup>55</sup> RIO GRANDE DO SUL. Staffetta Rio-Grandense. Edição 24, 1927. Disponível em: <<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=882038&Pesq=Ensino%20religioso&pagfis=2119>>. Acesso em 05 de abril de 2024.

<sup>56</sup> RIO GRANDE DO SUL. Staffetta Rio-Grandense. Edição 17, 1930. Disponível em: <<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=882038&Pesq=Ensino%20religioso&pagfis=2714>>. Acesso em 05 de abril de 2024.

Fonte: Staffetta Rio-Grandese (RS).

Os materiais coletados apresentam certas similaridades no discurso, mesmo que produzidos em anos diferentes. Para os católicos, o fator moral é evocado nos textos como um elemento determinante para a vida em sociedade, nesse sentido, a única instituição capaz de promover a moralidade é a igreja com ensinamentos direcionados aos espaços públicos de ensino. O texto abaixo traça essa linha de pensamento sobre o papel ensino religioso em estabelecimentos públicos.

Quadro 39 - Notícia: Escola e Educação

Escola e Educação

Aqueles que julgam que o único fim da escola consiste em fazer homens instruídos, sábios e exteriormente civilizados erram imensamente.

Por certo, esta tarefa pertence à escola e, em geral, é difícil, senão impossível, que os pais respectivamente administrem aos seus filhos os conhecimentos necessários, reclamados pela circunstâncias da época, para que esse desempenho satisfatoriamente as obrigações de seu estado.

Mas, em primeiro lugar, o antes, acima desta missão, importantíssima na ordem material do indivíduo e da sociedade, a escola deve educar e na qualidade de representantes dos pais, pertence-lhe a estrita obrigação amestrar a juventude em homens de bem, dignos membros da sociedade.

Como é feito, para que serve ser instruído, se falta a base moral, alicerce do edifício da dignidade do homem? Seria Quase um mendigo em trajes riquíssimos: tirai-lhe o casaco e aparece a mais sórdida indigência.

O saber e a probidade não são gêmeos; feliz aquele que possui ambos em proporção suficiente; sem dúvida, será um ente útil, um cidadão probo, um bom cristão e por mais numerosos tais indivíduos se encontrarem num país tanto maior a segurança da paz e da Justiça.

Visto a poderosa influência exercida pela educação da escola nos destinos do homem e da sociedade, é de primeira necessidade que ela baseia-se na moral. E a moral encontra sua sanção exclusivamente na religião.

Seria absurdo o querer erigir uma moral só com uma convenção social; pois o egoísmo e a dissolução dos costumes haviam de nivela-la a uma simples irrisão e escarneio.

Sem religião, não há verdade moral e sem moral, não há verdadeira educação: é a condenação da escola anticristã.

É pois supérfluo acrescentar que pais realmente bons e probos não podem confiar a educação a seus filhos a tal escola; pois, tem o estrito dever de cuidar tanto do espiritual como do corporal de sua progeneritura.

No entanto, é para lastimar que, em certas Nações o espírito da escola seja tão anti-religioso e é dever rigoroso dos católicos favorecer, enquanto possível, o ensino livre religioso.

A mocidade é o futuro e nesta está a força! A escola faz a mocidade, e o futuro a força saindo da escola.

Fonte: STAFFETTA RIO-GRANDENSE, 22/07/1920, p.1<sup>57</sup>

<sup>57</sup> RIO GRANDE DO SUL, Porto Alegre. STAFFETTA RIO-GRANDENSE, nº15, p.1, 22/07/1920. Disponível em:

As críticas promoviam um clima animosidade, no qual a Igreja propagava que a educação laica era perigosa e que os pais não deveriam colocar seus filhos nas escolas públicas de ensino laico. A Igreja Católica empenhou-se em promover críticas às normativas do ensino laico, figurando uma oposição incisiva no campo educacional às ideias pedagógicas “subversivas” à fé e à instrução católica.

Conforme descrito por Amaral (2003), a Igreja buscava o controle do ensino público, mas sem discutir as questões centrais relativas às carências sociais, a luta entre capital e o trabalho, pois considerava essas questões como subversivas e inimigas a ótica do catolicismo.

A Igreja não limitava sua atuação apenas ao campo educacional, articulava-se entre os meios políticos, culturais, sociais e econômicos da sociedade pelotense. Para efetivar seus objetivos buscou formar grupos de intelectuais que exercesse influência sob a burguesia local, para isso foram criadas revistas que difundiam ideais críticos ao liberalismo. A Palavra foi a principal revista católica de Pelotas.

A Palavra, da diocese de Pelotas (que já circulava 10 anos antes da criação de A Ordem). Dessa forma a Igreja pretendia divulgar os valores religiosos e extirpar da sociedade a influência maçônica, positivista e comunista. (AMARAL, 2003, p. 87).

A Associação Brasileira de Educação (ABE) foi espaço de florescimento das ideias pedagógicas, nesse local agentes políticos antagônicos promoviam discussões de ampla repercussão sobre as políticas educacionais. A ABE, estruturou seus ideais no Escolanovismo, que propunham uma postura intervencionista do Estado em defesa da educação pública, gratuita, universal e leiga. Já a Igreja Católica, participou das primeiras discussões promovidas pela ABE, porém com o passar do tempo constituiu forte oposição à Associação.

Na década de 1930 ocorreu a ruptura entre católicos e a ABE, isso influenciou a fundação da Confederação Católica Brasileira de Educação, essa instituição tinha como objetivo promover a integração entre as Associações de Professores Católicos (APCs) que se desenvolveram desde os anos 1920 em diversas

regiões do Brasil. Estabelecendo um novo espaço para as discussões sobre ensino religioso e as políticas educacionais.

Tabela 30 – Associações de Professores Católicos

Ano	Local de fundação das Associações
1928	Niterói
1929	Barra do Pirai
1930	Fortaleza
1931	Campinas, Recife, Campos, Distrito Federal, Juiz de Fora e Petrópolis
1932	Sobra, Crato, Pelotas e São Gonçalo

Fonte: CARDOSO, 2011, p134 apud Revista Brasileira de Pedagogia, 1934, p.242.

Nesse contexto que a Associação Católica de Professores e Ação Social (ACPAS) é fundada em Pelotas. Essa agremiação é criada com ideias que rivalizam com os preceitos escolanovistas da ABE, tem como tarefa atuar na sociedade pelotense na defesa do ensino religioso e na formação de professores católicos.

A criação da ACPCS, como já foi dito, ocorre em um momento de reorganização da Igreja católica, de ampliação dos espaços de atuação e de aglutinação de novos adeptos. As atividades desenvolvidas pela associação visavam atingir esses objetivos e, na maioria das vezes, eram abertas ao público. Percebe-se também que a participação da associação em atividades sociais do município é muito intensa, o que nos indica sua respeitabilidade e inserção nos meios sociais, especialmente entre os que defendiam o catolicismo. (LEON; AMARAL, 2010, p.184).

Conforme exposto por Cardoso (2011), a ACPAS foi uma importante instituição e atuou em cooperação com a ASRP na defesa dos docentes pelotenses, apontar uma disputa entre as associações é algo exagerado. Os trechos destacados abaixo são de documentos primários que atestam a veracidade da harmonia entre as associações.

Tabela 31 – Atuação conjunto entre ASRP e APC-Pel (1933-1937)

Texto	Referências: livro-Ata da ASRP
“... Foram, então, lidos os papéis que compuseram o expediente e que constam do seguinte: [...] convites do Ginásio Pelotense e Associação de Professores Católicos...”	Ata do Conselho Diretor e Assembléia Geral nº 66, de 25/10/1933.
“... foi feita a homenagem da Associação ao centenário de Pelotas com a inauguração de uma placa, no local onde funcionou a primeira aula pública. Esta cerimônia teve lugar às dezessete horas do dia vinte e nove do mês de junho comparecendo, a convite do Sr. Presidente: [...] Dr. Waldemar Lages, presidente da Associação de Professores Católicos...”	Ata do Conselho Diretor e Assembléia Geral nº 94, de 09/07/1935.
“... Correspondência recebida: [...] Um ofício da Associação dos Professores Católicos, convidando para a Missa e Hora da Arte em comemoração ao „Dia do Professor”...”	Ata do Conselho Diretor e Assembléia Geral nº 128, de 06/11/1937.

Texto	Referências: periódicos locais
Dia do Professor – visita da caravana rio grandense Muito carinhosas foram as manifestações com que a Associação local [ASRP] acolheu os representantes da sua filial do Rio Grande [...] Às 8 horas de domingo, lá se achavam na gare representantes das duas associações locais [ASRP e APC-Pel] que foram apresentar as boas vindas aos membros da caravana [...] Ao almoço no Grande Hotel estiveram presentes [...] o presidente da Associação de Professores, prof. Paula Alves, o prof. dr. Waldemar Lages, presidente da Associação dos Professores Católicos...	A OPINIÃO POPULAR, 16/10/1933, p. 01.
[...] assuntos relacionados intimamente com os superiores objetivos da Confederação Católica Brasileira de Educação, da qual ele é o atual presidente [...] Àquela hora, convidou o Sr. Dr. Waldemar Ramos Lages para tomarem assento à mesa [...] Sr. Francisco de Paula Alves da Fonseca, presidente da Associação Sul Rio-grandense de Professores...	O LIBERTADOR, 26/12/1934, p. 03.

Fonte: CARDOSO, 2011, p. 135-136.

É possível evidenciar que as associações atuaram de maneira conjunta em diversas ocasiões e solenidades, é visível que ambas tinham uma preocupação primárias, a condição de existência da classe docente, suas possibilidades de qualificação e a valorização de seus direitos. Evidentemente cada associação detinha elementos próprios de sua história e institucionalização.

Não se pode negar que a missão de cada associação era distinta - a ASRP estava mais preocupada com a congregação e formação dos professores, fortemente propensa à pedagogia moderna dos anos 30; diferentemente da APC-Pel, que tinha como principal objetivo manter e/ou adaptar a doutrina católica às novas metodologias que advinham com esta pedagogia modernizante. Mesmo assim, as duas associações mantinham um bom relacionamento institucional. (CARDOSO, 2011, p.136).

Tanto a ASRP como a ACPAS são fundadas em períodos muito próximos (1929-1932), indicando a necessidade de articulações em prol da organização coletiva dos professores pelotenses. Ao mesmo tempo debates em âmbito nacional ganham relevância política e midiática, o clima de renovação da educação juntamente com a disputas das ideias pedagógicas potencializaram a atuação de novos agentes políticos, no caso as associações e sindicatos.

Como aponta Soares (2023), ambas as associações contribuíram direta e indiretamente para o novo modelo educacional que entra em curso no Brasil, se preocupando com a capacitação e a qualificação de seus associados, em sua maioria professores. Todavia, essas instituições tinham modelos organizacionais que priorizavam a defesa, valorização e proteção da profissão dos docentes. Apesar disso,

o professorado sofreu as amarguras de períodos de repressão autoritária, em específico na década de 1930.

Levando em consideração que ao longo da década de 1930 as políticas educacionais foram gradualmente se tornando mais inflexíveis e autoritárias com os educadores, quando muitos foram ameaçados, perseguidos, investigados, demitidos e presos. (SOARES, 2023, 70).

Em suma, evidencia-se uma relação histórica de constante interação entre os agentes políticos que atuaram na ABE, SPABE, ASRP e ACPAS, no que concerne a municipalidade de Pelotas a criação de associações contribuiu para a formação continuada, a construção das identidades locais e a consciência de classe dos professores. A ASRP em seu processo limiar de existência configurou-se como uma associação mutualista, policlassista e unificadora das pautas em prol da valorização profissional docente. Sua atuação formulou novas percepções sobre as relações de trabalho e o papel social do professorado como classe. A década de 1930 representou um desafio para a institucionalização pela dura repressão e perseguição que os docentes sofriam. A associação lutou ao lado dos professores e conseguiu vitórias importantes para a classe, tanto que sua atuação chega até final dos anos 1970. Com mais de 50 anos de história, luta e identidade.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa desempenhou um papel modesto no que se refere a análise da história da ASRP, importante agremiação de professores pelotenses que existiu entre os anos de 1929 até 1979. Consideramos que tanto as fontes primárias coletas como as discussões levantadas possibilitam oferecer estímulos para investigações futuras sobre a temática do associativismo e sindicalismo docente no Brasil.

A pesquisa, fundamentada no referencial teórico do materialismo histórico e na categoria analítica da luta de classes, permitiu compreender a ASRP não como uma entidade isolada ou de caráter estritamente assistencial, mas como uma expressão significativa da organização coletiva dos trabalhadores em educação, em um momento de profundas transformações políticas, econômicas e educacionais no país.

A ASRP foi fundada oficialmente como uma associação com objetivos de fomentar o aperfeiçoamento educacional do RS. Para o êxito nessa tarefa a figura dos professores são de essencial importância, tanto que em seu Estatuto Social a ASRP enfatiza necessidade de alinhar o desenvolvimento educacional atrelado ao aperfeiçoamento profissional dos docentes. Todavia, no Brasil da década de 1930 muitas mudanças ocorreram no plano político e econômico.

No campo educacional, associações e sindicatos foram criados para suprir as carências de seguridade social deixadas pelo Estado, a ASRP é fruto dessas condições históricas. Essa associação mutualista se desenvolveu e cresceu de maneira orgânica e voluntária, ganhou adesão dos trabalhadores em educação de Pelotas e estimulou a participação política dos sócios.

Com base nas análises das fontes primárias (estatutos cartoriais, jornais locais, anuários estatísticos do IBGE e atas de reuniões) e a ampla revisão da literatura, apuramos que a ASRP desempenhou um papel fundamental na vida docente pelotense. Desde sua fundação, em 1929, a entidade atuou decisivamente na defesa de melhores condições de trabalho, oferecendo suporte jurídico, financeiro e formativo

aos seus associados, e constituindo-se em um espaço privilegiado para a construção de identidade profissional e para o desenvolvimento de uma consciência de classe.

A associação estimulou a valorização do magistério, ao mesmo tempo em que confrontava as contradições materiais impostas pela precarização do trabalho docente, marcada por salários insuficientes e pela ausência de políticas públicas de amparo social.

O estudo revelou que a ASRP emergiu em um contexto educacional caracterizado pelo elitismo e pela exclusão, mas também pela efervescência de debates e reformas, como aqueles promovidos pela Associação Brasileira de Educação (ABE) e materializados no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932).

A interpretação do mutualismo docente à luz da teoria marxista, seguindo as contribuições de autores como Sadi Dal Rosso, Edward P. Thompson e os pesquisadores da Rede ASTE, permitiu compreender essas associações como estágios formativos necessários na constituição histórica da classe trabalhadora. Elas funcionaram como espaços de sociabilidade onde se forjaram a solidariedade, a unidade e a capacidade de luta do professorado, antecipando e preparando o terreno para formas de organização sindicais posteriores.

A pesquisa também levanta discussões sobre as tensões entre o associativismo docente e o Estado, especialmente durante a Era Vargas, quando a legislação sindical, analisada através dos estudos de Ricardo Antunes e Carlos Bauer, buscou controlar e domesticar as organizações dos trabalhadores. A ASRP, mesmo em um contexto de forte regulação estatal e de avanço do projeto corporativista, soube manter sua relevância local, adaptando-se sem perder completamente seu caráter mutualista inicial e sua dimensão de resistência.

A pertinência historiográfica deste trabalho reside justamente em iluminar esses processos de mediação, negociação e confronto no âmbito da história social da educação, contribuindo para uma visão mais complexa e menos homogênea da organização docente.

As concepções sobre escola e educação desveladas ao longo do trabalho, em diálogo com as interpretações de Dermeval Saviani e Amarílio Ferreira Jr., apontam para uma visão da educação como elemento fundamental para a formação da cidadania e para o desenvolvimento nacional, ainda que, na prática, o sistema educacional da época fosse marcado pelo elitismo e exclusão.

A atuação da ASRP, nesse sentido, contribuiu para alertar sobre esse modelo excludente de educação, ao defender intransigentemente a valorização profissional dos docentes como condição indispensável para a qualidade do ensino público.

Com este estudo, esperamos ter contribuído substantivamente para a historiografia da educação, preenchendo lacunas sobre a história do associativismo docente no Rio Grande do Sul e destacando a importância de se resgatar a memória das entidades que representaram os trabalhadores em educação.

A trajetória da ASRP nos lega a lição de que a organização coletiva, ainda que em contextos estruturais adversos, constitui um instrumento indispensável para a conquista de direitos, para a construção da identidade profissional e para a defesa inabalável de uma educação pública, laica, gratuita e de qualidade social. Que este trabalho sirva de estímulo para novas investigações que aprofundem a história das lutas docentes e sua intrínseca relação com os rumos da educação brasileira, sempre tendo como horizonte a emancipação humana e a superação das relações sociais capitalistas.

## 6. REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. São Paulo: Editora Martins Fontes. 2007.
- ACCÁCIO, Liéte Oliveira. Formando o professor primário: a Escola Normal e o Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Campinas: HISTEDBR – Coleção “Navegando pela história da Educação Brasileira. 2006. Disponível em: <[https://www.histedbr.fe.unicamp.br/pf-histedbr/liete\\_oliveira\\_accacio\\_artigo\\_0.pdf](https://www.histedbr.fe.unicamp.br/pf-histedbr/liete_oliveira_accacio_artigo_0.pdf)>. Acesso em 07 de abril de 2025.
- ALMEIDA, Danusa Mendes; ROCHA, Antônia Rozimar Machado; MARTINS, Ivan Carlos Costa. A importância da fase do associativismo para o estudo da organização e da ação coletiva docente. (p.55-70) In: BAUER, Carlos; LANÇA, Héliida; FREITAS, Viviane; AMORIM, Vanessa; Piolli, Evaldo. Sindicalismo e associativismo dos trabalhadores em educação no brasil (vol. 5). Jundiaí (SP): Paco, 2024.
- ALMEIDA, Jane Soares. Mulher e Educação: a Paixão pelo Possível. São Paulo: Editora UNESP, 1998.
- AMARAL, Giana Lange. Gatos Pelados X Galinhas Gordas: Desdobramentos da Educação Laica e da Educação Católica na cidade de Pelotas. (Décadas De 1930 A 1960). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Tese de Doutorado), 2003.
- ANDREOTTI, Azilde L. O governo Vargas e o equilíbrio entre a pedagogia tradicional e a pedagogia nova. Campinas: HISTEDBR (UNICAMP). 2006. Disponível em: <[https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos/o-governo-vargas-e-o-equilibrio-entre-a-pedagogia-tradicional-e-a-pedagogia-nova#\\_ftn1](https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos/o-governo-vargas-e-o-equilibrio-entre-a-pedagogia-tradicional-e-a-pedagogia-nova#_ftn1)>. Acesso em: 08 de março de 2025.
- ANDREOTTI, Azilde L. O projeto de ascensão social através da educação escolarizada na década de 1930. Campinas: HISTEDBR (UNICAMP). 2006. Disponível em: <[https://www.histedbr.fe.unicamp.br/pf-histedbr/azilde\\_andreotti1\\_artigo\\_0.pdf](https://www.histedbr.fe.unicamp.br/pf-histedbr/azilde_andreotti1_artigo_0.pdf)>. Acesso em: 08 de março de 2025.

ANTUNES, Ricardo. O que é sindicalismo (Coleção Primeiros Passos). São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6. ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo. Classe operária, sindicatos e partido no Brasil. São Paulo: Cortez, 1980.

ARAUJO, Wagner dos Reis Marques; SIQUEIRA, Antonio Marcos de Oliveira. O materialismo histórico dialético e a historicidade da sociedade em Marx (1818-1883). Minas Gerais: Research, Society and Development, v. 10, n. 2, e7410212012, 2021. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/rsd/article/download/12012/10983/162178>>. Acesso em: 22 de março de 2025.

ARAUJO, José Carlos de Souza. Direitos humano, educação e escolanovismo de Fernando de Azevedo (1894-1974). Campinas: HISTEDBR (UNICAMP). 2006. Disponível em: <[https://www.histedbr.fe.unicamp.br/pf-histedbr/jose\\_carlos\\_souza\\_araujo\\_concepcao\\_artigo\\_0.pdf](https://www.histedbr.fe.unicamp.br/pf-histedbr/jose_carlos_souza_araujo_concepcao_artigo_0.pdf)>. Acesso em: 12 de março de 2025.

ARRIADA, Eduardo. O Ensino Secundário: Formação e Educação das Elites (1912-1970). In: RUBIRA, Luis (org.). Almanaque do Bicentenário de Pelotas. v. 3, p. 471-484, Pelotas/RS: EDITORA JOÃO EDUARDO KEIBER ME, 2014.

BARREIRA, César. Igreja, educação e política no Brasil: 1930–1964. São Paulo: Loyola, 2002.

BAUER, Carlos. A natureza autoritária do Estado no Brasil contemporâneo: elementos de história e questionamentos políticos. São Paulo: Editora José Luís e Rosa Sundermann, 2012.

BAUER, Carlos. Contribuição para a história dos trabalhadores brasileiros. Volume II – A hegemonia vermelha. São Paulo: Edições Pulsar, 1995.

BAUER, Carlos et al. (orgs.). Sindicalismo e associativismo dos trabalhadores em educação no Brasil – v. 5. Jundiaí: Paco Editorial, 2024.

BAUER, Carlos; DINIZ, Cássio; PAULISTA, Maria Inês (Orgs.). Sindicalismo e Associativismo dos Trabalhadores em Educação no Brasil. Jundiaí, Paco Editorial: 2013.

BLOCH, Marc. Apologia da história ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOTTOMORE, Tom. Dicionário do Pensamento Marxista. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

BRITO, Sílvia Helena Andrade. A educação no projeto nacionalista do primeiro governo Vargas (1930-1945). Campinas: HISTEDBR. 2006. Disponível em: <[https://www.histedbr.fe.unicamp.br/pf-histedbr/silvia\\_h\\_a\\_de\\_brito\\_artigo\\_0.pdf](https://www.histedbr.fe.unicamp.br/pf-histedbr/silvia_h_a_de_brito_artigo_0.pdf)>.

BURKE, Peter. A escrita da história: novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992.

BURKE, Peter. O que é história cultural? Tradução de Sérgio Miceli. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BURKE, Peter. Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CARDOSO, Aliana Anghinoni; Peres, Eliane. A criação da Seção Pelotense da Associação Brasileira de Educação (ABE) e suas primeiras ações no campo educacional. História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 17, p. 51-68, abr. 2005. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/29200/pdf>>. Acesso em 14 de outubro de 2024.

CARDOSO, Sérgio Ricardo Pereira. A dimensão cultural da Associação Sul Rio-Grandense de Professores (dos anos 30 aos anos 70). Caxias: IX ANPED SUL - Seminário de pesquisa em educação da região Sul. 2012. Disponível em:

<<https://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1360/218>>. Acesso em 02 de abril de 2024.

CARDOSO, Sérgio Ricardo Pereira. Associação Sul Rio-Grandense de Professores: um nicho de desenvolvimento da consciência de classe docente em Pelotas (1929-1979). Tese (Doutorado em Educação) – EFPE, Pelotas. 2011. Disponível em: <<https://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/5414>>. Acesso em 22 de janeiro de 2024.

CARONE, Edgar. O Estado Novo (1937-1945). Rio de Janeiro: Editora DIFEL. 1976.

CARONE, Edgar. A República Nova (1930–1937). São Paulo: Difel, 1976.

CARR, Edward Hallet. Que é história?. Rio de Janeiro: Paz e Terra., 1982.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: O longo Caminho. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CERTEAU, Michel de. A escrita da história. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CORD, Marcelo Marc; AMARAL, Maciel. Dossiê dos Trabalhadores e o Mutualismo. Santa Catarina: Revista Mundos do Trabalho. v. 2 n. 4. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/issue/view/1409> >. Acesso em 10 de abril de 2024.

CORRÊA, Vivian Anghinoni Cardoso. Uma dádiva da Biblioteca Pública Pelotense aos seus leitores de um palmo e meio: a Seção Infantil Erico Verissimo (1945-1958). Dissertação (Mestrado em Educação), Pelotas, Universidade Federal de Pelotas, 2008.

CORSETTI, Berenice. Controle e ufanismo: a escola pública no Rio Grande do Sul (1889-1930). Pelotas: Revista História Da Educação, 2(4), p. 57–75., 1998. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30689/pdf>> Acesso em 06 de agosto de 2024.

CORSETTI, Berenice. Uma história sobre trajetórias profissionais dos professores públicos do Rio Grande do Sul (1889/1930). Uberlândia: História & Perspectivas, p.79-98, 2008. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/19163/10307>>. Acesso em 20 de março de 2025.

COSTA, Ana Luiza Jesus da. Associativismo operário, educação e autonomia na formação da classe trabalhadora em São Paulo (1889-1930). São Paulo: Educação e Pesquisa. Universidade de São Paulo. 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ep/a/GXMzcDwzmtSXjCdqryWM9rP/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 15 de abril de 2024.

COSTAS, Marcelo Luiz; Bauer, Carlos. História e resistência da educação libertária no Brasil. São Paulo: Amazon & Independently Published, 2021.

DAL ROSSO, Sadi. Elementos para a teoria do sindicalismo no setor da educação. In DAL ROSSO, Sadi (Org.) Associativismo e sindicalismo em educação – Organização e lutas. Brasília: Paralelo 15, 2011, [p. 17-27]. Biblioteca “Sindicalismo em Educação”, Volume 1.

DAL ROSSO, Sadi; CRUZ, Hélvia Leite; RÊSES, Erlando da Silva. Condições de emergência do sindicalismo docente. Pro-Posições, Campinas, v. 22, n. 2 (65), p. 111-131, maio/ago. 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-73072011000200009>>.

DEJOURS, Christophe. A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez/Oboré, 1992.

DE DECA, Edgar Salvadori. 1930, o silêncio dos vencidos: memória, história e revolução. São Paulo: Brasiliense, 2004.

DINIZ, Cássio. Debates e contribuições em torno dos referenciais teóricos, historiográficos e metodológicos nas pesquisas sobre a história do associativismo e sindicalismo em educação no Brasil. In: MANCEDO, Deise; MÁRCIA, Ondina Vieira Ferreira e DAL ROSSO, Sadi (Org.). Associativismo e sindicalismo em educação e crises do capitalismo contemporâneo. Jundiaí (SP): Paco Editorial. 2022.

DINIZ, Cássio H.; BAUER, Carlos. História e consciência de classe na educação brasileira: lutas e desafios políticos dos trabalhadores em educação de Minas Gerais (1979–1983). In: BAUER, Carlos et al. (orgs.). Sindicalismo e associativismo dos trabalhadores em educação no Brasil – v. 2. Jundiaí: Paco Editorial, 2015. p. 67–76.

DINIZ, Cássio. História e consciência de classe na educação brasileira: lutas e desafios políticos dos trabalhadores em educação de Minas Gerais (1979 – 1983). Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Nove de Julho (UNINOVE), São Paulo: 2012.

ENGUITA, Mariano F. A ambiguidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarianização. In: Teoria & Educação, n. 4, 1991, p. 41-61.

FAUSTO, Boris. A revolução de 1930: Historiografia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FERREIRA Jr., Amarílio. A influência do marxismo na pesquisa em educação brasileira. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, no 49, p. 35–44, março de 2013.

FERREIRA Jr., Amarílio. História da educação brasileira: da Colônia ao século XX. São Carlos: EduUFSCar, 2010. (Coleção UAB-UFSCar).

FERREIRO, Susana da Costa. I Conferência Nacional de Educação da Associação Brasileira de Educação (ABE Curitiba 1927): revendo significados da sua relação com a origem da Escola Nova no Brasil. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Revista Educação em Questão, Natal, v. 26, n. 12, p. 69-92, maio/ago. 2006.

Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/4510/3696>>.

Acesso em 9 de outubro de 2024.

FILHO, Osvaldo Guizzardi; Silva, Zilda Pereira Da; Sidney, Ilma Edna Pereira. Anuários Estatísticos: Retratos de Diferentes Épocas. São Paulo Em Perspectiva, 17(3-4): 45-54, 2003. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/spp/a/gnmgtZ68N8TvHCCnYFDRYKs/?format=pdf&lang=pt>>.

Acesso em 27 de junho de 2024.

FUNARI, Pedro Paulo A. Grécia e Roma. São Paulo: Editora Contexto. 2002.

GABRIEL, André Luís. História da gênese do Sindicato dos Professores do Rio de Janeiro (SINPRO-Rio) em tempos de modernização conservadora do capitalismo no Brasil (1871-1931). Tese (Doutorado) - Universidade Nove de Julho (UNINOVE), São Paulo, 2022.

GABRIEL, André Luís. Da marginalização à predominância: mulheres no magistério brasileiro e a construção de uma identidade profissional (1871-1931). São Paulo: Edições do Gruphis, 2025.

GALEANO, Eduardo. O livro dos Abraços. Porto Alegre: Editora L&PM. 2002.

GOHN, Maria da Glória. História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Editora Loyola, 2012.

GOMES, Jônatas. Cartografia histórica do associativismo e do sindicalismo dos trabalhadores em educação (1930-2017) das entidades nacionais e das regiões Centro-Oeste e Norte. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Nove de Julho (UNINOVE), São Paulo, 2023.

GOMES, Jonatas; BAUER, Carlos. Cartografia histórica do associativismo e sindicalismo dos trabalhadores em educação em São Paulo: das primeiras associações à Lei da Anistia (1930-1979). In: Livro de Resumos do VI Encontro de São Paulo da Rede ASTE, 2025. In: Livro de Resumos do VI Encontro de São Paulo da Rede ASTE. São Paulo: Edições do Gruphis, 2025.

GONÇALVES, Dilza Porto. A memória sacralizada: da Escola Normal ao Instituto de Educação General Flores da Cunha (1869-1939). In: SOUZA, José Edimar (org.). Escola no Rio Grande do Sul (1889-1950): ensino, culturas e práticas escolares. Caxias do Sul, RS : Educs, 2020.

GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. São Paulo: Ática, 2016.

GORENDER, Jacob. O nascimento do Materialismo Histórico. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A Ideologia Alemã. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

GRITTI, Isabel Rosa; GRITTI, Silvana Maria. Educação no RS: os colégios elementares e os grupos escolares – uma revisão de literatura (1909-1950). In: SOUZA, José Edimar. Grupos escolares no Rio Grande do Sul: escolarização primária em perspectiva regional no século XX. 2. ed.; E-book. São Leopoldo: Oikos, 2022. P-40-54. Disponível em: <<https://oikoseditora.com.br/files/Grupos%20escolares%20no%20RS%20-%202022.%20ed.%20-%20e-book.pdf>>. Acesso em 27 de agosto de 2024.

HOHLFELDT, Antonio. A imprensa sul-rio-grandense entre 1870 e 1930. Rio Grande do Sul: PUCRS – E-Compós, [S. l.], v. 7, 2006. Disponível em: <<https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/118>>. Acesso em: 21 de setembro 2026.

HOBBSAWM, Eric John Ernest. A Era das Revoluções. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. 2005.

HUBERMAN, Leo. História da Riqueza do Homem. Rio de Janeiro: Editora Zahar. 1981.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. Trabalho docente, classe social e relações de gênero. 2. ed. rev. e ampl. com post-scriptum do autor. São Leopoldo: Oikos, 2020.

JESUS, Ronaldo Pereira. Historiografia sobre mutualismo (1875-1914) em Portugal e no Brasil. Porto Alegre: PUCRS, v. 42, n. 3, p. 1144-1167, set.-dez. 2016. Disponível em:

<<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/23735>>.

Acesso em 21 junho 2024.

LAPA, José Roberto do Amaral. A História em questão: historiografia brasileira. Petrópolis: Vozes, 1976.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. São Paulo: Ed. Unicamp, 2004.

LEITE, Fábio Carvalho Leite. O Laicismo e outros exageros sobre a Primeira República no Brasil. Revista Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, 31(1): 32-60, 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rs/a/vdzqCGYZXCg6sKZPM6t9M5N/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 26 agosto 2024.

LEMME, Paschoal. História da educação no Brasil: da colônia aos nossos dias. Rio de Janeiro: UERJ, 2004.

LENIN, Vladimir Ilitch. O que fazer? Questões candentes de nosso movimento. São Paulo: Editora Boitempo. 2020.

LENIN, Vladimir Ilitch. Greve e consciência de classe. São Paulo: Boitempo, 2020.

LEON, Adrian Duarte. A profissão docente na cidade de Pelotas: Associação Sul Rio-Grandense de Professores e Associação Católica de Professores (décadas de 1930 e 1940). Pelotas: Dissertação – Universidade Federal de Pelotas. 2008.

LEON, Adrian Duarte. Identidade Docente Coletiva, Associativismo e Práticas de Formação nas Décadas de 30 e 40 do Século XX. Pelotas: Cadernos de História da Educação – v. 10, n. 2 – jul./dez. 2011. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/14617>>. Acesso em 04 de julho de 2024.

LEON, Lúcia. A valorização simbólica e a desvalorização material do magistério. In: \_\_\_\_\_. Professores e Precarização: estudos sobre as condições de vida e trabalho docente. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 45-62.

LOURENÇO FILHO, Manuel Bergström. Redução das taxas de analfabetismo no Brasil entre 1900 e 1960: descrição e análise. Revista brasileira de estudos pedagógicos, Rio de Janeiro, v. 44, n. 100, p. 250-272, out./dez. 1965.

MAC CORD, Marcelo; BATALHA, Claudio Henrique de Moraes (Org.). Organizar e proteger: Trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX). Campinas: Editora Unicamp. 2014.

MARCONDES, Carlos Henrique; SAYÃO, Luís Fernando. Integração e interoperabilidade no acesso a recursos informacionais eletrônicos em C&T: a proposta da Biblioteca Digital Brasileira. Brasília: Revista IBICT - v. 30, n. 3, p. 24-33, set./dez. 2001. Disponível em: <<https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/909>>. Acesso em 02 de dezembro de 2024.

MARX, Karl. O capital: Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. O capital: Livro II. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. O capital: Livro III. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A Ideologia Alemã. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto Comunista. Editora: Boitempo. 2005.

MAZZOTTI, Alda Judith Alves. A "revisão da bibliografia" em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis - O retorno. In: BIANCHETTI, Lucídio; MACHADO, Ana Maria Netto (Org.). A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação e escrita de teses e dissertações. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

MENDONÇA, Cristiane Maria Oliveira; MENEZES, Hermeson Claudio Mendonça. Identidade do trabalhador e consciência de classe "para si": do sujeito à classe – perspectivas de análise. (p.307-320) In: BAUER, Carlos; LANÇA, Héliida; FREITAS, Viviane; AMORIM, Vanessa; Piolli, Evaldo. Sindicalismo e associativismo dos trabalhadores em educação no Brasil (vol. 5). Jundiaí (SP): Paco, 2024.

MONLEVADE, João Cabral. O papel do piso salarial profissional nacional como instrumento de valorização dos professores de Educação Básica Pública. Campinas,

SP. 2000.

NAGLE, Jorge. Educação e sociedade na Primeira República. São Paulo: EPU, Fundação Nacional de Material Escolar, 1974.

NARDY, Flávio Correia; ALMEIDA, Dóris Bittencourt. “Necessitamos de um salário que nos permita sobreviver”: despertar do magistério, pelo Centro de Professores Primários do Estado (1945 – 1956/RS). Pelotas: Cadernos de Educação n. 68, e024031, 2024 | p.1-26. 2024. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/caduc/article/download/25784/19991/>>.

NOMELINI, Paula Christina Bin. O mutualismo e seus diversos significados para os trabalhadores campineiros nas primeiras décadas do século XX. In: MAC CORD, Marcelo; BATALHA, Claudio Henrique de Moraes (Org.). Organizar e proteger: Trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX). Campinas: Editora Unicamp. 2014. p.248-278.

NÓVOA, António. Apresentação. In. STEPHANOU, Maria, BASTOS, Maria Helena Camara Bastos (orgs.). História e memória da educação no brasil, vol III: século XX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

PALMA FILHO, João Cardoso. A Educação Brasileiro no Período de 1930 a 1960: a Era Vargas. In. PALMA FILHO, João Cardoso (org.). Pedagogia Cidadã. Cadernos de Formação. História da Educação. 3. ed. São Paulo: PROGRAD/UNESP- Santa Clara Editora, 2005 – p.61-74. Disponível em: <<https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/107/3/01d06t05.pdf>>. Acesso 03 de setembro de 2024.

PASTRE, Tatiana Fraga. O sindicalismo docente na construção da identidade do(a) professor(a): uma análise a partir do 16º núcleo do CPERS São Borja. Universidade Federal do Pampa. 2021.

PERES, Eliane. Currículo e práticas escolares da escola primária gaúcha no período da implantação da escola graduada e da institucionalização da modernidade pedagógica

(1909-1959). In: GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi Santos; ALMEIDA, Dóris Bittencourt (org.). Colégios elementares e grupos escolares no Rio Grande do Sul: memórias e cultura escolar. Séculos XIX e XX. São Leopoldo: Oikos, 2016. p. 30-64.

PERES, Eliane; CARDOSO, Aliana A. A Criação da Seção Pelotense da Associação Brasileira de Educação (ABE-1926). In Anais do IX Encontro Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação. Pelotas: Seiva/ASPHE, 2003.

PIEDRAS, Estela Maris Reinhardt . Edifícios e Educação em Pelotas na Primeira República (1889-1930). Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Pelotas. 2019.

PILETTI, Nelson. História da Educação no Brasil. São Paulo: Editora Ática, 2006.

PISANESCHI, Lucilene Schunck C. et al. (orgs.). Sindicalismo e associativismo dos trabalhadores em educação no Brasil – v. 5. Jundiaí: Paco Editorial, 2024.

RABELO, Amanda Oliveira. A remuneração do professor é baixa ou alta? uma contraposição de diferentes referenciais. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p.57-88. abr. 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/edur/a/Zvj8ycSLc3WYDyR8rgtg76B/?format=pdf&lang=pt>>.

Acesso em 21 jun. 2024.

RAMALHO, Jhonatha. Associativismo docente no limiar da década de 1930: um estudo sobre a história da Associação Sul Rio-Grandense de Professores. In: Livro de Resumos do VI Encontro de São Paulo da Rede ASTE. São Paulo: Edições do Gruphis, 2025.

RODRIGUES, José Albertino. Sindicato e Desenvolvimento no Brasil. São Paulo: Difusão Européia, 1968.

SAES, Décio. O conceito de Estado Burguês. Campinas: UNICAMP. 1992.

SAMARA, Eni de Mesquita e TUPY, Ismênia Spínola Silveira. História & Documento e metodologia de pesquisa. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. Universidade Estadual de Campinas. Revista Brasileira de Educação v. 14 n. 40 jan./abr. 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/45rkkPghMMjMv3DBX3mTBHm/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 04 de setembro de 2024.

SAVIANI, Dermeval. História das Ideias Pedagógicas no Brasil. 6. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico crítica: primeiras aproximações. 11 ed. revisada. Campinas. SP: Autores Associados, 2015.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Editora Cortez, 2013.

SILVA JUNIOR, Adhemar Lourenço da. As sociedades de socorros mútuos: Estratégias privadas e públicas (estudo cerrado sobre o caso do Rio Grande do Sul - Brasil, 1854-1940). Porto Alegre, PUC-RS. 2004.

SOARES, Tamires Ferreira. Os professores e as elites locais na defesa da educação: as lideranças e as atividades da Associação Brasileira de Educação e da Associação Sul-Rio-Grandense de Professores em Pelotas (1926-1945). Dissertação (Mestrado), UFPEL, Pelotas, 2023. Disponível em: <<https://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/5414>>. Acesso em 22 de janeiro de 2024.

SOUSA, Vanessa Pereira Amorim de; BAUER, Carlos. Alguns episódios das lutas empreendidas pelos professores do Maranhão nos anos de transição democrática (1985). In: Livro de Resumos do VI Encontro de São Paulo da Rede ASTE, 2025. In: Livro de Resumos do VI Encontro de São Paulo da Rede ASTE. São Paulo: Edições do Gruphis, 2025.

SOUZA, Jessé de. A elite do atraso: da escravidão à Lava-Jato. Rio de Janeiro: Leya. 2017.

SOUZA, José Edimar. Grupos escolares no Rio Grande do Sul: escolarização primária em perspectiva regional no século XX. 2. ed.; E-book. São Leopoldo: Oikos, 2022. Disponível em:

<<https://oikoseditora.com.br/files/Grupos%20escolares%20no%20RS%20-%202.%20ed.%20-%20e-book.pdf>>. Acesso em 27 de agosto de 2024.

THOMPSON, Edward Palmer. A Formação da Classe Operária Inglesa (Vol.1). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

THOMPSON, Edward Palmer. A Formação da Classe Operária Inglesa (Vol.2). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

THOMPSON, Edward Palmer. A Formação da Classe Operária Inglesa (Vol.3). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

THOMPSON, Edward Palmer. A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Tradução de Carlos Eduardo Jordão Machado e Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. Tradición, revuelta y consciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Barcelona: Crítica, 1984.

VICENTE, Magda de Abreu. Representações da Educação Rural em Pelotas (1930-1960): a professora Rachel Mello. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Associação Brasileira de História Oral, 2016. Disponível em: <[https://www.encontro2016.historiaoral.org.br/resources/anais/13/1461813390\\_ARQUIVO\\_ArtigodoXIIIEncontroNacionaldeHistoriaOral.pdf](https://www.encontro2016.historiaoral.org.br/resources/anais/13/1461813390_ARQUIVO_ArtigodoXIIIEncontroNacionaldeHistoriaOral.pdf)>. Acesso em 08 de novembro de 2024.

VICENTE, Magda de Abreu; AMARAL, Giana Lance. Grupos Escolares e Escolas Isoladas em Pelotas-RS: o Decreto nº 78, de 4 de novembro de 1944. Cadernos de História da Educação, v.17, n.3, p.897-917, set./dez. 2018. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/che/v17n3/1982-7806-che-17-3-897.pdf>>. Acesso em 08 de novembro de 2024.

VICENTE, Magda de Abreu; XAVIER, Itamaragiba Chaves. A EDUCAÇÃO PRIMÁRIA RURAL EM PELOTAS-RS (1932-46): PROMISCUIDADE ENTRE O SETOR PÚBLICO E PRIVADO. Univali: Revista Contrapontos. v19 n1. p142-168. Pelotas, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.univali.br/index.php/rc/article/view/13601>>. Acesso em 08 de novembro de 2024.

VICENTINI; Paula Perin; LUGLI, Rosario S. Genta. Associativismo docente no Brasil: Configurações e estratégias de legitimação do final do século XIX à década de 1970. In: DAL ROSSO, Sadi. Contribuições para a teoria do sindicalismo no setor da educação. Brasília, Editora Paralelo, 2011.

VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosário Silvana Genta. História da profissão docente no Brasil: representações em disputa. São Paulo: Cortez, 2011.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Estratégias populares de sobrevivência: o mutualismo no Rio de Janeiro republicano. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 29, nº 58, p. 291-315. 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbh/a/886ZsW8YGYsjtFdqJJ7bCsb/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 20 de maio de 2024.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Mutualismo e Filantropia, Locus: Revista de História, Juiz de Fora, v. 10, n. 1, 99-113, jan.-jun., 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20603>>. Acesso em 30 de maio de 2024.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. O ethos mutualista: valores, costumes e festividades. In: MAC CORD, Marcelo; BATALHA, Claudio Henrique de Moraes (Orgs.). Organizar e proteger: Trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX). Campinas: Editora Unicamp. 2014. p.193-218.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro; JESUS, Ronaldo P. de. A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). As esquerdas no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Vol. 1: A formação das tradições. p. 23-51. 2007.

WHITE, Hayden. *Metahistória: a imaginação histórica do século XIX*. Tradução de José Laurênio de Melo. São Paulo: EDUSP, 1992.

## 7. APÊNDICE

COSTA, Maria José F. F. da; SCHENA, Denilson Roberto; SCHIMIDT, Maria Auxiliadora. I Conferência Nacional de Educação. Curitiba - PR. 1927. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/123679>>. Acesso em 13 de novembro de 2024.

## 8. ANEXOS

Anexo I - O nosso país é o que pior paga as lentes das escolas superiores

RIO GRANDE DO SUL, Porto Alegre. Diário de notícias, nº185, p.7. Disponível em:

<[https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093726\\_01&pagfis=4052](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093726_01&pagfis=4052)>

. Acesso em: 13 de maio de 2024;

Anexo II - Abrindo o Debate Sobre o Plano Nacional de Educação

RIO GRANDE DO SUL, Porto Alegre. Diário de notícias, nº305, p.1, 24/01/1936.

Disponível em:

<[https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093726\\_01&Pesq=edita&pagfis=305](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093726_01&Pesq=edita&pagfis=305)>. Acesso em 25 de abril de 2024.

Anexo III - Estrutura do Inquérito sobre o Plano Nacional de Educação

RIO GRANDE DO SUL, Porto Alegre. Diário de notícias, nº305, p.1,4 e 11, 24/01/1936.

Disponível em:

<[https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093726\\_01&Pesq=edita&pagfis=305](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093726_01&Pesq=edita&pagfis=305)>.

Anexo IV - Dados gerais do número de docentes no Brasil (1933)

IBGE. Estatísticas do século XX: população, sociais, políticos e culturais. Disponível em:

<[https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos\\_download/educacao/1936/educacao1936aeb\\_09.pdf](https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/educacao/1936/educacao1936aeb_09.pdf)>. Acesso em: 27 de junho de 2024.

Anexo V - Estatuto da Associação Sul Rio-Grandense de Professores (1930)

ROCHA BRITO SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL, por seu responsável infra-assinado, certifica o requerimento da parte interessada, que revendo o Arquivo deste Serviço do REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS, dele consta registrado sob no 013 das fls. 055/056 do Livro A-2 em data de 20.06.1930.

Anexo VI - Dados demográficos do Brasil (1890-1940)

IBGE. Estatísticas do século XX: população, sociais, políticos e culturais. 1940.

Disponível em:

<[https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos\\_download/populacao/1941\\_45/populacao\\_m\\_1941\\_45aeb\\_004.pdf](https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/populacao/1941_45/populacao_m_1941_45aeb_004.pdf)>. Acesso em: 09 de julho de 2024.

Anexo VII - Número de estabelecimentos de ensino primário da Região Sul (1936)

IBGE. Estatísticas do século XX: população, sociais, políticos e culturais. 1936.

Disponível em:

<[https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos\\_download/educacao/1938/educacao1938aeb\\_053.pdf](https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/educacao/1938/educacao1938aeb_053.pdf)>. Acesso em: 26 de junho de 2024.

Anexo VIII - Número de estabelecimentos primários entre 1935-1937 (RS)

IBGE. Estatísticas do século XX: população, sociais, políticos e culturais. 1936.

Disponível em:

<[https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos\\_download/educacao/1939\\_40/educacao1939\\_40aeb\\_197a198.pdf](https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/educacao/1939_40/educacao1939_40aeb_197a198.pdf)>. Acesso em 01 de abril de 2024.

Anexo IX - Número de matrículas no Ensino Geral entre os anos 1932-1941 (RS)

IBGE. Estatísticas do século XX: população, sociais, políticos e culturais. 1932-1941.

Disponível em:

<[https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos\\_download/educacao/1938/educacao1938aeb\\_083a084.pdf](https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/educacao/1938/educacao1938aeb_083a084.pdf)>.

<[https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos\\_download/educacao/1939\\_40/educacao1939\\_40aeb\\_100a101.pdf](https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/educacao/1939_40/educacao1939_40aeb_100a101.pdf)>. Acesso em 05 de abril de 2024.

Anexo X - Escola e Educação

RIO GRANDE DO SUL. Staffetta Rio-Grandense. Edição 15, 1920. Disponível em:

<<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=882038&pesq=ensino%20religioso&pasta=ano%20192&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=629>>. Acesso em 05 de

abril de 2024.

Anexo XI - A educação e a religião (1922)

RIO GRANDE DO SUL. Staffetta Rio-Grandense. Edição 35, 1922. Disponível em:

<<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=882038&Pesq=ensino%20religioso&pagfis=1125>>. Acesso em 05 de abril de 2024.

Anexo XII - O ensino leigo (ateo) no Brasil (1925)

RIO GRANDE DO SUL. Staffetta Rio-Grandense. Edição 24, 1925. Disponível em: <<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=882038&Pesq=ensino%20religioso&pagfis=1703>>. Acesso em 05 de abril de 2024.

Anexo XIII - O ensino religioso facultativo (1925)

RIO GRANDE DO SUL. Staffetta Rio-Grandense. Edição 24, 1925. Disponível em: <<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=882038&Pesq=ensino%20religioso&pagfis=1703>>. Acesso em 05 de abril de 2024.

Anexo XIV - Sobre o ensino religioso (1926)

RIO GRANDE DO SUL. Staffetta Rio-Grandense. Edição 07, 1926. Disponível em: <<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=882038&Pesq=Ensino%20religioso&pagfis=1843>>. Acesso em 05 de abril de 2024.

Anexo XV - Sem Deus! (1927)

RIO GRANDE DO SUL. Staffetta Rio-Grandense. Edição 24, 1927. Disponível em: <<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=882038&Pesq=Ensino%20religioso&pagfis=2119>>. Acesso em 05 de abril de 2024.

Anexo XVI - Ensino religioso nas aulas (1930)

RIO GRANDE DO SUL. Staffetta Rio-Grandense. Edição 17, 1930. Disponível em: <<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=882038&Pesq=Ensino%20religioso&pagfis=2714>>. Acesso em 05 de abril de 2024.

Anexo XVII - Regulamento Interno dos Estabelecimento de Ensino Público (1927)

RIO GRANDE DO SUL, A Federação: Orgam do Partido Republicano (RS), edição 278, p.6-7, 1927. Disponível em: <<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=388653&pesq=Decreto%202.224&pasta=ano%20191&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=62389>>. Acesso em: 20 de outubro de 2024.

Anexo XVIII - Disciplinas Escolares no Rio Grande do Sul (1909)

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 1.479 de 26 de Maio de 1909. Leis, decretos e actos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1909. Porto Alegre: Oficina da Livraria de Carlos Echenique, 1910. p.207-210.. Disponível em: <[https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/100092/dec\\_1479\\_1909.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/100092/dec_1479_1909.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 10 de setembro de 2024.

Anexo XIX - Corpo docente entre os anos 1932-1940 (RS)

IBGE. Estatísticas do século XX: população, sociais, políticos e culturais. 1937-1945. Disponível em: <[https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos\\_download/educacao/1937/educacao1937c\\_aeb\\_041a042.pdf](https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/educacao/1937/educacao1937c_aeb_041a042.pdf)>.

<[https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos\\_download/educacao/1939\\_40/educacao1939\\_40aeb\\_090a091.pdf](https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/educacao/1939_40/educacao1939_40aeb_090a091.pdf)>.

<[https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos\\_download/educacao/1941\\_45/educacaom1941\\_45aeb\\_049a052.pdf](https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/educacao/1941_45/educacaom1941_45aeb_049a052.pdf)>.

Acesso em: 25 de junho de 2024.

Anexo XX - Currículo de formação na Escola de Professores (1932)

DISTRITO FEDERAL, Decreto nº3.810 de 19 de Março de 1932. Reorganização do Ensino Normal e sua Transposição para o Plano Universitário: Criação do Instituto de Educação do Rio de Janeiro. RJ, 1932. Disponível em: <<http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/reorganizacao.html>>. 06 de junho de 2024.

Anexo XXI - Disciplinas Práticas nas escolas públicas (1936)

IBGE. Estatísticas do século XX: população, sociais, políticos e culturais. 1936. Disponível em: <[https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos\\_download/educacao/1936/educacao1936aeb\\_44.pdf](https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/educacao/1936/educacao1936aeb_44.pdf)>. acesso 29 de outubro de 2024.

Anexo XXI - Disciplinas Científicas nas escolas públicas (1936)

IBGE. Estatísticas do século XX: população, sociais, políticos e culturais. 1936.

Disponível

em: <[https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos\\_download/educacao/1936/educacao1936aeb\\_44.pdf](https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/educacao/1936/educacao1936aeb_44.pdf)>. acesso 29 de outubro de 2024.

Anexo XXII - O Governo Operoso

RIO GRANDE DO SUL, A Federação: Orgam do Partido Republicano (RS), edição 20, p.1, 1935. Disponível em:

<<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=388653&Pesq=5.969&pagfis=77659>>. Acesso em 17 de junho.

Anexo XXIII - Corpo docente por gênero entre os anos 1932-1937 (RS)

IBGE. Estatísticas do século XX: população, sociais, políticos e culturais. 1937-1945.

Disponível

em:

<[https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos\\_download/educacao/1937/educacao1937c\\_aeb\\_041a042.pdf](https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/educacao/1937/educacao1937c_aeb_041a042.pdf)>.

<[https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos\\_download/educacao/1939\\_40/educacao1939\\_40aeb\\_090a091.pdf](https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/educacao/1939_40/educacao1939_40aeb_090a091.pdf)>.

<[https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos\\_download/educacao/1941\\_45/educacaom1941\\_45aeb\\_049a052.pdf](https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/educacao/1941_45/educacaom1941_45aeb_049a052.pdf)>.

Acesso em: 25 de junho de 2024.

Anexo XXIV - Estrutura do Curso de Pedagogia (1939)

BRASIL, Dá organização à Faculdade Nacional de Filosofia. Decreto nº1.190 de 4 de abril de 1939. Rio da Janeiro, RJ. 1939. Disponível em:

<[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/del1190.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del1190.htm)>. Acesso 24 de setembro de 2024.

Anexo XXV - Ata do Conselho Diretor - 1ª seção (1924)

ABE, Associação Brasileira de Educação, Atas do Conselho Diretor. 1924. Disponível em:

<[https://abe1924.org.br/images/docs/arq\\_digi/atas\\_cd/atas1924/atcd1s19241022.pdf](https://abe1924.org.br/images/docs/arq_digi/atas_cd/atas1924/atcd1s19241022.pdf)>.

Acesso em 10 de novembro de 2024.

Anexo XXVI - 1º Congresso Brasileiro de Educação (1927)

PARANÁ, Curitiba. Diário da Tarde (PR) - 1899 a 1983. Edição nº10028, p.7, 20/12/1927. Disponível em:

<<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800074&Pesq=Associa%c3%a7%c3%a3o%20Brasileira%20Educa%c3%a7%c3%a3o&pagfis=33135>>. Acesso

em 09 de outubro de 2024.

Anexo XXVII – Estatutos da Associação Sul Rio-Grandense de Professores (1930-1975)

ANO	DOCUMENTOS
1930	DESCRIÇÃO: 1º Estatuto da Associação Sul Rio-Grandense de Professores
	DOCUMENTO: REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS, n. 013 das fls. 055/056 do livro A-2 em data 20.06.1930.
	CARTÓRIO: Cartório Rocha Brito – Pelotas (RS)
1953	DESCRIÇÃO: 2º Estatuto da Associação Sul Rio-Grandense de Professores
	DOCUMENTO: REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS, n. 382 das fls. 020/021 do livro A-3 em data 02.03.1953.
	CARTÓRIO: Cartório Rocha Brito – Pelotas (RS)
1975	DESCRIÇÃO: 3º Estatuto da Associação Sul Rio-Grandense de Professores
	DOCUMENTO: REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS, n. 1448 das fls. 147 do livro A-5 em data 06.10.1975
	CARTÓRIO: Cartório Rocha Brito – Pelotas (RS)